



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EDUARDO LUIS COUTO

**A UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA EXPRESSA NO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

Londrina
2020

EDUARDO LUIS COUTO

**A UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA EXPRESSA NO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS
NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Serviço Social e Políticas Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mabel Mascarenhas Torres

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C871 Couto, Eduardo Luis.
A unidade teórico-prática expressa no exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente – SP / Eduardo Luis Couto. - Londrina, 2020.
358 f. : il.

Orientador: Mabel Mascarenhas Torres .
Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social - Tese. 2. Unidade teórico-prática - Tese. 3. Trabalho do assistente social - Tese. 4. Conhecimentos mobilizados - Tese. I. Torres , Mabel Mascarenhas. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

EDUARDO LUIS COUTO

**A UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA EXPRESSA NO EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mabel Mascarenhas
Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP

Prof^a. Dr^a. Odária Battini
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Terezinha de Fátima Rodrigues
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof^a. Dr^a. Melissa Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 16 de março de 2020.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Eurides e Terezinha, porque eles
existem.

AGRADECIMENTOS

Parece-me uma dádiva divina poder ter meus pais podendo compartilhar este momento de minha vida. Este trabalho também é uma forma de agradecimento pelo que eles me constituíram enquanto ser humano. Sou grato eternamente, mas a gratidão não expressa completamente o sentimento poderoso que nos une.

A MINHA orientadora. Primeiramente, com aperto no peito pela separação necessária, depois com a efetiva vontade de “como fruto” que se desprende da árvore buscar, de agora em diante, fazer por onde este profissional – que hoje sou – contribua para o Serviço Social como entendemos que podemos fazer.

Ao meu amado Everton. Conhecemo-nos no turbilhão da construção da tese, vivemos ambos outros turbilhões e você, meu querido, em muitos momentos, foi tanto a rocha firme em que me segurei quanto o mar revolto em que me afoguei. Também é para você este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. Pessoas queridas. Extremamente grato pelo aprendizado propiciado.

Ao CNPQ/CAPES, pela bolsa de estudo que tanto auxiliou no período do meu doutoramento.

A minha banca de qualificação me é irrepreensível: Prof^a. Maria Lúcia Martinelli é fundamental na minha história profissional pelo que ela significa para o Serviço Social brasileiro e na história de pessoas de meu afeto; Prof^a. Terezinha Rodrigues, companheira de histórias, de lutas e assombrosamente afetuosa; Prof^a. Melissa Portes, que me acompanhou do primeiro ao último dia no meu processo de doutoramento, palavras não exprimem a gratidão; Prof^a. Sandra Pires, que está tatuada em minha alma, grato ao universo por você poder ainda fazer parte de minha história. E já aponto a gratidão pelo aceite da Prof^a. Odária Battini, por contribuir à defesa, só tenho a agradecer. Enfim, também àqueles que aqui não figuram, só uma palavra expressa o sentimento vivido: GRATIDÃO!

COUTO, Eduardo Luis. **A unidade teórico-prática expressa no exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente – SP.** 2020. 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

A pesquisa realizada para fins de obtenção de título de doutor tem como objeto de estudo o exercício profissional dos assistentes sociais. O problema de pesquisa construído versa sobre as expressões da construção da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional dos assistentes sociais. Para tanto, analisou-se o processo pelo qual os assistentes sociais, na região de Presidente Prudente, constroem a unidade teórico-prática em seu exercício profissional. O percurso metodológico da pesquisa foi constituído em três momentos. No primeiro, a revisão de literatura tratou da relação teoria e prática e sua possível configuração como unidade, identificando as particularidades da discussão relacionada à referida unidade. A revisão de literatura ocorreu por meio do levantamento *on-line* de artigos publicados em periódicos da área do Serviço Social que discutiam a unidade teórico-prática no exercício profissional. O segundo momento se deu por meio de pesquisa de campo, com assistentes sociais que atuam na região de Presidente Prudente – SP. A aproximação ocorreu por contatos telefônicos e de aplicativos de mensagens instantâneas, para efetivar o convite a participar da pesquisa. Após o processo de aproximação aos sujeitos, foi enviado o questionário *on-line*, via plataforma Google Docs. Foram enviados 151 questionários e obtidas 113 respostas. O terceiro momento, por fim, foi a realização de entrevistas com 10 sujeitos, com o objetivo de conhecer e entender o modo como os assistentes sociais pensam e constroem as relações teórico-práticas. Verificou-se que os profissionais, na operacionalização de políticas públicas e na atenção aos usuários, apresentam uma extensa gama de ações operacionalizadas no seu cotidiano profissional. Respondem, também, a requisições e demandas majoritariamente vinculadas aos interesses e às necessidades institucionais dos espaços onde operacionalizam seu trabalho. Na execução e no planejamento de suas ações profissionais, os assistentes sociais pesquisados entendem e consideram como determinantes do seu exercício profissional os conhecimentos das normativas das políticas públicas e sociais nas quais se inserem profissionalmente, bem como os conhecimentos para fundamentação do trabalho profissional e os conhecimentos acerca da realidade social na qual se inserem como trabalhadores. Obtivemos, como achados da pesquisa, a construção da relação e da unidade teórico-prática a partir de três elementos: estabelecendo a referida relação a partir do ponto de vista pragmático; estabelecendo a partir das normativas legais das políticas públicas e sociais; estabelecendo, enquanto unidade teórico-prática, movimento e contradição entre os conhecimentos e a realidade interventiva.

Palavras-chave: Serviço social. Unidade teórico-prática. Trabalho. Trabalho do assistente social. Condições de trabalho do assistente social. Conhecimentos mobilizados.

COUTO, Eduardo Luis. **The theoretical practical unit expressed in the social worker's professional practice in the Presidente Prudente's region/SP**. 2020. 358 p. Tese (Doutorado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

The research carried out for the purpose of obtaining the title of doctor has the object of study the professional practice of social workers. The research problem built deals with the expressions of the construction of the theoretical and practical unit present in the professional practice of social workers. To this end, we analyzed the process by which social workers in the Presidente Prudente region build the theoretical and practical unit in their professional practice. The methodological path of the research has constituted in three moments. The first: the literature review that dealt with the relationship between theory and practice and its possible configuration as a unit, identifying the particularities of the discussion related to that unit. The literature review took place through an online survey of articles published in journals in the area of Social Work that discussed the theoretical and practical unit in professional practice. The second moment took place through field research, with social workers who work in the region of Presidente Prudente - SP. The approach took place through telephone contacts and instant messaging applications, to effect the invitation to participate in the research. After the process of approaching the subjects, the questionnaire sent online, via the Google Docs platform. 151 questionnaires were sent and 113 responses were received. The third moment was the realization of interviews with 10 subjects, with the objective of knowing and understanding the way social workers think and build theoretical and practical relationships. It has founded that the professionals, in the implementation of public policies and in the care for users, present a wide range of actions operationalized in their professional routine. They also respond to requests and demands mostly linked to the institutional interests and needs of the spaces where they operate their work. In the execution and planning of their professional actions, the social workers surveyed understand and consider as determinants of their professional practice the knowledge of the norms of public and social policies in which they are inserted professionally; the knowledge to support professional work and the knowledge about the social reality in which they are inserted as workers. We obtained, as research findings, the construction of the relationship and the theoretical practical unit based on three elements: establishing the referred relationship from a pragmatic point of view; establishing from the legal norms of public and social policies and; establishing as a theoretical and practical unit as a movement and contradiction between knowledge and interventional reality.

Key words: Social work. Professional practice. Theoretical practical unit. Work. Social worker's work. Social worker's working conditions. Knowledge mobilized.

COUTO, Eduardo Luis. **La unidad teórica y práctica expresada en la práctica profesional de los trabajadores sociales en la región de Presidente Prudente/SP.** 2020. 358 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMEN

La investigación realizada con el fin de obtener el título de médico tiene como objeto de estudio la práctica profesional de los trabajadores sociales. El problema de investigación construido aborda las expresiones de la construcción de la unidad teórica y práctica presente en la práctica profesional de los trabajadores sociales. Con este fin, analizamos el proceso mediante el cual los trabajadores sociales en la región de Presidente Prudente construyen la unidad teórica y práctica en su práctica profesional. El camino metodológico de la investigación se constituyó en tres momentos. El primero: la revisión de la literatura que trató la relación entre la teoría y la práctica y su posible configuración como una unidad, identificando las particularidades de la discusión relacionada con esa unidad. La revisión de la literatura se realizó a través de una encuesta en línea de artículos publicados en revistas en el área de Trabajo Social que discutió la unidad teórica y práctica en la práctica profesional. El segundo momento tuvo lugar a través de la investigación de campo, con trabajadores sociales que trabajan en la región de Presidente Prudente - SP. El enfoque se llevó a cabo a través de contactos telefónicos y aplicaciones de mensajería instantánea, para efectuar la invitación a participar en la investigación. Después del proceso de acercamiento a los temas, el cuestionario se envió en línea, a través de la plataforma Google Docs. Se enviaron 151 cuestionarios y se recibieron 113 respuestas. El tercer momento fue la realización de entrevistas con 10 sujetos, para conocer y comprender la forma en que los trabajadores sociales piensan y construyen relaciones teóricas y prácticas. Se encontró que los profesionales, en la implementación de políticas públicas y en la atención a los usuarios, presentan una amplia gama de acciones operativas en su rutina profesional. También responden a solicitudes y demandas relacionadas principalmente con los intereses y necesidades institucionales de los espacios donde operan su trabajo. En la ejecución y planificación de sus acciones profesionales, los trabajadores sociales encuestados comprenden y consideran como determinantes de su práctica profesional el conocimiento de las normas de las políticas públicas y sociales en las que se insertan profesionalmente; el conocimiento para apoyar el trabajo profesional y el conocimiento sobre la realidad social en la que se insertan como trabajadores. Obtuvimos, como hallazgos de la investigación, la construcción de la relación y la unidad teórica práctica basada en tres elementos: establecer la relación referida desde un punto de vista pragmático; estableciendo a partir de las normas legales de políticas públicas y sociales y; estableciéndose como unidad teórica y práctica como movimiento y contradicción entre el conocimiento y la realidad intervencionista

Palabras clave: Trabajo social. Unidad teórica práctica. Yo trabajo Trabajo del trabajador social. Condiciones de trabajo del trabajador social. Conocimiento movilizad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Distribuição dos Periódicos on-line por Qualis e local de hospedagem	25
Quadro 2	– Distribuição de artigos por periódicos, ano de publicação, título e endereço de acesso	26
Quadro 3	– Distribuição dos dados relativos à constituição da amostra da pesquisa.....	30
Quadro 4	– Distribuição dos sujeitos da pesquisa por faixa etária.....	32
Quadro 5	– Distribuição dos dados gerais dos cursos presenciais e a distância, por categoria administrativa, no estado de São Paulo, que ofertam o curso de Serviço Social.....	79
Quadro 6	– Definição dos núcleos de fundamentação da formação dos assistentes sociais a partir das Diretrizes Curriculares de 1996	83
Quadro 7	– Distribuição dos assistentes sociais por área de atuação e tipo de contrato de trabalho	139
Quadro 8	– Distribuição dos assistentes sociais por área de atuação e natureza do espaço sócio ocupacional	142
Quadro 9	– Distribuição do público-alvo das ações profissionais realizadas pelos assistentes sociais.....	148
Quadro 10	– Distribuição das atividades profissionais realizadas pelos assistentes sociais	150
Quadro 11	– Distribuição demonstrativa da participação profissional em ações políticas	153
Quadro 12	– Relação dos conhecimentos sobre a fundamentação do trabalho considerados determinantes no exercício profissional	168
Quadro 13	– Distribuição dos conhecimentos sobre as normativas das políticas públicas e sociais	175
Quadro 14	– Relação dos conhecimentos sobre a realidade social considerados determinantes no exercício profissional.....	179
Quadro 15	– Distribuição dos conhecimentos sobre a direção social da profissão considerados determinantes no exercício profissional.....	181

Quadro 16 – Distribuição dos conhecimentos sobre a direção social da profissão considerados determinantes no exercício profissional.....	184
Quadro 17 – Distribuição dos conhecimentos sobre as demandas de atendimento direcionadas ao assistente social.....	185
Quadro 18 – Distribuição dos conhecimentos sobre planejamento e trabalho desenvolvido nas políticas públicas e sociais considerados determinantes no exercício profissional.....	189
Quadro 19 – Distribuição das atividades profissionais direcionadas aos usuários	207
Quadro 20 – Relação das ações profissionais direcionadas à Gestão de Políticas Públicas e Sociais.....	216
Quadro 21 – Distribuição das requisições profissionais direcionadas à gestão de Políticas Públicas e Sociais ou do serviço.....	239
Quadro 22 – Relação das requisições prevalentes apresentadas e relacionadas aos usuários	245
Quadro 23 – Distribuição das demandas prevalentes dos usuários solicitadas no local de trabalho	246
Quadro 24 – Distribuição das requisições socioprofissionais	248
Quadro 25 – Distribuição comparativa das atribuições privativas da profissão para as quais os profissionais são chamados a responder no cotidiano com os incisos do art. 5º da Lei 8662/93.....	256
Quadro 26 – Relação das competências profissionais para as quais os profissionais são chamados a dar respostas no cotidiano comparadas com os incisos do art. 4º da Lei 8662/93.....	264

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CEDEPSS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFAS	Conselho Federal dos Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRAS	Conselho Regional dos Assistentes Sociais
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
FACON	Faculdade de Conchas
LEP	Lei de Execução Penal
NOB-RH SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializada à Família e Indivíduos
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIESP/FAPEPE	União dos Institutos de Ensino do Estado de São Paulo / Faculdade de Presidente Prudente
UNOESTE	Universidade do Oeste Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A PROFISSÃO E A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO ELEMENTOS FUNDANTES DA UNIDADE TEÓRICO- PRÁTICA.....	36
1.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO: O DEBATE CONTEMPORÂNEO	62
1.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA	77
1.2.1 O Debate a Partir dos Fundamentos Teórico-Methodológicos do Serviço Social.....	94
1.2.2 A Incidência e o Impacto da Relação Teórico-Prática no Estágio Supervisionado e na Supervisão Acadêmica em Serviço Social.....	98
CAPÍTULO 2 - TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA.....	105
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: CONCEPÇÕES E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	105
2.1.1 Reflexões sobre o Trabalho Cotidiano, o Perfil e o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais.....	117
2.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	137
2.3 OS CONHECIMENTOS MOBILIZADOS PELO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO COTIDIANO.....	161
CAPÍTULO 3 - A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO- PRÁTICA.....	194
3.1 AS EXPRESSÕES DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	195

3.1.1	As Requisições, Demandas e Competências Requeridas aos Assistente Sociais.....	235
3.2	AS EXPRESSÕES DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	270
3.2.1	A Unidade Teórico-Prática: movimento e contradição.....	274
	CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
	REFERÊNCIAS	315
	APÊNDICES	331
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE	332
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS APROXIMAÇÕES A UNIDADE TEÓRICO' PRÁTICA.....	340
	APÊNDICE C - FICHA CATÁLOGO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS CENTRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA TESE	341
	ANEXOS	352
	ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	353
	ANEXO B - TERMO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	356

INTRODUÇÃO

A presente tese é o produto de uma pesquisa realizada junto aos assistentes sociais que atuam na região de Presidente Prudente, situada no oeste do estado de São Paulo.

A escolha do exercício profissional dos assistentes sociais na região, como objeto de pesquisa, e as expressões da construção da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional dos assistentes sociais como problema de pesquisa, foram motivadas pela experiência profissional como assistente social do sistema penitenciário paulista, entre os anos de 2002 e 2014; também como membro integrante da Seccional de Presidente Prudente do CRESS 9ª região São Paulo; como direção e base no período compreendido entre 2002 e 2017; assim como ter exercido atividades de docência e supervisão acadêmica de estágio no curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, no período de 2009 a 2018.

Ou seja, a experiência, tanto como trabalhador quanto como membro de instâncias organizativas da profissão, possibilitou a identificação de elementos e de questões que desencadearam a construção do problema de pesquisa.

Àquela época, a experiência decorrente da inserção no sistema penitenciário nos inquietava, especialmente acerca das possibilidades de desenvolvimento da perspectiva de defesa de direitos e dos valores profissionais consubstanciados nos princípios fundamentais da profissão. Num contexto institucional que se estrutura historicamente na privação da liberdade e do direito e que, de partida, não oferecia possibilidades reais de colocar em movimento valores e princípios defendidos pelo Serviço Social no atendimento da população usuária, inclusive com a possibilidade do assistente social ao analisar a lógica institucional, a partir dessa sua imediaticidade, tende a construir ações que se distanciam dos direitos humanos e sociais.

Também como membro de três gestões da Seccional de Presidente Prudente do CRESS 9ª região São Paulo, compondo a direção, e também enquanto base, participando de ações alusivas aos processos de fiscalização e educativos propostos pelo Conjunto CFESS-CRESS, realizando ações tanto fiscalizadoras quanto educativas, nos deparávamos com situações em que o exercício profissional

era tensionado de diversas maneiras, especialmente relacionadas ao modo como os assistentes sociais identificam a profissão essencialmente teórico-prática.

Na ação como membro das gestões do Conselho, junto à sub-Comissão de Orientação e Fiscalização, é necessário entender como esses profissionais realizam as mediações teórico-práticas, como concebem e realizam as ações pertinentes à profissão. Também no exercício da docência, a requisição posta era de propiciar uma formação crítica, de qualidade, situada no contexto sócio-histórico, direcionada aos futuros assistente sociais.

Nas atividades desempenhadas nesse período, nos diálogos e debates, bem como nas ações, reflexões, reuniões e formações com os profissionais especialmente acerca do exercício profissional do assistente social, não raras vezes se tornavam claras as dificuldades expressas por esses trabalhadores em apontar e dialogar sobre o entendimento da unidade teórico-prática presente no seu exercício profissional e como expressavam e mediatizavam os referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos no cotidiano.

Tendo em vista que o exercício profissional dos e nos diversos campos requer dos assistentes sociais a capacidade de construir a unidade teórico-prática. E, na mesma medida, reconhecer a unidade teórico-prática como parte constitutiva do seu trabalho também comparecia como uma dificuldade nos discursos dos profissionais.

Na dissertação de mestrado com o título “A configuração da prática do assistente social no sistema penitenciário do estado de São Paulo”, defendida em 2012, já nos propusemos a refletir sobre o exercício profissional do assistente social, naquele momento dentro de uma área em específico – o sistema penitenciário no estado de São Paulo. A conclusão do processo já possibilitou reflexões e questionamentos que levaram a propor a presente tese a ser defendida, tendo por elemento inicial a aproximação ao cotidiano do exercício profissional na região de Presidente Prudente/SP.

Essa rotina aproximada da realidade vivida pelos próprios profissionais nos instigou a aprender, apreender e compreender os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais no decorrer do exercício profissional. Conhecimentos esses que possibilitam aos profissionais estabelecerem mediações teórico-práticas que fundamentam sua ação profissional e também como assistente social a se reconhecerem como sujeitos do processo de construção da unidade

teórico-prática.

Os desafios percebidos possibilitaram a reflexão sobre como o profissional mobiliza o seu conhecimento para, nas inserções em que atua, construir a unidade teórico-prática, bem como perceber e reconhecer que as questões que os mobilizam também moviam outros profissionais.

Para os fins dessa tese, consideramos que o **trabalho do assistente social** é o conjunto de ações de caráter analítico e interventivo realizado pelo profissional nas políticas públicas e sociais, o **exercício profissional** é o modo como o assistente social pensa e executa o seu trabalho e a **ação profissional** é o ato propriamente executado pelo profissional.

A construção da unidade teórico-prática experienciada pelos profissionais, assim como as mediações dessa construção que impactam no processo formativo dos assistentes sociais e os desafios desta serão problematizados e aprofundados ao longo dos capítulos desta tese.

O nosso objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos assistentes sociais, tendo como objetivos específicos: conhecer as ações, atribuições, requisições e demandas que estão postas para esses profissionais, no tempo presente; mapear os conhecimentos mobilizados pelo assistente social para mediar a unidade teórico-prática no exercício profissional; e apreender a compreensão dos assistentes sociais acerca da constituição das expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional na região de Presidente Prudente.

Nesse sentido, buscamos com a pesquisa conhecer as condições do exercício profissional na região, o modo como os assistentes sociais mediatizam os conhecimentos teóricos e a ação profissional, assim como os conhecimentos mobilizados para realizar o processo de construção da unidade teórico-prática e como estes profissionais compreendem a constituição das expressões da unidade teórico-prática no seu cotidiano profissional, configurando o problema da pesquisa e que, com o qual, seria possível analisar as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional.

Entendendo a profissão como analítica e interventiva e, portanto, essencialmente teórico-prática, é de fundamental importância, para que esta se realize, que o profissional se aproprie de conhecimentos para a construção tanto da análise como da intervenção. É importante, porém, destacar que a apropriação de

conhecimento por parte da categoria resvala no modo como o profissional compreende e analisa os contributos teóricos como constitutivos da profissão. Nesse sentido, a possível dificuldade de compreender e analisar os referenciais teóricos e metodológicos, os quais são constitutivos da profissão, nos pareceu inicialmente se aproximar da categorização de Chauí (2000), ao explicar aquilo que a autora nominou de Paradoxo de Tschirnhaus.

Ao problematizar sobre as cartas trocadas entre Espinosa e Tschirnhaus, a autora apresenta o que ela denominou de “Paradoxo de Tschirnhaus”, quando este, em suas missivas, reflete sobre a assimetria entre a teoria e a prática, afirmando que a experiência seria o lugar de onde se poderia extrair a “regra geral” ainda colocando em xeque a existência do livre-arbítrio. Dessa forma, a argumentação de Tschirnhaus tinha como finalidade estabelecer uma contraposição ao pensamento de Espinosa.

Chauí (2000), ao refletir sobre as correspondências, em especial a “Carta 57”, escrita em 1674, na qual Tschirnhaus propõe a Espinosa a questão do “livre-arbítrio”, informa que a carta apresenta três movimentos com uma articulação interna: “no primeiro, Tschirnhaus apresenta um paradoxo; no segundo, propõe resolvê-lo apelando para a experiência, da qual se poderia extrair uma regra geral; e, no terceiro, entra na questão propriamente dita, a existência ou inexistência do livre-arbítrio.” (CHAUI, 2000, p. 58).

O que articula os três movimentos da carta, continua Chauí, “é o pressuposto de que Descartes¹ e Espinosa, aparentemente contraditórios, estão dizendo o mesmo, desde que se possa perceber de onde cada um deles fala ou o ponto a partir do qual suas perspectivas são traçadas” (CHAUI, 2000, p. 59). Sobre o que afinal seria o paradoxo, a autora responde: “Que dois filósofos usando o mesmo argumento (*eadem ratione*), um demonstre algo ser falso, e, o outro, verdadeiro.” (CHAUI, 2000, p. 59). A proposta exposta de resolução do paradoxo, no texto, é apontada como “invocando a experiência” e, continuando, esclarece conforme exposto por Tschirnhaus:

¹ Tschirnhaus utilizou para sua argumentação situação anteriormente vivida entre os dois filósofos, assim como as argumentações anteriores que estes trocaram entre si para, na problematização com Espinosa, chegar a um possível termo. É de se notar que Tschirnhaus tinha proximidade filosófica com Descartes.

Se dois homens, um afirma o que o outro nega, e ambos estão plenamente cômnicos do que estão dizendo, embora pareçam verbalmente contradizer-se, desde que se considerem seus conceitos, ambos dizem a verdade, cada qual em conformidade com seu conceito (CHAUÍ, 2000, p. 59).

Obviamente, no Serviço Social, há condicionantes outros que se interpõem, mas, por enquanto, tomemos essa reflexão como ponto para aproximação e sigamos a exposição de Chauí, a qual informa que:

Tschirnhaus julga que a experiência, como regra universal, confirma a teoria cartesiana de que um modo de pensar, enquanto modo de pensar, não possui nenhuma falsidade e que, se conhecermos as condições ou razões de uma afirmação ou negação, veremos que, em si mesma, corresponde a uma experiência real, ainda que não corresponda à verdade absoluta das coisas (CHAUÍ, 2000, p. 59-60).

Em síntese, a autora expõe que, na sua resposta, Espinosa – referindo-se aos dois homens que se contradizem e entram em controvérsias – faz uma correção que, em síntese, anula o Paradoxo de Tschirnhaus, ao dizer que: “Tschirnhaus terá razão se dois homens, enquanto usam as mesmas palavras, pensam coisas diversas ou enquanto pensam o mesmo usam palavras opostas.” (CHAUÍ, 2000, p. 63).

Diante do apontado, porém, a questão que fica e possibilita reflexão é: se dois assistentes sociais diante do mesmo fenômeno social estivessem pensando a mesma coisa e dizendo coisas diferentes, em que condição metodológica, da descoberta dos fatos, da reflexão teórica, ambos teriam razão? Ou ainda: o modo como o profissional interpreta o fenômeno social tem relação com seu ponto de vista teórico?

Seria simples e preconceituoso afirmar que falta a ambos a impregnação do pensamento filosófico, ou que, novamente, com uma carga severa de preconceito, que “um profissional é conservador” e outro “segue o projeto ético-político”, ou ainda que uma afirmativa do profissional é “falsa” e a outra é “verdadeira”.

Essas poderiam ser respostas simples que nos bastariam e não mobilizariam a pesquisa. E, mais ainda, o chamado “Paradoxo de Tschirnhaus”, conforme explicado pela autora, aproximado ao Serviço Social, nos remete às

argumentações de Guerra (2009a, 2009b) e Forti e Guerra (2016)², que destacam como elementos fundantes da fragmentação entre teoria e prática, o pragmatismo, e a racionalidade formal abstrata, que, na nossa concepção, para o assistente social que expressa ou afirma seguir a direção social da profissão, que se filia a um projeto, que se coloca na perspectiva crítica, que inclusive disputa essa mesma direção com outro projeto, que se coloca na perspectiva conservadora é paradoxal – argumento que pretendemos desenvolver no decorrer da tese.

Etimologicamente, o termo paradoxo advém, no latim, da junção das palavras *para* – contrário/oposto – e *doxum* – opinião –, significando algo como “contrário ao que se pensa” ou “contrário às expectativas”. Assim, um paradoxo seria uma afirmação de um determinado conceito mediante aparentes contradições ou termos incompatíveis.

A elaboração e entendimento inicial então é de que o paradoxo seria o oposto ao que a pessoa ou o interlocutor admite ser a verdade ou, então, uma ideia que contradiz a estrutura da mensagem inicial.

Cabe aqui apontar que o paradoxo é algo contraditório, porém não nos termos da contradição dialética exposta na tradição marxista, a qual pressupõe que o processo de aproximação a determinado dado ou conhecimento dar-se-á por meio de um conhecimento inicial, denominado tese, que será interposto por outro conhecimento contrário, a antítese, para se aproximar de um novo e outro conhecimento entendido como síntese.

Há, então, um processo de aproximações sucessivas ao conhecimento do objeto, o que não necessariamente muda o objeto de análise mas a compreensão do pesquisador sobre o objeto e duas determinações. Conforme Pontes (2008), esse processo – denominado mediação – possibilitará o acesso a uma compreensão do objeto inserido em uma determinada totalidade e também participa de outras totalidades que se relacionam e influenciam. Daí que o conhecimento e, principalmente, a aproximação ao conhecimento do objeto serão sempre históricos e provisórios, porque as características do objeto, na sua fenomenicidade e até na sua essência, a depender de qual ele seja, terão novas,

² Guerra e sua produção intelectual inaugurou o debate no Serviço Social a partir da Teoria Social crítica e é profícua na reflexão sobre o exercício profissional e suas expressões. No entanto, em sua obra “Instrumentalidade e Serviço Social”, a autora traz, de forma inaugural, o debate sobre a unidade teórico-prática no Serviço Social, também aí fazendo argumentação sobre a falsa dicotomia entre “teoria e prática”. Não é possível refletir sobre unidade teórico-prática no exercício profissional sem o recurso à sua produção.

outras e diferentes expressões.

Com relação à contradição dialética, Bottomore (2012, p. 134-135), preceitua que:

Na tradição marxista, as contradições dialéticas se têm caracterizado em contraste com (i) as oposições ou conflitos exclusivos ou “reais” (a *Realrepugnanz kantiana*), pois seus termos ou polos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva; e com (ii) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas à criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior. Associado ao primeiro contraste está o tema da “unidade dos contrários”, a marca registrada de toda a dialética ontológica marxista, de Engels a Mao Tsetung. Associados ao segundo contraste, estão os temas da “negação determinada”, da crítica imanente e da totalização, que são a marca registrada da dialética relacional, de Lukács a Sartre. Em ambos os aspectos, as contradições dialéticas são tidas como caracteristicamente concretas.

Há, assim, na tradição marxista, um elemento inerente e indissociável na concepção de contradição – a processualidade histórica. Nestes termos, a “verdade” será sempre aproximativa, o que distancia da contradição paradoxal que é estanque e fundada em pressupostos filosóficos e teóricos excludentes que não estabelecem o diálogo próprio desta tradição. Desse modo, levaria a uma verdade finalística e, de certa forma, absolutizada.

Conforme Marx (2007), a contradição dialética, com a qual funda seu pensamento, é essencialmente processual e histórica, ou seja, é construída/destruída/reconstruída na vida dos homens e mulheres. Além disso, é real e constituir-se-á em elemento teórico-filosófico central para sedimentar a categoria trabalho como fundante para a obra marxiana. Na contradição marxista, a realidade é objetiva e constituída de forças antagônicas que não se autoanulam ou cancelam, mas que irão, em movimento, transformar-se como, por exemplo, a existência cada vez maior e concentrada de grandes riquezas e de miséria extrema.

Nestes termos, há uma oposição e diferença analítica entre a contradição paradoxal e a contradição dialética marxista, no sentido de que a primeira estabelece reflexão a partir de oposições estanques e a segunda, de aproximações históricas e sucessivas. Se na primeira o processo filosófico se dá estabelecendo a desconexão opositiva entre os argumentos, a segunda se propõe a aproximar, negando o conhecimento inicial para estabelecer um conhecimento novo

e diverso do inicial, porém, e também já existente, mas não apropriado inicialmente pelo sujeito/pesquisador, indicando ainda as possibilidades de construção de uma aproximação histórica que não se limita aos conhecimentos postos na imediaticidade dos fenômenos.

Dito de forma mais aproximada à realidade profissional dos assistentes sociais com os quais vínhamos mantendo contato, parecia-nos “paradoxal” que esses profissionais afirmassem que o seu exercício profissional se vinculasse à direção social da profissão explicitada no Projeto Ético-Político Profissional e também afirmassem que a teoria e a prática não apresentam relação de unidade na diversidade ou, ainda, que os conhecimentos teóricos não são necessários para planejamento e construção da intervenção que particulariza o trabalho do assistente social.

Mesmo pressupondo e interpretando que esse entendimento pudesse ser histórico e sujeito a mudanças advindas das possíveis aproximações teóricas que o profissional realizaria durante sua vida profissional, especialmente aos fundamentos que atualmente regem a direção social da profissão, a afirmativa e a defesa de que a teoria e prática se encontram em uma relação de “não-unidade” se nos mostravam inconciliáveis com os pressupostos teóricos com os quais a profissão se aproxima. O que não significa dizer que, a partir dessa aproximação, há uma ruptura radical que possibilite extinguir as expressões do pensamento conservador, da teoria positivista, do pragmatismo, haja vista que a aproximação à teoria social-crítica também é processual, histórica e contraditória.

Tendo em vista a possibilidade de existir um paradoxo, como no exemplo acima exposto, no exercício profissional que se afirma na perspectiva de uma direção social estratégica, porém com uma prática constituída de forma difusa e sem clareza dos elementos presentes na construção da unidade teórico-prática, o profissional, agindo de tal forma e fundamentando o seu exercício profissional nessa relação, poderia inclusive se expressar como um *Doppelgänger*. Em outras palavras, o profissional afirmaria socialmente uma fundamentação de sua ação e, assim, construiria uma autoimagem profissional associada a uma direção social estratégica e, no seu cotidiano, exerceria a profissão de forma divergente do que afirma defender e fundamentar seu exercício.

A título de esclarecimento e segundo as lendas germânicas de onde provém suas origens etimológica e folclórica, o *Doppelgänger* é um monstro ou um

ser fantástico que tem o dom de representar uma cópia idêntica de uma pessoa que ele escolhe ou que passa a acompanhar (pressuposto de que todas as pessoas têm seu próprio *Doppelgänger*). Este ser, então, imita em tudo a pessoa copiada, até mesmo as suas características internas mais profundas, tendo a ação similar à metamorfose. O nome *Doppelgänger* originou-se da fusão das palavras alemãs *doppel* (significa duplo, duplicata ou réplica) e *gänger* (andante, ambulante ou aquele que vaga). Nas lendas germânicas, há a referência de que, em um determinado momento emblemático da vida de um indivíduo, este se depara com o seu *doppelgänger* podendo ou não sair vitorioso do embate. Se não o for, este seu duplo o mata e vive sua vida. Na ciência, não há explicação definitiva para tal fenômeno, embora doenças façam com que a pessoa tenha a sensação de que há alguém atrás dela, imitando seus movimentos ou até vendo tais “pessoas”, como no caso de pessoas acometidas pela esquizofrenia.

Conforme elucida Netto (2008, p. 144),

[...] os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Porém, se o profissional na atuação cotidiana utilizar e mobilizar recursos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos estranhos ou em descompasso com essa direção ou ainda não saber como fazer com que essa direção social se expresse no seu cotidiano, estaria realizando o exercício profissional de forma distanciada do que se coloca hegemonicamente para a categoria. Nestes termos, o exercício profissional seria desenvolvido numa perspectiva de espelhamento, ao contrário e oposto, sendo que o que se realiza se assemelha com o que se afirma realizar (a forma), mas é intrinsecamente diferente do que se propõe e efetivamente realiza (o conteúdo). Dito de outra forma, o profissional atua e exerce a profissão de forma parecida com aquele que afirma se fundamentar na perspectiva crítica porém o conteúdo, os conhecimentos acionados e a relação destes conhecimentos com a sua intervenção se dão em outra

fundamentação teórico metodológica.

Diante de tal possibilidade de forma e conteúdo do exercício profissional é que nos propusemos à **elaboração da tese de que a unidade teórico-prática deriva de uma construção que é processual e se constitui historicamente e na realidade social**. Assim, a partir dessa tese, advém o problema da pesquisa que se configura na busca por apreender as expressões da construção da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional dos assistentes sociais.

A questão que perpassa a tese é se a expressão profissional, enquanto duplo, incide de alguma forma na processualidade da unidade teórico-prática e, se assim acontece, como tal “personificação” se dá e se expressa no exercício profissional.

Toda pesquisa tem como escopo principal conhecer, sendo o conhecimento científico uma forma do ser humano produzir conhecimento. Nestes termos, a busca da pesquisa que derivou essa tese é um processo de busca de respostas, pois “a pesquisa científica tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas um determinado sistema explicativo vigente quanto colocar em xeque dado sistema.” (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 16).

Com essa possibilidade, esta pesquisa tem como proposta ser de natureza qualitativa, entendida por Minayo (2010, p. 22-23), como aquela que é capaz:

[...] de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Também será uma pesquisa analítica, pois a intencionalidade é de estudar e analisar as informações disponíveis acerca das expressões da construção da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional dos assistentes sociais. Para Fontelles *et al.* (2009, p. 6), esse tipo de pesquisa é compreendida como aquela que:

[...] envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em um determinado estudo, observacional ou experimental, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população. É mais complexa do que a pesquisa descritiva, uma vez que procura explicar a relação entre a causa e o efeito.

Para tanto, pretendemos analisar os aspectos objetivos do trabalho e da formação do assistente social na região de Presidente Prudente, e como este se particulariza na região. Sendo assim, com essa finalidade, a pesquisa se configura como descritiva pois pretende, como dito por Soriano (2004, p. 24), “conhecer os aspectos e relações do fenômenos que ocorrem na sociedade” sendo que aqui, mais em específico, as particularidades do exercício profissional dos assistentes sociais. A pesquisa buscará, ainda, com relação ao objeto proposto e referenciado em Gil (1999, p. 27), “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

Além dessas possibilidades, também entendemos que a pesquisa social é um tipo de pesquisa em que se torna possível desenvolver questionamentos e busca de fontes diversas de informação durante todo o processo de coleta de dados. Portanto, configurando-se como processo em que “a ação indagativa se move de maneira dinâmica em ambos os sentidos entre os fatos e sua interpretação.” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33). Nesta pesquisa, procuramos realizar algumas aproximações ao objeto e ao problema de pesquisa, uma vez que explicitam os procedimentos metodológicos utilizados no seu decurso. Em um primeiro momento, realizamos a revisão de literatura com o objetivo de identificar os autores que tratam da relação teoria e prática e da unidade teórico-prática.

O Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Associação Educacional Toledo de Presidente Prudente que no Parecer nº 2.653.649, Anexo B, aprovou a realização da pesquisa.

Essa pesquisa deu-se por meio de análise de artigos publicados em periódicos em base digital hospedados em programas de pós-graduação na área de Serviço Social e, com Qualis/2018 A, para o Serviço Social, no período de 2010 a 2018. Ressalva feita à Revista Serviço Social e Sociedade, a qual também tem classificação Qualis A1, no entanto é de responsabilidade da Editora Cortez. Por

outro lado, é inegável a contribuição na produção de conhecimento no Serviço Social historicamente realizado por essa revista que fez com que entendêssemos que sua permanência na pesquisa fosse mantida. A fixação da data inicial de 2010 deve-se ao fato de que é a partir deste ano que os periódicos hospedados nos programas de pós-graduação em Serviço Social foram indexados para publicação *on-line* em sua totalidade.

Também acessamos a Revista *Temporalis*, classificada como periódico Qualis B. Entendemos que tal periódico apresenta produções que, aproximadas ao objeto da pesquisa, podem contribuir com os nossos objetivos, além de ser editado sob a responsabilidade da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

Nossa opção pela pesquisa junto aos periódicos com classificação Qualis/2018 A deve-se por entendermos a reconhecida qualidade de pesquisa e exposição de conteúdos publicados, o que nos possibilitaria conhecer o que de mais atual tem sido produzido pelos pesquisadores da área do Serviço Social com relação à unidade teórico-prática.

Na pesquisa que empreendemos junto aos periódicos tivemos como escopo principal nos apropriar do modo como a discussão acerca da relação teoria e prática bem como o debate sobre a unidade teórico-prática tem sido estudado entre os pesquisadores da área do Serviço Social.

Quadro 1 – Distribuição dos Periódicos *on-line* por Qualis e local de hospedagem

Class. Qualis	Nome do periódico	Responsável pela hospedagem	ISSN	Endereço eletrônico
A 1	Serviço Social e Sociedade	Editora Cortez	2317-6318	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0101-6628&lng=pt&nrm=is
	Revista Katálysis	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC	1982-0259	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4980&lng=en&nrm=iso
A 2	Argumentum	Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES	2176-9575	http://www.periodicos.ufes.br/argumentum
	Revista Políticas Públicas	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA	2178-9575	http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica
	Em Pauta	Faculdade de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação da UERJ	2238-3786	http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta
	Revista Ser Social	Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB	2178-8987	http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social
	Textos e Contextos	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS	1677-9509	http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass
B 1	Temporalis	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS	2238-1856	http://periodicos.ufes.br/temporalis

Fonte: Sistematização realizada pelo autor no período de 2017 e 2018.

Nesses periódicos, que, durante o período entre 2010 e 2018, apresentaram um total 2410 artigos, foi realizada a identificação de 8 artigos (Apêndice C) que apresentaram como objeto a reflexão sobre a relação teoria e prática e a unidade teórico-prática.

Quadro 2 – Distribuição de artigos por periódicos, ano de publicação, título e endereço de acesso

Periódico	Ano de publicação	Título	Autor/a/es/as	Link
Temporalis	2010	A falsa dicotomia entre teoria e prática	Henrique Wellen, Ranieri Carli	http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3450
Revista Katálysis	2012	A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção	Rivânia Lúcia Moura de Assis, Iana Vasconcelos Moreira Rosado	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200006
	2016	Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio supervisionado	Moíza Siberia Sivla de Medeiros	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-49802016000300351&lng=pt&nrm=iso
Textos & Contextos	2013	A Relação Teoria/Método/Instrumentais: uma leitura a partir da concepção da profissão	Isabela Sarmet de Azevedo	http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/15323
	2014	Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana	Arnaldo Xavier e Regina Célia Tamasso Mioto	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18520
Argumentum	2017	“Na prática a teoria é outra” ou separa é armadilha do capitalismo?	Jane Cruz Prates, Giselle Carraro	http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424
	2018	Marxismo e Serviço Social: mediações e contradições entre teoria e prática	Henrique Wellen	http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19530
Revista Políticas Públicas	2018	O Método Histórico em Gramsci: a unificação de teoria e prática	Josefa Batista Lopes	http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9793

Fonte: Sistematização realizada pelo autor no período de 2017 e 2018.

Procuramos identificar, a partir da leitura em profundidade, as construções, elaborações e análises construídas pelos autores dos artigos selecionados. A busca dos artigos tomou como base de busca os seguintes uni-

termos: teoria, prática, teoria e prática, unidade teórico-prática. Como forma de aproximação inicial a leitura dos artigos, foi realizada uma ficha catálogo, contendo as seguintes informações: título do artigo, nome do autor, link de acesso, palavras chave. As fichas foram apresentadas no final da tese, no apêndice C.

De forma mais geral, e diante dos números, pudemos identificar que a discussão sobre a relação teoria e prática e a unidade teórico-prática, no período, não compareceu de forma mais expressiva no debate da profissão, totalizando 0,33% dos artigos publicados no per.

Para analisar esses artigos utilizamos, como recurso metodológico, a Análise de Conteúdo que, de acordo com Bardin (1977, p. 42), é uma metodologia de análise que se configura como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Tal como preconizado pela autora, a nossa busca ocorreu tendo por base a leitura efetuada no conteúdo dos artigos publicados, não buscando atravessar significantes para atingir significados, mas atingir outros “significados” que estejam inerentes à mensagem.

Por meio da análise desses artigos, captamos as reflexões pré-textuais, tais como: as referências bibliográficas; concepção da relação teórico-prática e unidade teórico-prática; as problematizações realizadas pelos autores acerca do entendimento, pela categoria, da unidade teórico-prática; como é explicitado, nas produções, as expressões da construção da unidade teórico-prática no exercício profissional do assistente social; o comparecimento no debate profissional, a partir da concepção dos autores, em relação ao pensamento marxista e, no diálogo com produções teóricas anteriores do Serviço Social que se debruçam sobre o tema.

Como forma de sistematização, as reflexões decorrentes da análise dos artigos publicados foram organizadas em três grandes grupos, os quais entendemos que poderiam ser estruturados como tendências:

- Acerca das fundamentações teóricas das quais o Serviço Social se vale e as concepções construídas acerca da relação teoria e

prática;

- Sobre o modo como a unidade teórico-prática incide no exercício profissional;
- Sobre a incidência da unidade teórico-prática no estágio supervisionado e o discurso de que “a teoria na prática é outra”.

Logo, a unidade teórico-prática é refletida pelos autores, a partir da apreensão da sua constituição e da sua expressão no exercício profissional e, também, a partir da realidade vivida pelos pesquisadores.

O segundo momento é a pesquisa com sujeitos. Buscamos identificar os profissionais a partir de dois critérios: registro no Conselho Regional de Serviço Social 9ª região – São Paulo e em efetivo exercício no ano de 2017 em Presidente Prudente e região.

Na divisão administrativa do CRESS-SP, a base geográfica da Seccional coincide com a base da região administrativa de Presidente Prudente, composta por 53 municípios, subdivididos na região de governo de Presidente Prudente, também conhecida como Alta Sorocabana e, nas regiões de governo de Adamantina e de Dracena, que juntas formam a região da Alta Paulista. Geograficamente, essa região administrativa está localizada no extremo oeste do estado de São Paulo, na divisa com o estado de Mato Grosso do Sul a oeste e com o estado do Paraná ao Sul. Apresentava, em 2015, por meio de dados compilados a partir do DATASUS, 894.830 habitantes, uma densidade populacional que tem no setor rural a atividade econômica que mais se sobressai. Ademais, a economia regional tem base na agricultura, na agropecuária e nas atividades agroindustriais.

O comércio local apresenta importância estratégica na geração de empregos e de riquezas, porém não acontece com o destaque econômico ou de geração de riquezas das atividades anteriormente citadas. Nas últimas décadas, a região de Presidente Prudente tem apresentado as menores taxas de crescimento do estado, tratando-se da que apresenta a terceira menor taxa de urbanização estadual e a segunda menor densidade demográfica do estado.

A criação de gado, assim como a produção de cana-de-açúcar e de ovos formam o tripé agropecuário da região, sendo que a atividade industrial nela desenvolvida é pouco significativa e com pouca expressividade estadual. Desse modo, produz, basicamente, bebidas e alimentos, atrelados com a criação de gado.

Segundo dados da Seade (2019), no primeiro trimestre de 2019, os empregos formais na região – que detêm 1,3% do total dos empregos formais do estado – elevou seu nível em 2.139 postos de trabalho, com 16.464 admissões e 14.325 demissões. A ocupação que, no período, apresentou maior saldo positivo, foi a de trabalhador da cultura de cana-de-açúcar com 942 novos postos absolutos, seguida da posição de faxineiro com 211 novos postos absolutos. No mesmo período, as ocupações com maiores saldos negativos foram: vendedor de comércio varejista, com diminuição de 171 postos absolutos, e alimentador de linha de produção, com menos 129 postos. Essa região é a segunda menos desenvolvida economicamente no estado de São Paulo, ficando à frente apenas a região do Vale do Ribeira.

Segundo relatos orais de assistentes sociais trabalhadoras dessa região, o Serviço Social começa a ter espaços de trabalho, especialmente junto à gestão pública, a partir de finais dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, período em que as referidas profissionais informaram que começaram a se organizar para que aqui também tivesse implantada, em 1979, uma Seccional do CRESS – à época, designada de Delegacia Seccional, a qual começou a funcionar em sede própria e mantida por meio das contribuições dessas trabalhadoras no ano seguinte.

É importante destacar que a informação acerca do quantitativo numérico de profissionais foi emitida pelo setor de contabilidade do Conselho, quando ainda fazíamos parte da direção da Seccional naquele período, isto é, recebemos, nesse momento, a informação numérica. Entretanto, não obtivemos autorização da Sede do CRESS SP para ter acesso aos dados dos sujeitos, tais como: endereços, telefones e e-mail – informações essas que estão disponibilizados no banco de dados do Conselho. Assim, contatamos os sujeitos pessoalmente, por meio de nossa própria rede de contatos, pelo Facebook, pelo WhatsApp, também por meio da nossa inserção em grupos de profissionais nas regiões (de Dracena/Adamantina, de Presidente Venceslau), ou seja, utilizando outras ferramentas comunicacionais para estabelecer contato com os sujeitos que, por sua vez, também indicavam contatos de outros profissionais em efetivo exercício ativo da profissão.

Outro critério utilizado para a identificação do efetivo exercício profissional deu-se por meio da possibilidade de inserção das assistentes sociais em atividades profissionais. Para tanto, tomamos o ano de 2017 como referência para

identificação e escolha dos sujeitos da pesquisa, e para o primeiro momento da aproximação com os profissionais. Neste contato, identificamos que os assistentes sociais assumem diversas funções, destacando: assistentes sociais; gestores de serviços ou políticas; coordenadores de setor e/ou de equipe; ocupantes de cargos genéricos a exemplo do analista de desenvolvimento agrário; monitor(a) social; educador(a) social; professor(a).

Tomamos como período cronológico do desempenho dessas funções ou atividades, o ano de 2017 como de referência para identificação e escolha dos sujeitos da pesquisa e, para o primeiro momento da aproximação com os profissionais.

Assim, a amostra da pesquisa foi estabelecida da seguinte forma:

Quadro 3 – Distribuição dos dados relativos à constituição da amostra da pesquisa

Número de profissionais registrados no CRESS SP – Seccional Presidente Prudente e em efetivo exercício no ano de 2017	430
Número de assistentes sociais contatados pessoalmente, por telefone, ou por aplicativos de mensagens instantâneas	250
Número de assistentes sociais que aceitaram receber o questionário para iniciar a participação na pesquisa	151
Número de assistentes sociais que responderam ao questionário	113

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Conforme exposto no quadro acima, dos 250 profissionais com os quais estabelecemos contato, 151 aceitaram participar da pesquisa. Desta forma, esses 151 constituíram a amostra da pesquisa. Destes, 113 responderam ao questionário, configurando 75% do total de profissionais com os quais estabelecemos contato, constituindo-se em número de respondentes que entendemos adequado, o que possibilitou a construção do perfil dos profissionais.

A escolha do envio dos questionários deve-se por identificado como “um instrumento e coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador.” (MOROZ; GIANFALDONI, 2006, p. 66). O instrumento de pesquisa foi disponibilizado aos profissionais por meio do processador de texto Google Docs³. Tendo em vista a amplitude territorial da região e as cidades onde os profissionais desempenham suas atividades de trabalho, esse instrumento possibilitou atingir, na nossa avaliação, um maior número de assistentes

³ O Google Docs faz parte do pacote de *software* gratuito, baseado na Web, oferecido pela empresa de serviços *on-line* e de *software* Google, dentro de seu pacote de serviços Google Drive.

sociais ao mesmo tempo e em um espaço de tempo relativamente curto.

O questionário (Apêndice A) foi elaborado e dividido em quatro partes, a saber:

A primeira parte, denominamos de “Dados de Identificação e Formação Profissional”, contém questões sobre: identificação – exceto nome do profissional, local de moradia, dados de formação profissional e formação continuada, e atividades desenvolvidas para se manter atualizado.

A segunda parte, denominada “Dados relativos ao exercício profissional”, enfocou questões relativas a campo ocupacional, município onde trabalha, área de atuação, regime de trabalho, natureza do campo ocupacional, a importância expressa e relacionada ao campo de atuação, tempo de atuação, cargo e função exercida, forma de contratação e carga horária de trabalho.

A terceira parte, versando sobre “As condições objetivas de trabalho do profissional”, está baseada na Resolução CFESS nº 493/2006, que versa sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. Nesta seção, constam questões sobre o espaço de trabalho, condições técnicas de atendimento, o cotidiano de trabalho relativo ao público com que atua, participação em ações políticas, dentre outras, conforme o questionário em anexo.

Ainda nessa parte, foram construídas cinco questões abertas. Uma tratando das ações profissionais que o assistente social considera caracterizar o exercício profissional; a segunda referente aos conhecimentos e saberes que o profissional leva em consideração e que são determinantes para o fazer profissional quando este é chamado a planejar e/ou executar uma ação profissional; a terceira sobre as requisições que são solicitadas ao profissional no local de trabalho; a quarta sobre as demandas que, no cotidiano, no local de trabalho, são prevalentes quando o profissional é chamado a atendê-las e; a quinta sobre as atribuições privativas que o assistente social desempenha.

Na última parte do questionário, foi solicitado para o profissional assinar o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (Anexo A) anuindo sua participação nessa pesquisa.

Os profissionais foram contatados e os questionários foram encaminhados no período entre os meses de setembro e outubro do ano de 2017 para 151 profissionais, que se configuram em 35,11% dos 430 assistentes sociais em efetivo exercício naquele período, tornando-se, então, o universo de

nossa pesquisa. Desses 151, obtivemos a devolutiva, no final do prazo, de 113 questionários respondidos, que se configuram em 74,83% do total dos sujeitos contatados. Em termos de devolutiva dos questionários preenchidos, esse resultado também se mostrou satisfatório tendo em vista o espaço de tempo para elaboração das respostas tanto das questões fechadas como as 5 questões abertas, bem como da utilização do processador de texto Google Docs.

O perfil dos profissionais da região de Presidente Prudente e que são sujeitos da pesquisa segue as seguintes informações:

Quadro 4 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa por faixa etária

Idade	Número de profissionais
De 22 a 26 anos	13
De 27 a 36 anos	37
De 37 a 46 anos	27
De 47 a 56 anos	19
Com 57 anos ou mais	8
Não responderam	9

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Diante desses números, é interessante pontuar que, em razão das mudanças nas regras da aposentadoria, através da emenda constitucional nº 103 de 2019, os profissionais tendem a permanecer mais tempo no mercado de trabalho para conseguirem alcançar o limite temporal estipulado em lei no exercício da atividade bem como alcançar os critérios do afastamento remunerado. Assim, e em tese, os profissionais, na faixa etária entre 51 e 60 anos, poderiam estar em vias de aposentadoria ou já estejam aposentados e ainda estejam em exercício profissional.

As informações com relação ao sexo, apontadas pelos entrevistados, confirmam tendência histórica da profissão no país⁴: formada, predominantemente, por mulheres. Na presente pesquisa, tivemos a resposta de que, do total de profissionais, 96%, ou 108 dos entrevistados, são mulheres e 4%, ou 5 dos entrevistados, são homens.

Com relação à situação ou ao estado conjugal, há uma prevalência

⁴ Em 2019, o Conjunto CFESS-CRESS realizou uma pesquisa nacional sobre o perfil dos assistentes sociais brasileiros a ser publicada possivelmente em 2020. Para a afirmativa, baseamo-nos em pesquisa anteriormente realizada pelo mesmo Conjunto, publicada no ano de 2005.

nas respostas dos/as entrevistados, a saber: 74 respondentes são profissionais casadas(os). Além disso, são 27 solteiras(os), 10 profissionais divorciadas(os) e 2 profissionais separadas(os).

Com relação à pertença étnico-racial, a ampla maioria⁵ – 69 dos respondentes – define-se como branca. Com quantidade bem menos expressiva, alguns definem-se como pardos – 9 profissionais –, com números bem reduzidos, os que se definem como negros ou pretos – 3 – e apenas um respondente definiu-se como japonesa com relação ao tópico em questão.

Nesse sentido, o Serviço Social mantém na região aqueles elementos identificadores e identitários como sendo uma categoria majoritariamente formada por mulheres, da pertença étnico-racial branca, com religiosidade cristã – católica e protestante –, nascidas majoritariamente (mais de 50 % das entrevistadas) na década de 80 e, na sequência, na década de 60 do século XX. Dessa forma, tem-se o perfil do profissional no Brasil.

As demais questões fechadas, bem como as questões dissertativas, também foram organizadas no sentido de facilitar a análise das informações, o que possibilitou identificar um rico arsenal de respostas tanto quantitativa quanto qualitativamente demonstrando a qualidade e a profundidade do exercício profissional dos assistente sociais na região. Assim, com base na análise das respostas registradas pelos sujeitos da pesquisa, foi possível compreender, preliminarmente, as relações estabelecidas pelos profissionais para dar consistência a sua ação cotidiana. O resultado dessa organização foi apresentado ao longo da tese.

A terceira fase da pesquisa deu-se por meio de entrevista realizada com 10 profissionais. O critério de escolha deu-se por uma divisão equânime entre profissionais docentes ou que tivessem exercido a docência em Serviço Social e profissionais não docentes. Também realizamos escolha de profissionais que, na segunda fase da pesquisa atuam nas áreas que mais expressivamente compareceram, a saber: assistência social, saúde e, sócio jurídico. Dentre os profissionais da área da assistência social, procuramos abarcar o lastro de atividades e funções desempenhadas como: a gestão da política, a gestão de

⁵ Nesta pergunta, dos 115 entrevistados, 96 responderam à pergunta relativa ao pertencimento étnico-racial, na resposta ainda compareceram 4 apontamentos de não declaração, 4 de não terem pertencimento algum, 2 sem identificação étnico-racial e 1 apontamento relativo à religião.

serviços, a proteção básica e especial, a atenção direita ao usuário. Também que esses profissionais desempenhassem suas atividades há cinco anos ou mais, que na nossa avaliação, poderia propiciar aos mesmos diversas e profícuas experiências nos seus espaços interventivos.

O processo das entrevistas ocorreu entre agosto e outubro de 2019, sendo que todos os profissionais também assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). As entrevistas foram sistematizadas tendo como norteador as expressões da unidade teórico-prática na realidade interventiva dos profissionais e, as características dos diversos conhecimentos acionados nesta relação. O escopo era de captar os acionamentos realizados pelos profissionais no seu cotidiano e que, expressariam as construções da unidade teórico-prática realizadas e acionadas no cotidiano do exercício profissional dos entrevistados.

Com relação à divisão entre profissionais que tivessem algum envolvimento com a docência e outros que não era de que os profissionais docentes, ou que tenham desempenhado a docência, teriam mais desenvoltura e proximidade com o objeto e problema da pesquisa. No entanto, esse pressuposto não foi confirmado com as entrevistas porque o conteúdo das respostas não se diferenciou a ponto de indicar pontos de vistas distintos ou diferentes entre os sujeitos.

É também importante pontuar que estabelecemos com os sujeitos estratégias de devolutiva dos resultados da pesquisa, enviando uma cópia via – email, no formato pdf, assim como também organizando rodas de conversa com os assistentes sociais com o escopo de socializar os resultados da pesquisa.

A apresentação da tese e a divisão dos capítulos estão organizadas, além da presente Introdução, em quatro capítulos subsequentes.

O primeiro capítulo, intitulado “O Serviço Social na contemporaneidade: profissão e o trabalho do assistente social como elementos fundantes da unidade teórico-prática”, trata sobre a caracterização do Serviço Social na contemporaneidade, especialmente da profissão a partir dos marcos legais do atual Projeto Ético-Político Profissional, o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662/93, e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o curso de Serviço Social do ano de 1996.

No segundo capítulo, intitulado “Trabalho e condições de trabalho do assistente social: as possibilidades de construção da unidade teórico-prática”,

procuramos nos aproximar da concepção de Serviço Social e trabalho, a partir de referenciais teórico-marxistas, e de como está sedimentado o exercício profissional na atualidade. Para tanto, foram apresentados os dados da pesquisa com os profissionais, em que procuramos demonstrar as particularidades desse exercício, assim como o trabalho e as condições de trabalho do profissional na região de Presidente Prudente – SP; as requisições e demandas, competências e atribuições; como também as atividades que realizam na referida região.

No terceiro capítulo, intitulado “O debate acerca da unidade teórico-prática constitutiva da profissão”, apresentamos o debate e as tendências por nós captadas dentro desse debate sobre a unidade teórico-prática constitutiva da profissão, assim como as aproximações e expressões da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional da região, que se mostraram acontecer a partir de três perspectivas: (i) como uma relação estabelecida a partir do ponto de vista pragmático; (ii) como relação estabelecida a partir das normativas legais das políticas públicas e sociais; e (iii) como unidade teórico-prática enquanto movimento e contradição a partir da relação de unidade teórico-prática, os conhecimentos identificados e mobilizados pelos profissionais, além de expressões e a compreensão dos assistentes sociais sobre a unidade teórico-prática no exercício profissional.

E no quarto capítulo, as considerações finais apontaram o caminho percorrido pelo pesquisador no processo de construção de conhecimento e as sínteses elaboradas, provisoriamente, em direção ao objeto de pesquisa com vistas a refletir sobre a possibilidade do *Doppelgänger* se estabelecer na relação teórico-prática do exercício profissional dos assistentes sociais.

CAPÍTULO 1

O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: A PROFISSÃO E A FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COMO ELEMENTOS FUNDANTES DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA

“É que Narciso acha feio tudo que não é espelho”.
Sampa – Caetano Veloso

Para os fins dessa tese, não pretendemos ou entendemos necessário recontar o processo sócio-histórico no qual o Serviço Social⁶ se institui como profissão no capitalismo em sua fase monopólica, mas trazer elementos da profissão que são constitutivos do trabalho do assistente social tendo em vista que o objetivo proposto é o de proceder uma análise da relação teórico-prática e da unidade teórico-prática constitutiva do exercício profissional dos assistentes sociais. Assim, apresentaremos a profissão, neste capítulo, a partir dos desafios indicados pelo trabalho do assistente social, no sentido de captar e apontar o problema de pesquisa que permeia toda a tese, ou seja, as expressões da construção da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional dos assistentes sociais.

Compreendendo que o exercício profissional se configura de forma analítica e interventiva em estreita vinculação, a análise e a intervenção se implicam para a expressão do exercício de forma crítica e com clara direção social estratégica. Essa concepção é fundamentação para refletir sobre a unidade teórico-prática constitutiva da profissão.

Tal concepção pressupõe que, para que o exercício profissional aconteça, sejam acionados os fundamentos teóricos, como elemento mobilizador e mediador do conhecimento profissional e da realidade social a que ele tem acesso e se aproxima.

⁶ Indicamos, como elemento de contribuição, os seguintes livros que apresentam o processo sócio-histórico do Serviço Social: AGUIAR, Antonio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1995; BORGIANNI, Elisabete & MONTAÑO, Carlos (org). Metodologia y Servicio Social: hoy em debate. São Paulo: Cortez, 2000; CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993; IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1983; MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 2ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1991; MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2007; NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992; ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

Nesse sentido e com esse escopo, as fundamentações positivistas e marxistas foram e são aquelas que o Serviço Social, de forma mais explicitamente, no seu desenvolvimento sócio-histórico, apropriou-se. Isso não significa afirmar que estas são as únicas ou que há uma oposição discursiva de nossa parte entre elas. Consideramos que essas teorias, enquanto fundamentações teórico-metodológicas, responderam e respondem, nos seus tempos históricos, às necessidades teóricas para que a profissão discuta e construa possibilidade de respostas interventivas às expressões da questão social – objeto do exercício profissional nos diversos espaços de inserção socioprofissional.

Apesar de responderem como as principais fundamentações teórico-metodológicas do Serviço Social, enquanto teorias sociais, o Positivismo e o Marxismo não podem, por suas constituições, dialogar a partir do princípio do ecletismo, o que não significa que, apesar da atual hegemonia do marxismo, a orientação positivista ainda não tenha incidência na fundamentação teórico-metodológica profissional, especialmente fora da academia. Em realidade, pode, inclusive, também ser percebida, especialmente ideologicamente junto ao recurso à Fenomenologia e às chamadas teorias pós-modernas.

A nosso ver, a incidência da Fenomenologia e das chamadas teorias pós-modernas tanto podem implicar na tentativa de conciliação de teorias sociais distintas, quanto numa apreensão e concepção da relação ou da unidade teórico-prática equivocadas e, por consequência, na sua expressão no exercício profissional.

Entre as duas teorias sociais⁷, o Positivismo foi a que primeiro incidiu como fundamentação para o Serviço Social brasileiro e este, especialmente no campo das Ciências Sociais, tem no pensamento de Durkheim o seu principal expoente, e o chamado positivismo sociológico que o autor inaugura tem, como hipótese central e fundamental, conforme Minayo (2010, p. 81), a compreensão de que “a sociedade humana é regulada por leis naturais que atingem o funcionamento da vida social, econômica, política e cultural de seus membros”, cabendo então ao cientista/pesquisador que se debruçarem sobre a análise da sociedade, de uma

⁷ Reafirmamos que trabalharemos com o Positivismo e o Marxismo por serem as principais teorias modernas, e que mais incidiram no Serviço Social brasileiro. Não queremos, no entanto, subjugar ou sublevar outros pressupostos teóricos. Nossa compreensão é de que a incidência de outros pressupostos tem um impacto teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, cuja expressividade não tem o mesmo vulto que essas duas.

comunidade ou de um grupo descobrir e entender as leis determinantes do seu funcionamento. Nas palavras de Durkheim:

Porém, dir-se-á que um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles, portanto, se não for geral. Sem dúvida: mas se é geral, é porque é coletivo (quer dizer, de certo modo obrigatório) e nunca coletivo, por ser geral. É um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles; está em cada parte porque está no todo, e não no todo por estar nas partes. [...]. Um sentimento coletivo, que se manifesta numa assembleia, não exprime apenas o que havia de comum, entre todos os sentimentos individuais. É resultante da vida comum, um produto das ações e das reações entre as consciências individuais; e se ressoa em cada uma delas, é em virtude da energia especial que deve justamente à sua gênese coletiva (DURKHEIM, 2001, p. 37).

É a partir dessa compreensão de que as técnicas e os métodos utilizados no positivismo se assemelham aos empregados nas ciências naturais, como na Biologia, por exemplo. Nesse sentido que o Positivismo, especialmente na vertente sociológica,

[...] afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social (LÖWY, 1975, p. 39).

A busca, então, que se empreende no Positivismo é pela verdade objetiva, pela identificação e análise das leis universais que regem os fenômenos sociais, colocando-se como a única possibilidade para que os resultados obtidos em uma pesquisa apresentem uma valoração universal. Desse modo, cabe ao pesquisador uma posição de neutralidade ideológica com relação ao objeto pesquisado.

Nessa perspectiva, os fenômenos sociais são concebidos como imutáveis, seus males inevitáveis e o pesquisador, diante dessa realidade, teria de se resignar diante de tal realidade, que traz implicações conservadoras ou não transformadoras – revolucionárias para a ação investigativa. Ou, dito de outro modo, como expõe Löwy (1975), implica em que esta seria a única forma de conceder aos resultados da pesquisa uma valoração universal.

O meio para que tal concepção se efetivasse seria por meio de uma espécie de “autoneutralização ideológica” do cientista social, cabendo aos sujeitos – e ao pesquisador – um claro papel de resignação e conformação. Concepção essa que fica mais clara partindo da afirmação de Durkheim (2001, p. 12) de que “o nosso método não tem nada de revolucionário. É até, de certa forma, conservador, pois considera os fatos sociais como coisas em que a natureza, por mais flexível e maleável que seja, não se modifica.”

Yazbek (2018) expõe que o método positivista irá trabalhar com e a partir das relações aparentes do fatos, buscando a regularidade e a invariabilidade de relações, assim como abstrações para que possa chegar a sua explicação do fenômeno estudado, trabalhando, por meio das relações aparentes que o fato apresenta, seu imediado e observável, circunscrevendo seus objetos de investigação numa perspectiva formalista. Com essa estrutura metodológica, o método positivista irá restringir a “visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação”, conforme Yazbek (1984, p. 71). Sendo assim, a partir da análise construída com esse método, se acontecerem mudanças, estas dar-se-ão tomando por base e respeitando a ordem estabelecida com uma defesa invariavelmente voltada para ajustes e conservação na sociedade.

O que se verifica é que, no tocante à relação teoria e prática, no Positivismo, é estabelecida e apresentada uma dicotomização entre essas instâncias, em oposição e excluindo-se mutuamente. Até porque, conforme apontam Wellen e Carli (2010), à época em que o Positivismo se eleva como teoria social hegemônica no decurso posterior à Revolução Burguesa, a unidade entre teoria e prática é perigosa, pois é o proletariado, por meio de sua atividade que apresenta, então, as condições de realizar a unidade entre elas, uma vez que é ele que está em condições de realizar essa unidade especialmente num sentido político, social e cultural revolucionário, o que colocaria em risco o sistema social em vigência.

No Positivismo, então, a teoria é entendida e posta fora dos âmbitos prático e interventivo nas relações sociais, e a sua existência dá-se na perspectiva da conservação e da contrarrevolução, tal como expressa Durkheim (2001, p. 104): “[...] a ciência só aparece quando o espírito, abstraindo toda a preocupação prática, aborda as coisas com o único fim de ter representações. A ciência abstraindo toda preocupação prática, postula as coisas com o único propósito de representa-las.”

Assim, a preocupação prática é o fim da ciência, mas não no sentido

de mudá-la, antes de mantê-la a partir da realidade fática em que se expressa. É nesse sentido que o fato social se torna elemento fundamental na construção teórica e metodológica do Positivismo, entendido como:

[...] toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2001, p. 40).

Para o Positivismo, os fatos sociais são os instrumentos sociais e culturais que determinam as maneiras de agir, pensar e sentir na vida de um indivíduo, obrigando-o a se adaptar às regras da sociedade. Também são as normas sociais, valores, convenções e regras que existem independentemente da vontade e da existência do indivíduo. Deste modo, o fato social está na percepção do indivíduo que será condicionada por realidades sociais que impõem os limites do comportamento a serem aceitos pela sociedade. Conforme expõe Durkheim (2001), os fatos sociais apresentam três características: sua *generalidade*, que ocorre quando os fatos sociais são coletivos e não individuais, atingindo assim toda a sociedade; a *exterioridade*, porque existem antes do indivíduo e estão organizados antes mesmo do nascimento deste; a *coercitividade*, que se relaciona ao poder / à força que os padrões culturais de uma determinada sociedade impõe aos indivíduos que a integram. Assim:

[...] se inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida [...]. O método positivista visa, assim, afastar a ameaça que representam as idéias negativas, críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do Iluminismo e do socialismo utópico (LÖWY, 1975, p. 22-23).

Os fatos sociais, a partir da caracterização de Durkheim, criam um consenso social forçado pois, a partir destes, a vontade coletiva irá submeter a todos os membros da sociedade e o indivíduo está circunscrito em um contexto social no qual, a partir da solidariedade, se integrará. Tal consenso contribui para a eficiência das ações coletiva e solidária na perspectiva positivista, que até hoje é acionada, especialmente, no que tange ao desenvolvimento de ações no enfrentamento das expressões da questão social. Destarte, há um determinismo na compreensão dos

diferentes problemas da sociedade que mobilizam os indivíduos sociais, sem, no entanto, refletirem ou criticarem a estrutura dessas determinadas situações.

Como já dito, o Positivismo é conservador, mormente por conta de suas raízes históricas legadas da defesa da sociedade burguesa e, enquanto fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro, instrumentalizou o conservadorismo ideológico que já referendava as práticas profissionais na sua emergência no país, especialmente vinculadas à Doutrina Social da Igreja, a qual imprimia a valoração da prática profissional, ligada aos valores cristãos e dogmas católicos, naquele período.

O Serviço Social, no Brasil, na sua configuração inicial, conforme aponta Iamamoto (2008), fez parte de todo um processo implementado pela Igreja Católica, no sentido de uma revitalização conservadora, ou seja, dentro de um movimento social mais amplo que a própria profissão, com bases confessionais e em articulação com as propostas de formação, tanto social quanto doutrinária dos leigos católicos.

Dessa maneira, conforme informa Netto (2007a), o conservadorismo, no período, também será acionado e fará parte da tradição teórico-cultural que se torna subsídio ideal para o Estado burguês no capitalismo monopolista. Ao se filiar às proposições positivistas, que equalizam o social com a natureza e que entendem que os sujeitos sociais não estão habilitados para direcionar a sociedade segundo os seus projetos – do Estado burguês –, torna-se refratário à vontade e razão dos sujeitos sociais.

Aos profissionais, então, com a perspectiva conservadora advinda dos primórdios da profissão e fundamentação teórico-metodológica positivista, e sendo acionados e inseridos no corpo das ações junto à população como parte técnica do aparelho estatal, era requerida a transformação das expressões da questão social entendidas sob esse escopo, como: disfunções, desvios e anomalias que necessitam de tratamento.

Tal compreensão individualizava e particularizava a incidência das expressões da questão social, inclusive desistoricizando as possibilidades de análise, investigação e intervenção que o profissional pudesse realizar. Essa vinculação e esse referenciamento da prática profissional foram designados por Iamamoto (2008) como arranjo teórico doutrinário, por não se constituir necessariamente em teoria e também fundado em elementos doutrinários, os quais

se vinculam à expressão de determinada fé, e não poderiam fundamentar técnica e cientificamente ações profissionais.

Nesse contexto, verifica-se a funcionalidade histórica do Serviço Social, então entendido como “tecnologia de organização dos componentes heterogêneos da cotidianidade de grupos sociais determinados para ressitua-los no âmbito desta mesma estrutura cotidiana através de uma manipulação planejada” (NETTO, 2007a, p. 96), o que reitera a exposição de Netto (2007a) de que toda profissão é fruto histórico das necessidades sociais e políticas que ensejam a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

A opção teórico-metodológica do Serviço Social, até o período em que se dá sua **renovação**⁸, discussão que iremos aprofundar ao longo do capítulo, estava majoritariamente vinculada a um projeto de profissão conservador, com ligação a uma direção social de caráter burguês, com a defesa da manutenção da hegemonia das classes dominantes e, com fundamentação teórica preeminentemente positivista.

O processo que ficou conhecido como Renovação do Serviço Social brasileiro pode ser entendido como Nesse período a: O processo que ficou conhecido como Renovação do Serviço Social brasileiro pode ser entendido como um

[...] conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e de assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2007a, p. 131)

Netto (2007a) também define as expressões das direções dessa renovação como: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura e. como processo, está confere nova estatura e avanços ao Serviço Social brasileiro. Tanto a primeira quanto a segunda direção se assentam em um projeto profissional conservador. Do nosso ponto de vista, objetivamente, eram as direções possíveis teórica e metodologicamente para a categoria naquele tempo histórico. Por outro lado não possibilitam teologicamente a superação da sociedade de classes, que só será possível a partir da perspectiva emancipatória

⁸ Sobre a Renovação ocorrida no Serviço Social brasileiro, ver Netto (2008a).

manifesta a partir dos anos oitenta do século XX, com a identificação de elementos da terceira direção. Tal perspectiva se gesta no Brasil, no início dos anos 1970, mesmo que com as limitações do recurso ao “marxismo vulgar” (Netto, 2007a), até porque era a possibilidade de acesso à obra marxiana nos estertores da Ditadura Militar no Brasil⁹, uma vanguarda profissional sedimenta caminho para que nas décadas seguintes se possa reordenar epistemologicamente os fundamentos do Serviço Social brasileiro. O Método de BH¹⁰ é exemplar desse momento histórico pela sua busca de superação das bases constitutivas de um Serviço Social microscópico e psicologizado, (Góin, 2019). É marco incontestado dessa direção de intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro o Congresso da Virada que sedimentará a dimensão política da profissão.

No bojo e prosseguimento da direção da intenção de ruptura, o Serviço Social brasileiro se (re) organiza nos elementos éticos, políticos, teóricos, metodológicos, possibilitando a construção do currículo mínimo de 1982¹¹, que apresenta os marcos sócio políticos do projeto de formação para os assistentes sociais; o Código de Ética de 1986, ambos documentos construídos na década de 1980 do século XX, chegando também nos instrumentos legais - Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, e, as Diretrizes Curriculares de 1996, regulamentados na década de 1990 do século passado, que referendam o chamado Projeto Ético Político do Serviço Social.

Teixeira e Braz, fundados em Iamamoto (1982) apontam que a dimensão política se explicita em movimento, na organização, na formação e no trabalho do assistente social, pois

⁹ Indicamos para apropriação do momento histórico da Ditadura Militar no Brasil: Netto (2014) e Chagas (2014).

¹⁰ Para apropriação do desenvolvimento do Método de BH, sugerimos a leitura de: Netto (1991) e Santos (1982).

¹¹ Sobre o Currículo Mínimo de 1982, consultar o site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS: <http://www.abepss.org.br>.

Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social à nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 189).

No que concerne ao trabalho profissional, as influências e os fundamentos teóricos impactam, porque dão substância e corpo argumentativo ao agir, ao exercício profissional, porque resulta e é produto teórico e prático de seus agentes e que, assim contribuem para a construção da imagem social da profissão e nesse sentido, a maneira como o profissional se apropria das referências teóricas e analíticas, incide também sobre como o próprio exercício profissional é percebido.

Retomando a discussão acerca do período da renovação do Serviço Social brasileiro, expresso nas duas primeiras direções sinalizadas por Netto (2007), cabe dizer que a

[...] imagem socialmente construída acerca desse profissional é a de que, uma vez voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário e profundo conhecedor de sua situação pessoa, será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento (ORTIZ, 2010, p. 135).

No que concerne ao trabalho profissional, as influências e os fundamentos teóricos impactam, uma vez que dão substância e corpo argumentativo ao agir ao exercício profissional, porque resulta e é produto teórico e prático de seus agentes e que, assim, contribuem para a construção da imagem social da profissão. Nesse sentido, a maneira como o profissional se apropria das referências incide também sobre como o próprio exercício é percebido.

Logo, e em referência à fundamentação positivista, entende-se que pode incidir e dar substância a práticas deterministas, nas quais os profissionais entendam e as compreendam como socialmente determinadas, e que pouco ou nada é possível e passível de realização. Esse determinismo também apresenta o seu anverso nas práticas voluntaristas, isto é, aquelas em que os agentes profissionais entendem que a sua ação fundada na “sua vontade” é suficiente e

autorreferente junto às demandas com as quais lida cotidianamente.

Tais entendimentos, conforme aponta Iamamoto (2008), desconsideram que a prática profissional¹², ou como aqui desenvolvemos o trabalho profissional, encontra seu estabelecimento no movimento contraditório da sociedade e da realidade, assim como é determinada tanto pelas condições históricas e da conjuntura em que se desenvolverá quanto pelas respostas que a própria categoria constrói, dentro desses limites. Portanto, o trabalho profissional é atividade que se estabelece em um movimento contraditório, e como atividade que é determinada pelas condições históricas e conjunturais também mediadas pelas respostas dadas pela categoria nos limites da própria realidade.

Já com relação à prática social, instância em que o trabalho profissional se insere, haja vista a amplitude da primeira em relação à segunda, e sua compreensão no meio profissional sob a influência do Positivismo/Conservadorismo, Iamamoto (2008) aponta a existência das concepções fatalistas e messiânicas, as quais se travestem de concepções naturalistas e idealistas da vida social. As compreensões advindas dessas visões compreendem a prática social como uma atividade qualquer, sendo que a concepção utilitária se traduz na preocupação com a eficácia técnica e com resultado que possa ser mensurado, visível e imediato, inclusive apreendendo a prática social a partir da imediaticidade de sua expressão fenomênica como se autorrevelasse.

Tais características, até porque se autorreferenciam, levam a uma recusa da teoria que não esteja afirmada nesses parâmetros de eficácia resolutive, assim como na crítica aos teóricos por estarem “distantes” das experiências de prática/exercício profissional executados na imediaticidade. Ademais, tal defesa profissional eleva a experiência dos “práticos” como aqueles que se encontram em condições mais efetivas de executar a prática profissional, por estarem mais aproximadas das experiências da vida cotidiana da população.

Essas distorções na análise do trabalho do assistente social, que no imaginário profissional dicotomiza os espaços da investigação e pesquisa do

¹² Compreendemos que o termo prática profissional possa ser designado conforme Baptista (2009, p. 17) aponta como tendo relações sociais complexas que a configuram. Desse modo, situando-se no âmbito das relações sociais concretas de cada sociedade, sintetizando um movimento e conjuntura históricos e como trabalho profissional do assistente social que se afirma como trabalhador assalariado e participa de processos de trabalho, numa relação de compra e venda de sua força de trabalho, a partir da concepção burguesa de liberdade. Nesta tese, compreendemos que designar **trabalho profissional** contempla, especialmente, o segundo ângulo apontado por Baptista (2009) para prática profissional.

espaço da intervenção, desdobram-se em comportamentos diante da prática profissional. A prática fatalista, conforme Iamamoto (2008), entende a ordem capitalista como natural e imutável, contra o qual a profissão não teria o que fazer ou, no máximo, buscar aperfeiçoamento do quadro de tarefas que são postas à profissão e, num diapasão oposto, a prática messiânica privilegia as intenções e os propósitos, com expresso voluntarismo incapaz de desvendar o movimento da sociedade e o seu rebatimento social, assim como sua incorporação na prática profissional. É uma visão mágica, heróica, ingênua da prática profissional também fundada numa possibilidade tão mágica quanto da transformação social, empobrecendo a análise da prática social.

“Fatalismo e messianismo; ambos prisioneiros de uma análise da prática social que não dá conta da historicidade do ser social gestada na sociedade capitalista.” (IAMAMOTO, 2008, p. 115).

Essas compreensões da prática social e da prática profissional gravitam ou recebem influência conservadora, positivista, no sentido de que, conforme aponta Iamamoto (2008), estão também aproximadas de determinismos próprios da teoria positivista bem como da compreensão conservadora do mundo. O estabelecimento da relação teoria e prática, sob a perspectiva positivista, e ainda fundada na compreensão conservadora do mundo, obstaculiza a possibilidade de que o exercício profissional cotidiano se dê a partir da unidade entre as instâncias teóricas e práticas em movimento.

Essa é uma relação que incide na compreensão de que o profissional possa exercer ações de investigação e de pesquisa que, para o Positivismo, é próprio e específico de cientistas sociais apenas, o que não caberia às profissões com características interventivas como o Serviço Social.

Essa compreensão estabelece uma oposição entre pesquisadores e profissionais da intervenção, inclusive no entendimento dos assistentes sociais aproximados a ela, de não reconhecer a unidade teórico-prática como constitutiva da profissão e que implica no entendimento de que a profissão não teria, também, características investigativas.

Assim, em se entendendo que há profissionais que utilizam, nos tempos atuais, esse entendimento que sob um princípio de ecletismo, a referência e fundamento teórico-positivista, há uma dificuldade de ordem teórico-prática para se entender e se apropriar da relação teórico-prática sob o prisma de unidade na

diversidade, porque estes entendem que essa é tarefa de outro profissional.

Com relação à Teoria Social de Marx, a unidade teórico-prática é um de seus elementos constitutivos, e mais especificamente de seu método, cuja aproximação como pressuposto teórico-metodológico do Serviço Social foi construída num processo crescente a partir dos anos 80 do século XX.

Conforme Netto (2009) expõe, o método de Marx não é nem um conjunto de regras formais a serem aplicadas em um determinado objeto recortado para determinada investigação, nem um conjunto de regras a serem escolhidas pelo pesquisador para enquadrar seu objeto de investigação. Destarte, Netto (2009, p. 699) afirma que o método em Marx “implica uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe, o pesquisador, para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.” Ou, ainda, nas palavras do próprio Marx (2013, p. 90):

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Os pressupostos teóricos formulados por Karl Marx estabelecem uma interpretação da relação da teoria e da prática, inserida no âmbito do modo como o homem interpreta e analisa as determinações constitutivas da realidade. Para Marx (2010), a partir do trabalho, o homem contrapõe-se ao objeto, afirmando-se como sujeito em um movimento para dominar a realidade que se apresenta objetivamente e, assim, o homem irá modificar tanto o mundo e a natureza quanto a si mesmo. É o trabalho que cria o valor de uso, que é necessidade natural do homem e imprescindível no seu metabolismo com a natureza, independentemente da forma da organização da sociedade. O trabalho é a ação do homem sobre a natureza e sobre si mesmo com finalidades estabelecidas para o seu desenvolvimento. O homem estabelece relações com a natureza e com outros homens a partir do modo como, por meio do trabalho, o homem age sobre a natureza (MARX, 2010). O objeto de pesquisa e a reflexão crítica de Marx constituíram-se na busca da interpretação e análise crítica da configuração do

trabalho no modo de produção capitalista, a degradação que capitalismo introduz no trabalho, transformando-o de ação criadora à realidade opressiva e sufocante materializada por meio da divisão social do trabalho.

Na busca de contraposição desse encaminhamento do trabalho e da vida humana no capitalismo, Marx esboça um conceito de práxis que, conforme aponta Vazquez (1977), é um processo teórico-prático, buscando valorizar as necessidades dos trabalhadores, o processo de trabalho destes e o produto do seu trabalho. Já Lowy (1975, p. 104), fundamentando-se em Rosa de Luxemburgo, entende que práxis é o “elo dialético entre o passado e o futuro, entre as possibilidades abertas no processo histórico e sua realização” e ainda como “unidade dialética do objetivo e do subjetivo, das condições econômicas e da vontade consciente, como mediação pela qual a classe em si se torna para si”. Konder (1992) informa que Marx buscou pensar a atividade e a capacidade do sujeito, reconhecendo aí todo o poder material do homem como ser social de intervir no mundo. A práxis, sob essa perspectiva, constituía-se numa atividade “crítico-prática”, revolucionária, subversiva, questionadora e inovadora.

Marx, efetivamente, não conceituou ou explicou o movimento da unidade teórico-prática, o que também se aplica ao seu método de forma geral. Assim, para entendermos o que é a unidade teórico-prática e como ela se processa, é necessário um esforço interpretativo e aproximativo com autores que refletiram sobre esse conceito e as categorias essenciais, à luz da teoria social crítica.

Para nos aproximarmos do conceito de unidade, partimos da aproximação de Kosik (2011), que expõe ser o pensamento crítico ou dialético aquele que destrói a pseudconcreticidade para atingir a concreticidade, mesmo tendo em vista que a concreticidade que se possa atingir é perecível, ou seja, não será transformada apenas por essa aproximação que inclusive se processará historicamente. Logo, e metodologicamente, para realizar tal processo, o investigador realiza um:

[...] movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração, é um movimento no e do pensamento para progredir do abstrato ao concreto tem que mover-se no seu próprio elemento, o plano abstrato – negação da imediatez, da evidencia, da concreticidade sensível (KOSIK, 2011, p. 37.)

Sendo assim, o pensamento do sujeito atuará sobre a pseudoconcreticidade ou na imediaticidade em que o concreto se apresenta, na busca de compreender a complexidade das realidades social e humana, em um processo de reproduções espiritual e intelectual da realidade, dos fenômenos culturais partindo da prática objetiva do homem histórico. Conforme aponta Kosik (2011, p. 39):

Na ciência moderna o pensamento humano alcança tanto o conhecimento dialético, a concepção dialética do conhecimento – que se manifesta sobretudo na relação dialética da verdade absoluta com a relatividade do racional com o empírico, do abstrato com o concreto, do ponto de partida com o resultado, do postulado com a demonstração – como a compreensão dialética da realidade objetiva.

É assim que se evidencia um processo de unidade, entre o material, a realidade objetiva e a reprodução intelectual da mesma realidade, que também é desenvolvimento e explicitação dos fenômenos que incidem sobre a mesma realidade, a partir da atividade prática do homem num determinado desenvolvimento histórico, que pressupõe unidade da realidade objetiva que ultrapasse a imediaticidade. Ou seja, essa seria a conceituação de unidade a partir dos princípios marxistas e, como ainda aponta Kosik (2011, p. 45):

[...] essa compreensão mais profunda de unidade do real representa uma compreensão também mais profunda da unidade do real, que também representa uma compreensão mais profunda da especificidade de cada campo do real e do fenômeno, (que) têm origem na constatação de que a própria realidade, na sua estrutura, é dialética.

A concepção de unidade que expõe Kosik (2011) expressa que o real alcançado no processo de aproximação dialética é o real aproximado do pensamento, por isso concreto pensado e que une, pela elaboração do investigador, a sua apresentação inicial ao real com o concreto alcançado pelo processo de mediação aproximativa. O que se apresenta no processo exposto é uma interpretação acerca do fenômeno pela aproximação que se dá ao nível do pensamento e também na realidade.

Santos (2019) também informa que a unidade, especificamente se referindo à unidade teórico-prática, aponta para uma relação visceral entre

instâncias diferentes – que são interligadas, interdependentes, se complementam – mas que mantêm suas especificidades.

A compreensão de teoria da qual compartilhamos é daquela que, como forma de organização do pensamento científico, propicia um panorama de conexões e relações de um determinado domínio da realidade. São ideias, representações e ainda, conforme Kameyama (1989, p. 100), consistem “também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora.”

Logo, sem teoria não há ciência e conhecimento científico, porque ela é pressuposto central para o desenvolvimento desse e dos processos investigativos decorrentes da busca científica, bem como do próprio conhecimento que, na teoria marxista, está ligada à possibilidade de transformação a ser realizada numa prática social.

Daí que a teoria e a prática, especialmente a partir da interpretação do método de Marx, são autoimplicadas e se transformam, tanto no nível do pensamento quanto da realidade social. Elas estão em unidade na diversidade, o que pressupõe a ascendência da prática – aqui entendida enquanto prática social – sobre a teoria, no sentido de que a transformação efetiva só acontece na ação prática e essa é fundamento da teoria porque, conforme aponta Pereira (1982, p 70), “o homem “não teoriza no vazio, fora da relação de transformação” e a teoria que não se enraiza na prática se torna abstração e conjectura porque não ascendeu e retornou ao nível da ação.

É importante distinguir, na análise crítica da prática, que os pressupostos marxistas apontam para a prática social, que é prática dos homens, modo geral, e não de uma categoria profissional de forma específica. Portanto, a prática social não pode ser reduzida à prática profissional, haja vista que a primeira é constitutiva da práxis que, enquanto ação do homem, é prática produtiva, política e de conhecimento ou investigativa não específica de uma determinada categoria profissional.

Dentre essas práticas, há uma distinção importante a ser apontada: a práxis produtiva é o próprio trabalho, por meio do qual o homem transforma o mundo criando objetos úteis para a sua existência; a prática investigativa ou teórica oferece o conhecimento que é indispensável para a transformação – antecipando, idealmente, tal transformação, é a que delinea a posterior concretização –; a prática

social e política é a atividade de transformação propriamente dita que encontra, a partir dos pressupostos marxistas, sua mais alta forma na prática revolucionária.

Baseando-se no pensamento marxista, Konder (1992, p. 155) conceitua práxis como:

A atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete a ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Nessa concepção, evidencia-se uma relação da teoria e prática, não de forma dicotomizada, mas em uma perspectiva de unidade. Não há, da parte da teoria, um comando da prática, assim como não estabelece uma orientação para tornar a prática dependente das ideias próprias de sua instância, nem se dissolve na prática em um processo de anulação. Também aí a prática não está circunscrita como a aplicação da teoria, o que daria a esta determinadas características de imutabilidade ou de atividade previamente dada. A relação que se estabelece entre elas é de dependência mútua, sem que percam, enquanto pólos da realidade, suas identidades.

É importante destacar que, na perspectiva marxista, a apreensão teórica não se dá completamente e de forma imediata, porque a realidade é rica, complexa e repleta de determinações que, apesar do esforço do investigador, não será completamente captada tanto no decurso quanto no final do processos que este estabelecerá. Assim, ao proceder, no pensamento, o movimento de determinado objeto, é possível captar por aproximações sua constituição e esse é um processo que nunca será completo ou definitivo porque é dialético e contraditório, tal como a imagem da espiral do conhecimento nos mostra.

Conforme Vazquez (1977, p. 127), a teoria é incapaz por si só de transformar o mundo e “torna-se prática quando penetra na consciência dos homens.”.Desse modo, o homem, ao se aproximar e conhecer o objeto, muda-se a si mesmo e a sua interpretação do objeto, e, por consequência, sua ação sobre o objeto, que, a partir desse conhecimento, será qualitativamente para o homem diferente – o que já é tanto uma atividade prática e um resultado da unidade teórico-

prática. Em outro momento, Vazquez (1977, p. 203) ainda afirma, com relação à teoria, que:

Sua finalidade imediata é elaborar ou transformar idealmente, e não realmente, essa matéria-prima, para obter, como produtos, teorias que expliquem uma realidade presente, ou modelos que prefigurem idealmente uma realidade futura. [...]. A atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade, ou traça finalidades que antecipam idealmente sua transformação (VÁZQUEZ,1977, p. 203).

Nessa perspectiva, a teoria é o campo das possibilidades, das projeções e ideações enquanto que a prática é o campo da efetividade, das ações e realizações. Conforme explica Vazquez (1977, p. 193), a prática é caracterizada pelo “caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto”, estando aí inclusas as sensações ou percepções advindas dessa ação.

O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto enquanto tal como ele é em si, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. É a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de sua pesquisa. E essa reprodução é o conhecimento teórico, até porque, segundo leciona Kosik (1976, p. 13-14):

A realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade.

Sendo assim, a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto, e com o sujeito desempenhando um papel essencialmente ativo, apreendendo não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica, ou seja, como um processo. Para tanto, o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação, desempenhando o

essencial papel de sujeito da ação possibilitando, assim, que:

[...] ao converter-se a prática em fundamento, critério de sua verdade e finalidade do conhecimento, as duas posições têm que ser transcendidas, e da mesma maneira que não é possível ficar, uma vez admitido o papel decisivo da práxis, numa teoria idealista do conhecimento também não é possível continuar atendendo-se a uma teoria [...] que não passa de um desenvolvimento do ponto de vista do realismo ingênuo (VAZQUEZ, 1977, 149-150).

Tanto quanto a teoria não se efetiva em si mesma, a prática não é capaz de proceder a reflexão sobre si. Daí que a relação entre as duas é de unidade na diversidade e ambas são qualitativamente diferentes, mas complementares, pois:

[...] enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas (VAZQUEZ, 1977, p. 203).

O entendimento dessa inter-relação dialética, ou a sua compreensão ao nível do pensamento, pressupõe algumas condições. A primeira é relativa à unidade entre teoria e prática, ou seja, a concepção da teoria não está dissociada da prática, o ser não está separado do pensamento, pois a existência de ambas depende da relação de mutualidade que estabelecem entre si.

Assim e nessa perspectiva analítica, a teoria não existe autonomamente, e sempre será teoria de uma prática, que também implica que a prática, nessa relação de mutualidade, exista como sendo prática de uma dada teoria. Ou seja, nesse raciocínio é a relação entre elas que possibilita a existência de ambas.

Ainda a prática e a teoria, ou melhor, as teorias sobre a prática não podem ser entendidas isoladamente, o que pressupõe que a prática se insere em um contexto histórico, de ação do homem, de construção de algo novo, de produção da realidade, entendendo-se aí que a prática tem um sentido tanto social quanto histórico.

Para que a teoria se realize é preciso mediação entendida, segundo Pontes (2008), como movimento entre teoria e prática, entre o real e o ideal, o conceito e o fato e, nesse movimento, essas categorias se interpenetram e se moldam para a construção do novo conhecimento e da nova ação que também não

é uma situação ideal e finalística, constituindo-se como processual e aproximativa da realidade.

Logo, o conhecimento do real e sua apropriação pelo pensamento ocorrem por aproximações sucessivas, como já dito anteriormente, o que implica em um caminho de ida do objeto a ser apropriado pelo conhecimento ao conhecimento em si, e caminho de volta do conhecimento para o objeto que agora já tem qualitativamente outras características, captadas pelo homem e que serão mobilizadas para nova e outra ação diversa da que, em princípio, requereu o movimento da unidade teórico-prática.

Tal processo, no entanto, não absolutiza a elaboração ou a atividade teórica como explicação do real e do vivido porque é uma das muitas esferas da vida do ser social, tal como a atividade artística, a esfera da política, da religião e do direito.

Para o Serviço Social, a unidade teórico-prática é um dos elementos acionados pelo assistente social na execução do seu exercício profissional, fazendo parte do processo de mediação que o profissional mobiliza para realizar a interlocução entre os diversos conhecimentos que dispõe no sentido de conferir finalidades a sua ação, constituindo-se um processo teleológico mediatizando a causalidade das expressões da questão social por meio da qual é chamado a exercer sua ação e conhecimento especializado.

Por outro lado, a unidade teórico-prática não é instrumento, instrumental ou técnica com a qual o profissional irá lidar no cotidiano. Opera em outra ordem, situa-se entre a ação e o pensamento, entre o agir e o pensar, entre o realizar e a proposição. A unidade teórico-prática também não é categoria ou conceito estanque, é movimento e processo, por meio da qual o homem mobiliza conhecimentos de diversas ordens para realização de determinada ação prática ou de conhecimento.

A teoria, aqui, é entendida como parte e elemento central do método, sendo estruturada histórica, dinâmica e contraditoriamente. Ela possibilita municiar o exercício profissional, como trabalho concreto e abstrato, assim como expressar a competência profissional.

Tal compreensão pressupõe ser a unidade teórico-prática elemento constitutivo do exercício profissional independentemente da sua forma de expressão nos processos de investigação e intervenção profissionais ou, ainda, dos possíveis

referenciais teórico-metodológicos aos quais o profissional se filia no exercício do seu trabalho profissional.

A unidade teórico-prática não se esgota, todavia, como elemento de análise e investigação do real em si mesma. Dentro do método e da teoria social crítica de Marx, como processo aproximativo do investigador, propicia aproximação a um determinado tipo de conhecimento e de ação, uma determinada aproximação da realidade enquanto totalidade ou complexo de totalidades.

Wellen e Carli (2010) afirmam, baseando-se em Lukács, que a totalidade não é um produto ideal, um construto teórico de Marx. É uma condição da própria existência e nesta as relações humanas são um conjunto inesgotável de modalidades de interação, como a economia, o Estado, a família, o trabalho, a educação, a cultura, a arte, etc. Essas interações irão constituir, então, a vida individual de cada membro da humanidade em uma totalidade particular. Nesse sentido, as interações individuais e coletivas precisam ser levadas em conta no processo de análise da realidade social, objeto de investigação.

Para Marx, a sociedade é uma totalidade concreta, não como um todo constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, a sociedade é uma totalidade concreta e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples”. O que as distingue é o seu grau de complexidade ou, então, que a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos.

E, se há totalidades mais determinantes que as outras – como, por exemplo, no capitalismo, a totalidade econômica que se sobrepõe às demais totalidades –, elas se distinguem pela legalidade que as rege, ou seja, pelas tendências operantes numa totalidade que lhe são peculiares e não podem ser transferidas ou deslocadas para outras totalidades de forma direta.

Com relação à totalidade da sociedade burguesa, esta se revela como totalidade estruturada e articulada, cabendo ao investigador analisar cada um dos complexos constitutivos das totalidades bem como esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas.

Mas, conforme Netto (2009), a totalidade concreta e articulada que contempla a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades

inertes, mortas – e o que a análise registra é a sua contínua transformação.

A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las; também cabe à pesquisa descobri-las.

Temos, então, posta uma questão crucial, qual seja, a descoberta das relações entre os processos que ocorrem nas totalidades constitutivas, tomadas na suas diversidades, e entre elas e a totalidade inclusiva: a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; são e estão mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas pela estrutura peculiar de cada totalidade.

Conforme elucida Netto (2009), para Marx, sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta (a sociedade burguesa) seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter concreto, já determinado como “unidade do diverso”.

Assim, a complexidade do método de Marx impõe uma perspectiva do pesquisador, que também se coloca como sujeito na realidade investigada que é a de que este possa extrair dela múltiplas determinações que, então, propiciarão uma aproximação o mais fiel possível da complexidade da realidade. Para tanto, também é necessário o acionamento de múltiplos conhecimentos que tanto aproximem quanto auxiliem no desvendamento da complexidade do real.

As aproximações sucessivas ao conhecimento, enquanto capacidade do homem de construir relações sociais e de identificar a complexa trama das relações humanas e sociais, também pressupõem um método para realizá-las e, no Marxismo, é necessária a apropriação de todo conhecimento possível acerca do objeto a ser pesquisado – algo semelhante ao processo que o próprio Marx realizou durante boa parte de sua vida ao pesquisar sobre a sociedade burguesa e o capital.

Não diferente, o exercício profissional do assistente social, para se aproximar das expressões da questão social, objeto de sua ação profissional, irá acionar conhecimentos que não são unicamente os que estão colocados nos fundamentos teórico-metodológicos que utiliza na sua prática.

Dentre estes, destacamos aqueles que a nosso ver incidem diretamente nesse exercício, tais como: o conhecimento sobre a realidade social em que irá atuar, ou seja, dentre outras, sobre o território, a população, as

especificidades da demanda a ele apresentada. Além disso, conhecimentos sobre os fundamentos da profissão, seus marcos normativos e regulatórios que se constituem em elementos fundamentais e estratégicos para possibilitar o efetivo exercício profissional com amparo legal e normativo; os conhecimentos profissionais que podem ser expressos pela competência profissional, assim como pelo acúmulo da profissão e pelo acúmulo que o profissional adquire, se apropria e expresa no decorrer de seu exercício profissional.

Ainda é necessário que se acionem os marcos normativos sobre as políticas públicas e sociais nas quais os assistentes sociais estão inseridos como trabalhadores assalariados que tanto explicitam quanto delimitam as possibilidades interventivas, a partir da regulação social vigente no espaço em que se insere profissionalmente.

A complexidade – tanto na aproximação quanto na utilização e recurso ao método marxista, e nele à unidade teórico-prática – constitui-se um elemento que pode ser compreendido como de difícil execução no exercício profissional do assistente social, de forma mais geral, e esse movimento depende, essencialmente, de como o profissional se apropria e toma o método como possibilidade analítica.

O que se coloca em questão é a persistência do discurso de que há um descompasso entre a teoria e a prática no seio da profissão e que contribui para a criação do falso dilema de que não há relação e, por conseguinte, unidade entre a teoria e a prática. Com relação a esse discurso, é importante destacar não só o debate mas os argumentos utilizados por Santos (2010) e Guerra (2009a) que refutam tal argumentação.

Guerra (2009a), no desenvolvimento de sua argumentação sobre o tema, afirma que o Serviço Social não comporta apenas um padrão de racionalidade, entendendo essa como um núcleo inteligível que articula as dimensões constitutivas da profissão: técnico-operativa, teórico-metodológica, ético-política, interventiva, investigativa, analítica. Dessa forma, e como uma das racionalidades possíveis e existentes no Serviço Social, Guerra (2009a, p. 36) alega o paradigma da racionalidade formal abstrata, entendido esse como o “modelo explicativo da sociedade que abstrai dos fatos seu caráter ontológico, imputando na realidade uma lógica que lhe é externa”, e que, na análise das estruturas sociais,

fundamentando-se no pensamento de Émile Durkheim¹³, determina a predominância no modo de produção capitalista da forma material pela qual as coisas se expressam como mecanismo de apreensão dos processos sociais.

Nesse sentido, e a partir desse paradigma, para o assistente social e na sua consciência, não se estabelece vinculação entre condições objetivas sobre as quais intervém e a forma que essa intervenção adquire, o que obstaculiza, de princípio o estabelecimento de unidade entre teoria e prática porque já impede, na sua formulação, uma mediação essencial entre esses elementos.

O pensamento racionalista formal está de acordo com a estrutura teórica do Positivismo. Fundamenta-se nas representações especialmente produzidas pela classe dominante e apresenta, essencialmente, uma recusa em aceitar a unidade teórico-prática. Assim, entre essas representações e formulações teóricas, que são apresentadas pelo direcionamento ideológico burguês e a prática social e histórica dos homens reais, estabelece-se uma defasagem que obstaculiza e impede o estabelecimento da unidade teórico-prática.

O assistente social, então, ao apreender os dados sobre os quais atua como formas fixas, tende a identificá-los ao seu conteúdo e a estabelecer entre eles uma relação causal, cuja tendência é a de aceitar os fatos econômicos como determinantes numa análise de causa-efeito abstraindo outras determinações que incidem nos processos sociais.

Daí a veracidade dos fatos é necessariamente experiencial e a conceituação dos mesmos só é possível se decorrer dessa experiência. Consoante assevera Guerra (2009a), esse cientificismo encontra-se vinculado ao modo de ser do capitalismo assim como da ideologia burguesa e a racionalidade formal-abstrata deste decorrente possibilitará ao assistente social responder às necessidades instrumentais da ação profissional, ao nível empírico.

Para o assistente social, fundando-se seu exercício profissional nos pressupostos positivistas que, como dito acima, entende que o lócus da teoria, a ação investigativa/pesquisadora como próprias do cientista social, obstaculiza o entendimento de que o profissional é alguém que também elabora e constrói teoria, haja vista o entendimento de que sua ação profissional se colocará em campo oposto ao da investigação e pesquisa.

¹³ Sobre essa questão ver: "As regras do método sociológico", Émile Durkheim (2001).

Na concepção positivista, há uma cisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, realizados por sujeitos profissionais diferentes, o que intervém e o que investiga e constrói ciência. Desse modo, essa concepção foi tomada pelo Serviço Social – profissão eminentemente interventiva – como ratificadora do entendimento de que a atividade teórica não é necessária ou preponderante no seu exercício profissional.

Guerra (2009a) também expõe que a proposta de atribuir a uma categoria profissional uma possível transformação entre as conexões causais e racionais que se expressam na realidade objetiva extrapola qualquer possibilidade, tanto pessoal quanto profissional de realização, e provoca, de um lado, a inércia profissional ao visualizar esse esforço hercúleo e, de outro, acentua um voluntarismo profissional ao se visualizar tal possibilidade a partir da ação fundada na teoria social crítica.

Outro elemento que, na compreensão de Guerra (2009a), colabora para a disseminação do falso dilema de que “a teoria na prática é outra” é a tendência, por parte do profissional, a atuar a partir de modelos interventivos explicitando uma tendência à repetição de ações e práticas sem a necessária avaliação e análise de sua constituição e de sua validade interventiva. Nesse sentido, informa Guerra (2009a, p. 176) que:” Conceber a necessidade de modelos de intervenção ao se utilizar de padrões e fórmulas tradicionalmente consagrados na análise e intervenção na realidade, neutraliza as possibilidades de renovação da profissão.”

Nessa perspectiva, a utilização de “modelos interventivos” que apresentaram um resultado que, em outro contexto, momento e realidade sócio-histórica, alcançou um determinado objetivo julgado como positivo, não significa que, ao ser duplicado, alcançará, resultados iguais, semelhantes ou parecidos na realidade. Para além disso, a autora aponta que tal procedimento obstaculiza o novo, o diverso e o plural, fruto da realidade interventiva profissional.

De forma sumária, Guerra (2009a) entende que o modelo analítico-interpretativo adotado pelo profissional combina com a racionalidade abstrata se coloca como duas determinações conexas num processo para que, no seio da categoria profissional, se apresente a afirmação de que a teoria na prática é outra.

A primeira determinação funda-se no modelo analítico-interpretativo adotado pelo profissional que, nessa situação, dificulta a apreensão “da

racionalidade que constitui e movimenta os processos sociais, da leis, tendências, articulações e possibilidades” (GUERRA, 2009a, p. 176) e que, ao ser combinado na sua racionalidade subjetiva, que, como segunda determinação, articula-se à primeira, possibilitando e, a partir desse modelo de racionalidade, propicia a apreensão dos fatos e fenômenos sociais e a construção de suas representações e autorrepresentações.

Ainda com relação ao falso dilema de que “a teoria na prática é outra”, Santos (2010) apresenta que tal discurso parte de três entendimentos equivocados acerca da relação entre teoria e prática no Serviço Social.

O primeiro, de que a “teoria se transforma em prática”, funda-se na ideia de que uma teoria, que tem por orientação a ruptura com um referencial teórico conservador, deverá oferecer, de forma imediata, uma prática também de ruptura com a mesma ordem conservadora. Nessa perspectiva, estabelece-se uma relação direta e razoavelmente simplista de que uma teoria de ruptura levará necessariamente a uma prática de ruptura.

O segundo entendimento, explicitado por Santos (2010), coloca-se na contramão do primeiro. Nessa argumentação, a prática seria autossuficiente e falaria por si só, oferecendo respostas de forma imediata à teoria a ela referente e que, sob essa argumentação, seria a sistematização da prática. Aqui, na prática, a teoria é outra no tom de conformação, ou seja, a teoria se “adaptaria” à prática e essa última se coloca qualitativamente com mais importância que a primeira. Nesse entendimento, reduzem-se os conhecimentos a um único – o teórico – e todo o conhecimento seria sinônimo de conhecimento teórico, também se estabelecendo uma indiferenciação entre prática social e prática profissional, pressupondo que ambas apresentam igual significado e possibilidades analítica e interventiva para o assistente social, não guardando, aí, diferenças, inclusive de “grandezas”, haja vista que a prática profissional é menor e se insere em alguma determinada prática social.

No terceiro entendimento apontado por Santos (2010), que na sua organização remete ao primeiro, a argumentação é de que a teoria social de Marx não instrumentaliza para a ação, denunciando assim que a teoria não se relaciona de forma direta ou imediata com prática. Essa argumentação é direcionada de forma particular à direção social expressa pela profissão e a teoria social de Marx afirmando que a teoria social crítica não está se transformando em prática. Novamente, utiliza-se o argumento de que a teoria de ruptura não está se

transformando em prática de ruptura.

Como mecanismo e estratégia para que o profissional possa incorporar e expressar o falso dilema de que a teoria na prática é outra, Santos (2010, p. 50-51) explica que:

A passagem da teoria à prática profissional requer uma consciência da finalidade da ação profissional, dos resultados que se pretendem alcançar idealmente. Tal consciência requer conhecimento teórico que possibilite escolha da finalidade da ação, porque oferece uma análise das situações e dos processos sociais que envolvem a ação. Também identificar os meios possíveis para alcançar essa finalidade posta, avaliar suas implicações, também compreensão das relações causais que se interpõem entre a finalidade ideal e o resultado ela. Assim é necessário um conhecimento teórico que possibilite o projetar de ações idealmente e a compreensão do resultado possível a esse processo.

Concordando com Santos, nossa compreensão é a de que a unidade teórico-prática, enquanto acionamento entre essas duas instâncias, faz parte do acervo que compõe a instrumentalidade da profissão. Nesta mesma direção, Guerra (2009a) indica que a unidade teórico-prática faz parte da propriedade, capacidade que é adquirida no exercício profissional e com a qual os profissionais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no cotidiano.

A incorporação de uma determinada racionalidade, que se constitui no modo de pensar a realidade na imediaticidade, na forma de perceber a relação entre teoria e prática, penetra as representações e autorrepresentações profissionais (GUERRA, 2013b), repercutindo, dessa forma, na apropriação e na interpretação que o profissional faz do conhecimento teórico, em especial do marxismo.

Tal realidade impacta sobremaneira nas profissões e, no tocante ao Serviço Social, as diferentes expressões da unidade teórico-prática estão diretamente ligadas ao modo de pensar a realidade na imediaticidade e a concepção dessa relação, situação que se opera num processo que pode ocorrer de forma paralela ao ordenamento jurídico normativo da profissão na atualidade basicamente explicitado no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação Profissional, Lei 8662/93 e nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Desenvolveremos a argumentação nessa tese de que a relação teórico-prática se expressa junto aos profissionais pesquisados a) a partir das

condições de trabalho; b) a partir da racionalidade subjetiva e formal abstrata, e em decorrência também nas normativas da política de inserção profissional; e c) a partir das requisições apresentadas nos campos ocupacionais.

Por outro lado, a unidade teórico-prática, enquanto contradição, expressa-se por meio dos conhecimentos teóricos, dos fundamentos da profissão e das competências e demandas que expressam o exercício profissional. Neste diapasão, a unidade teórico-prática expressa-se como processualidade tendo como vetores o trabalho e a realidade social.

1.1 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO: O DEBATE CONTEMPORÂNEO

O Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, é regulamentado pela Lei nº 9662, de 07 de junho de 1993, com alterações introduzidas pela Lei nº 12.319/2010. Ademais, suas ações profissionais encontram delineamento no Código de Ética aprovado pela resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS nº290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011 (BRASIL, 1993, 2010; CFESS, 2011b).

Mesmo que, no corpo dessas normativas, a profissão seja regulamentada como profissão liberal – especialmente por dispor de um conselho de categoria próprio e porque é próprio das profissões liberais disporem de um Código de Ética –, ou seja, que o profissional habilitado para o seu exercício possa exercer por conta própria sua função, os assistentes sociais trabalham de forma majoritária como profissionais assalariados que também tem a ver com as condições do mercado de trabalho que incidem no modo como a profissão se institui no capitalismo, pois os profissionais não controlam as condições materiais e organizacionais do seu exercício como poderia se supor para os profissionais ditos liberais.

O assalariamento será, assim, um estatuto central para o entendimento, tanto da profissão quanto das suas características profissionais do assistente social como aquele que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Sob essa condição de trabalho no capitalismo, as possibilidades a serem construídas no seu cotidiano profissional estão necessariamente atravessadas pelas requisições estabelecidas pelo contrato de trabalho a que o profissional se submete,

o que restringe mas não impede seu exercício porque, dentre outras possibilidades, o profissional pode apresentar propostas interventivas fundadas nos seus conhecimentos teóricos, metodológicos, técnicos e operativos e direção ético-política – elemento que se torna fundamental para a compreensão das condições de realização do exercício profissional.

Outro pressuposto fundamental é a compreensão do Serviço Social na atualidade entendido como uma profissão que ocupa um particular espaço na divisão social e técnica do trabalho, advindo da singular requisição de atuar junto às expressões da questão social, especialmente por meio do acionamento de políticas públicas e sociais, sendo demandado que a questão social e suas expressões sejam tomadas como objeto da profissão, entendendo-a como um:

Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

Para lidar com tais situações, a profissão é requisitada, pela e por meio da execução, organização, planejamento de políticas públicas e sociais e o trabalho que os assistentes sociais desenvolvem é direcionado, de forma predominante, à população que vive em condição de vulnerabilidade social e em condição de pobreza, o que torna esses indivíduos sujeitos a quem o profissional direcionará sua ação.

Na execução dessas ações, o assistente social lida com componentes heterogêneos tanto na implementação das políticas sociais quanto na reprodução das relações sociais, enquanto trabalhador da ação estatal por meio das políticas sociais que buscarão lidar, atuar e administrar as necessidades humanas não atingidas pela ação do mercado, participando da reprodução da relações sociais dos segmentos populacionais com os quais atua, o que abrange as “formas de pensar e de apreender a vida social pela consciência.” (MARX, 2011, p. 23).

Essas vinculações se expressam também como “relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 26), o que denota que seu exercício se efetiva em níveis de complexidade singulares. Além do mais, indicam o acionamento de diversos saberes.

A atuação profissional dá-se, então, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender aos trabalhadores identificados como pessoas e grupos que buscam benefícios e serviços sociais, a garantia ou manutenção de seus direitos e possibilidades de condições de vida, de saúde, e econômica, assim como apoio de diversas ordens para que desenvolva processos de autonomia de vida.

O atendimento desses objetivos imediatos mobiliza a dimensão técnico-operativa, a instrumentalidade constitutiva da profissão para a resolução mesmo que a depender de como se realizará, momentânea e imediatista, das demandas apresentadas. E é na execução das respostas de atendimento desses objetivos postos por meio da identificação dos fenômenos decorrentes das necessidades sociais e com determinações institucionais que derivam de um ponto de vista classista sobre o modo como entendem e interpretam a realidade social.

São nessas bases que se desenvolve o exercício profissional do assistente social, como uma ação de um sujeito profissional que tem “competência¹⁴ para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais.” (IAMAMOTO, 1988, p. 21).

Esse desenvolvimento irá requerer que o profissional vá além das rotinas institucionais e busque, necessariamente, apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades ali presentes e passíveis de serem impulsionadas pela sua ação. A busca do desenvolvimento dessas competências exposta por Iamamoto (1988) também implica desafios, pois tanto a capacidade propositiva e de defesa do campo de trabalho quanto de suas qualificações e funções profissionais são frutos dessa possibilidade aberta pelo exercício profissional competente. Assim, “é preciso apropriação de possibilidades” (IAMAMOTO, 2001), que advém da realidade e nela existe, transformando-a em possíveis projetos e ações junto ao trabalho profissional.

Na intervenção profissional, o acionamento do saber e do fazer – como elementos da incidência técnica na realidade – é ação teleológica porque

¹⁴ Segundo o Dicionário Michaelis, a competência é a posse de determinada(s) característica(s) que, sendo necessárias, possibilitam a realização de uma determinada atividade. É ela que estabelece a autoridade sobre o assunto em referência. Logo, o profissional competente é aquele capaz de apreciar e resolver determinado assunto ou realizar determinada ação (COMPETÊNCIA, 1998). Iremos trabalhar mais pormenorizadamente a competência profissional no próximo capítulo.

implica escolhas conscientes entre alternativas. E será por meio desse acionamento que o profissional iluminará os fins visados e buscará os meios que entender serem adequados para alcançá-los.

Nestes termos, explicita-se o entendimento de que o exercício profissional se funda para além das suas características interventivas uma vez que é eivado de análise sobre a realidade social, objeto de sua intervenção para a realização de ações, reflexões, pesquisas, acesso a diversos conhecimentos, organizações política e administrativa que são acionadas a partir da requisição posta na realidade social na qual sua ação será realizada.

É importante, então, entender que o exercício profissional se expressa de diferentes formas para além da intervenção imediata sobre a demanda com a qual o assistente social é chamado a intervir: na intervenção propriamente dita; na formação; na investigação; na organização, dentre outras. Essa intervenção profissional é constituída de diferentes dimensões, sendo que dimensão é entendida como aquela propriedade que aponta a qualidade, a propriedade e a constituição de determinado elemento, aqui, o trabalho do assistente social.

Dentre as dimensões do exercício profissional, sobressaem-se as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que, de acordo com Santos, Souza Filho e Backx (2013, p. 23), estão em unidade na diversidade e ganham vida e direcionalidade por meio do trabalho desenvolvido pelo assistente social, sendo que a dimensão técnico-operativa entendida como “forma de aparecer” (GUERRA, 2009a) será aquela que irá expressar as demais e apontar a relação e a processualidade entre essas dimensões no exercício profissional.

A relação estabelecida entre essas dimensões pode ser descrita da seguinte forma: a teoria é utilizada como um instrumento de análise do real que é o lócus onde a intervenção profissional se realizará, acionando a dimensão teórico-metodológica que cria estratégias e ações interventivas que se expressam na dimensão técnico-operativa. Esta última está comprometida com um determinado projeto de profissão ou uma determinada direção social expressa pela profissão, que é o elemento basilar da dimensão ético-política e, consoante Guerra (2009a), assim se constitui a instrumentalidade da profissão.

Além das dimensões acima expostas, a profissão é analítica e interventiva e, portanto, no seu trabalho cotidiano, o assistente social movimenta seus conhecimentos, o que constitui a dimensão analítica, que está vinculada à

capacidade que o profissional, no decorrer de sua trajetória, desenvolve para analisar a realidade social e, baseada na interpretação sócio-histórica dos fenômenos sociais, construir mediações que conferem qualidades interpretativas e interventivas, no conhecimento e reconhecimento do seu espaço de trabalho, na realização da análise organizacional e explicitação do seu conhecimento sobre os espaços onde realiza suas atividades e no reconhecimento das suas competências, atribuições e a relativa autonomia profissional.

A visibilidade dessa dimensão no exercício profissional dar-se-á pelas mediações que o profissional realiza entre os conhecimentos adquiridos e a realidade social que é objeto de sua análise e, com esta, será possível interpretar a realidade, construir propostas interventivas que incidirão na realidade – objeto de sua análise e intervenção.

O acesso e o recurso à dimensão analítica serão, então, analisados tanto a partir dos conhecimentos teórico-metodológicos quanto dos saberes interventivos e procedimentais que o profissional adquire por meio de sua formação e no decurso do exercício da profissão. Esses conhecimentos são fundamentais para a caracterização da profissão como analítica e interventiva.

Essa característica também encontra escopo legal, haja vista que a Lei nº 8662/93 exige que o assistente social torne a produção de conhecimento um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, sendo esta uma condição prévia para que o exercício profissional seja competente e qualificado, consoante exposto nos incisos I, II, III, IV e VIII do art. 5º dessa lei que constitui as atribuições privativas¹⁵ do assistente social.

A direção social¹⁶ – como o elemento de relevo da profissão, expressa no exercício profissional – exprime-se no cotidiano além de dar visibilidade, consistência e coerência nas valorações ética e política acionadas pelo profissional na realização do seu exercício, fruto da organização e construção coletiva da profissão.

Porém, o recurso à direção social e a sua apropriação pela categoria dá-se de forma heterogênea porque terá por base tanto o entendimento do

¹⁵ Iremos discorrer mais sobre as atribuições privativas no Capítulo 3, ao tratarmos das análises sobre as respostas profissionais acerca dessas atribuições.

¹⁶ Ao pontuarmos sobre a direção social, estamos nos referindo à direção social expressa no chamado Projeto Ético Político do Serviço Social atualmente em vigência. Este será referenciado ao longo de toda a tese.

profissional de como se configura e pode ser realizada tal direção social quanto da avaliação da importância da direção social para a profissão que o assistente social procurará expressar no seu exercício profissional.

A expressão dessa direção social da profissão também é impactada diretamente pelo contexto da crise capitalista¹⁷ – processo inerente à presente organização societária – que incide diretamente no trabalho e nas relações de trabalho entre Estado e sociedade civil, nos marcos da sociedade atual.

Tal direção social, inclusive pelos condicionantes da realidade social em que o exercício profissional acontece na sociedade capitalista, não é plenamente materializada na realidade cotidiana, o que não implica prescindir do trabalho profissional que se realiza cotidianamente para que seja mirada. Assim, segundo garante Braz (2007), essa direção significa uma projeção profissional coletiva e assegura valores e concepções que vislumbram a ruptura com a ordem vigente, não sendo, então, contemplação, mas antecipação do que se pretende que se exista e que se materialize.

Por outro lado, conforme Forti e Coelho (2015), a direção social que possibilitou a existência do projeto ético-político só poderá ser avaliada como hegemônica se for possível mostrar repercussões prática e teórica, como caminho a seguir ou mesmo como objetivo a ser alcançado historicamente, o que implica que pode ser objeto de tensão no cotidiano do exercício profissional, a depender de como o assistente social consegue estabelecer vínculos e possibilidades na realidade em que atua. Esses elementos precisam ser levados em conta para avaliar as repercussões prática e teórica da mesma direção. Assim:

¹⁷ Na economia, e a partir da reflexão marxiana, a crise do capitalismo designa as oscilações, conhecidas como ciclos econômicos ou, ainda, como crises financeiras, que se estabelecem entre os negócios da economia nas nações sob o sistema democrático e com a chamada economia liberal. Há, também, uma compreensão de que essas crises são cíclicas, constituindo-se como movimento do sistema do Capital para manutenção de sua estrutura de funcionamento. Os exemplos clássicos dessa crise, no século XX, foram as crises de 1929, também conhecida como Grande Depressão, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e que após a Segunda Guerra Mundial propiciou a construção do New Deal e do Estado de Bem-Estar Social. Ainda como exemplo temos a crise do Petróleo de 1979 que, como movimento subsequente, inseriu a proposta do neoliberalismo no mundo ocidental. Também, e mais recentemente, a crise imobiliária/financeira de 2008 reinseriu o mundo ocidental em um contexto de recessão e desemprego cujos efeitos podem ser sentidos até a presente data. Sugerimos para compreensão Netto e Braz (2006).

Se não formos ludibriados pelo idealismo, típico do Serviço Social tradicional, se não nos deixarmos equivocados pela lógica da intenção, que sobreleva a prévia-ideação, e percebermos, em consonância com a teoria social crítica, que o discurso teórico, por mais convincente que possa parecer, não é suficiente para mudar a realidade, compreenderemos que ao serviço social – profissão interventiva e que, por conseguinte, deve ter na teoria os nexos para o desvendamento e alteração da realidade e não apenas identificá-la como mera ferramenta analítica – não cabem avaliações que coloquem em demérito seu exercício profissional no âmbito institucional, mesmo que saibamos que esse tem de se orientar pela teoria e que essa é a “ferramenta” imprescindível para o desvendamento do nosso objeto de estudo e/ou intervenção (FORTI; COELHO, 2015, p. 27).

Compreender a finalidade da direção social da profissão, do seu significado para o profissional, dos seus fundamentos implica tanto em capacitação quanto em condições de trabalho que viabilizem sua aproximação e materialização ao cotidiano profissional, o que retoma a necessidade de o profissional, por meio do seu exercício, desenvolver a competência crítica enquanto pressuposto para que, a partir da análise crítica da realidade social, seja capaz de construir respostas interventivas.

Há, conforme apontam Forti e Coelho (2015), exigências diversas que, de um lado, requerem profissionais com uma especialização clara e definida e, de outro, aqueles que podem operar políticas, programas e serviços sociais com um conhecimento apenas fundado no saber imediato.

Para o profissional, na contemporaneidade, mais do que saber, como uma possibilidade de acumulação de informações e teorias ditas por outrem, é necessário aprender a saber e, a partir desse conhecimento, realizar a passagem e o movimento teórico-prático no sentido de unidade na diversidade.

Apesar de fazerem elaborações acerca da constituição do Serviço Social no Brasil sobre prismas diferentes, entendemos que Yamamoto (2008) – ao pontuar que, na sua emergência no país, a profissão realiza um arranjo teórico-doutrinário – e Netto (2007a)¹⁸ – ao atestar que o sincretismo é o fio condutor da afirmação e desenvolvimento profissional e um princípio constitutivo do Serviço Social, também sendo núcleo em que a profissão se organiza e norma de sua atuação – apresentam, nas suas argumentações, chaves explicativas para a análise

¹⁸ Na sua obra “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”, que entendemos necessária a leitura para identificar a construção sócio-histórica da profissão (NETTO, 2007a).

de como vêm sendo construídas as relações teóricas na profissão.

Netto (2007a) expõe que o sincretismo se expressa em todas as manifestações da prática profissional, tornando-se, então, condição inalienável do próprio existir da profissão, o que se revela em todas as intervenções profissionais. Para Netto (2007a), são três os fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático original apresentado a profissão como eixo de demandas histórico-sociais; o horizonte do seu exercício profissional; e a sua modalidade específica de intervenção. Também contribuindo para essas bases factuais um complexo de determinações sincréticas próprias da profissão, como seus valores e suas valorações, os componentes de referência teórica, dentre outros.

Apesar do contexto em que o arranjo apontado por Iamamoto (2008)¹⁹ foi construído, é correto entender que as bases desse arranjo são incongruentes porque a fundamentação doutrinária opera em princípios (fé, religião e dogmas) diversos da fundamentação teórica (racionalização, verificação científica e análise de fatos). Assim, se entendermos que, já na emergência da profissão, se realiza uma processualidade complexa e difícil e que, conforme aponta Netto (2007a), a profissão tem o sincretismo como fio condutor, é possível inferir que as relações teóricas desenvolvidas no seio do Serviço Social, no Brasil, se processaram e podem manter uma processualidade em demérito ao conhecimento teórico, modo geral, ou ainda necessitando que esse seja sempre provado como “adequado” ao contexto em que o exercício profissional se desenvolve, o que – conforme veremos posteriormente – implica compreensão complicada da relação entre os campos da teoria e da prática.

Outro elemento de análise para entendimento do exercício profissional, é o de que a profissão se funda, essencialmente mas não só, em duas grandes matrizes explicativas para a construção do seu exercício profissional: a matriz conservadora e a matriz crítica, cujos fundamentos são Positivismo e Marxismo, já desenvolvemos anteriormente.

O conservadorismo, enquanto corrente de pensamento, segundo

¹⁹ Em “Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos”, Iamamoto (2008) faz importante reflexão sobre os elementos constitutivos, teóricos, metodológicos e históricos da profissão. Para fins de identificação da processualidade histórica da profissão, indicamos a leitura.

expõe Nisbet (1987)²⁰, especialmente na sua expressão moderna, expressa-se como uma reação ao impacto da Revolução Francesa, ou seja, a expressão moderna do conservadorismo é acima de tudo anti-moderna ou, ainda como afirma lamamoto (2008, p. 24), a “mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar”.

Para o Serviço Social, as expressões do conservadorismo fundamentam-se, mormente, no positivismo e no estruturalismo, que para o exercício profissional apresentam, enquanto possibilidades de atuação, a mudança de comportamento vinculada às alterações do meio social, com vinculação ainda aproximada da direção estabelecida pelas instituições e organizações que contratam os serviços dos assistentes sociais. Dessa maneira, reforça-se a perspectiva de que os profissionais assumam para si os objetivos organizacionais em que se inserem como trabalhador assalariado.

O Movimento de Reconceituação²¹, construído pelos assistentes sociais, tem como um dos seus resultados a renovação do Serviço Social brasileiro. Destacamos que esse movimento ao iniciar o processo de renovação do Serviço Social, desencadeou uma mudança / alteração no modo como os assistentes sociais passam a compreender e analisar a realidade social, a aproximação à produção do conhecimento, a aproximação às matrizes do pensamento que contribuem para consolidar a profissão como área do conhecimento, sendo que, dentre as matrizes do conhecimento a interlocução com a teoria social crítica é decisiva para essa consolidação.

A interlocução do Serviço Social brasileiro com a Teoria Social crítica, em especial a vertente marxista, faz remissão à consciência da profissão de sua inserção na sociedade de classes no Brasil. A vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx, como sinalizado no início do capítulo.

²⁰ Em “O que é o Conservadorismo”, Nisbet (1987) faz reflexão que suscitam importantes reflexões acerca da influência conservadora, sempre presente, no Serviço Social. Assim, sugerimos leitura.

²¹ Indicamos como referências para aproximação ao conhecimento sobre o Movimento de Reconceituação: CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.) Congresso da Virada 1979 – 2009. CFESS: Brasília, DF, 2009; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2002; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

Assim, a matriz crítica coloca-se na perspectiva do projeto de sociedade da classe subalterna, também articulando o fazer ou o exercício profissional com o reconhecimento da realidade como parte da própria intervenção²². Nela, a compreensão da ação e do exercício profissional dá-se pela constituição de múltiplas determinações, reconhecendo os caracteres – tanto histórico quanto social – inerentes ao exercício da profissão que são evidenciadas nas competências profissionais, na análise objetiva da realidade, no conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e no entendimento e reconhecimento de que o caráter interventivo é constitutivo da profissão.

A profissão assume tanto as inquietações quanto as insatisfações daquele momento histórico – final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX – questionando, especialmente, o Serviço Social tradicional que propiciará um processo de sua revisão global nos níveis teórico, metodológico, político e operativo. Esse movimento de renovação, que surge no Serviço Social na sociedade latinoamericana, impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente “expressas” em suas mobilizações. É no bojo desse movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora essa apropriação se efetive em tortuoso processos.

O questionamento a esse referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional por meio de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político.

Embora essa apropriação se efetive em tortuoso processo. Esse referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a

²² Aprofundaremos essa reflexão no capítulo 2.

expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latinoamericano) não se dá sem incontáveis problemas, que se caracterizam pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, também pela influência do cientificismo e do formalismo metodológicos (estruturalista), presente no marxismo althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês, cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. É, de forma sumária, um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão.

A matriz crítica, por outro lado, coloca-se na perspectiva do projeto de sociedade da classe subalterna, também articulando o fazer ou o exercício profissional com o reconhecimento da realidade como parte da própria intervenção²³. Nela, a compreensão da ação e do exercício profissional dá-se pela constituição de múltiplas determinações, reconhecendo os caracteres – tanto histórico quanto social – inerentes no exercício da profissão que são evidenciadas nas competências profissionais, na análise objetiva da realidade, no conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e no entendimento e reconhecimento de que o caráter interventivo é constitutivo da profissão.

Com a matriz crítica, as reflexões do Serviço Social conferem destaque a três questões: uma que concebe o Serviço Social como trabalho; a segunda que estabelece a importância do tratamento analítico como fundamental para a intervenção profissional e; outra que, a partir dessa aproximação, o Serviço Social passa a reconhecer a realidade a partir de suas múltiplas determinações na lógica da totalidade. É com essas questões que se apresenta o reforço da discussão acerca da inserção do assistente social, como profissional, nos espaços sócio-ocupacionais e sobre as condições com que tal inserção se realiza e que pressupõe como fundante a unidade teórico-prática.

A partir da perspectiva crítica, com os aportes teóricos em vigência e aceitos hegemonicamente isso é inconcebível, o que repõe a ideia da imagem social da profissão e a da autoimagem profissional, pois, ao expressar a construção da

²³ Aprofundaremos tal reflexão no capítulo 2.

unidade teórico-prática, o profissional também cria uma imagem social pela qual quer ser reconhecido. Essa imagem está associada a alguém que defende, nessa conjuntura, a construção de outro tipo de sociedade e de alguém que se coloca, também como trabalhador, ao lado das lutas gerais da classe trabalhadora. Autoimagem que, conforme anuncia Netto (2008, p. 95), é sustentada no projeto profissional que a categoria defende:

[...] os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Essa autoimagem é diametralmente oposta à imagem social que se tem da profissão ainda hoje, imagem essa que está fundamentada na perspectiva de que sua explicação se dá pelo que ela realiza, ou seja, pela ação direta com o usuário, pela sua capacidade de incidir na sua vida provocando uma mudança que o aproxime daquilo que essa sociedade espera que o usuário seja, daquilo que se espera que o profissional alcance, uma imagem que, consoante aponta Ortiz, é a daquele profissional:

[...] voltado para a intervenção cotidiana, próximo do usuário e profundo conhecedor de sua situação pessoal, será o assistente social um dos principais agentes profissionais responsáveis pela efetivação da mudança de comportamento do usuário pela via de um processo de ajustamento (ORTIZ, 2010, p. 135).

De uma perspectiva instrumental, lidar com a autoimagem profissional e a imagem socialmente requerida, que se encontram em descompasso, irá pressupor que o assistente social domine conhecimentos, para afirmar ou refutar uma ou outra concepção. Implica, ainda, a capacidade de defender seu ponto de vista e concepção, também implicando a competência profissional porque esta expressa, em última análise, os saberes e fazeres profissionais.

Há pouco mais de 20 anos, Iamamoto (2001) propunha que o

assistente social, para lidar, atuar, exercer sua profissão, nas relações sociais e no tempo presente, precisava ser um profissional culto entendido como capacitado a reconhecer e analisar as possibilidades e os limites do tempo histórico, demonstrando um rol de capacidades que possibilitam distinguir e particularizar a profissão na divisão social do trabalho.

Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos, mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços de qualidade (IAMAMOTO, 2001, p. 114).

A concepção de pessoa culta que lamamoto (2001) trazia implicava erudição, isto é, pressupunha que o profissional fosse (ou seja) sabedor do que é e do que faz a profissão. E, que para alcançar tal nível e perfil, também deveria ter um determinado tipo de competência, como lamamoto (2008) asseverou em outro momento: “Não como estratégia de ocultamento e dissimulação do real, representação imaginária do real a serviço da dominação na sociedade de classes, confundindo-se com a linguagem instituída, institucionalmente permitida e autorizada.” (IAMAMOTO, 2008, p. 183).

A competência a que se refere a autora é aquela que é capaz de desvendar os fundamentos da realidade cotidiana, reacionários, conservadores e tecnocráticos que se impõem ao exercício profissional. O reverso político dessa competência funcional à organização social vigente e que implica necessariamente formação profissional e educação permanente capaz de redimensionar a objetividade e objetivação do conhecimento proposta por essa racionalidade em vigência, uma “competência estratégica – técnica / técnica – política” que recusa a independência do saber como se este não fosse historicamente construído, reelaborando o exercício profissional cotidiano, inserido nas contradições e historicidade das relações sociais do tempo presente.

Assim sendo, implica a recusa tanto do praticismo quanto do teorismo que, em si, e para o exercício profissional, representa sua esterilização porque dicotomiza e separa a teoria e a prática, estabelecendo valorização maior a depender de onde e como são acionados.

Nunca é demais lembrar que, na perspectiva do pensamento marxista, teoria e prática apresentam unidade na diversidade, e são instâncias diferentes que se complementam na construção, para o assistente social de seu exercício profissional. Assim, entendemos que a concepção de competência profissional, trazida por Yamamoto, ainda se faz necessária de ser perseguida e alcançada.

O exame da teoria é indispensável para o estabelecimento de pressupostos fundamentais da análise do Serviço Social, que implica desdobramentos contínuos no exercício profissional. Esse exame está circunscrito e privado de historicidade, só sendo possível a partir das particularidades dos problemas sociais com os quais o profissional lida. E o profissional ainda será tensionado pelo seu papel assumido nos espaços de inserção e pelas mudanças verificadas no mercado profissional de trabalho, além de necessitar estar acompanhado de análise das conjunturas histórico-críticas que demarcam reorientações significativas na vida social.

É com essa perspectiva que também a crítica teórica pressupõe a ultrapassagem do ecletismo²⁴ que, segundo Wellen (2018), está inscrito na raiz da profissão. Se, em Quiroga (1991), se propunha uma reflexão crítica acerca da invasão positivista no marxismo, fruto desse ecletismo histórico, ainda incidente sobre a categoria e seu exercício profissional, principalmente por meio das programáticas do pragmatismo (FORTI; GUERRA, 2016; GUERRA, 2009a, 2009b, 2013b) mais do que uma contraposição de posicionamento teórico, faz-se necessário entender e enfrentar teórica e criticamente essa realidade no exercício profissional. Ou seja, como afirma Yamamoto (2008), é preciso construir: “Respostas solidamente elaboradas no campo teórico e das estratégias técnico-políticas, capazes de reconhecer e atender àquelas demandas para transcendê-las, reencontrando e recriando o Serviço Social no tempo histórico.” (YAMAMOTO, 2008, p. 192).

Compreendemos que hoje, não diferentemente de ontem ou de qualquer outro período histórico em que o Serviço Social se inseriu, os desafios são

²⁴ O Ecletismo pode ser entendido como uma diretriz teórica que, na história do pensamento humano, se caracteriza pela justaposição de teses e argumentos oriundos de doutrinas filosóficas diversas, formando uma visão de mundo pluralista e multifacetada. Por extensão, o ecletismo refere-se a qualquer teoria, prática ou disposição de espírito que se caracteriza pela escolha do que parece melhor entre várias doutrinas, métodos ou estilos. Sobre o Ecletismo no Serviço Social, ver Netto (2007a).

imensos, a conjuntura não é e não parece que irá se desenhar de forma a propiciar que tenhamos êxito na busca da construção de outra sociabilidade. Mas essa é a sociedade em que vivemos e a realidade sobre a qual somos chamados a atuar como profissionais e na qual desenvolvemos nossa atuação como assistentes sociais.

É importante reiterar que esse contexto e essa conjuntura são históricos, o que significa que será ultrapassado, como os anteriores e que, se não é possível alcançar essa ultrapassagem no tempo presente, temos, a partir da nossa fundamentação teórico-metodológica capacidade de propor, de construir respostas, referendadas nas defesas em que, há mais de 30 anos, o Serviço Social brasileiro se filia.

Assim, o desenvolvimento do Serviço Social, enquanto profissão, não é algo que se pode desenvolver em grossas linhas, da mesma forma que as apropriações do sentido, da direcionalidade, das possibilidades que esse exercício pode alcançar estão condicionadas por essa série de elementos irrefutáveis e que impactam nas possibilidades de suas particularidades nos diversos espaços e, também, em regiões singulares. Elemento que entendemos fundamental para compreender o desenvolvimento da profissão é o processo de formação a que os profissionais tem acesso. Assim, em seguimento, apresentaremos como se dá esse processo na região de Presidente Prudente.

Apesar de o Serviço Social recorrer à explicação da vida social como base de sua intervenção, o seu surgimento não pressupõe esse saber como base para que viesse a intervir, logo não se afirmando socialmente como um ramo do saber nas ciências, nessa emergência²⁵

Desse modo, pressupõe-se que o Serviço Social não tem método ou teoria próprios, porém necessita se sustentar numa matriz teórico-metodológica que possibilite a leitura da realidade fornecendo subsídios e parâmetros para a construção analítica acerca da realidade social, além de possibilitar a construção de aproximações ao cotidiano, que impulsionam a execução de ações e atividades relativas ao trabalho profissional

²⁵ Destacamos que desde o final da década de 70 do século XX, o Serviço Social é reconhecido pela CAPES e pelo CNPq como área de conhecimento.

[...] a capacidade teórico-metodológica é que permite uma apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentando em categorias que emanam da adoção de uma teoria social crítica. (ABESS/CEDPSS, 1996, p. 152)

Compreendendo que tais subsídios e parâmetros estão necessariamente vinculados à formação profissional que iremos apontar, de forma específica, como ocorre historicamente o processo formativo na região de Presidente Prudente. É então essa a base para compreender e analisar a construção da unidade teórico-prática enquanto elemento fundante e fundamental para a reflexão acerca do exercício profissional dos assistentes sociais que aqui atuam.

1.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA

A busca da apropriação das informações referentes ao processo de formação profissional na região baseou-se no entendimento de que a formação em Serviço Social é um processo amplo no qual se inserem as preparações técnica e científica de profissionais para o exercício da profissão, também entendendo que é na formação que o assistente social irá se apropriar, inicialmente, da constituição da unidade teórico-prática, por meio do processo de ensino-aprendizagem propiciado nas unidades de ensino.

Com essa formação, pressupõe-se que os assistentes sociais possam responder, de forma qualificada, às demandas sociais que são apresentadas ao Serviço Social e, também, que estes profissionais tenham possibilidades de produzir conhecimento e investigação e, que para além da formação específica na graduação, possam se capacitar continuamente.

O sentido da busca, especialmente no segundo momento da pesquisa, foi de apreender, a partir das respostas, os dados e elementos bem como as condições objetivas da formação profissional dos assistentes sociais entrevistados.

Assim, primeiramente buscamos informações acerca da unidade de

ensino, que também já aponta a localização geográfica da realização da graduação, onde o profissional realizou seu curso.

De posse desses dados objetivos, intencionamos nos aproximar dos perfis educacional e formativo-técnico dos assistentes sociais, o que possibilita a construção de reflexões acerca das possíveis interlocuções, em especial com referência à relação e à unidade teórico-prática, objeto de reflexão na presente tese.

Tabela 1 – Distribuição dos assistentes sociais por década de formação e a natureza da unidade de ensino

Década de formação profissional / tipologia da unidade de ensino	Década de 80 do século XX	Década de 90 do século XX	Anos 2000 do século XXI	Década de 10 do século XXI	TOTAL
Pública	6	0	0	0	6
Privada	13	24	35	35	107
TOTAL	19	24	35	35	113

Fonte: Sistematização realizada pelo autor no período de 2017 e 2018.

Com relação às informações sobre formação profissional graduada, os números demonstraram que, atualmente exercendo a profissão, temos 2 profissionais que se formaram a partir da referência à tríade metodológica de Caso-Grupo-Comunidade, vigente nos cursos de Serviço Social na década de 70, e que se estruturavam com fundamentação teórico-metodológica a partir do Funcionalismo norte-americano e em perspectiva de que a investigação na ação profissional tinha como direcionamento, construir um determinado diagnóstico individualizante como subsídio para a ação técnico profissional, buscando, desse modo, conhecer a realidade do “caso” para intervir, com objetivo de adaptação, integração e resolução do problema de forma atomizada, em atendimentos individuais com vistas à promoção social imediata.

Na pesquisa, 113 profissionais responderam sobre a instituição de ensino nas quais se graduaram. A maior incidência na região de Presidente Prudente para a formação dá-se no curso da Toledo Prudente Centro Universitário, com 86 profissionais respondentes – situação que se explica por uma série de fatores. Esse curso é o que, na região, está instalado há mais tempo, completando,

em 2020, 34 anos de atividade. Também foi, até meados dos anos 2000, o único curso de Serviço Social presencial na região.

Dos respondentes, então, somando-se os que informaram terem concluído sua formação após 1997 e os que concluíram sua formação durante os anos 2000, e os demais 35 que se formaram nos primeiros anos da presente década de 10 do século XXI, teremos um contingente de 86% que se graduaram a partir das atuais Diretrizes Curriculares de 1996, que aprofundou as bases da revisão curricular de 1982, na qual a proposta para a formação profissional rompia com suas bases conservadoras e adotando, dessa forma, uma perspectiva histórico-crítica.

Quadro 5 – Distribuição dos dados gerais dos cursos presenciais e a distância, por categoria administrativa, no estado de São Paulo, que ofertam o curso de Serviço Social.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA
NÚMERO DE UNIDADES	364	58	306
NÚMERO DE CURSOS	451	72	379

Fonte: INEP (2018).

Segundo os dados do Censo de Educação Superior (INEP, 2018), em 2017, no estado de São Paulo, conforme os dados apontados no Quadro 5, é mantida a histórica hegemonia de cursos privados de Serviço Social. São 58 em Instituições Públicas e 306 em Instituições Privadas, obtendo-se um total de 364 Instituições que ofertam os cursos de Serviço Social no estado.

Nestas instituições são mantidos 451 cursos, sendo que 72 são ofertados em Instituições Públicas e 379 em Instituições Privadas. Tal dado é reafirmado regionalmente por meio desta pesquisa de acordo como descrevemos acima²⁶.

Até o ano de 2017, funcionavam na região de Presidente Prudente, cinco cursos presenciais e realizados em instituições privadas da região de Presidente Prudente. Já a partir do ano de 2005, começam a existir unidades EaD.

²⁶ Os cursos de Serviço Social da UNIFAI e da UNIFADRA são mantidos por autarquia pública municipal. Seus professores passam por processo seletivo, para o ingresso na atividade docente, porém não são, na sua ampla maioria, concursados, salvo pelas professoras coordenadoras dos cursos e uma professora do curso de Serviço Social da UNIFAI. Apesar de essas instituições serem autarquias municipais, os alunos pagam pelo ensino que recebem.

A graduação em Serviço Social, especialmente a partir dos anos 2010, na região de Presidente Prudente, apresenta uma singularidade. Deste período em diante, os cursos de graduação presencial em Serviço Social, apresentavam, ano a ano, uma diminuição dos alunos ingressantes, sendo que na atualidade, 2019, a ampla maioria dos cursos presenciais não constitui turmas de ingressantes, com a UNIFAI formando, em 2019, sua última turma, e a Toledo Prudente formando sua última turma em 2020.

A graduação presencial em Serviço Social, especificamente na região de Presidente Prudente, que, como dito, em meados dos anos 2000 apresentou um aumento na oferta de cursos presenciais, redundou também em um aumento de assistentes sociais disponíveis para o mercado de trabalho. Na contramão desse processo, desde 2017, observa-se o fechamento dos cursos presenciais, indicando completa reversão do quadro da década passada, com os cursos presenciais da UNIFAI e da Toledo Prudente mantendo turmas porém não conseguindo, conforme já mencionado, desde 2017, formar novas turmas da graduação presencial, o que vem configurando a descontinuidade da oferta de vagas presenciais.

A partir de 2006, houve um incremento na oferta de cursos de Serviço Social na região – quebrando a hegemonia na oferta do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo – com a abertura dos cursos da Uniesp FAPEPE em Presidente Prudente, UNIFAI em Adamantina, Unifadra em Dracena e Uniesp em Presidente Venceslau.

Tal oferta impactou no incremento no número de graduados em Serviço Social e de assistentes sociais na região. É importante destacar que, no mesmo período, com implementação da Política de Assistência Social nos municípios, a partir dos anos 2000, os assistentes sociais passaram a ter maior visibilidade, e, mais possibilidades de inserção profissional, o que, a nosso ver, pode ter impactado positivamente no incremento da procura por essa formação.

Por outro lado, o quadro, no período atual, no ano de 2020, é de reversão da situação anterior. Todos os cursos presenciais, criados a partir de 2006, ou não abriram turmas nos últimos dois anos ou já estavam fechados, dispensando seus professores conforme formavam alunos e praticamente não mais ofertando a

graduação²⁷. Assim, fica evidenciado que a graduação em Serviço Social na região, alocada em instituições privadas, está submetida aos ditames do mercado e da mercantilização do ensino, assim como de sua premissa básica: se não há procura, não há necessidade de manter o(s) curso(s) aberto(s).

Com relação ao ano de formação, 13 profissionais informaram terem se formado nos anos 80, período no qual os cursos de Serviço Social já apresentavam currículo, influenciados pelo movimento histórico nacional e latinoamericano de reconceituação do Serviço Social, mais especificamente de intenção de ruptura com o conservadorismo, expresso no Currículo Mínimo de 1982²⁸, e que também propiciou ao Serviço Social rever as bases de sua fundamentação teórico-metodológica. É importante destacar que as primeiras turmas do cursos de Serviço Social da Toledo Prudente, cujo início de atividades se deu em 1989, se formaram a partir desse currículo.

No currículo de 1982, a formação profissional aproxima-se de matrizes críticas e propunha para a prática profissional a busca de ruptura com a ideologia dominante, passando a se orientar de acordo com os interesses da classe trabalhadora. Tal currículo ficou conhecido também pelo trinômio: História, Teoria e Metodologia do Serviço Social. Inclusive, devido à complexidade histórica do período e aos projetos em disputa no momento da construção desse currículo, a aproximação do Serviço Social ao pensamento crítico, e em especial ao pensamento marxista, foi problemática, algo que a profissão buscará suprir na proposta posterior para o direcionamento de seus cursos.

No bojo do momento de intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão, o debate sobre os fundamentos no Serviço Social ganha centralidade no contexto da análise do currículo de 1982. Tal currículo constituiu-se como um divisor de águas no tocante à formação profissional de assistentes sociais, como para direcionar a fundamentação de um projeto profissional crítico, configurado a

²⁷ Na região de Araçatuba, há, atualmente, apenas uma instituição na cidade de Andradina que oferece curso presencial e na região de Marília, apesar dos elementos condicionantes que também impactam na instituição, o curso de Serviço Social da UniLins continua ofertando graduação. Essas duas regiões são as que, no estado de São Paulo, estão geograficamente mais próximas da de Presidente Prudente.

²⁸ Há alguns elementos históricos que marcaram o final da década de 70 e o início dos anos 80 e, por consequência, também impactaram no processo de construção do Currículo Mínimo de 1982 como, por exemplo, o processo de abertura política culminando na redemocratização no Brasil, o também fulcral movimento das Diretas Já e o engajamento dos assistentes sociais as lutas gerais da classe trabalhadora. Como referências para a apropriação sobre o período, indicamos: Sader (1988), Fernandes (1986) e Weffort (1992).

partir da defesa radical do projeto societário da classe trabalhadora. Este currículo foi objeto de crítica e autocrítica²⁹, que levaram a construção da Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional de 1996, conhecida nacionalmente como Diretrizes Curriculares de 1996.

O currículo de 1982 estava baseado na tricotomia história/teoria/método enquanto fundamentos para o Serviço Social e este também, por sua vez, superou a visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Além disso, em conformidade com o que aponta Guerra (2018), tal fundamentação dava-se sob a influência da razão formal-abstrata³⁰ e sua apropriação formalista da teoria (teoricismo), do método (metodologismo) e da história (concebida de maneira linear e cronológica).

É nesse movimento histórico e teórico-metodológico que a profissão, sob a coordenação política da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), propõe a revisão do Currículo Mínimo de 1982 resultante do avanço teórico-crítico experienciado pela categoria naquele período. Em 1993, na convenção da ABESS³¹, é aprovada a necessidade de avaliar e reformular todo o processo de formação profissional. Assim, nos anos seguintes, a ABESS coordenou a realização de oficinas em “[...] diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares.” (ABEPSS, 2020).

É nesse sentido que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, ao proporem uma nova lógica curricular, delineiam para a formação de um perfil profissional com:

[...] capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na

²⁹ Expressões da crítica e autocrítica podem ser identificadas na produção de Netto, destacando, as seguintes publicações: Netto (1988) e Netto (1986).

³⁰ A razão formal-abstrata, que também pode ser designada como razão burguesa, e, como afirma Guerra (2009b, p. 706), realiza suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo, bem como esgota-se e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo. Desse procedimento, derivam-se posturas epistemologistas e metodologistas.

³¹ Destacamos como elementos sócio-históricos que tanto incidiram quanto impactaram e desafiaram a ABEPSS com as propostas construídas nas Diretrizes Curriculares de 1996, a conjuntura de avanço neoliberal no Brasil no marco da reestruturação produtiva e a contrarreforma Estado com o estabelecimento de metas privatistas especialmente para o ensino superior. Como referência indicamos a leitura de: ABESS/CEDEPSS (1996).

realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p. 2-3).

Para que tal possibilidade seja efetiva, articulam-se três núcleos de fundamentos, tradutores de um conjunto de conhecimentos a se configurarem como constitutivos da formação profissional: a) o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Quadro 6 – Definição dos núcleos de fundamentação da formação dos assistentes sociais a partir das Diretrizes Curriculares de 1996

Fundamentos teórico-metodológicos da vida social	[...] é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. [...]A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação (ABEPSS, 1996, p. 10).
Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p. 11)
Fundamentos do trabalho profissional	[...] considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. (ABEPSS, 1996, p. 12).

Fonte: Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996 (ABEPSS, 1996).

Tais núcleos tornam-se eixos articuladores dos conteúdos necessários para a formação e o trabalho profissional do assistente social e “desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas” (ABESS/ CEDEPS, 1996, p. 63).

As Diretrizes Curriculares sedimentam na formação em Serviço Social a fundamentação nas perspectivas crítica, dialética, materialista e marxista. Por outro lado, como a profissão se desenvolve na sociedade não é possível analisar ou refletir a incidência das Diretrizes Curriculares apartada da realidade sócio-histórica do período. O Serviço Social desenvolve-se no mundo do capitalista e, como profissão, está sujeita, como todas as demais profissões, aos seus ditames que privilegiam o econômico em detrimento de outras instâncias da vida social.

Essas Diretrizes são instituídas no período do Governo FHC (1995-2003), o qual, dentro de sua programática governamental, consolida as políticas neoliberais iniciadas no Governo Collor (1990-1992). Essas – que, a título de exemplificação, dentre outras ações dentro da agenda neoliberal, realizam privatizações de empresas de telefonia estatal, de empresas como a Embraer, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional – reduzem o número de funcionários públicos nos níveis federal e estaduais e terceirizam as contratações de trabalhadores.

No plano das Políticas Sociais, espaço de inserção privilegiado dos assistentes sociais, apesar das possibilidades que a Constituição Federal de 1988 trazia na perspectiva de garantia de direitos, o ideário neoliberal, resguarda a tese do Estado de Bem-Estar Social, com a tese do Estado mínimo – para as políticas sociais – defende como sua meta primordial a estabilidade econômica, reduz suas possibilidades e capacidades junto à população.

Essa foi uma conjuntura diversa e adversa às possibilidades de converter o Projeto Ético-Político Profissional em processo real de qualificação da profissão, conforme apontou Netto (2007b), que impunha à categoria redobrada vontade e capacidade político-organizativa.

Há, também, nesse período, um direcionamento acerca das Diretrizes Curriculares que impactou substancialmente naquilo que foi proposto pela então ABESS/CEDPSS/1996. Em 1999, é apresentado pela ABEPSS um

documento, elaborado por uma comissão de especialistas, o qual indiciou um enxugamento substancial da proposta inicial das diretrizes, que efetivamente rebate na direção política da profissão e, mais especificamente, nos seus fundamentos teóricos, segundo foram enunciados no documento de 1996. Esse documento foi utilizado e foi, também, descaracterizado na edição da Resolução nº 15, de 15 de março de 2002, que institui pelo Ministério da Educação o corpo legal das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social no Brasil, conhecido como currículo mínimo.

Podemos destacar que entre o documento apresentado em 1996 e a resolução de 2002, como já dito, os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social sofrem substancial redução, e o curso passa ter elencada, como competência e habilidade, a utilização de recursos de informática. Entende-se que a requisição para a formação profissional, a partir da resolução de 2002, é de um perfil eminentemente operativo, especialmente junto às Políticas Sociais, o que indica a relevância destas em detrimento da elaboração teórica que será requerida aos alunos e futuros profissionais.

Os governos Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016) conduziram as políticas sociais de forma diversa da época dos governos FHC, focalizando estas aos extratos pauperizados da população, período designado como “neodesenvolvimentista”³², o que, no entanto, não mudou substancialmente a égide dos interesses econômicos.

O currículo de 1996 procurou posicionar a profissão dentro do processo histórico pelo qual o país passava no período, assim como demarcar as dimensões da profissão pelas direções teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como sustentação para apreender, criticamente, os processos sociais numa perspectiva de totalidade.

As informações sobre a implantação das diretrizes na região de Presidente Prudente não estão registradas em documento público. Portanto, o acesso as informações foi a partir de contato informal com as coordenações dos

³² Segundo Castelo (2014) o chamado desenvolvimentismo surge, especialmente no Brasil, no início do Séc. XXI com a produção de Luiz Carlos Bresser Pereira que, em 1987 foi o criador do chamado “Plano Bresser” que, apresentava uma possível alternativa à crise neoliberal. Conforme ainda Castelo (2014, p.584) a proposta desenvolvimentista apresentava “uma apropriação consciente das antigas e desgastadas medidas neoliberais, destacando-se as garantias de reativação das taxas de lucro do grande capital e de transferência de quase metade dos recursos do orçamento público para as frações rentistas das classes dominantes”.

cursos de Serviço Social em funcionamento na região naquele período.

A coordenadora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo – único que, à época da implantação das atuais Diretrizes Curriculares, estava em funcionamento – informou que, no ano de 1996 do século XX, o curso procurou seguir e adequar sua matriz curricular à proposição da ABEPSS, ou seja, a unidade de ensino, já nos anos seguintes à edição das Diretrizes, procurou seguir e adequar sua grade curricular à proposição da ABEPSS.

As demais unidades de ensino, que iniciaram suas atividades a partir dos anos 2006, na região de Presidente Prudente, informaram que organizaram a matriz curricular tomando como referência as Diretrizes Curriculares de 1996, mesmo também tendo que adequar seus Currículos ao proposto pela Resolução CNE/CES 15/2002, que descaracterizou o texto original aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS (CNE, 2002).

Quanto à oferta de turmas na região, todas as instituições ofertam cursos noturnos, ressalva à Uniesp FAPEPE que, no período de 2010 a 2013, ofertou turma também no período matutino. Esse dado, em específico, implica entendimento de que o perfil dos alunos atendidos é de alunos-trabalhadores, os quais buscam a graduação majoritariamente no período noturno e que, nestes termos, possuem reduzido poder aquisitivo, que impacta tanto no acesso quanto na permanência destes no período da formação graduada, pois, em sua ampla maioria, tais alunos precisam trabalhar para custear a sua permanência no ensino superior.

A partir das informações obtidas com as coordenadoras dos cursos da região, inferimos que os estudantes ingressantes nos cursos a partir de 1997, na região, já tinham sua formação mais aproximada à teoria social crítica e sob a égide da orientação teórico metodológica de perspectiva marxista, conforme apontado dentre os princípios das Diretrizes Curriculares, que estabelecem para os cursos no país a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.” (ABESS/CEDEPS, 1996, p. 8), tendo em vista o informado pelas coordenadoras.

Todavia, também concluímos que a menção ou a previsão de um determinado projeto político-pedagógico não implica necessariamente que este tenha sua execução garantida.

A pesquisa e a análise sobre a implantação dos projetos

pedagógicos³³ dos cursos na região não foi objeto de nossa análise nessa tese, apesar de entendermos que tanto a forma quanto o conteúdo desses projetos e suas execuções particulares impactam sobremaneira a forma com que o profissional irá proceder à relação e à unidade teórico-prática. Entende-se que um determinado projeto político-pedagógico só garante a sua previsão e não sua efetiva execução tanto na matriz curricular; como nos Planos de Ensino; na definição do perfil do profissional a ser formado; na expressão da direção política expressa no projeto formativo; nos conteúdos programáticos e nas atividades de ensino que os cursos propiciaram; e, principalmente nas aulas ministradas pelos docentes, que em última análise é uma ação personalíssima.

É com essas Diretrizes Curriculares que se torna fundante para o processo de profissionalização do Serviço Social a consideração de que a profissão é uma especialização do trabalho coletivo e de que seu exercício é a concretização de um processo de trabalho cujo objeto são as múltiplas expressões da questão social. Também é a partir dessas mesmas Diretrizes que se destaca a compreensão de que o assistente social é um trabalhador assalariado, o qual detém uma força de trabalho qualificada, com valor de uso e valor de troca que, ao se realizar, utilizando os meios necessários para tal, se transforma em trabalho.

Nestes termos e, a partir dessas Diretrizes, a profissão passa a ter um corpo legal e organizativo, articulado com a Lei de Regulamentação Profissional, Lei 8662/93 e o Código de Ética de 1993, configurando legalmente o chamado Profissional Projeto Ético-Político Profissional, com clara e explícita vinculação ao pensamento crítico e, agora, mais aproximada do pensamento marxista e marxiano.

Conforme já citamos anteriormente, para Netto (2010) os projetos profissionais apresentam a auto imagem da profissão, sendo então construídos por um sujeito coletivo, em outras palavras a própria categoria profissional aí netendidos todos os membros que dão efetividade à profissão. Netto expõe (2010, p. 144) que:

É através da sua organização, (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto profissional.

³³ Entendemos que, esse processo histórico e teórico metodológico é central, tanto para entender o Serviço Social na contemporaneidade, quanto para trazer chaves explicativas para as características do exercício profissional. Também entendemos que esse dado e informação pode se constituir em objeto de futura pesquisa.

Netto (2010) continua expondo que necessariamente os projetos profissionais são compostos de componentes imperativos que, em relação ao Serviço Social, significam a formação acadêmica (em instituições de nível superior credenciadas pelo Ministério da Educação e com currículo estabelecido) assim como a inscrição da organização profissional, que é o CRESS do estado em que o profissional irá atuar. De forma mais geral o Projeto Ético Político expressa a direção política da profissão.

No primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), ocorre situação que impacta sobremaneira o ensino de Serviço Social, pois, ao criar o Programa Universidade para Todos (ProUni), que estimulava o acesso dos alunos às instituições de ensino privadas e, mais especificamente, pela regulamentação da Educação à Distância no país por meio do Decreto nº 5.622/05, possibilitou o incremento do quadro de instituições de ensino, de estudantes e de profissionais em Serviço Social sem, contudo, garantir a qualidade desse ensino a que as Diretrizes Curriculares se propunham (BRASIL, 2005).

A partir dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2006, conforme aponta o CFESS (2014, p. 33), o ensino superior no país passa por um processo de expansão com características bem marcadas: “massificada, de caráter mercantil, sem prever condições de trabalho docente que possibilitem a realização do ensino, da pesquisa e da extensão de forma indissociável”.

Para atingir tal finalidade, passam a existir, de forma exponencial, cursos de graduação na modalidade EaD. A educação a distância no Brasil é definida, oficialmente, no Decreto nº 9.057 de 25 de março de 2017,

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

O ensino a distância no Brasil, então, possibilitará uma lógica massificadora do ensino que, segundo aponta o CFESS (2014, p. 34), busca “o atendimento tanto dos interesses do mercado, de lucratividade, quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido

aporte de recursos”. Ou seja, apreende-se que a modalidade de EaD não atende às necessidades da maior parte da população brasileira – inserida no mundo do trabalho na condição de classe trabalhadora –, tanto de ter acesso ao ensino superior de qualidade, público e gratuito, quanto de ser atendida, no âmbito dos serviços sociais públicos e privados, por profissionais de Serviço Social, formados/as de forma solidamente qualificada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Em meados dos anos 1990, Netto (1996, p. 117) destacou que o que estaria no centro da polêmica profissional, nos próximos quatro ou cinco anos, seria o desenvolvimento do que nominou como direção social estratégica e que, no seio da categoria no mesmo período, materializou-se no Projeto Ético-Político Profissional³⁴. que seria: “manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la”, projetando cinco possibilidades: a) de continuidade e aprofundamento da vertente que Netto nominou de intenção de ruptura, com fundamentação marxista; b) de aprofundamento da, também por Netto nominada, perspectiva modernizadora com um perfil tecnocrático legitimado pela crise do Estado de Bem-Estar, ou a partir da incidência do Estado Neoliberal; c) a continuidade da incidência da fenomenologia na profissão; d) a possibilidade de desenvolvimento e consolidação de uma vertente conservadora, de influência pós-moderna; e) uma possível emergência de linhas radicais que valorizariam a experiências da realidade sem teorização e pesquisa rigorosa e sistemática. E, para o Netto (1996), as orientações a, b e d travariam um “confronto teórico-profissional” mais explicitamente afirmando que a partir delas:

Em resumo, confrontam-se dois “paradigmas” de profissional; o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresenta ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua compreensão focalizada (NETTO, 1996, p. 126).

As projeções de Netto (1996) mostraram-se acertadas com relação às vertentes teóricas e, mais especificamente, sobre a afirmação ou a negação da

³⁴ Apesar de ser, dentro da categoria profissional atribuída ao autor essa designação em 2007, este informa que a recolheu do IX CBAS, ocorrido em 1998, também salientando que tal designação nunca lhe pareceu inteiramente adequada, afirmando preferir denominar como *novo projeto profissional*.

tendência estratégica daquele período: a formação de intelectuais ou de técnicos adestrados.

Por outro lado, a reflexão do autor ainda repõe uma necessária reflexão acerca da formação profissional na atualidade: se os profissionais, mesmo que formados com uma fundamentação teórico-crítica, fundam-se numa razão instrumental, ou seja, de alguma forma no exercício profissional atuam, como dito por Netto, como técnicos adestrados ou desenvolvem sua prática na perspectiva de que também são profissionais intelectuais, isto é, dotados de um saber específico sobre a sociedade e mais especificamente sobre as expressões do seu objeto de atuação.

Majoritariamente, no país, a formação em Serviço Social é ofertada em instituições privadas, o que não significa, por consequência, a falta de qualidade do ensino realizado. Mas, por outro lado, dificulta, em especial, a possibilidade da oferta da tríade ensino-pesquisa-extensão, situação que ganhou vulto a partir da efetivação do EaD, a qual, à época das reflexões de Netto, praticamente não existiam no tocante à graduação em Serviço Social.

Dessa forma, o que tentamos apontar é que o EaD faz parte de um contexto de massificação de ensino com efeitos deletérios e que, como tais, impactaram na formação e, conseqüentemente, no exercício profissional no que tange à apropriação de seus fundamentos.

Na região, no entanto, apesar de incidir, o ensino EaD ainda não impactou de forma ostensiva no número de profissionais inscritos na Seccional. Enquanto fizemos parte da direção da Seccional, tomamos o cuidado de verificar a origem da graduação dos profissionais que procuravam inscrição e, até a nossa última gestão, o impacto dentre as inscrições na região nunca se mostrou expressivo.

Observa-se, na tabela 2, que os períodos em que os profissionais informaram terem realizado a especialização, na incidência de data de realização, se aproximam percentualmente dos períodos de graduação dos profissionais entrevistados, indicando que a ampla maioria dos profissionais se especializaram de forma subsequente à sua graduação.

Tabela 2 – Relação da formação continuada nas modalidades lato sensu e stricto sensu realizada pelos profissionais

Década da especialização profissional / tipologia da unidade de ensino/ modalidade de ensino/ modalidade e especialização	Década de 80 do século XX	Década de 90 do século XX	Anos 2000 do século XXI	Década de 10 do século XXI	TOTAL
Lato Sensus – Privada – Presencial	3	14	15	27	59
Lato Sensus – Privada – Semi presencial	-	-	-	9	9
Lato Sensus – Privada – EaD	-	-	-	4	4
Stricto Sensus – Pública – Presencial	1	1	10	5	17
TOTAL	4	15	25	45	89

Fonte: Sistematização realizada pelo autor no período de 2017 e 2018.

Com relação a realização de especialização 81 profissionais registram, especialmente na modalidade lato sensu/ especialização. As especializações presenciais na região, especialmente a partir de 2017 apresentaram, tal qual a graduação, uma regressão na procura e, em 2018 a Unifai e a Toledo Prudente concluíram formação pós graduada. A partir de 2018, nenhuma das instituições, abriu novas turmas de especialização.

Com relação à modalidade de especialização, ainda prevalece a formação presencial com 84%, seguida da semipresencial com 11%, e da modalidade a distância com 5%.

Na região, prevalece a especialização preferencialmente nas cidades de residência dos profissionais, bem como a prevalência dos cursos de especialização ofertados pela Toledo Prudente.

Dentre os cursos já ofertados pela instituição, estão os seguintes: Gestão do Sistema Único de Assistência Social; Gestão do Trabalho Social com Famílias; e Políticas Sociais e Processos de Gestão.

Diante dos números, entendemos que na região, e no período especialmente após os anos 2000, houve uma grande procura de especializações, o que a nosso ver tem relação direta com a política de educação permanente proposta pelo Conjunto CFESS-CRESS³⁵ e, mais especificamente, com a necessidade destes profissionais se atualizarem diante da complexidade das demandas com as quais lidam cotidianamente, haja vista que, dentre os cursos de especialização ofertados, os que mais tiveram adesão tinham temática relacionada ao trabalho social com famílias e a gestão de políticas públicas.

³⁵ Que será detalhada ainda no decorrer do capítulo.

A Unoeste – Universidade do Oeste Paulista –, que comparece como segunda instituição com maior indicação pelos profissionais, oferece cursos na área da Psicologia (Grupos e Famílias; Supervisão, Coordenação e Atendimento) e Educação (Ensino e Aprendizagem no Território do Pontal: Questões da Prática). Ademais, segue a especialização ofertada pela FACION (Faculdade de Conchas) em parceria com o Instituto AGC, realizou a especialização em Trabalho Social com Famílias, na modalidade semipresencial.

Com relação à formação continuada na modalidade de mestrado, 17 profissionais responderam afirmativamente. Destes, 15 concluíram a formação e 2 estavam com a formação em andamento no período da coleta dos dados, qual seja, outubro de 2017. Com relação à modalidade de formação, 100% dos respondentes informaram realizar na modalidade presencial.

No tocante ao local ou instituição onde realizaram ou estão realizando a formação na modalidade de mestrado, as informações foram da seguinte ordem: 9 realizaram na UEL (Universidade Estadual de Londrina); 2 na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); 2 na Unoeste Universidade do Oeste Paulista em Presidente Prudente); 1 na cidade de Presidente Prudente; e 2 não informaram a instituição ou cidade onde realizaram o mestrado.

Com relação aos dados, é importante destacar a incidência da UEL como universidade pública a ofertar vagas para mestrado em Serviço Social. Outra informação importante é que a oferta de mestrados na cidade de Presidente Prudente, não são na área do Serviço Social, mas em programas das áreas de Educação³⁶ ou na área da Psicologia.

Com relação à formação na modalidade doutorado, 2 profissionais concluíram na modalidade presencial – uma em 2016 na UEL e a outra no mesmo ano na PUC-SP. Além dessas, e ainda há uma profissional que está em doutoramento na Unesp-PP.

Identificaram-se nas respostas, dos profissionais que, estes se utilizam de variadas formas de se manter atualizados: 25% participam de patrocinados pelo local de trabalho; 24% participam em conferências; 16% de participam em ações e atividades referentes à Semana ou Dia do Assistente Social; 12% participam em Grupos de Estudos; 11% participam em reunião de

³⁶ Esses cursos são ofertados nas instituições: Unoeste – para Psicologia e Educação – e na Unesp – para Educação – no campus da cidade de Presidente Prudente.

supervisores de campo; 8% participam em atividades promovidas pelo CRESS por meio da Seccional de Presidente Prudente, 4% participam em Grupos de Pesquisa.

As duas atividades que mais expressivamente compareceram – com um total de 49% – tem uma ligação mais explícita com o Campo, a Instituição ou a Política Social na qual o profissional está inserido. A realidade interventiva imediata do profissional configura-se, nestes termos, na principal necessidade para a busca de conhecimentos não vinculados à formação. A complexidade do cotidiano experienciada pelo profissional, se configura nestes termos, na principal necessidade para a busca de conhecimentos e aprimoramento.

Parece-nos pertinente aqui apontar que o Conjunto CFESS-CRESS, durante a Gestão 2011-2014, publicou a Política de Educação Permanente para o mesmo conjunto, cujo objetivo geral busca a:

[...] promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as (CFESS, 2012b, p. 45).

Sendo assim, entendemos que o Conjunto CFESS/CRESS avalia e propõe que o processo de formação profissional pode e deve ocorrer em espaços que não sejam necessariamente aqueles específicos da educação ou formação graduada e pós-graduada em Serviço Social. Desta forma, pode, inclusive, ocorrer dentro de espaços e propostas deste como um elemento agregador e fortalecedor do exercício profissional comprometido com os valores expressos no projeto da profissão.

Com a posse dessas informações, compreendemos que pudemos estabelecer e demonstrar um perfil formativo dos assistentes sociais da região de Presidente Prudente, o que possibilita estabelecer relações entre as particularidades desses profissionais, além de sua formação graduada, pós-graduada e contínua.

Entendemos que para a construção da unidade teórico-prática, enquanto elemento constitutivo do exercício profissional, se faz necessário partir do conhecimento adquirido pelo profissional durante sua formação graduada, assim como entendermos as possibilidades de continuidade do processo tanto formativo quanto de educação continuada no qual o assistente social se insere durante a sua

atuação. É esse processo que garante o caráter particular da profissão e do exercício profissional, que advém, em uma primeira instância, da formação profissional. Assim:

Estamos sempre lidando, de um modo ou de outro, com as necessidades das pessoas e a gente percebe, nos assistentes sociais, que a grande maioria das necessidades são expressões dessa contradição capital e trabalho. Isso é um plano maior que a gente percebe e que vem da formação (Fala do Sujeito 9).

Serão esses conhecimentos que constituirão o recurso teórico que o profissional irá acionar no seu exercício profissional, o que torna não só a disposição e “posse” destes, mas também o incremento e as possibilidades de acesso a esse incremento como fundantes para que o processo de unidade na diversidade entre a teoria e prática se configure e imprima determinada qualidade à ação profissional.

De posse das informações até aqui refletidas sobre a profissão e a formação profissional do assistente social, temos elementos para prosseguir adentrando o debate posto nos fundamentos teóricos da profissão na atualidade, que trabalharemos no próximo item.

1.2.1 O Debate a partir dos Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social

Refletimos até aqui sobre o debate posto atualmente no Serviço Social sobre sua constituição como profissão e também sobre a formação profissional na região de Presidente Prudente – lócus da pesquisa. Ademais, apresentaremos, em prosseguimento, a revisão de literatura sobre os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social para a construção da tese.

A discussão acerca da relação e da unidade teórico-prática no Serviço Social, na nossa compreensão, em especial a reflexão sobre a possibilidade de que “a teoria na prática é outra”, constitui-se em um elemento de permanência discursiva dentre parte dos profissionais que, além de problemática, é falaciosa.

Essa afirmativa – também entendida como falsa – exprime um dilema na profissão, ou seja, como raciocínio que parte de premissas contraditórias e mutuamente excludentes. Mas, por outro lado, paradoxalmente, termina por fundamentar uma mesma conclusão de que o campo da teoria é “menos importante” no exercício profissional, que se constitui num paradoxo argumentativo que não

encontra fundamento a partir de uma análise crítica.

Sob esse escopo, a reflexão que, entendemos, pode ser uma primeira tendência nos artigos pesquisados: é a que a expressa dicotomia entre a teoria e a prática é um dilema de ordem teórico-metodológica. Implica, portanto, a compreensão e a apreensão sobre a relação e a unidade teórico-prática para o exercício profissional, haja vista a relação medular entre esses elementos.

Essa possibilidade de relação dicotomizada entre teoria e prática é elemento reflexivo que perspassa as discussões e as elaborações dos autores pesquisados. Nesse sentido, Wellen e Carli (2010) propõem reflexão sobre as possíveis causas ou razões e explicações para que tal compreensão ainda tenha eco dentre os profissionais.

Os autores desenvolvem argumentos acerca da compreensão das fundamentações teórico-metodológicas, especialmente do Positivismo e Marxismo sobre a unidade teórico-prática e seus rebatimentos no Serviço Social.

Wellen e Carli (2010) entendem que a razão ou racionalidade do Positivismo que se funda na dicotomia entre teoria e prática é de ordem política e estratégica para a manutenção da hegemonia burguesa, sendo que a unidade entre teoria e prática implica, necessariamente, práxis. A aceitação tanto dessa organização teórica quanto dessa racionalidade acerca da relação entre teoria e prática, ou seja, da possibilidade da práxis, colocaria em questão a hegemonia política e ideológica a que o Positivismo se filia pois instrumentaliza e potencializa o proletariado como sujeito revolucionário. Nesse sentido, os autores explicitam que o Positivismo é uma fundamentação sócio-histórica e ideocultural própria da ordem capitalista e burguesa.

Ainda para os autores, o Marxismo será rechaçado exatamente porque sua proposta sócio-política se funda nas possibilidades real e histórica da emancipação humana que ocorreria a partir do próprio fortalecimento histórico do proletariado enquanto classe revolucionária.

Diferentemente dos demais autores aqui agrupados, Lopes (2018) propõe-se a refletir não sobre a unidade teórico-prática, mas sobre a “unificação teoria e prática” nos termos gramscianos – autor com o qual ela dialogará de forma incisiva na produção em tela. O artigo não dialoga de forma mais explícita com o Serviço Social e seus fundamentos teórico-metodológicos, entretanto com componentes que auxiliam na compreensão da relação teoria e prática no sentido de

unificação na concepção gramsciana. Assim, a metodologia histórica é expressão da filosofia da práxis e que, nessa perspectiva, destaca dois elementos centrais da unificação da teoria e da prática: a compreensão crítica na elaboração superior da concepção do real e os partidos políticos como “crisol” da unificação de teoria e prática na luta por hegemonia³⁷.

Prates e Carraro (2017) propõem-se a refletir a respeito da propalada dicotomia entendendo que a profissão, ao se vincular às contribuições marxianas e marxistas como mediações para proceder a leitura e a intervenção na realidade, tem, na unidade dialética entre a teoria e prática, princípios fundamentais, indissociáveis e complementares da ação / investigação / pesquisa necessários a serem estabelecidos pelo profissional com a realidade e que, a partir desse princípio, a possível separação entre teoria e prática é mecanismo e estratégia do Capitalismo enquanto ordem societária.

Nesse sentido, aproximam-se argumentativamente de Wellen e Carli (2010) ao expressarem que, no Capitalismo e na sua racionalidade, é fundamental que a teoria e a prática sejam entendidas e operadas em separação.

Wellen (2012) retoma as considerações desenvolvidas anteriormente acerca da relação entre teoria e prática, agora sob a perspectiva das possibilidades de mediações e contradições entre o Serviço Social e o Marxismo, o que, a nosso ver, argumentativamente complementa, para o Serviço Social, suas reflexões anteriores e as de Prates e Carraro (2017).

Para Wellen e Carli (2010), a dicotomia expressa pelos profissionais de forma reiterada advém do divórcio que foi estabelecido pelo Positivismo, especificamente no pós-Revolução Burguesa, como forma de manutenção da ordem social e ideológica vigente, que ainda incide principalmente no pensamento ocidental. O positivismo, na defesa dos autores, estabelece tanto uma separação rígida entre teoria e prática quanto entre pensadores e atores sociais.

As duas abordagens, acima expostas, da relação teoria e prática, estão vinculadas às concepções entre ciência e política. E, Wellen (2012) entende ser determinação imanente à reprodução do capital a relação de compra e venda da

³⁷ Na nossa avaliação, Lopes (2018) propõe-se a um resgate do método histórico em Gramsci, assim como uma defesa de que esse método é o elemento de unificação da teoria e da prática. Obviamente, a discussão em Gramsci afasta-se da de Marx / Vazquez, na qual nos fundamos, no sentido de que aqui se trabalha a perspectiva de unificação, o que difere metodológica e etimologicamente do sentido de unidade, com a qual trabalhamos ao longo da presente tese.

força de trabalho e que essa relação pressupõe uma imposição contraditória entre igualdade, legal e ideológica entre as pessoas e classes sociais e desigualdade real entre os indivíduos nessa mesma sociabilidade.

Nesse sentido, o Capitalismo combina-se à defesa de direitos e das Políticas Sociais com a subsunção da força de trabalho pelo necessário controle da produção e a acumulação de valor econômico próprio do sistema.

Logo, para Wellen (2012), nesse sistema as práticas profissionais dos assistentes sociais, diretamente ou não, estão carregadas, na divisão sócio-técnica do trabalho da subsunção de sua execução pelo complexo contraditório da concepção tanto dos direitos e das políticas sociais inerentes ao próprio trabalho que executam.

Tendo por base que o exercício profissional se desenvolve nessa complexa relação, as possíveis relações entre teoria e prática podem ocorrer dentro de um universo sincrético, até porque a prática ocorrerá nessas circunstâncias. Sincretismo³⁸ esse que, conforme aponta Netto (2007, p. 92), é o fio condutor tanto da afirmação quanto do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, o que, de forma imediata, reflete na presença de ecletismos teórico-metodológicos na profissão.

É importante destacar, inclusive tendo por base os argumentos de Wellen (2012), que o exercício profissional ocorre nos marcos da sociabilidade burguesa e de seu ordenamento jurídico, que expressa também uma contradição sincrética entre igualdade e desigualdade, como já dito. Isso não significa que na elaboração teórica ou no pressuposto teórico de fundamentação do exercício profissional deve existir o sincretismo, porém não se pode refutar completamente a presença desse elemento / posição no universo teórico-metodológico a que a profissão se municia.

O exercício profissional expressar-se-á dadas as particularidades do Serviço Social e a apreensão do referencial teórico pelo profissional, assim como pelas possibilidades de interlocução que o profissional acionaria na execução da sua ação técnica.

Desse modo, mesmo que eivada de sincretismo, conforme aponta Wellen (2012), esses elementos – subordinados ao devir histórico – são passíveis de

³⁸ Na primeira parte desse capítulo, desenvolvemos argumentação sobre a incidência do sincretismo no Serviço Social brasileiro e sua incidência sobre a relação teórico-prática.

análise de novos e outros elementos que possam incidir na dinâmica entre questão social, relação teoria e prática e a assimilação da tradição marxista para mediação com os processos de trabalho e o exercício profissional do assistente social.

1.2.2 A Incidência e o Impacto da Relação Teórico-Prática no Estágio Supervisionado e na Supervisão Acadêmica em Serviço Social

Uma outra tendência que verificamos a partir da análise dos artigos pesquisados se refere à reflexão sobre a convergência entre o estágio supervisionado e supervisão de estágio em Serviço Social e a relação teórico-prática no Serviço Social, a qual foi desenvolvida por Assis e Rosado (2012) e Medeiros (2016).

Como ponto de partida com relação a esses elementos, é importante destacar que o estágio supervisionado se configura como um dos componentes determinantes para a formação profissional do assistente social. Segundo expresso na Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010, p. 11):

[...] o estágio se constitui em um instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da “questão social” que vêm se agravando diante do momento mais recente do colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos seus direitos sociais.

Ainda e em articulação para o desenvolvimento do estágio supervisionado, é necessária a supervisão direta a ser realizada por assistente social docente e assistente social de campo que, conforme a resolução 533 de 2008 do CFESS, define a supervisão direta como:

[...] atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino (CFESS, 2008, p. 3).

O estágio supervisionado em Serviço Social é, então, componente

curricular, que entendemos central para que o aluno/estagiário bem como o futuro profissional consigam construir e estabelecer relações e a unidade teórico-prática já na sua experiência de estágio, e como elemento para a construção do seu futuro exercício profissional. De acordo com Portes (2018, p. 182):

A supervisão é entendida como ação potencialmente capaz de contribuir para a interpretação, investigação e conhecimento do real, sendo o estágio por excelência, uma experiência que pode favorecer a reflexão e a aprendizagem do exercício profissional ainda que não exclusivamente.

Tendo em vista a centralidade do estágio para a formação profissional, os artigos de Assis e Rosado (2012) e Medeiros (2016) partem das experiências empíricas das autoras enquanto supervisoras acadêmicas de estágio e responsáveis pelo estágio supervisionado, e pela supervisão direta de estágio nas unidades de ensino em que atuam. A partir dessa experiência, identificaram a afirmação discursiva de que “a teoria na prática é outra”, o que as mobilizou a problematizarem tais colocações advindas dos estudantes de Serviço Social / estagiários e dos assistentes sociais / supervisores de campo.

No desenvolvimento das argumentações, Assis e Rosado (2012) apontam que a organização reflexiva da relação teoria e prática no Serviço Social perpassa pela compreensão dessa relação no âmbito da formação e do exercício profissional.

Na análise do artigo, fica claro que o pressuposto apontado pelas autoras é de que tanto o estágio em Serviço Social quanto a supervisão de estágio em Serviço Social se constituem em espaços privilegiados para que a organização reflexiva acerca da unidade teórico-prática fortaleça o entendimento por parte dos profissionais e estudantes de tal unidade, a partir de pressupostos críticos que inclusive funcionam, nesse prisma, como estratégia contradiscursiva e capilaridade da compreensão de estágio supervisionado e supervisão acadêmica, consoante apontado nas Diretrizes Curriculares.

Em sua obra, Medeiros (2016) estabelece uma reflexão baseado na reprodução discursiva dentre os profissionais e estudantes / estagiários de Serviço Social de que o curso e a formação profissional oferta demasiada teoria, e esse conhecimento, contudo, não apresenta aplicabilidade cotidiana, buscando problematizar as razões e explicações assim como apresentando elementos para

refutar tal discurso. As exposições de Medeiros (2016) estão vinculadas, também, à experiência empírica junto ao estágio supervisionado e à supervisão acadêmica em Serviço Social, espaço em que captaram o discurso da dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social e que comparece nos relatos dos sujeitos envolvidos.

Para Assis e Rosado (2012), no que concerne às experiências de estágio supervisionado e supervisão acadêmica, é preciso pensar a teoria e a prática como unidade, apesar das características diferentes entre ambas e que estas se realizam na relação de mutualidade entre si, como totalidade. As autoras entendem que, especificamente para o Serviço Social, tal relação remete a interação indissociável entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que, para se processarem, necessariamente acionam a relação e o processo da unidade teórico-prática. Assim, fundamentando-se na compreensão de Santos (2010), ao apontar que a teoria é movimento do pensamento, constituindo-se como um ato cognitivo em busca da compreensão da realidade e sua expressão, o que distancia a compreensão da teoria como um receituário e a realidade prática, nessa perspectiva, é anterior ao movimento do conhecimento (teoria), assim como seus pontos de partida e de chegada.

Em Medeiros (2016), é apontado que, na perspectiva histórico-crítica, a teoria e a prática se colocam como unidade dialética tendo em vista que “a afirmação de que a teoria é um modo de ler e interpretar a realidade implica afirmar que a teoria tem por locus de atuação a prática, possibilitando transformações e se alimentando da mesma.” (SANTOS, 2010, p. 28). Destarte, para a autora, na perspectiva marxista, a teoria é um modo de analisar a realidade e interpretá-la a fim de aprender suas determinações e contradições, seu movimento e sua direção, colocando-se, portanto, como fundamento da ação, contribuindo para que se identifiquem os obstáculos que se colocam à prática. É uma forma de antecipação ideal de resultados para a ação.

A prática, por conseguinte, é “uma ação direcionada a um objeto com a finalidade de transformá-lo em algo inicialmente previsto [...], ou seja, já se tem um resultado ideal ou finalidade, porém o resultado final é produto efetivo, real [...] Assim, a prática implica, necessariamente, objetivação.” (SANTOS, 2010, p. 13). Elementos discursivos que Medeiros observou na sua experiência profissional são problematizados a partir de Santos (2010, p. 60), no sentido de que:

Pensar a articulação entre teoria e prática no Serviço Social permite-nos elucidar que a concepção teórico-metodológica exerce influência tanto na definição de finalidade a ser alcançada quanto nos meios a serem utilizados para atingir determinados fins. A escolha da finalidade e dos meios também está vinculada à dimensão ético-política, uma vez que os valores “incidem sobre os conhecimentos necessários à escolha dentre as alternativas possíveis à finalidade em causalidade posta.

Medeiros retoma a argumentação de Santos (2010) ao apontar que, dentre os equívocos acerca da compreensão da relação teoria e prática de parte dos assistentes sociais, três são mais expressivos. O primeiro ancorado na ideia de que a teoria de ruptura é igual à prática de ruptura, estabelecendo um processo de transposição direta e automática entre essas instâncias, o que de forma sucinta, se fosse possível dentro da teoria social marxista, refutaria a relação histórica, contraditória e processual entre teoria e prática, que é fundante para o pensamento de Marx. O segundo, de que a ação prática gera, imediatamente, uma teoria por meio de sua sistematização, isto é, que a teoria seria resultado ou sistematização da ação prática. Nos argumentos de Santos (2010), tanto o primeiro quanto o segundo equívoco reduzem o conhecimento como sendo o teórico exclusivamente, não levando em conta outros conhecimentos que também incidem sobre o exercício profissional como o da realidade social, das políticas públicas, das normativas legais e normativas e legislações profissionais, dentre outras.

A terceira concepção equivocada apontada por Santos (2010) pauta-se no argumento de que a teoria social marxista e marxiana não instrumentaliza para a ação, estabelecendo, tal qual na primeira afirmativa, uma relação de aplicabilidade da teoria com relação à prática, o que remete à influência pragmática no Serviço Social como aponta Guerra (2009a, 2009b, 2013a, 2013b), que busca para a ação prática a eficácia e o êxito como critério de sua assertividade. Acerca do pragmatismo, Vazquez pontua que: “

[...] infere que o verdadeiro se reduz ao útil, com o que solapa a própria essência do conhecimento como reprodução na consciência cognoscente de uma realidade [...] o pragmatismo reduz o prático ao utilitário, com o que acaba por dissolver o teórico no útil (VAZQUEZ, 1977, p. 212).

A incidência pragmática, como chave explicativa do exercício profissional, além de reduzir as possibilidades da teoria e seus influxos de municiar a

prática, estabelecendo patamares mais elevados da compreensão da realidade social e da ação profissional, subverte a compreensão do objeto da profissão, ou seja, o pragmatismo estabelece o objeto como finalidade da prática, e tal apreensão incidirá de forma mais geral sobre suas características fenomênicas.

Por outro lado, se a busca profissional se vincula à compreensão de seu objeto numa perspectiva de totalidade, consoante aponta Marx, o processo de aproximação ao objeto é de ida, a partir de suas características que se apresentam na realidade concreta e também de volta, captando as múltiplas determinações desse objeto e compreendendo-o como concreto pensado, situação em que a sua aparência e essência se encontram em unicidade e tal possibilidade redimensiona o exercício profissional, seus objetivos, relação só possível na unidade teórico-prática. Assim, conforme Prates e Carraro (2017, p. 167-168) apontam:

Marx ressalta a relevância da prática, mas não de qualquer prática, mas uma prática iluminada pela teoria, ou seja, uma prática com clareza de finalidade ou uma práxis [...]. É teoria em movimento, é transformação de conhecimentos em ação, com objetivos determinados, através de mediações.

Com relação à unidade teórico-prática entendida em relação ao exercício profissional, concordamos com Forti e Guerra (2016, p. 24) que “a resolução das questões que envolvem a relação entre teoria e prática não requer simplesmente soluções teóricas, mas prático-sociais”. Em outras palavras, quanto mais buscarmos as razões tanto microscópicas ou internas à profissão quanto as macroscópicas ou externas a elas, é necessário que sejam assumidas e enfrentadas pela categoria de modo geral, o que demanda, para além do entendimento teórico-metodológico, uma postura político-crítica, conforme garante Wellen (2012), que é mais ampla que o ajuntamento quantitativo de subsídios, mas a organização política de seus atores, entendendo coletivamente o exercício da profissão, a partir dos referenciais em vigência.

Vazquez (1977) aponta que a teoria transforma ideias, mas a possível transformação do real pressupõe mediações teórico-práticas e, para tanto, para além do saber e conhecer estanques, é preciso realizar, fazer, proceder e praticar informado por esse saber que, no tempo atual, se coloca como ação eminentemente política.

Compreendendo o Serviço Social como uma profissão analítica e

interventiva para o desempenho do seu exercício profissional, o acionamento dessas dimensões fundantes – independentemente de onde, como ou quando será realizado – constitui-se como crucial.

Mesmo que a construção elaborada pelos assistentes sociais no decorrer da constituição histórica e teórico-metodológica apresente traços sincréticos, segundo elucida Netto (2007a), porque aciona múltiplos conhecimentos, a partir desse entendimento da profissão como interventiva e analítica, obstaculiza-se a compreensão da dicotomia, separação ou até do paradoxo entre teoria e prática – cuja definição também compreendemos como falso dilema –, assim como uma separação estanque e estéril entre profissionais da “prática” e profissionais da “elaboração teórica”.

Todos os profissionais debruçam-se, a partir dos locais onde exercem a profissão, a lidar com as expressões da questão social, e isso confere uma determinada unidade ao exercício profissional: o reconhecimento das expressões da questão social como objeto para a profissão que particulariza e distingue o exercício profissional. Essa realidade, sob nossa ótica, refuta o argumento e o equívoco de que há ainda uma indistinção entre prática social e prática profissional tal como apontam Xavier e Mioto (2014). A prática social, de acordo com Baptista (2009, p. 13), é “uma categoria teórica que possibilita o conhecimento e a explicitação do processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social, e da dinâmica da construção histórica do mundo humano-social.” Já a prática profissional é:

[...] um processo complexo, desencadeado em um espaço social delimitado, que, no entanto, estabelece relações estruturais com outros espaços de diferentes amplitudes, o qual se particulariza em diversos campos de trabalho e em representações que se modificam conjuntamente (BAPTISTA, 2009, p. 17).

Tal indistinção entre as práticas, social e profissional, a nosso ver, também está fundada em uma compreensão problemática do exercício profissional e, à vista disso, da prática profissional possível nesse exercício conferindo ao assistente social possibilidades as quais o exercício profissional dificilmente conseguirá alcançar diante da sua condição de trabalhador assalariado, haja vista que a prática social é ação humana sobre a matéria e a realidade.

Também inferimos que tal entendimento da prática pelos

profissionais tenha fundamento na compreensão messiânica da profissão conforme apontou Iamamoto (2008) nessa associação indistinta entre prática social e prática profissional.

Realidade que nos parece inconteste, é que há uma diversidade no exercício profissional do assistente social nos diferentes campos ocupacionais, não cabendo hierarquia ou distinção qualitativa entre ações, estratégias, pesquisas, planejamentos e resultados obtidos.

Todos os profissionais, nos seus acionamentos particulares, estabelecem e expressam uma construção da unidade teórico-prática singular. De tal sorte, o que faz necessário é a publicização, disseminação e reflexão sobre essas expressões singulares do exercício profissional e, por conseguinte, apreensão do movimento acionado pelo assistente social no seu cotidiano.

Com esse entendimento, apresentaremos os elementos da pesquisa, junto aos profissionais da região de Presidente Prudente, buscando nos aproximar da unidade teórico-prática presente no exercício profissional desses assistentes sociais.

CAPÍTULO 2

TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: AS POSSIBILIDADES DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA

*“Seria um erro, perguntou-me, e supondo que efetivamente sou,
que significado, que consequências para um ser humano terá saber se errado”*
O homem duplicado – José Saramago

O desenvolvimento da argumentação neste capítulo parte do suposto de que a inserção em espaços sócio-ocupacionais irá condicionar as possibilidades de que, no seu exercício profissional cotidiano, o assistente social acione a unidade teórico-prática.

Compreemos que, para refletir sobre as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional, teremos de nos aproximar, primeiramente, desse componente da realidade, da materialidade que é o exercício no tempo presente. Tal aproximação se funda na necessidade de compreensão do componente social, ou seja, da compreensão do processo de inserção da profissão em específico, nas divisões social e técnica do trabalho e como está posta essa inserção na sociedade atual, em específico na região de Presidente Prudente.

Nesse sentido, procuraremos, no presente capítulo, apresentar o trabalho do assistente social e suas características para demonstrar como, objetivamente, se coloca a profissão, enquanto interventiva e investigativa bem como apontar caminhos e elementos que incidem na construção da unidade teórico-prática constitutiva da profissão.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: CONCEPÇÕES E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A análise do exercício profissional pressupõe conhecer e entender a estrutura do mercado de trabalho para a profissão. O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão estreitamente interligada ao setor público em especial diante da progressiva ampliação do controle do âmbito do Estado junto à sociedade civil. Estado que, nas palavras de Mandel (1985):

É um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa. Mas também é uma negação desse último [...]. O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra econômicas de coerção e dependência, mas em relações “livres” de troca, que dissimulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado [...] e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. (MANDEL, 1985, p. 335)

A profissão consolida-se como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, prestando serviço nas políticas públicas e sociais elaboradas e executadas pelo Estado e outros setores a ele vinculado.

Isto posto, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independentemente das organizações institucionais a que se vincula como especialização do trabalho coletivo. Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo assistente social não é uma atividade profissional que se encerra em si mesma. Seus efeitos sociais não derivam, exclusivamente, da atuação profissional, mas, de como o trabalho do assistente social é identificado e processado na sociabilidade do capital.

Sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, o significado social da profissão e do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica. E, em conformidade com lamamoto (1998), a institucionalização da profissão dá-se, também, na participação do processo de implantação das políticas sociais no país, tanto em âmbito de organismos públicos quanto de privados e, junto a estas organizações, o assistente social será chamado ao planejamento, à operacionalização e à viabilização de serviços sociais. Cria-se, dessa maneira, uma vinculação histórica e presente no exercício profissional que implica, impacta e repercute no mercado de trabalho e no exercício profissional, a depender do contexto sócio-histórico em que as políticas sociais serão formatadas, se ampliadas ou reduzidas³⁹.

O assistente social, enquanto trabalhador assalariado, tem no Estado o seu maior empregador tendo em vista que aquele é requerido, por meio da ação pública e por meio da execução de políticas públicas e sociais, intervir sobre a questão social e suas expressões. Junto ao Estado, o profissional é inserido prioritariamente no setor de serviços, especialmente os serviços sociais. Em

³⁹ Essa é uma questão que iremos tratar ao longo do capítulo.

consonância com Alencar e Almeida (2011), analisando informes do CFESS, as principais áreas de atuação vinculam-se aos campos de saúde, de assistência social, de previdência social, de educação e sócio-jurídico.

Esse mercado de trabalho requer profissionais capacitados em termos práticos e teóricos para a análise da realidade social, para formulação, planejamento e avaliação de políticas e programas sociais, com um nível de competência ético-política, prático-teórico e habilidades – como o domínio da linguagem, da escrita e da informática –, que o possibilite construir respostas nos campos analítico, investigativo, e interventivo. O mercado de trabalho vai requerer ao assistente social o reconhecimento das requisições constitutivas do trabalho nos serviços. Essas requisições expressam componentes de cunho administrativo, burocratizado e reiterativo encaminhadas aos profissionais que executam as políticas sociais, nos seus diversos campos ocupacionais.

A análise preliminar sobre o trabalho do assistente social indica que há um descompasso entre as requisições e as complexas exigências apresentadas a esse trabalhador no seu cotidiano de trabalho. O trabalho executado pelo assistente social, de um lado, é complexo e diversificado e, de outro, os procedimentos requeridos à ampla maioria dos profissionais aparecem sob a forma simplificada de preenchimento de dados e aferição de variáveis empíricas, especialmente na atenção direta aos usuários.

A dualidade de requisição da instrumentalização da profissão contribui para a perpetuação da ideia de fragmentação entre a prática e a teoria, como se uma fosse inacessível a outra, uma vez que o profissional que executa os programas e projetos, de forma direta com os usuários no sistema de proteção social e nos seus espaços de inserção junto às políticas públicas e sociais, não faz necessariamente as escolhas relativas aos meios e fins bem como da estrutura decisória da política.

Essa realidade possibilita que o trabalho profissional desenvolvido tenda à alienação, reforçando, acriticamente, a ideologia e a direção social da perspectiva da classe hegemônica, mantendo e reforçando valores contrários àqueles que fundamentam o projeto ético-político / direção social da profissão.

Comprendemos que tal contexto, dialeticamente, peculiariza cada expressão particular do exercício profissional assim como confere a expressão coletiva desse exercício como diverso, plural, mas que guarda nesses

condicionantes os elementos que ampliam a compreensão macroscópica da profissão na atualidade.

Na nossa história recente, a ampliação do mercado de trabalho, dos campos de trabalho para a execução do exercício profissional, pôde ser mais explicitamente sentida, de forma mais geral no país, pela criação de novos espaços de trabalho a partir da institucionalização do SUAS em 2004, e das legislações subsequentes como a NOB-RH/SUAS em 2011 e NOB/SUAS em 2012. Do mesmo modo, mais recentemente, o mercado de trabalho encontra-se em processo de retração, especialmente após as medidas tomadas no Governo Temer (2016-2018), em especial referentes às Emenda Constitucional nº 95 (2016), e que demonstram continuidade no atual governo Bolsonaro, por exemplo com a edição da Emenda Constitucional nº 130 (2019) 241

Tais medidas não podem ser analisadas, em si mesmas, como ações políticas de um determinado governo. Estão inseridas no processo de contra reforma do Estado, conforme aponta Behring (2008), que ganhou novo folêgo a partir do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que teve seu mandato cassado em 31 de agosto de 2016.

No subsequente Governo Temer, podemos citar medidas como o controle dos gastos públicos, por intermédio da PEC 55 de 2016, a PEC do Teto dos Gastos Públicos que, dentre outras ações, propõe o congelamento por 20 anos dos gastos públicos junto às políticas de saúde e de educação, assim como a chamada Reforma Trabalhista, proposta pela Lei 13.167 de 2017 que, dentre outras ações, propõe a liberalização da terceirização para as atividades-fim junto às instâncias governamentais.

De forma sucinta, tanto o controle de gastos com políticas sociais quanto a possibilidade de que os contratos de trabalho sejam realizados de forma diversa daquela regulada pelos concursos públicos, ou fora da proteção prevista na CLT, atingem a classe trabalhadora e a execução dos serviços sociais a ela dirigidos pelas políticas sociais. Os trabalhadores que executam os serviços das políticas também sofrem as consequências das precárias relações de trabalho, o que será tematizado ao longo do capítulo.

Os exemplos recentes identificam que tanto as políticas social quanto a política econômica executada nos diferentes governos reiteram que o contexto sócio-histórico estabelece e delimita condições particulares para as

profissões, modo geral, e para o Serviço Social, por ser uma profissional que atua nas e com as políticas públicas e sociais de modo específico. Ou ainda, tendo em vista a forma como que as políticas sociais tem sido organizadas no período pós impeachment da presidenta Dilma Roussef, conforme apontam Almeida e Alencar (2011, p. 107), incorrem na:

Supressão da obrigatoriedade de adoção do regime jurídico único para os serviços com a previsão de admissão de servidores sem estabilidade profissional e a diferença na organização dos quadros de pessoal; concessão de garantias de estabilidade restringida a um corpo de servidores com atribuições no exercício de competências típicas de Estado ou de elevada responsabilidade; regras mais duras para o disciplinamento dos tetos de remuneração; supressão da isonomia de vencimentos entre categorias de desempenho.

Coloca-se em curso, no país, sobretudo através das medidas acima expostas, um processo de privatização, terceirização e e fiscalização do desempenho dos servidores públicos na execução das ações nos serviços públicos e nas políticas sociais. Como exemplo das consequências imediatas dessas medidas⁴⁰, identifica-se de forma mais evidente, um desmonte da seguridade social, na precaridade e precarização da saúde, na quebra dos princípios do Sistema Único de Saúde e no diminuto investimento social que se colocam como desafios para o trabalho do assistente social no seu cotidiano.

Essa atual retração de investimento, ou nos termos das leis acima expostas acerca dos gastos públicos, impacta nas condições de inserção sócio-ocupacional dos assistentes sociais com a presença mais expressiva de vínculos não estáveis nas esferas estadual e municipal, intensificação do processo de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços ao governo, que apontam para o exercício profissional executado de forma privada ou autônoma, temporário, por projetos, por tarefas que assim se expressam em função das formas mais recentes de gestão das políticas públicas.

Raichelis (2010) indica que o Estado é o principal empregador dos assistentes sociais. Ressalta que a realidade de retração dos investimentos impacta e atinge o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Observa-se a redução de postos de trabalho nos níveis federal e estadual e nos municípios. Ainda

⁴⁰ Indicamos para aprofundamento da questão: Behring (2018).

entendemos que, em articulação a esse contexto, a descentralização e a municipalização dos serviços públicos não propiciam que os municípios, principalmente os de pequeno porte⁴¹, apresentem condições de absorção da massa de trabalhadores assistentes sociais, essenciais para a execução dos serviços das referidas políticas.

Já a inserção de assistentes sociais na esfera privada, apesar de se dar desde a década de 40⁴² (IAMAMOTO, 1988), quando o profissional então buscava, na sua atuação, garantir um nível de vida, moral, físico e econômico normal para o trabalhador e sua família, não apresenta o mesmo grau de inserção profissional como na esfera estatal.

A partir dos anos 80 e 90 que o campo de atuação junto a famílias irá se tornar significativo conforme atesta Mota (2010), requerendo ao profissional o desenvolvimento de um trabalho assistencial e educativo junto ao empregado e à família enquanto finalidade intrventiva. Com o desenvolvimento dessas ações, de forma mais geral, serão requisitadas ao profissional a implementação e a coordenação da política de recursos humanos da empresa, estando seu exercício profissional atrelado a esse setor no espaço empresarial.

Do ponto de vista das condições de trabalho junto à esfera privada, há que considerar que o próprio trabalho do assistente social, hoje, é exercido sob condições que não fogem ao quadro mais geral da economia e de desregulamentação do mercado de trabalho: muitos desses profissionais são terceirizados, fazem parte de cooperativas de trabalho, são contratados “por projetos” e não tem assegurada a proteção social pública, o que, tal qual nas mesmas condições que acima apontamos e que também incidem nos profissionais que estão sob contratos semelhantes junto ao setor público, têm contraposta e diminuída sua capacidade de se contrapor, de questionar os objetivos empresariais

⁴¹ Baseando-se no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do IBGE, o Sistema único de Assistência Social (SUAS) se utiliza da divisão por porte para propor ações de proteção básica e/ou proteção especial de média ou alta complexidade, que levam em consideração a realidade local. Assim se organiza: município de pequeno porte I – até 20.000 habitantes; de 20.001 a 50.000 habitantes – Pequeno Porte II; entre 50.001 e 100.000 habitantes – médio Porte; entre 100.001 900.000 – Grande Porte; e com mais de 900.00 – metrópole.

⁴² A obra “Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, que lamamoto (1988), publica em parceria com Raul de Carvalho, tornou-se seminal para a construção da perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, assim como para a possibilidade de entendimento histórico da profissão sob uma perspectiva crítica. Nela está a base argumentativa na qual nos ancoramos para apresentar os dados sobre a inserção profissional dos assistentes sociais em campos ocupacionais.

e de mediatizar o campo das contradições inerentes às práticas capitalistas que aprofundam a exploração tanto por intensificação quanto pressionados para apresentarem resultados no trabalho. Destarte, impõem a competitividade e a rivalidade junto ao coletivo dos trabalhadores e manipulam os programas sociais para obtenção de subsídios e incentivos fiscais assim como possibilidade de promoverem sua ação e marca, além de realizarem o chamado marketing social.

Em conformidade com Rodrigues (1988, p. 31), o chamado terceiro setor pode ser entendido como “a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado”. Outrossim, constitui-se em um campo de trabalho em que os assistentes sociais são demandados, atualmente, a atuarem na gestão de programas sociais, singularmente após a edição da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 11/11/2009) por meio da inserção das instituições que compõem o terceiro setor na rede socioassistencial.

Por outro lado, sua peculiar estrutura aproxima as instituições que são alocadas nesse setor dos interesses privados em detrimento do interesse público e do atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos. Esse setor tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social e o trabalho do assistente social, nele desenvolvido, passa a ter sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

Com a atual tendência de redução do Estado e conseqüente diminuição do espaço profissional do assistente social, conforme supradito, o Terceiro Setor está longe de se constituir como um espaço expressivo e estável de absorção de profissionais e, dentre estes, os assistentes sociais. Porém necessita ser considerado como espaço e campo de inserção que não pode ser refutado ou subsumido.

É importante destacar que, em cidades de pequeno e médio portes, como as da região de Presidente Prudente, o terceiro setor se constitui em espaço de inserção profissional a ser considerado apesar do alerta que SERRA (2000) indica, apresentarem condições mais precárias de empregos com o predomínio de relações contratuais mais flexíveis, precárias, com alta rotatividade dos profissionais, níveis salariais reduzidos e jornada parcial de trabalho.

Ademais das possibilidades de inserção profissional, nos diversos espaços institucionais aos quais o profissional pode se filiar pelo contrato de trabalho, o assistente social lida com situações concretas no seu exercício profissional, no seu cotidiano de trabalho.

Situações essas que, apreendidas como elemento de aproximação da realidade concreta, demandam ao profissional entender os meandros dessa realidade, em qualquer espaço e junto às demandas para quais sua resposta seja requerida. Porém, é importante destacar que a compreensão desse movimento não exige a dificuldade de realizá-lo, conforme aponta Yazbek ao expor que:

[...] difícil é a passagem de nossa compreensão teórico-metodológica, totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações (YAZBEK, 2001, p. 38).

Em determinados momentos, até pelas condições objetivas de trabalho, o assistente social pode entender que os conhecimentos que tem da imediaticidade dos fenômenos é suficiente para lançar mão, de que ele precisa para realizar o seu trabalho, para construir a intervenção. Ao estruturar sua prática sob essa perspectiva, a análise tende a ficar equivocada ou pouco suficiente e, assim, numa leitura apressada depreende-se que a teoria não tem relação com a prática ou entende-se que não precisa do conhecimento teórico para atender às complexas relações estabelecidas na realidade social. A afirmativa de que a teoria é uma coisa e a prática é outra é verdadeira porque são duas instâncias da vida social – diversas, porém complementares – em unidade na diversidade, unidade essa que não significa identidade.

Compreendemos que, se o profissional afirmar referendar sua prática numa determinada direção social, como a que atualmente é a que a categoria constrói de forma mais expressiva, e, nas ações cotidianas de seu exercício não estabelece mediações assim como aproximações de ordem teórico-prática, suas possibilidades investigativas e reflexivas ficam extremamente prejudicadas.

A direção social a que a profissão se filia, não se realiza *per si*. O conhecimento que o profissional acionará, as possibilidades de intervenção e análise da e na realidade, e as possibilidades de construção do seu trabalho cotidiano

incidem diretamente na realização do exercício profissional tendo em vista essa direção estratégica. Ou seja, ele não é um manual, um código de construção de saber a se seguir, até porque não é essa sua proposta. Assim, para se ter clareza da direção social da profissão é preciso, em primeira instância, saber quais são os objetivos da profissão bem como sua direção social e o lugar que a profissão ocupa nas divisões social e técnica do trabalho.

O assistente social, nos seus espaços de trabalho, é chamado a exercer seu papel e competência executiva e, a partir daí, a dimensão interventiva do exercício profissional terá uma evidência muito mais explícita no seu cotidiano. Entretanto, essa competência executiva não pode ser ou estar dissociada dos elementos teórico-práticos. O fato de a profissão ser executiva não significa que não seja constituída desses elementos.

Ao pensar a competência executiva exercida pelos assistentes sociais sob a possibilidade de que ela esteja dissociada de um dos seus elementos – teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos –, estabelecer-se-á um paradoxo. A relação e a unidade teórico-prática existem a partir do conhecimento, e por meio da mobilização deste ela é acionada.

Não é uma relação que existe exclusivamente a partir da crença na possibilidade histórica da construção de outra sociabilidade para além do capital que ela irá se realizar, que se configura no campo da intencionalidade que sem mediações não é suficiente para alterar as relações sociais. Isso é uma idealização e, em última instância, a idealização leva a uma prática messiânica ou fatalista.

A construção de uma outra sociabilidade é possível, consoante Marx, a partir da superação histórica da presente e, por ser histórica ela também é processual e construída no cotidiano, a partir da realidade concreta, com pessoas concretas. Em outras palavras, a direção social estratégica da profissão não é um “vir a ser”, apesar de vinculada à construção de outro Projeto Societário, ou seja, também está carregada de uma necessária dimensão política.

No cotidiano, ela pressupõe a articulação entre essa finalidade “utópica” e os condicionantes sociais da sociabilidade atual que dificultam e potencializam a ação profissional nessa perspectiva.

Entendemos que, para tanto, também é necessário o recurso, a teoria enquanto acesso aos diversos tipos de conhecimento, porque será ela que possibilitará estabelecer e criar possibilidades, a partir da realidade interventiva ou

de análise do profissional acerca da realidade onde se desenvolve sua ação profissional e incidindo, também, de forma mais geral, sobre o exercício profissional.

Tal realidade, a nosso ver, depende essencialmente da inserção do profissional nos espaços sócio-ocupacionais e de como este visualiza, verbaliza e expressa sua inserção trazendo à reflexão a possibilidade de se referendar, “vestir um personagem”, que o faria transitar no universo discursivo do projeto hegemônico e de como o profissional se apropria dos conhecimentos interrelacionando-os com o seu cotidiano profissional.

Dessa forma, ocorreria um descompasso entre o discurso emitido pelo profissional e aquilo que se coloca como elemento prático, interventivo e executivo. Nesse sentido, não é a teoria que seria outra na prática. Seria o discurso que não condiz com a ação, sendo que o profissional apresentaria uma duplicidade – entre discurso e ação – que aproxima da ideia do *Doppelgänger* pois, a depender do contexto, se expressa em um de uma forma e numa perspectiva teórico-metodológica, e noutro, de forma diversa e antagônica, tal como numa prática autoexplicativa.

O *Doppelgänger* é uma imagem, a imagem reversa, o duplo ao contrário que toma meu lugar se, no embate com ele, eu não tiver as forças suficientes para vencer o enfrentamento. Porém, como imagem, o que eu vejo não é necessariamente o que o outro vê, ou seja, eu posso não perceber que meu duplo me substituiu, ou ainda o outro vê um duplo no meu lugar mas ainda sou eu.

Ou seja, e conforme ensina Vasconcelos (2015), as mediações teórico-práticas são constituídas dentro de um processo exigente, conflituoso e complexo e que, necessariamente, não estão expressos na imediaticidade do exercício profissional, no atendimento cotidiano das demandas e requisições postas ao profissional. A percepção ou expressão de como esse processo e mediação é construído(a) não é captado(a) numa avaliação sistemática no exercício profissional.

Assim, é possível afirmar que o profissional, ao construir uma imagem, esteja estabelecendo relações teórico-práticas, inclusive fundadas nas perspectivas marxistas e marxianas, e não ser capaz de identificar – ao analisar sua ação prática cotidiana – as mediações construídas, os resultados alcançados e as possibilidades que estão postas, isto é, as formas com que o assistente social conseguirá estabelecer relação entre a realidade interventiva e os conhecimentos

diversos que mobiliza.

Essa é uma situação que propicia construir uma imagem do assistente social classificando-o como “conservador” dentro de um julgamento apriorístico e apressado de seu exercício. Como exemplo, trabalhamos, por 12 anos, dentro do sistema prisional paulista, tanto no atendimento cotidiano de pessoas presas⁴³ e suas famílias quanto na formação e no aprimoramento profissional de assistentes sociais. O sistema prisional é, em sua essência, espaço onde a liberdade de ir e vir é retirada das pessoas que estão aprisionadas. As defesas profissionais, em especial as constantes nos Princípios Fundamentais do Código de Ética, expressam que a Liberdade é valor ético central, do qual os demais valores ali inscritos serão decorrentes. No sistema penitenciário, por diversas vezes, sentimo-nos acusados, angustiados, impotentes e sem perspectivas diante das realidades trazidas em atendimento por sentenciados / pessoas presas e suas famílias, além das nossas capacidades reais e objetivas de atenção e de encaminhamentos das suas demandas.

Ainda nesse espaço, somos chamados, prioritariamente, a realizarmos Estudos Sociais para composição dos Exames Criminológicos para concessão de benefícios garantidos em lei para pessoas presas, como, por exemplo, a progressão de regime do condenado: do regime fechado para o regime semiaberto ou aberto. Por muitas vezes, ao participar da elaboração do referido exame, apresentava-se, para nós, como instrumento de julgamento, de exercício de poder sobre as vidas das pessoas presas. Não raras vezes, naquele período, perguntávamo-nos se nossa ação, na avaliação, estava fundada na perspectiva crítica ou se estávamos re-punindo a pessoa presa, ou seja, se no exercício profissional, era eu mesmo ou era meu duplo que estava realizando a ação técnica, ou ainda:

O assistente social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou mais, precisamente, sobre os segmentos destas que formam a “clientela” das instituições que

⁴³ No sistema prisional paulista, especialmente junto às equipes técnicas, a designação “pessoas presas” é atualmente o que melhor identifica a população que cumpre penas nas unidades de regime fechado e semiaberto, não sendo necessariamente a única nomenclatura utilizada.

desenvolvem “programas socioassistenciais (IAMAMOTO, 2008, p. 42, grifo do autor).

As diversas situações, demandas e requisições postas pelos espaços de inserção profissional, na imediaticidade com que chegam ao profissional, a partir da demanda socioinstitucional, implicam em recurso a conhecimento, organização e planejamento, sistematização da ação, para que os profissionais consigam construir respostas para além dessa imediaticidade, o que repõe a centralidade da fundamentação teórico-metodológica. Dito de outra forma:

[...] a pesquisa sobre as múltiplas determinações, que atribuem historicidade ao exercício profissional, e adensam a agenda da formação profissional, carece de uma relação direta com as respostas profissionais, no sentido de qualificá-las nos seus fundamentos históricos, metodológicos, éticos e técnico-operativos. Em outros termos, para decifrar as relações sociais e qualificar o desempenho profissional, são requeridas mediações na análise de particularidades dessa especialização do trabalho (IAMAMOTO. 2007, p. 463).

Todavia, também é necessário problematizar a gama de conhecimentos e, mais ainda, a forma de aproximação ao conhecimento que o assistente social se propõe. Nesse sentido, Guerra (2018) expõe que, na atualidade, são recorrentes três tendências presentes na formação de assistentes sociais: o teoricismismo ou a teoria concebida de maneira formal-abstrata; o metodologismo (o método tomado como um conjunto de procedimento e pautas operativas); a história tratada de maneira evolutiva, linear e cronológica, o que dificulta uma compreensão histórica, dialética e contraditória da sociedade e da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho. Portanto, contexto que estrutura um equívoco à aproximação e ao domínio do referencial teórico como fundamental para o exercício profissional. O referido autor, ainda, afirma que:

Temos observado que a dificuldade de uma abordagem do Serviço Social que opere com a tridimensionalidade dos conteúdos dos núcleos de fundamentação tem deixado lacunas na formação profissional, fazendo com que o trato teórico-metodológico se mantenha em um nível de abstração tal que não permite que os sujeitos profissionais captem as mediações que conectam a sua leitura crítica da realidade a um trabalho profissional na direção de ruptura com o conservadorismo (GUERRA, 2018, p. 30).

Na consideração até aqui, mesmo que sumariamente, pudemos apresentar elementos que tanto informam quanto problematizam a constituição na atualidade do Serviço Social como profissão, e que, a partir dessas mesmas características, trazem importantes elementos para refletir sobre a unidade teórico-prática enquanto elemento constitutivo da profissão. As particularidades do Serviço Social – enquanto profissão – constroem a relação de unidade entre a teoria e a prática, no sentido de que é de um lugar específico e é como profissão, portanto, que essa unidade será acionada. No entanto, entendemos que há, ainda, uma série de outros elementos, inclusive com características objetivas que necessitam de reflexão, como seguiremos.

2.1.1 Reflexões sobre o Trabalho Cotidiano, o Perfil e o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais

Para a compreensão das características do trabalho do assistente social na atualidade – e a partir de uma perspectiva crítica, dialética, histórica e processual –, é imprescindível, ainda, a reflexão sobre a categoria trabalho, haja vista que este, como forma de objetivação humana, está presente em toda formação social, onde os homens produzem seus modos de vida mesmo que com as diferenças históricas, sociais e culturais que possam incidir sobre o homem. Nas palavras de Marx (2013, p. 255):

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, na qual esse primeiro age e incide sobre a segunda, estabelecendo uma mediação entre ambos, controlando e regulando o seu metabolismo, seu corpo e suas funções vitais com, através e na natureza, a finalidade de extrair dessa as possibilidades de qualificar sua existência.

Para o autor, o trabalho é uma ação essencialmente humana porque o homem é um ser que irá idear, imprimir um determinado objetivo anterior ao ato que desenvolverá junto à natureza. Com esse escopo, todo ato de trabalho irá resultar em consequências e efeitos que não estavam delimitados na sua finalidade imediata, uma vez que, ao transformar a natureza, o homem transforma-se a si mesmo, desenvolvendo capacidades, implementando a sua própria produção, modificando, inclusive, as relações sociais em função da possibilidade que o trabalho inseriu no seu modo de vida.

Desse modo, é a partir dessas características que o trabalho é entendido como histórico e processual. Ademais, nas palavras de Marx (2013), o processo de trabalho – que é o próprio trabalho – desenvolver-se-á:

A fim de se apropriar do material natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braço e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete ao jogo de suas forças ao seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255).

É o trabalho que possibilita ao homem produzir bens necessários a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, novas possibilidades e habilidades, além de novos conhecimentos e novas outras socializações. Essas produções são tanto históricas quanto cumulativas no sentido de que se complexificam e também complexificam as relações sociais.

Nesse sentido, para o Serviço Social, entender ontologicamente o trabalho é fundante para explicitar e estabelecer as possibilidades que sua ação profissional irá realizar. Para Almeida e Alencar (2011):

O reconhecimento do trabalho como atividade social é essencial para pensar a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho como atividade especializada que participa das estratégias de controle sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Atividade historicamente forjada como parte dos mecanismos inscritos nos processos de trabalho coletivos que visam assegurar a produção e a distribuição do valor. Não se trata, portanto, de uma atividade que se converte ao movimento do capital, precedente de formas de organização social da produção anteriores por meio da produção capitalista, vinculada aos processos que regulam a produção e a distribuição da mais-valia num quadrante determinado de atividades assalariadas, organizadas a partir das

racionalidades que tipificam o trabalho na sociedade capitalista com dimensões político-ideológicas, mas que não adquirem um estatuto socioinstitucional, independente das determinações peculiares ao mundo do trabalho, como outras práticas sociais que também compõem a esfera da reprodução social (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 136).

O trabalho é elemento central na vida do ser social e, por consequência para o Serviço Social, atividade ontológica estruturada como relação social também sendo determinado pela relação do metabolismo do homem com a natureza. Ele, o trabalho, só pode adquirir essa dimensão tendo em vista o desenvolvimento de esferas outras da vida social ou níveis de socialização crescentes, que incidindo sobre ele, alteram-no e, de tal sorte, imprimem neste marcas que não eram alcançadas na sua relação primária entre homem e natureza.

A cada ato de trabalho – produto da objetivação humana – outra e nova situação surgirá tanto objetiva quanto subjetivamente. E, nesse sentido, o trabalho é fundamento histórico da complexificação social, da criação de novas possibilidades que agregam, social e historicamente, significantes e significados, possibilidades novas e anteriormente desconhecidas para os homens, ou seja, esse novo, produzido pelo trabalho, irá influenciar a realidade concreta.

Para o capital, no entanto, não importa o conteúdo ou a materialidade do trabalho mas sua *forma social*, historicamente situada, sua capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista que tende a suprimir as diferenças entre formas de trabalho para submetê-las todas ao domínio do trabalho abstrato, ou ainda como informa Rosdolsky (2001, p. 202):

O modo de produção especificamente capitalista se baseia, antes de mais nada, no desenvolvimento das potências sociais do trabalho. Mas o capital só consegue colocar essas potências a seu serviço porque, desde o início, é uma força coletiva; como tal, 'não se depara com o trabalho isolado, mas sim o trabalho combinado'. Pois a finalidade da produção capitalista não é a produção de valores de uso, mas sim de valores de troca ou, mais exatamente, de mais-valia.

Entendemos que aqui é importante nos aproximarmos da forma de organização capitalista para que os argumentos acima expostos ganhem sentido dentro de nossa argumentação. Dito de outro modo, para que nossa argumentação

acerca da direção assumida pelo assistente social na execução do seu exercício profissional, inserido na sociabilidade capitalista, seja mais bem apresentada.

Nestes termos, o capitalismo, como organização sócio-histórica, apresenta uma série de características que interditam a própria realização humana que o trabalho propicia, como também circunstanciam as relações sociais, nas quais também incide a ação profissional do assistente social.

Assim, como sistema econômico e de organização social, o capitalismo baseia-se na apropriação de forma privada pela burguesia dos meios de produção, sendo essas uma de suas principais características. Esses meios de produção são formados por meios de trabalho, ou seja, os instrumentos da produção, tais como: as instalações prediais – fábricas, armazéns, montadoras de automóveis, etc. – e a infraestrutura para a realização das atividades tanto industriais quanto comerciais – fornecimento de energia, transportes, comunicação e telecomunicação, máquinas e ferramentas.

Na sociedade do capital, os meios de trabalho são propriedade da burguesia que, para produção e venda de seus produtos e geração do lucro necessita da classe trabalhadora. E, mais especificamente, de seu trabalho e força de trabalho, os quais serão, então, submetidos à compra, por meio do assalariamento porque a burguesia detém os meios de produção mas não a força de trabalho para realizar suas atividades. Assim, como leciona Marx (2013, p. 262):

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho.

As relações capitalistas baseiam-se na exploração do trabalho da classe trabalhadora pela burguesia – situação que estabelece a relação dialética de oposição entre essas classes. Ambas dependem uma da outra, nessa sociabilidade, porém a relação essencial entre elas é de exploração da primeira sobre a segunda. Para entendimento da inserção do Serviço Social nas relações sociais, há ainda um condicionante a ser elencado, porque o capitalismo também apresenta como uma de suas características centrais a acumulação privada do capital.

Sob a perspectiva marxista, a acumulação do capital baseia-se na

aplicação da mais-valia obtida em períodos anteriores para a ampliação do processo produtivo, ou seja, os recursos anteriormente obtidos pelo lucro do capitalismo são reinseridos no processo produtivo com vistas à maximização dos lucros. Esse processo denominado por Marx (2013, p. 700-701) como “lei geral de acumulação capitalista”, incide sobre o capital e sua organização de forma que:

Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos provocam, de acordo com a conjugação dos estímulos que eles exercem um sobre o outro, a mudança na composição técnica do capital, o que faz com que o seu componente variável se torne cada vez menor em comparação ao componente constante.

Aqui, entendemos por componente variável o valor da força de trabalho ou a soma geral dos salários, e por componente constante, os meios de produção dispostos pelo capitalista. Seria correto supor que para o crescimento do capital também cresça a parcela variável ou convertida em força de trabalho, ou seja, que o capital cresceria à medida que o trabalho cresce. Assim sendo, expressar-se-ia numa equação simples: quanto mais trabalho, mais capital.

No entanto, a valorização do capital depende da produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que é pago por ele, ou, em outras palavras, que a mercadoria contenha uma parcela de valor que não onera o proprietário dos meios de produção na realização da venda e, ainda, produza lucro para o capitalista, haja vista que é essa outra característica intrínseca ao mesmo sistema, o que, a nosso ver, estabelece um cerne próprio do sistema capitalista: a priorização dos lucros sobre os bens sociais, entendendo estes últimos como produto do trabalho.

Por outro lado, as condições de venda da força de trabalho, muito ou pouco favoráveis ao trabalhador, pressupõem a contínua venda e reprodução desse mecanismo de venda como capital, isto é, quanto mais o trabalhador oferta seu trabalho, como mercadoria nas relações capitalistas, este agregaria mais valor, o que acarreta, em última instância, a elevação do salário, advinda dessa inserção peculiar do trabalhador nas relações capitalistas.

Essa elevação significa, na melhor das hipóteses, para o capitalismo, apenas a diminuição quantitativa do trabalho não pago – seu lucro. Por

outro lado, para ele, essa diminuição não pode chegar ao ponto de ameaçar o sistema porque implicará a diminuição do capital e tornará excessivo o preço da força de trabalho explorável, o que descaracterizaria outro condicionante do sistema capitalista: a exploração do trabalho com vistas à obtenção de lucro.

Assim, sem grande rigor, a relação entre capital, acumulação e taxa de salário é a relação entre trabalho não pago transformado em capital, e trabalho necessário transformado em capital adicional que, para o burguês, implica, invariavelmente, lucro, e para a classe trabalhadora, também, invariavelmente, exploração.

Nessa relação, a evolução e o crescimento em volume dos meios de produção implicarão tanto o aumento da produtividade para o capital quanto a redução da massa da força de trabalho. Além disso, por outro lado, a produtividade crescente do trabalho elevará, também, a disponibilização dos meios de produção a serem utilizados para sua realização, o que reduz o valor desses últimos em comparação ao seu volume.

Esse é um processo que, nas palavras de Marx (2013), tanto propicia a acumulação e a concentração de meios de produção e do capital quanto a expropriação da classe trabalhadora e repulsa mútua entre capitais individuais. Nesse sentido:

Essa já não é a concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores (MARX, 2013, p. 701).

Como se vê, as relações sociais – mormente a relação entre trabalho, produção e acumulação – são complexas, porém a produção capitalista, ainda constituirá, segundo Marx (2013), uma nova potência a ser inserida nessa relação, denominada sistema de crédito que, inicialmente, se coloca como modelo auxiliar da acumulação levando, por fios invisíveis, recursos monetários dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, ou seja, o sistema de créditos potencializará os livres capitalistas novamente. De acordo com os ensinamentos de Marx (2013, p. 702), “na mesma medida em que se desenvolvem a produção e a acumulação

capitalistas, desenvolve-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas poderosas da centralização.”

O crédito, todavia, para além de se constituir em uma estratégica arma na luta concorrencial, transformou-se em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais. Além disso, podemos dizer que a incidência cada vez maior do sistema de créditos no capital é que levará a mudança de fase do capitalismo monopolista para o capitalismo financeiro.

Marx (2013) afirma que a centralização propiciada pelo crédito se vinculará de forma complementar ao processo de acumulação e possibilitará ao capitalista expandir as suas operações. Tal processo incide e propicia nova mudança na composição do capital, diminuindo, de forma acelerada, o componente variável, ou seja, o trabalho, em relação ao componente constante, os meios de produção. É assim que:

Essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último aparece, inversamente, como um aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela (MARX, 2013, p. 705).

É nesse momento, e a partir desse processo, que Marx (2013) nos apresenta a reflexão sobre o exército industrial de reserva, demonstrando que, em decorrência do processo de acumulação e concentração imposto pelo capitalista, por ele denominados como potências de riqueza, acontecerá a diminuição do componente variável – trabalho em relação ao componente constante – meios de produção, processo esse que implicará o aumento do número de sobrantes do processo de produção, os trabalhadores que não são absorvidos, sendo que:

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio do trabalho (MARX, 2013, p. 719).

O exército industrial de reserva também funciona como mecanismo de controle da classe trabalhadora, já que sempre estará disponível para ocupar espaços de trabalho, até por ter de satisfazer as necessidades que são constitutivas

das condições objetivas de vida, sendo que o mesmo exército cresce ou diminui a depender da incidência ou não de períodos de crise do capital, o que também é outra característica do sistema capitalista.

Por outro lado, se uma parcela da classe trabalhadora, que estando no exército industrial de reserva, não se insere em espaços de trabalho, ficará submetida ao pauperismo. É o pauperismo que propiciará a emersão da questão social que, conforme Iamamoto (1988), se constitui na matéria da ação do Serviço Social, que irá acarretar que a profissão venha a ocupar um espaço na divisão social e técnica do trabalho, e o assistente social identificado como trabalhador assalariado.

Segundo Marx, o sedimento social que habita a esfera do pauperismo é designado como o lumpemproletariado – aqueles que são excluídos do processo produtivo, da produção de bens e serviços, ou aqueles que não são absorvidos pelo mercado como massa de trabalhadores ocupados. Para ele, o lumpemproletariado é composto por três categorias:

Os aptos ao trabalho, [...] uma massa que engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. [...] Os órfãos e os filhos dos indigentes. [...] Candidatos naturais ao exército industrial de reserva, que em épocas de prosperidade econômica são absorvidos no exército ativo de trabalhadores. [...]. Os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. [...] indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. – cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas, etc. (MARX, 2013, p. 719, grifo nosso).

O detalhamento do lumpemproletariado demonstra que é ocupado pelas camadas de trabalhadores que serão atendidas pelo Serviço Social, ou seja, é o agravamento ou aumento do lumpemproletariado que também propicia a emersão da profissão. E, segundo Marx, há, entre o exército industrial de reserva e as potências capitalista, uma relação aproximada de crescimentos, a saber, quanto mais o capital se expande e concentra riquezas, também irá crescer o exército industrial de reserva e mais as camadas sociais empurradas para o lumpemproletariado – sendo essa a “Lei Geral de Acumulação Capitalista” (MARX, 2013, p. 719).

Assim, como já dito, é essa mesma população que cresce na mesma razão com que o capitalismo concentra riquezas, vivendo as condições impostas socialmente na sociabilidade do capital e que são características das expressões da questão social. Ademais, essa população irá requerer, pela luta de classes, ao Estado o atendimento de suas necessidades, fazendo necessária a existência da profissão, dentre outras, para a ação junto a essas requisições e necessidades. E nunca é demais reafirmar que é o lumpemproletariado, hoje, os usuários por excelência das ações dos assistentes sociais.

A remissão à categoria trabalho, ao trabalho como condicionante da existência humana, a forma com que é capturado no sistema capitalista, as características e o desenvolvimento do capital como sistema social, as implicações para a classe trabalhadora, objeto de exploração nessa sociabilidade, e as expressões históricas que tal exploração aponta, características que para a compreensão do exercício profissional, a partir de pressupostos marxistas não pode se furtar a essa análise, porque esta é condição para entender as particularidades da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho, assim como os elementos que condicionam e complexificam sua prática.

Com a divisão social do trabalho e conseqüente separação entre as atribuições produtivas, tanto individuais quanto coletivas, nas estruturas socioeconômicas, os sujeitos passam a possuir uma função na estrutura social, que irá ter relação fundamental como status que terá perante a sociedade. Outra característica essencial da divisão social do trabalho é a sua capacidade de aumentar a produtividade, especialmente porque, por meio da especialização do trabalho, é incrementada a eficiência produtiva permitindo-se, assim, a comercialização de produtos com qualidade maior e preço/custo menor.

Por outro lado, essa mesma divisão social do trabalho⁴⁴ distingue o trabalho mental (intelectual) do material (físico). De tal modo, propicia-se o surgimento de uma elite social, isso porque tendo-se em vista que a divisão do trabalho se relaciona com a organização que os seres humanos efetivam para distribuir as tarefas cotidianas, valorando mais o trabalho mental em detrimento do

⁴⁴ Derivam da divisão social do trabalho a divisão sexual do trabalho, a divisão capitalista do trabalho e a divisão internacional do trabalho, as quais não são objeto de nossa reflexão na presente tese. O trabalho, então, tanto explica quanto organiza a sociedade, porém a explicação apenas pelo trabalho é insuficiente porque o próprio trabalho cria outras e novas formas de organização social não necessariamente constitutivas deste.

trabalho material. Tem-se, aí, a base para estabelecer a ideologia da competência técnico-científica como legitimadora da sua sociabilidade.

Com Marx é possível entender que a divisão do trabalho em especialidades produtivas gera uma hierarquia social⁴⁵ na qual as classes dominantes (burguesia) subjagam as classes dominadas, também estabelecendo as instituições que legitimam tal hierarquia e que também detêm os meios de produção. E é dessa dominação e tensão que se gera um conflito chamado de "luta de classes".

Ademais, para ele, a especialização das atividades produtivas nas sociedades complexas gerou uma divisão do trabalho social como uma forma vital de sobrevivência. E, assim, ao superar as suas necessidades básicas, a humanidade cria outras.

A relação de exploração, falando aqui mais especificamente das classes sociais fundantes do capitalismo – burguesia e proletariado – denota os interesses divergentes e antagônicos que se colocam na lógica e na estrutura do capitalismo. E é em função desses mesmos interesses divergentes de classe que é desencadeada a luta de classes.

O conjunto das relações sociais que compõe as sociedades em cada momento histórico é denominado de totalidade social, a qual é constituída a partir da posição ocupada pelos indivíduos no processo de produção. Logo, o conceito de classe social está relacionado ao de luta de classes pois a lógica da relação entre elas é de conflito, exploração e dominação.

No modo de produção capitalista, o Estado emerge como um "lócus" institucional para tratar da regulação e da gestão da vida em sociedade. Dessa maneira, ele determinará a manutenção ou a mudança de um determinado ordenamento ou de uma determinada organização social. Sua constituição, especialmente na modernidade, tem por finalidade regular as vidas e as contradições inerentes a essa mesma sociabilidade que o requereu. Com relação à luta de classes, o Estado é chamado a atuar no sentido de amenizar ou, até mesmo, dirimir a relação opressiva da burguesia sobre o proletariado, seja pelo consenso, seja pela coerção. Assim, consoante Silva e Silva (1999), o Estado, no modo de

⁴⁵ O incremento da agricultura levou divisões sociais no trabalho ainda mais significativas e estas historicamente aprofundaram aqueles critérios sexuais bem como diferenciaram o trabalhador agrícola daquele dedicado exclusivamente à criação de animais. Aqui, está a gênese da propriedade privada.

produção capitalista, emerge: “Para administrar os negócios de interesse do soberano, a res principis, em face dos súditos e de outros domínios. Ou para administrar os negócios de interesse público, a res publica.” (SILVA E SILVA, 2009, p. 57).

Mesmo que, em determinado espaço sócio-ocupacional, sua ação não seja executada diretamente junto ao Estado, para o assistente social, as requisições institucionais estão determinadas e impostas pela coerção e pela forma como o Estado dispõe e que coloca em movimento o projeto societário da classe dominante, pois o Estado “configura-se como reprodutor de culturas, ideologias e valores determinados pela classe dominante a fim de garantir as desigualdades dentre as classes e a expansão da estrutura social vigente.” (SILVA E SILVA, 2009, p. 113). Assim estão em movimento mediações e interesses contraditórios, tanto no estado, como instância de reprodução de valores dominantes, quanto como empregador de trabalhadores e, como gerenciador dos interesses econômicos do capital. Contraditoriamente, o Estado também absorve os interesses dos trabalhadores, principalmente os funcionais ao desenvolvimento econômico do Capital.

Os assistentes sociais atendem as requisições do Estado mas também, contraditoriamente apresentam e tensionam os interesses dos trabalhadores, usuários dos serviços das políticas, criando um campo tensionado de possibilidades analíticas e interventivas.

Em outras palavras, a regulação social a que o Estado se propõe também é, por sua vez, requisição posta ao Serviço Social por este mandatário em relação ao proletariado. Inclusive, é válido mencionar também que, socialmente, são esperadas da profissão ações de tais perspectivas. Ou seja, como nas palavras de lamamoto (2008), suas ações profissionais são tanto de coerção e controle quanto de consenso.

Mas o Estado, ainda e contraditoriamente, também é espaço onde os interesses do proletariado, de modo geral, podem ser conquistados. Essa classe, por meio de lutas políticas e sociais, pode fazer valer seus interesses. Essa característica faz com que o assistente social, em decorrência das posições advindas do projeto hegemônico, também potencialize, no seu exercício profissional, as demandas mais gerais da classe trabalhadora.

Em Almeida e Alencar (2011), a compreensão do exercício

profissional – trabalho realizado pelo assistente social a partir da categoria trabalho – também traz importante crítica às insuficiências nela presentes, especialmente no que tange às possíveis mediações entre a dinâmica do capital e os processos que incidem e determinam as condições e formas de desenvolvimento do trabalho do assistente social. Neste sentido, indicam a:

[...] necessidade de mediações das reflexões sobre o trabalho nos serviços em Marx para situar as particularidades do trabalho do assistente social na dinâmica da produção e da reprodução a partir da ação empreendida pelo Estado, pelas empresas e instituições da sociedade civil no enfrentamento da questão social por meio das políticas sociais e da organização e prestação dos serviços sociais (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 131-132).

Logo, e concordando com Almeida e Alencar (2011), é determinante para o entendimento do trabalho do Serviço Social, refletir sobre o trabalho nos serviços a partir das reflexões marxianas pois a mediação dos serviços é caminho necessário para se sustentar a abordagem do Serviço Social como trabalho.

Diante da formulação de Almeida e Alencar (2011) e consonante com o que já expunham Silva e Silva (2009), a partir do projeto de ruptura – e por consequência do projeto ético político profissional – é a nossa vinculação com a classe trabalhadora que possibilitará que – por meio das nossas ações, diversas, multiformes e multifacetadas, nos diversos serviços – a construção de uma atuação crítica, socialmente referendada e com uma direção social estratégica que remonta a centralidade da ideação ético-política do referido projeto. Em outras palavras, e ainda baseando-nos em Almeida e Alencar (2011), entendemos que a reflexão do exercício profissional nos serviços e suas particularidades apontam e propiciam sua relevância para a qualificação e o entendimento do trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais.

Para fins da nossa tese, parece-nos indubitável que a construção da unidade teórico-prática no exercício profissional se configure como uma ação-reflexão-investigação clara para o profissional. Ademais, entendemos que os assistentes sociais realizam, em menor ou maior grau, tal movimento, tendo em vista o grau de apropriação / reflexão teórica e ação na realidade com a qual atua e na qual se insere, assim como os pressupostos teóricos que orientam a mesma ação.

Guerra (2009a) reflete que a inserção dos assistentes sociais em

serviços – que assegura a ocupação pelo profissional de um espaço no mundo do trabalho, pelas vias do assalariamento – implica uma dupla determinação que obscurece as condições concretas que determinam a intervenção e incide sobre a autorrepresentação profissional.

Na reflexão da autora, a inserção nos serviços também obscurece as condições concretas que asseguram o exercício profissional, ou seja, seu assalariamento, que também interdita as possibilidades para as quais sua força de trabalho foi “comprada”. Logo, como afirma a autora:

Este vínculo de assalariamento, ao mesmo tempo que é resultante das funções sociais atribuídas ao profissional, interdita suas ações às funções para as quais sua força de trabalho foi adquirida. Ao não se perceber como trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar que sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal. Ao desconhecer tais determinações, gestadas pelas suas condições materiais de trabalho e que incidem sobre suas representações, os assistentes sociais têm limitadas as possibilidades de se perceberem como classe trabalhadora (GUERRA, 2009a, p. 156).

Entendemos que é o conhecimento – e mais ainda o conhecimento que dialoga dialeticamente com a realidade – que possibilita elementos de enfrentamento dessa situação. E, para o assistente social, se torna fundamental compreender-se como trabalhador assalariado, condição que tensiona e condicionada a sua autonomia profissional que, nestes termos, sempre será relativa.

Moraes (2016, p, 591) designa o conhecimento como dimensão intelectual do trabalho profissional, sendo esta “composta pela unidade entre pensar e agir críticos”, que também sofre ameaças na atualidade, vindas da própria dinâmica sócio-política e econômica de forma mais universal que podem despolitizar ou politizar a direita à categoria, como ficou claro e evidente em razão do manifesto nas últimas eleições majoritárias de 2018, com profissionais posicionando-se claramente a favor de pautas conservadoras e de regressão de direitos sociais conquistados. Moraes ainda expõe que:

[...] no contexto atual têm sido ameaçadas as possibilidades de aprofundamento do conhecimento, da tentativa de romper com o absolutamente visível, da pesquisa da realidade, da intercessão entre a dimensão investigativa e interventiva, do aprofundamento das informações traduzidas na imediatividade da realidade, da sistematização e estudo dessas informações e do planejamento crítico do trabalho profissional (MORAES, 2016, p. 591).

Com base no autor, para longe de ser um movimento “interno” do Serviço Social, parece-nos que é um projeto de desmonte de possibilidades para além da mera execução de ações previamente definidas pelos empregadores para as profissões. Se, de um lado, há um discurso de profissões que se inserem de forma qualificada no tempo atual com perspectivas futuras e “modernas” e “disruptivas”, o que se apresenta para as profissões está na contramão de tal possibilidade, em especial para o Serviço Social.

Tal realidade, nas palavras de Moraes (2016, p. 602), “exige trabalhar permanentemente a mediação, compreendendo a inseparabilidade entre reflexão e ação e encarando o desafio da construção de conhecimentos críticos com conhecimentos operativos.”

Entendemos que o tempo presente, quando somos chamados a desenvolver as ações características do nosso exercício profissional, se constitui numa inalienável realidade que nos chama a, cada vez mais, ter clareza teórico-metodológica da inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho como trabalhador assalariado, da análise crítica da realidade em que atuamos e da constituição histórica da sociedade brasileira, além de agirmos com unidade teórico-prática a partir dos elementos constitutivos da nossa profissão.

Aqui, demarcamos que não é possível, na atualidade, a construção de uma atuação crítica fora da perspectiva da direção social estratégica atualmente defendida pela profissão, porém compreendemos que essa mesma atuação só ganha contornos de possibilidade real se dialogar com dificuldades, reveses e impasses experienciados na inserção sócio-ocupacional.

Na análise dos artigos da pesquisa bibliográfica que empreendemos, verificamos, como uma tendência, a reflexão sobre o trabalho profissional de forma específica, também em articulação com argumentos acerca do perfil do profissional e que, no exercício profissional do assistente social, são impactados a partir da compreensão da unidade teórico-prática expressa pelos assistentes sociais.

Em Azevedo (2013), é apontado que a ausência de problematização das inúmeras situações que emergem na prática tem levado a uma postura de viés empiricista que consubstancia uma crise referente às possibilidades explicativas que impõem à técnica no Serviço Social um paradigma reducionista de sua apreensão.

Já Medeiros (2016) afirma que a necessidade e a utilidade da pesquisa no exercício profissional se fazem fundamentais para superação da

separação entre teoria e prática e da crença de que a teoria e a investigação cabem apenas a intelectuais e/ou profissionais inseridos no contexto acadêmico.

Xavier e Miotto (2014) desenvolvem argumentos de que está em curso na profissão um esforço de superação realizado pelos assistentes sociais em problematizarem o seu trabalho profissional cotidiano, pensando os rumos da profissão e as formas de intervenção social tomando como base a teoria social crítica. Assim, os autores refletem sobre o trabalho profissional e suas potencialidades a partir do recorte argumentativo em torno da sua historicidade, da relação teoria e prática, bem como da materialização desse trabalho no cotidiano.

Azevedo (2013), na sua elucubração, não fará uma discussão especificamente fundada na relação ou na unidade teórico-prática. Contudo, a autora traz informações e reflexões, no corpo de sua argumentação, sobre o conhecimento e sobre a prática do assistente social, especialmente fundados na perspectiva crítica que se colocam como elementos relevantes na composição da tendência de análise. A autora situa que a função dos instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, relacionados com a instrumentalidade da profissão, está vinculada às determinações e aos interesses de classe que serão expressos nas escolhas profissionais do assistente social em determinado contexto sócio-ocupacional, o que implica o estabelecimento de uma relação entre a teoria e a prática porque será necessário um processo de conhecimento da realidade, do campo ocupacional, da população usuária para que o assistente social, ao planejar sua ação, escolhendo os instrumentos técnico-operativos, alcance os objetivos propostos para o seu trabalho.

Logo, para Azevedo (2013), saber e poder no exercício profissional estão em estreita ligação, na mesma medida em que o conhecimento aponta para a capacidade crítica do profissional. Assim, para o assistente social, tanto o seu conhecimento quanto a sua prática podem se constituir em objeto de manipulação política quanto podem representar um passo para romper com posicionamento subserviente ao sistema socioeconômico, político e administrativo que possa ser adotado no cotidiano profissional.

Prates e Carraro (2017), recorrendo às Teses sobre Feuerbach, apontam que em Marx há a relevância da prática, porém uma prática iluminada pela teoria, ou seja, uma prática com clareza de finalidade e intencionalidade. Isso posto, desenvolvem as autoras que essa prática é, em essência, teoria em movimento

assim como transformação em ação dos conhecimentos que possam ser acionados por meio de mediações a serem realizadas com os objetos determinados, os quais são apresentados aos assistentes sociais.

O exercício profissional dos assistentes sociais é eivado de tensões tanto de ordens sociais quanto políticas, econômicas e culturais. E, para a análise de sua constituição, há elementos insuprimíveis que sempre necessitarão de reflexões teórica e política tanto para a qualificação e compreensão da historicidade do exercício profissional quanto para a construção de respostas qualificadas para as demandas postas nessa mesma realidade. Para tanto, é importante salientar que o exercício profissional:

Vem se efetuando predominantemente no nível de prestação de serviços oferecidos pelo Estado, servindo a interesses divergentes, visto que, de um lado, atende às demandas dos grupos dominantes e, de outro, responde às necessidades da população (MACIEL; CARDOSO, 1989, p. 170).

Os serviços cumprem, então, dupla funcionalidade na ordem monopólica burguesa, que ainda se estende aos dias atuais: atender a expectativas e demandas da sociedade e servir de controle às contradições sociais da sociedade capitalista contemporânea.

De acordo com os ensinamentos de Marx (2013, p. 269), um serviço “nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho”. Entendemos tal definição como insuficiente para a atualidade, porque, à sua época, os serviços ainda não tinham a centralidade que lhes foi imposta a partir do capitalismo monopolista, e que hoje os colocam em um patamar diferenciado, inclusive com aspectos que denotam o quanto estes têm incidência atualmente nas relações sociais e de trabalho, de modo geral. Nestes termos, Raichelis, baseando-se em Braverman⁴⁶, desenvolve a centralidade atual dos serviços em nossa sociedade quando afirma que:

⁴⁶ No artigo: “Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo”, que compõe a obra: “A nova morfologia do trabalho no Serviço Social”, Raichelis (2018), faz referência ao livro “Trabalho e Capital Monopolista – a degradação do trabalho no século XX” (Editora Zahar, 1981), de Harry Braverman, que desenvolve estudo e contribuição, a partir da análise marxista das mudanças do trabalho no âmbito dos serviços. Para o autor, segundo Raichelis, a tendência do capitalismo monopolista é de degradação do trabalho, com declínio das qualificações e simplificação, ampliando o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação entre atividades de concepção e de execução do trabalho.

[...] o crescimento dos serviços e do pessoal empregado nesse âmbito se deve à penetração cada vez mais intensa do capital nos diversos setores da vida, transformando antigas formas de cooperação mútua, social, família e comunitária em atividades comercializáveis no mercado, especialmente a partir do capitalismo monopolista (RAICHELIS, 2018, p. 45).

Nossa compreensão é de que os serviços tem relevância “a medida que uma necessidade social e/ou econômica é respondida institucionalmente, isto é, organizada a resposta de uma forma específica e persistente.” (NOGUEIRA, 1990, p. 161).

Assim, depreendemos que, no seu tempo, Marx não visualizava a centralidade da análise do trabalho em serviços, razão porque essa discussão – do trabalho em serviços – é pouco expressiva em sua obra. A questão acerca do trabalho em serviços ganhará importância ímpar a partir do capitalismo monopolista, conforme já apontamos. À vista disso, é na esfera dos serviços que o Serviço Social vem cumprindo uma dupla funcionalidade nessa sociabilidade, servindo a interesses divergentes e atendendo às demandas dos grupos dominantes por meio do Estado e respondendo às necessidades da população.

Nogueira (1990, p. 163) afirma que, dentro da particularidade da inserção profissional nos serviços que lhe é própria, o assistente social deve firmar-se pela via da ação técnica e não a partir do sistema de saber que orienta sua intervenção. Não querendo problematizar a afirmativa da autora com a qual não concordamos por estabelecer uma possível hierarquização entre o saber e o fazer no exercício profissional. Na continuidade de seus argumentos, Nogueira (1990) diz que, para tanto, é necessário resgatar a relevância da teoria e os procedimentos por ela informados, para resolver a tensão entre a individualização e a normalização, alinhando a direção política da ação. Ou seja, competências técnica, teórica e política estão em diálogo constante e interligadas no exercício profissional.

Consideramos que, a partir dessa afirmação da autora, é substancial que os referenciais teóricos dialoguem com a ação interventiva nos serviços, o que se configura em construções de unidades teórico-práticas, essenciais para a ação junto aos serviços diversos onde o profissional exerça a profissão.

É nesse sentido que a análise sobre o exercício profissional do assistente social, conforme endossa Torres (2009), apresenta condicionantes essenciais para a reflexão que nos propusemos, haja vista que os assistentes

sociais trabalham como profissionais assalariados, prestando serviços em diferentes áreas – como saúde, previdência social, educação, assistência social, habitação, docência, entre outras – e tal tipo de inserção incide diretamente tanto em sua autonomia quanto em sua possibilidade de construir respostas profissionais.

Se o profissional assume os objetivos da organização em que se insere como trabalhador assalariado como os da própria profissão, se ele toma os objetivos institucionais como os socioprofissionais. Esses profissionais podem demonstrar a dificuldade em reconhecer suas atribuições e competências a partir dos instrumentos analíticos e interventivos presentes no exercício profissional, ou ainda não reconhecerá o seu exercício profissional, a partir daquilo que tecnicamente está habilitado a realizar.

Portanto, entendemos que é necessária a construção de uma análise e que esta se distancie, no nível do pensamento, para que consiga examinar as condições de efetivação do trabalho profissional. Se o assistente social não realizar tal ação, fica comprometida a sua prática, que será desenvolvida no nível da imediatividade e da singularidade, assim como ficam comprometidas a visibilidade, a capilaridade e as implicações da análise realizada junto ao campo ocupacional e à população usuária de seus serviços.

Como trabalhador assalariado, o assistente social encontra atividades previamente estabelecidas que necessitam, institucionalmente, da sua execução técnica, isso é inalienável em qualquer inserção sócio-ocupacional. Daí que, na prestação de serviços, o profissional realiza atividades operativas na operacionalização das políticas públicas, na execução de programas, projetos e serviços desenvolvidos nas políticas públicas e sociais e previamente determinados nas diversas esferas governamentais. Cabe dizer também que parte dessas atividades foram pensadas e planejadas por outros profissionais – os quais, inclusive, podem não ser necessariamente assistentes sociais – sendo determinado ao profissional a sua execução. Ou seja, como trabalhador assalariado, o que se espera pelo contratante é que ele cumpra suas obrigações, atendendo às requisições decorrentes do ordenamento das políticas públicas e sociais, a contento e sem questionamentos.

Ao ser contratado, o profissional é designado pelo gestor para atuar em determinada área, sem levar em consideração a autonomia ou a possibilidade de decisão do assistente social. Outrossim, a identificação do profissional com a

política, com a organização ou com o desenvolvimento da ação da instituição ou do setor pode ou não acontecer por inúmeros fatores. Ainda, o profissional que trabalha com programas e projetos de repasse de recursos e de atendimento a demandas imediatas, urgentes e emergentes como na área de saúde, por exemplo, tem, por parte dos usuários, a espera de que, no exercício de suas funções, construa respostas que atendam às suas necessidades no mesmo patamar: imediata, urgente ou emergente.

O discurso recorrente em segmentos dos profissionais é de que há um descompasso entre as proposituras profissionais explicitadas hegemonicamente, pelas nossas instâncias representativas para o desenvolvimento do trabalho e o que é determinado pela organização contratante para o desenvolvimento do trabalho. O exercício profissional desenvolve-se a partir dos pressupostos construídos hegemonicamente na atualidade e de forma crítica, na perspectiva da construção de outra sociabilidade. E as instituições onde estamos inseridos fazem parte constituintes da atual sociabilidade, que se configura como contraditória inclusive revelando uma face das ambiguidades da profissão.

Por outro lado, fazem-se necessárias outras mediações para além da “equação simples” de apor ou impor as proposituras da categoria em todos os campos sócio-ocupacionais. Nos diversos espaços socio-ocupacionais nos quais o assistente social se insere como trabalhador assalariado, não é demais inferir que é possível ocorrerem situações de cerceamento da expressão de sua análise profissional e, no nosso ponto de vista, tal situação dificulta, ao menos, visualizar possíveis resultados para além dos institucionais.

Com relação à unidade teórico-prática e as possibilidades de sua visibilidade no trabalho do assistente social, cabem, aqui, algumas considerações. Os condicionantes sociais e institucionais da inserção profissional, na atual época, não apenas situam a profissão no tempo presente mas também são de importância, uma vez que incidem sobre o exercício de forma concreta e sobre a realidade na qual os profissionais são chamados a atuar.

Nesse sentido, esses condicionantes são elementos tanto teóricos quanto práticos, primeiro porque, para o entendimento dos referidos elementos, a partir de uma perspectiva crítica, é necessário debruçar-se e apropriar-se de argumentos, conceitos, formulações. A intervenção profissional irá requerer, pelas suas características uma ação técnica, um saber específico ou um conjunto de

conhecimentos que será posto em movimento pelo profissional, incidindo aí, também, mediações teórico-práticas que se particularizam em cada espaço de inserção socioprofissional.

O assistente social ao colocar em movimento seus saberes, desenvolve a atitude investigativa, que o mobiliza a construir aproximações analíticas acerca da estrutura, dos determinantes, da processualidade histórica e contraditória, constitutivos da realidade social. Para Battini (1994), a atitude investigativa se constitui na permanente busca do novo pela reconstrução de categorias teórico-metodológicas de leitura e intervenção na realidade, através das quais se torna possível:

Pensar os fatos, os acontecimentos, as relações exige questionar, investigar a realidade, criticá-la, tornando-a evidente pela contínua recolocação de questões, fazendo-a emergir de forma cada vez mais rica e viva, recriando-a num contínuo percurso entre a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o universal e o particular, numa visão dialética. (Battini, 1994, p. 144)

O trabalho, a forma de inserção do Serviço Social em processos de trabalho e a maneira como o trabalho tem centralidade na sociedade capitalista constituem elementos inalienáveis para a elaboração teórico-prática do exercício profissional.

O chamamento, pelo Estado, do Serviço Social para exercer suas atividades profissionais junto ao proletariado e mais especificamente junto ao lumpemproletariado pressupõe diversas mediações teórico-práticas que incidirão sobre o fazer profissional. A profissão é chamada pelo Estado, trabalhando em campos sócio-ocupacionais, por meio de Políticas Públicas e Sociais para lidar tanto diretamente na execução quanto no planejamento e na gestão de programas, projetos e, serviços sociais ofertados à população.

Para tanto, a dimensão interventiva é acionada, mas essa dimensão não pode existir sem uma articulação perene com a dimensão investigativa. Essas dimensões são indissociáveis uma vez que a intervenção desprovida de conhecimento pode levar a uma ação pouco refletiva, pouco ou nada fundada no real. Outro ponto de imbricamento relaciona-se a condição de trabalhador assalariado do assistente social, que implica em autonomia relativa como condição constitutiva do exercício profissional na atualidade, que impacta nas formas de

expressão do trabalho profissional.

Descolada dos elementos citados acima, o exercício profissional do assistente social nos remete às pontuações de lamamoto (2008), podendo a ação profissional ser executada com perspectivas fatalistas, como se nossa ação pouco ou nada pudesse interferir na realidade concreta dos usuários, ou ainda messiânica, como se a nós tudo fosse possível e que nossa ação teria uma possibilidade de interferência “quase mágica” a partir de sua própria incidência na realidade.

Esses elementos aqui apontados são, na nossa concepção, fundantes para o entendimento de como se processa e se dá a unidade teórico-prática no exercício profissional, até porque ela não é, como já dito anteriormente, autoexplicativa ou autoexecutável.

No próximo item, ainda no processo de aproximação trataremos elaborações acerca do trabalho e das condições de trabalho do assistente social, em especial na região de Presidente Prudente – SP, no entendimento de que são os elementos que dão condições objetivas para a expressão da unidade teórico-prática constitutiva da profissão.

2.2 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Na pesquisa, mais especificamente em sua segunda fase referente ao envio de questionários aos profissionais, procuramos aprofundar o conhecimento sobre os aspectos mais específicos da expressão do trabalho e do exercício profissional cotidiano realizado pelo assistente social na região de Presidente Prudente.

A busca de informação foi no sentido de apreender as formas de expressão e desenvolvimento objetivo desse exercício profissional realizados pelos assistentes sociais. Para tanto, buscando nos apropriar de informações sobre como se dá a inserção da profissão na divisão social do trabalho na região citada.

A partir dessa informação e em prosseguimento, também buscamos conhecer os espaços sócio-ocupacionais a partir da análise dos profissionais e sua inserção nesses campos, captando, assim, as relações e condições objetivas de trabalho a que os assistentes sociais respondentes da pesquisa estão condicionados.

Entendendo como condições objetivas de trabalho as condições

materiais, econômicas e jurídicas que possibilitam a ação, e aqui em específico o exercício profissional do assistente social, porque inclusive, em relação com as condições subjetivas⁴⁷ desse mesmo exercício, que anteriormente expusemos, é possível nos aproximar do chão histórico construído pelos profissionais na região e, a partir daí, apontar as possíveis condições para que o assistente social construa, proponha e cumpra ações interventivas de caracteres ético e político, tendo em vista a direção social da profissão.

Como referência para as condições objetivas, obtivemos uma série de dados relativos a local de trabalho, área de atuação, natureza do espaço sócio-ocupacional, vínculos empregatícios, critérios de escolha do principal vínculo empregatício, carga horária, tempo de atuação profissional, regime de trabalho, cargo ou função exercida, forma de contratação, tempo de permanência no emprego, carga horária de trabalho, forma de registro de horas excedentes, tempo de permanência no emprego anterior, e motivo de saída do último emprego.

Também tomamos por base para conhecimento e análise das condições de trabalho dos profissionais a resolução CFESS 493/2006, a qual dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional para procedermos uma análise sobre como essas condições se configuram na região e para os profissionais (CFESS, 2006).

Como forma de mediação com o conhecimento, solicitamos, ainda, informações sobre as formas de aproximação ao conselho da categoria, de sindicatos e associações, de participação de grupos de estudo e grupos de trabalho e também sobre o acesso que os profissionais têm aos recursos legais e de conhecimento da profissão que possam mediar o exercício profissional, e neste, a unidade teórico-prática.

Com a posse dessas informações, parece-nos possível se aproximar de como, objetivamente, na região de Presidente Prudente, é expresso e desenvolvido o trabalho do assistente social.

Iniciaremos nossa exposição a partir da área de atuação informada pelos profissionais e, na sequência, apresentaremos dados relativos à condição objetiva de trabalho do assistente social na região de Presidente Prudente.

⁴⁷ A nossa compreensão de “condição subjetiva” de trabalho é de que esta se encontra no campo das ideias, da ideologia, e é, inclusive, determinante para a consciência de classe. Yazbek (2018) informa que as condições objetivas são aquelas que incorporam na consciência dos profissionais os significados de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu exercício profissional.

Quadro 7 – Distribuição dos assistentes sociais por área de atuação e tipo de contrato de trabalho

Área de Atuação	Tipo de Contrato de Trabalho						Total
	Estatutário	Celetista	Temporário	Pregão Eletrônico	Autônomo	Prestador de Serviços	
Assistência Social	25	35	1	1		2	64
Saúde	14	11					25
Sistema Sociojurídico	13	1					14
Previdência Social	6						6
Docência	1	12					13
Educação	1						1
Habitação						2	2
Capacitação Profissional/ Assessoria					2		2
ONG		2					2
Desenvolvimento Agrário		2					2
Empresas		1					
TOTAL	60	63	1	1	2	4	131

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Na informação acerca da área de atuação, há uma preponderância de profissionais na região que atuam junto às Políticas Sociais – especialmente a Política de Assistência Social –, seguidos da Política de Saúde, e das inserções no campo sociojurídico e na docência⁴⁸, como regionalmente os principais espaços de atuação profissional.

Entendemos que a maior inserção na Política de Assistência Social se deve à regulamentação que esta obteve a partir dos anos 2000 do século XXI,

⁴⁸ É importante salientar que, no período da pesquisa (2017), ainda tínhamos, na região, a inserção de profissionais como professores e essa situação no tempo presente já não condiz com a realidade haja vista que, como já dito, os cursos de graduação na região descontinuaram suas atividades. Hoje, dezembro de 2019, dos profissionais entrevistados, 4 continuam exercendo atividades como professores: duas na Toledo Prudente; uma na UNIFAI; uma que, passando em concurso para docente, não está mais atuando na região.

descentralizando sua organização e realização, especialmente para o âmbito municipal.

Acerca do regime de trabalho dos profissionais inseridos nessa Política, há uma ligeira preponderância, dentre os respondentes, daqueles que estão sob regime geral/CLT em relação aos profissionais sob regime estatutário. Assim, 31 atuam sob o regime da CLT; 27 como estatutários/efetivos; e como autônomo, comissionado e prestador de serviços respectivamente, cada um dos regimes com 1 profissional.

A área da saúde, que segundo pesquisa do CFESS (2005), em nível nacional, é a que apresenta o maior contingente de assistentes sociais nela inseridos. A região apresenta o segundo número de maior incidência, e nela os profissionais respondentes estão preponderantemente sob o regime estatutário que despontou como regime de contrato preponderante junto a essa política.

Com relação à área de docência, é importante salientar que a ampla maioria dos profissionais – 93% dos que exerciam essa atividade no período da pesquisa – também atuavam em outra área, sendo que a atividade docente considerada o seu segundo vínculo profissional e que, no comparativo entre as atividades, é o trabalho em que demandavam menor número de horas semanais.

Por outro lado, as demais políticas e espaços sócio-ocupacionais comparecem relativamente de forma pequena.

No computo geral das respostas, apenas 1 profissional atua junto a Empresas⁴⁹, que, conforme já dito anteriormente acerca das características regionais, é um locus de trabalho pouco expressivo e com pouca absorção de trabalhadores de modo geral, e de assistentes sociais de forma específica.

Nesse sentido, as respostas nos mostram que, na região, os assistentes sociais continuam sendo acionados prioritariamente pelo Estado, nas suas diversas instâncias, para lidar com as expressões da questão social por meio do acionamento das políticas públicas e sociais e, de forma mais expressiva, das políticas de assistência social e de saúde.

⁴⁹ Empiricamente, temos conhecimento por termos desempenhado, anteriormente, a função de Gestor de Estágio, que as empresas na região, que contratavam assistentes sociais nos seus quadros, são majoritariamente aquelas voltadas à indústria sucroalcooleira e desconhecemos que, além da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), na atualidade existam profissionais que atuem em empresas aproximadas a outros segmentos ou atividades.

Com relação ao tipo de contrato de trabalho⁵⁰, as maiores incidências verificadas estão com número de apontamentos relativamente iguais entre os trabalhadores estatutários e os que estão sob o regime geral/CLT, o que indica que o tipo de contrato é determinado pelo Estado e não pelo trabalhador, ou ainda pela função que desempenhará. Entendemos que os contratos de trabalho sob o regime geral/CLT em relação aos estatutários são relativamente mais frágeis em detrimento do trabalhador, haja vista que os trabalhadores estatutários – especialmente pela condição da estabilidade garantida neste regime – têm asseguradas mais condições de autonomia técnica e profissional, além de assegurar legalidade ao trabalho desempenhado, diverso do outro regime que estabelece vínculo contratual e que, por sua peculiaridade, pode, a qualquer momento, ser rompido.

No campos de trabalho em que os profissionais estão sob contrato de trabalho efetivo, são também aqueles em que os profissionais estão há maior tempo no desempenho da função, o que colabora para o entendimento de que a estabilidade desse tipo de contrato propicia melhor condição do desempenho do trabalho para o trabalhador, especificamente.

Compreendemos que as mesmas razões apontadas pelos profissionais para se vincularem a um campo de trabalho como prevalentes podem ser aplicadas àqueles que estão em apenas um espaço sócio-ocupacional, apesar de não termos necessariamente perguntando a razão da permanência e também compreendermos que a oferta de espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais na região, assim como para a classe trabalhadora de modo geral, não possibilita a efetiva inserção de um grande contingente de profissionais, inclusive tensionando pelo possível desemprego, estes permanecem nos espaços em que estão inseridos.

Com relação ao contrato como profissional autônomo, os respondentes também informaram que desempenham atividades sob outra forma de contrato, ou seja, tem dois vínculos empregatícios.

Conforme os dados apontados no Quadro 7, indicando ser a área da Assistência Social o espaço de maior inserção profissional dos assistentes sociais

⁵⁰ A incidência nas respostas de contratos temporários, por pregão eletrônico e como prestador de serviços, compareceu de forma incipiente, indicando que na região, e no momento da pesquisa junto a esses profissionais, essas formas e regimes de trabalho não são de grande monta.

na região, procuramos proceder uma análise acerca de como estão configuradas, no que tange à natureza desses espaços especificamente neste campo, as inserções profissionais dos assistentes sociais.

Com relação à natureza das inserções, a maioria está na esfera municipal, seguida por ONG/OSCIP, Entidade Social e Instituição Religiosa, que também apresentam âmbito de atuação municipal. Apenas uma profissional informou atuar na política de assistência social no âmbito estadual.

Quadro 8 – Distribuição dos assistentes sociais por área de atuação e natureza do espaço sócio ocupacional

Área de Atuação	Natureza do Espaço sócio-ocupacional								Total
	Pública Municipal	Pública Estadual	Pública Federal	ONG – OSCIP	Organização Social de Saúde	Instituição Religiosa	Empresa Privada	Entidade Social	
Assistência Social	33	1		11		1		8	54
Saúde	10	6		1	3		2	1	23
Sociojurídico		11							11
Previdência Social			5						5
Docência / Habitação	3	3					7		10
Desenvolvimento Agrário / Educação / Ong / Capacitação Profissional ou Assessoria	2	4					2		8
Empresas							1		1
Total	48	23	5	12	3	1	12	9	113

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

A preponderância de inserção profissional nas esferas públicas, que somadas perfazem um percentual de 76%, reafirma a histórica vinculação profissional com os serviços sociais e com a implementação de Políticas Sociais realizadas por Assistentes Sociais, junto ao Estado.

Os dados informados reafirmam também o entendimento acima exposto de que a inserção majoritária dos profissionais na região se dá na esfera pública e em especial na municipal, inserção essa que, conforme também já dissemos e a nosso ver, está vinculada à transferência de responsabilidades da esfera federal para a municipal. Isso se explica, sob nossa ótica, pela transferência

de responsabilidades da esfera federal para a municipal em especial relacionado à Política de Assistência Social e, em especial, relacionado à Política de Assistência Social e à implantação e à regulamentação do SUAS, que prespõem a realização dos serviços socioassistenciais aproximados à população usuária.

Especificamente na Política de Assistência Social, na região, os profissionais exercem majoritariamente o cargo de assistente social, seguido do de Coordenação de Serviços, de Gestor, Assessor, Coordenadora de Equipe, Coordenadora de Equipe / Coordenadora de Projetos, Coordenadora de Equipe / Coordenadora de Projetos / Coordenadora de Serviço, Assistente Social / Gestora, Monitora.

Com relação à faixa salarial dos profissionais nesta área de atuação, 37 profissionais recebem de 2 a 3 SM⁵¹, 13 profissionais de 4 a 5 SM, 4 profissionais de 6 a 10 SM, 1 profissional recebe 1 SM, e 1 profissional recebe menos de 1 SM⁵².

Por outro lado, de acordo com o IBGE, o salário médio no município de Presidente Prudente, cidade onde a maioria dos entrevistados reside, está em torno de 2.5 salários mínimos (IBGE, 2018). Tomando por base essa informação, a faixa salarial da maioria dos profissionais está aproximada da média mensal dos trabalhadores da cidade de Presidente Prudente.

Por esse comparativo, entendemos que os salários acima informados não significam necessariamente uma valorização do trabalhador assistente social, profissional com formação universitária e que, atuando nas relações sociais, lida cotidianamente com uma complexidade de situações e problemas advindos da questão social e suas expressões que, conforme os dados apontados pela maioria, recebem os mesmos salários que a média da classe trabalhadora, modo geral, na cidade de Presidente Prudente.

Com relação à informação acerca do tempo de atuação como assistente social, os dados apontam que, dentre as percentagem majoritárias, 16% já atuam em um período entre 11 e 15 anos, 14% entre 16 e 20 anos, 12% entre 21 e 30 anos. Tais dados nos levam à consideração de que há uma relativa paridade entre esses tempos de atuação profissional, ou seja, há um número mais expressivo

⁵¹ Em 2017, período em que os profissionais responderam ao questionário, o salário mínimo no Brasil era de R\$ 937,00. Em 2019, o valor em vigência é de R\$ 998,00 e o valor aprovado para o ano de 2020 é de R\$ 1.042,27.

⁵² A partir dos dados coletados, entendemos que se faz necessária a realização de uma pesquisa sobre mercado de trabalho e salários para a profissão, especialmente relacionados à realidade regional.

de profissionais que atuam entre 11 e 30 anos, de forma mais geral.

Apesar de os dados se mostrarem de forma esparsa, isto é, não há um grande apontamento ou prevalência de um período de tempo de exercício profissional específico, sobressaem entre os profissionais que, no computo geral, atuam entre 11 e 15 anos (16%). Ao juntar esse percentual com o dos profissionais que atuam entre 16 a 20 anos (14%) e os profissionais que atuam entre 21 há 30 anos (12%), veremos que a ampla maioria dos profissionais estão desempenhando seu exercício profissional há um tempo já relativamente longo, com uma percentagem total de 42% dentre estes.

Por outro lado, 22% dos profissionais informaram estar na faixa salarial entre 4 e 5 salários mínimos; 13% na faixa entre 6 e 10 salários mínimos; e 6% na faixa entre 10 a 15 salários mínimos. Isto posto, consideramos, no comparativo com a média salarial do município de Presidente Prudente, valores expressivos, apesar de que acessados gradativamente por um número menor de profissionais, com um contingente de 35% dos entrevistados.

Apesar de relativamente pequeno, o número de profissionais que recebem menos de um salário mínimo e um salário mínimo – informado por um profissional cada – e entre um e dois salários mínimos – para sete profissionais – se constituem em elementos de preocupação tendo em vista a valorização do trabalho profissional técnico especializado do assistente social que tais valores expressam, mesmo podendo se tratar de profissionais que cumpram carga horária menor que as 30 horas semanais.

De modo geral, entendemos que, por se vincularem ao desenvolvimento de políticas públicas e sociais nos seus espaços sócio-ocupacionais, estes profissionais apresentam certa regularidade e permanência nos campos em que se inserem.

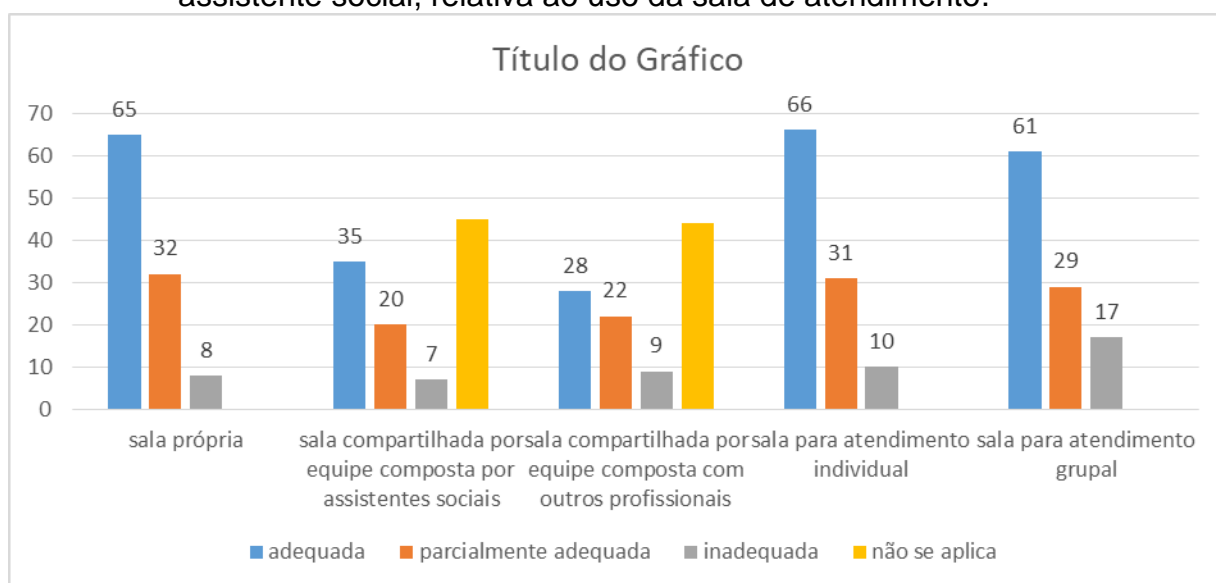
Com relação à carga horária, os dados informados na pesquisa apontam que a ampla maioria (72 profissionais) cumprem 30 horas. Ademais, 24 profissionais cumprem 40 horas; 9 cumprem 20 horas; 3 cumprem 10 horas; e 2 cumprem 60 horas semanais.

Esses últimos, no cruzamento de dados, estão entre os profissionais que têm dois vínculos empregatícios. Já para os profissionais que cumprem 40 horas, há algumas possibilidades de razões que explicam tal resposta: (i) por estarem sob contrato de cargo genérico; (ii) porque o espaço de trabalho não

implementou ou não cumpre a Lei nº 12.317/10, que dispõe sobre a duração do trabalho do assistente social; ou (iii) por ocuparem cargos de Gestão.

Assim e em prosseguimento, como forma de analisar o exercício profissional desenvolvido pelos assistentes sociais na região de Presidente Prudente, também solicitamos informações sobre as condições objetivas de trabalho a estes disponíveis, sendo que as respostas profissionais estão sistematizadas conforme figura abaixo.

Figura 1 – Distribuição das informações sobre as condições objetivas de trabalho do assistente social, relativa ao uso da sala de atendimento.



Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

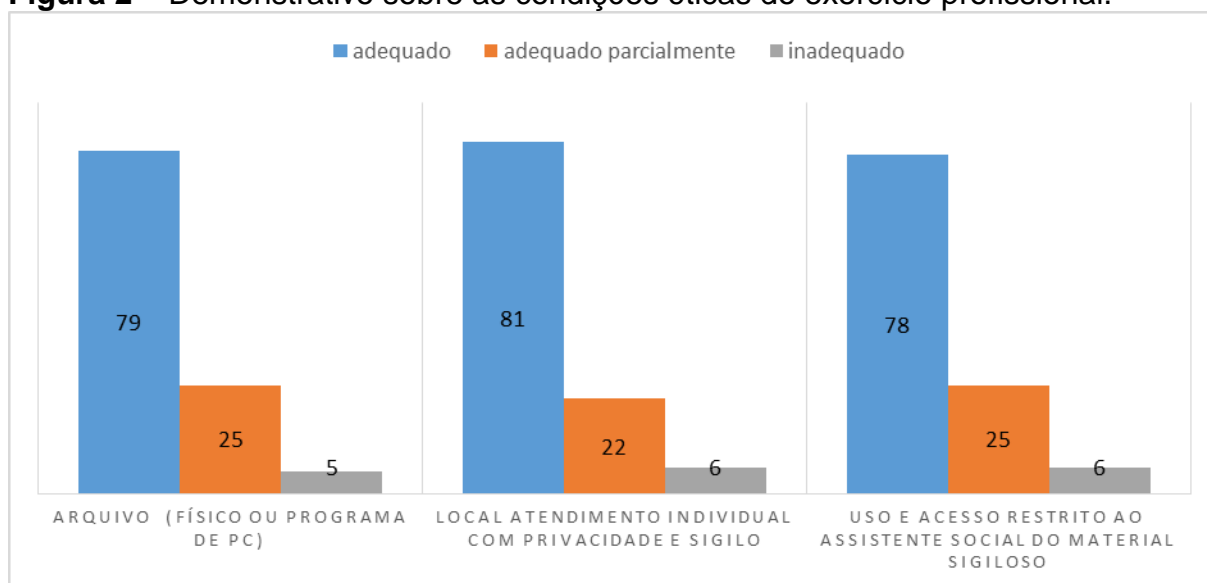
Com relação às condições objetivas de trabalho, baseamos nossos questionamentos especificamente no Art 2ª da Resolução CFESS nº493/2006, o qual dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, apontando os elementos que informam a possível adequabilidade dos espaços, conforme segue: “Art. 3º - O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo.” (CFESS, 2006, Art 2).

De forma geral, as condições técnicas de trabalho, ou seja, as condições de infraestrutura e equipamentos disponíveis para o desenvolvimento cotidiano das atividades técnicas dos assistentes sociais é avaliado pelos profissionais como adequados. Entretanto, as condições parcialmente adequadas e inadequadas merecem consideração uma vez que foram indicadas, em média, por

25% dos profissionais.

Para a maioria dos profissionais, a avaliação das condições técnicas estão majoritariamente adequadas, porém é elemento de atenção o comparecimento da avaliação de parcialmente adequada, especialmente para as salas próprias dos profissionais, mas também comparecendo nas salas de atendimento individual e salas de atendimento grupal.

Figura 2 – Demonstrativo sobre as condições éticas do exercício profissional.



Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Com relação às condições éticas de trabalho, também utilizamos a referência do Art 2ª da Resolução CFESS nº493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Agora, especificamente, sobre seus incisos b e d que assim regulam:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: [...]

a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

b- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas;

c- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, Art 2).

Com base nesses elementos, as respostas, as possibilidades de inadequações, nos três elementos (acesso restrito ao material, local de atendimento com privacidade e sigilo, e espaço de arquivamento que também guarde sigilo) são explicitamente apontadas, na pesquisa, por cerca de 6% dos entrevistados, o que consideramos um número alto tendo em vista as particularidades do exercício profissional dos assistente sociais. O atendimento do assistente social, considerando-se suas particularidades, necessita resguardar o sigilo das informações em função do respeito às histórias dos usuários, assim como a relação de confiança estabelecida no contato profissional que possibilita o acesso a essas histórias. Ainda a falta de espaço adequado para arquivamento é comprometedora da possibilidade de documentar. Logo, também recorrer à história da ação profissional dificulta o recurso às sistematizações.

Por outro lado, com relação ao resguardo desses profissionais, a própria resolução nº 493/2010, no seu artigo 7 é explícita sobre como os profissionais devem agir em situações como as apontadas na pesquisa:

Art. 7º - O assistente social deve informar por escrito à entidade, instituição ou órgão que trabalha ou presta serviços, sob qualquer modalidade, acerca das inadequações constatadas por este, quanto as condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional, sugerindo alternativas para melhoria dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Esgotados os recursos especificados no “caput” do presente artigo e deixando a entidade, instituição ou órgão de tomar qualquer providência ou as medidas necessárias para sanar as inadequações, o assistente social deverá informar ao CRESS do âmbito de sua jurisdição, por escrito, para intervir na situação.

Parágrafo Segundo - Caso o assistente social não cumpra as exigências previstas pelo “caput” e/ou pelo parágrafo primeiro do presente artigo, se omitindo ou sendo conivente com as inadequações existentes no âmbito da pessoa jurídica, será notificado a tomar as medidas cabíveis, sob pena de apuração de sua responsabilidade (CFESS, 2006, Art 7).

Não foi objeto dessa pesquisa verificar há quanto tempo persiste a situação em que a condição ética do exercício profissional está inadequada ou se os profissionais tomaram as providências dispostas na Resolução 493/2010. Porém, como já dito, tal situação é temerária a partir do critério da qualidade ética do serviço realizado pelo profissional, e mormente relacionado à possibilidade de construção e sistematização de informações, haja vista que tanto a guarda quanto o sigilo irão possibilitar a construção de pesquisas e a produção de conhecimento sobre o

Serviço Social e suas particularidades no espaços de inserção profissional. Assim, também entendemos que a guarda da documentação é fundamental para que se possa se aproximar da expressão do exercício profissional.

Por se tratar de profissão com eminentes características interventivas, a documentação do exercício profissional cotidiano realizado pelo assistente social constitui-se em material indispensável para a construção de pesquisas e de construção de conhecimento acerca da realidade interventiva que o profissional realiza.

Nestes termos, a informação advinda do exercício profissional – a sua sistematização realizada pelo assistente social – contribui sobremaneira para que o profissional estabeleça interlocuções entre a teoria e a prática, entre os diversos e múltiplos conhecimentos que municiam seu fazer e a diversidade de ações, atividades e atenção que dispensa aos usuários de seus serviços. Ao proceder a guarda das informações de forma adequada, o profissional terá possibilidades de, ao retornar a elas, realizando a unidade teórico-prática, que sempre é ação *post festum*, também realizar outras e posteriores ações que qualifiquem a sua capacidade analítico-interventiva.

Quadro 9 – Distribuição do público-alvo das ações profissionais realizadas pelos assistentes sociais

PÚBLICO ALVO	QUANTITATIVO
Crianças, adolescentes, PCD, mulheres	158
Famílias	87
Paicentes da saúde mental / hospitalar	47
Pessoas presas / egressas do sistema penitenciário	22

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

O conhecimento das condições objetivas de vida dos usuários coloca-se, no nosso ponto de vista, como próprios da relação teórico-prática. Na nossa sistematização dos dados da pesquisa, comparecem as indicações de crianças e adolescentes, mulheres, idosos, e PCD, como público-alvo com maior incidência. Tal situação se deve ao fato de que estes fazem parte prioritária da atenção dispensada na política de assistência social, nas suas atenções básica e especial, seguidos da família e de usuários da política da saúde, e, por fim, pessoas com relação com o sistema penitenciário.

A eleição da população usuária, seu recorte tornando esta público-

alvo da ação profissional, está intimamente ligada ao direcionamento imposto pela política social, à qual o profissional está vinculado pela relação de trabalho. Nesse sentido, serão requeridos compulsoriamente ao profissional conhecimentos múltiplos sobre esse público usuário.

A condição de classe dos usuários, as necessidades de subsistência e de demais ordens que se apresentam na história de vida dos usuários, a condição de pauperismo, e a condição ou não de inserção em atividades de trabalho que possibilitem a manutenção de suas necessidades se colocam como elementos indispensáveis para o desenvolvimento do exercício profissional.

Logo, há a necessidade de o assistente social mobilizar conhecimentos teóricos que possibilitem estabelecer análise da condição de ser trabalhador no capitalismo, na realidade socioeconômica, cultural e política em que essa população – alvo de seu exercício profissional – se insere.

Se há uma relação histórica do Serviço Social e o público a que este atende desde sua inserção no Brasil, conforme apontou Iamamoto (1988), as necessidades da população também são históricas e contraditórias, estando em constante disputa no universo da atenção dispensada pelo Estado. Portanto, ao profissional e para o desenvolvimento de seu exercício o conhecimento profundo da realidade de vida da população será elemento fundamental, inclusive para o estabelecimento da unidade teórico-prática e para as possibilidades a serem acionadas pelo profissional e indicadas para a população.

E, nesse sentido, entendemos que a articulação dessa informação com o tipo de atividade a ser realizada é relevante. Segundo é apontado na figura abaixo, é possível verificar uma diversidade de atividades realizadas que, a princípio, já demonstram a complexidade da ação cotidiana do assistente social.

Quadro 10 – Distribuição das atividades profissionais realizadas pelos assistentes sociais

Atividades profissionais	Quantitativo
Acolhimento	78
Análise da condição social do usuário	62
Atendimento social	76
Cordenação (curso, equipe, serviço)	62
Elaboração de Planos, Programas e Projetos	63
Encaminhamentos	227
Escuta Qualificada	80
Lecionar	13
Orientação Social	74
Palestras e Seminários	60
Plano de Aula	11
Registro e Parecer Técnico	135
Reuniões (usuários, equipe, rede)	225
Supervisão de estágio (campo e acadêmica)	53

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Os sujeitos indicam, nas suas respostas, realizarem preponderantemente ações, atividades e procedimentos que são previstos nos serviços apensos as políticas públicas e sociais, nas quais estão inseridos.

O apontamento expressivo da utilização da reunião como atividade profissional demonstra a centralidade da ação técnica no cotidiano dos respondentes, sendo expediente utilizado em todas as áreas de atuação profissional dos pesquisados. Assim, compreendemos reunião como o:

[...] estabelecimento de uma dinâmica na qual emergem as forças vivas dos indivíduos em grupo. [...] As correlações de força vão emergindo à medida em que a realidade concreta vai se realizando e aí se percebem os elementos contraditórios da relação entre as classes sociais e a organização da sociedade. A realização da reunião envolve uma dinamicidade do grupo à medida que neste emergem as relações de poder entre os seus membros; as decisões a serem tomadas pelos participantes, suas contradições, o autoritarismo e a democracia; a dependência e autonomia e a liberdade para a tomada de decisão (SARMENTO, 2013b, p. 122).

As duas primeiras atividades – reunião de equipe e reunião de rede – vinculam-se à gestão de equipes e de pessoas. Já a reunião com usuários é

estratégia fundamental para a articulação e a construção de respostas interventivas e para a construção de processos democráticos junto à política com a qual o profissional se vincula.

As reuniões se constituem em momento rico de planejamento, reflexão, análise, avaliação e de projeção de outras ações e resultados para as ações já desenvolvidas pelos profissionais. Logo, para a sua realização e o seu desenvolvimento, é necessário o acionamento de conhecimentos e, a partir deles, o estabelecimento da unidade e de relações teórico-práticas para que estas atinjam os objetivos a que se propõe.

Os atendimentos, os encaminhamentos e as orientações são atividades diretamente vinculadas ao atendimento do usuário e são realizadas por um grupo expressivo de profissionais, denotando que o caráter interventivo da profissional é prioritariamente acionado para esse grupo de respondentes. No que tange à construção da unidade teórico-prática, essas atividades pressupõem que o profissional domine determinados conhecimentos que serão acionados no momento da realização, que inclusive irão determinar as diversas competências de que o profissional dispõe. Nesse sentido e para a realização destas, será novamente acionada uma pluralidade de conhecimentos a que o profissional teve acesso anteriormente, e que, inclusive, serão postos à prova na realidade interventiva e de vida dos usuários. Dessa forma, também são momentos singulares em que a unidade teórico-prática se mostrará imprescindível para o exercício profissional.

Em seguida, os registros técnicos e quantitativos, as análises da condição social da família, a elaboração de planos, programas e projetos, e a análise da condição social do usuário, em conjunto, guardam as características de que os profissionais acionam outros conhecimentos e ações não interventivas diretas e mais aproximadas da análise e gestão das ações desenvolvidas no campo ocupacional. Essas atividades reafirmam o anteriormente dito: são elementos fundamentais para a construção do conhecimento acerca do exercício profissional desenvolvido.

Por esse ângulo, forma, conteúdo, objetivos, características, no nosso ponto de vista, devem propiciar ao profissional a qualificação do seu exercício. Outrossim, também se constituem em material fundamental para se construir e guardar a história do universo interventivo de que o profissional faz parte. Além de imprimirem qualidade ao exercício profissional, também devem ser realizadas, como

qualquer outra ação técnica, com especial característica de qualidade para que se possa atingir os objetivos propostos e se constituir como elemento da análise sócio-histórica da realidade interventiva ali executada. Assim, impossível construir e utilizar esses expedientes sem o acionamento da unidade teórico -prática porque será ela que, na nossa análise, propiciará o alcance acima indicado.

A indicação do atendimento social domiciliar, a nosso ver, como ação que busca o conhecimento, atenção e possíveis respostas para os usuários, a partir do conhecimento de sua realidade de vida, espaço habitacional, grupo familiar e território de residência, indica as necessidades de informações dessa natureza para o cotidiano do exercício profissional se fazer fundamental. Também indica que os profissionais, para a realização de suas ações e atividades, necessitam de mais informações, mesmo que sejam demandas pela instituição, para a construção das suas respostas interventivas.

A realização de parecer técnico por um número expressivo de profissionais (43%) aponta que os assistentes sociais são requeridos – ou junto ao sistema sociojurídico ou junto à análise de concessão de benefícios socioassistenciais – para procederem análise e avaliação técnica acerca dos usuários e de suas realidades de vida.

A realização de palestras e seminários informa que o conhecimento técnico destes é requerido de forma expressiva no cotidiano no sentido de orientação da população usuária de forma mais geral e respondem à socialização do conhecimento profissional junto à população de forma mais geral, e a outros profissionais de forma mais específica. Tanto as palestras quanto os seminários são momentos de excelência em que os conhecimentos profissionais são acionados e socializados, fazendo-se presentes no cotidiano dos respondentes, o que indica que estes tanto detêm quanto acionam e socializam seus conhecimentos de forma mais geral e que tem vinculação com a realidade do exercício profissional e das ações interventivas realizadas.

A coordenação de serviços e a coordenação de equipe demonstram que esses profissionais apresentam determinada situação de mando ou comando no seu cotidiano profissional. Além disso, corroboram que o cotidiano destes está aproximado à gestão da política e de pessoas na política em que estão inseridos. São ações que, nas suas especificidades, apontam que os profissionais, cujo cotidiano está vinculado a esses processos, apresentam condições singulares e

específicas.

São profissionais que acionam conhecimentos com especificidade diversa e, como tal, têm seu cotidiano tensionado por essa coordenação, que pode ser desenvolvida com outras ações técnicas. Há, aqui, e em especial, uma característica de liderança a ser requerida do profissional, de que este dispõe, e que também necessita ser municiada de diversos conhecimentos para sua realização.

A realização de supervisão (de campo e acadêmica) de estágio, docência, coordenação de curso e planos de aulas indica que tais profissionais estão vinculados à formação em Serviço Social na região e que, assim sendo, desempenham as ações afetas a esse cotidiano do ensino-aprendizagem e vinculadas a essa política em específico. Como tais, também pressupõem o acionamento de saberes técnicos, teórico-metodológicos, políticos e pedagógicos não apenas na sua construção mas na realização cotidiana das ações a eles relacionadas.

Também solicitamos na pesquisa dados que pudessem estabelecer indicadores referentes à participação política dos profissionais – tais como a participação nas atividades do CRESS – e as informações se expressaram como abaixo.

Quadro 11 – Distribuição demonstrativa da participação profissional em ações políticas

Participação nas ações do CRESS			Participação / Filiação Sindical			Participação / Filiação Partidária			Participação em Movimentos Sociais		
TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO	TOTAL	SIM	NÃO
109	41	68	36	25	11	100	11	89	81	8	73

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Conforme demonstrado no quadro 11, as formas de participação sindical informadas pelos respondentes, tomadas em conjunto, demonstram que um grande número desses profissionais participam de algum tipo de ação política. A participação em ações políticas, entendemos, é de centralidade indiscutível para a organização de qualquer categoria da classe trabalhadora e para os trabalhadores de modo geral.

Considerando que a Política de Educação Permanente do Conjunto

CFESS/CRESS (CFESS, 2012b, p.13) é entendida pelo conjunto para além da formação específica para a qualificação profissional, podendo “alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria” que, a nosso ver, estabelece um paradigma e definição conceitual, solicitamos também que os profissionais informassem sobre a participação em sindicatos.

A participação política confere ao assistente social conhecimentos de diversas ordens e, também, possibilidades de organização coletiva e social e, por meio destas, busca o melhor caminho para a coletividade ali representada para melhorias de diversas ordens, políticas de desenvolvimento e lutas que possam agregar melhores condições de vida em um determinado local, comunidade ou grupo populacional. Entendemos que o campo político é aquele decisório acerca dos direitos e rumos a serem trilhados social e coletivamente para a resolução dos problemas atuais ou futuros que atingem o coletivo ali organizado.

Tendo em vista que o assistente social se reconhece como classe trabalhadora, é da ação coletiva e sindical que a organização de classe dos trabalhadores consegue se articular e expressar força na particularidade dos espaços de trabalho onde estão inseridos, assim como junto à luta de classes na qual as defesas da classe trabalhadora encontram, na atualidade, o vetor da ação sindical como possibilidade mais exponencial na região.

Como a ação política necessariamente se faz de forma coletiva, os dados demonstram a centralidade, a importância e o papel preponderante e agregador da categoria na região do CRESS 9ª região São Paulo e, em especial da Seccional de Presidente Prudente desse Conselho, para o fomento de ações que mobilizem os assistentes sociais para a construção de sua condição de sujeito político.

Dos respondentes que informaram participar das ações da Seccional, a maioria apontou participar de palestras e de encontros propiciados pelo órgão. As ações de cunho mais resolutivo – como as reuniões ampliadas ou deliberativas – tiveram um número reduzido pelos profissionais, o que se explica pelo fato de que tais ações são preponderantemente realizadas na sede, a qual se localiza na capital do estado. E, desta forma, implica deslocação e custos para uma participação mais efetiva que, inclusive, podem se mostrar como impossibilitadores para alguns profissionais na região. A participação nas Nucleações/NUCRESS também compareceu com baixa incidência nas respostas. Essa é uma ação mais

coletiva da Seccional junto aos assistentes sociais e que apresenta tanto uma maior frequência quanto regularidade de realizações, ocorrendo, em média, 10 vezes por ano na Seccional. Inferimos que, pela sua organização e pelo seu desenvolvimento, diferentemente das palestras, possa não apresentar o mesmo interesse pela categoria, apesar de ser estratégico momento de conhecimento sobre a realidade cotidiana do exercício profissional dos assistentes sociais na região e de demais assuntos e temas afetos ao Serviço Social em Presidente Prudente.

A participação em outras possibilidades de ação política – filiação e participação sindical, filiação e participação partidária, participação em movimentos sociais – também apresentou uma baixa indicação. Para além das razões objetivas, também entendemos que os dados devem ser associados ao presente tempo histórico, de desconstrução dos movimentos sociais, do movimento sindical e dos partidos políticos.

Apesar de não ser objeto de nossa análise, compreendemos que as ascensões da direita e da extrema direita, com discursos conservadores, além do desmonte do Estado e das políticas públicas e sociais⁵³, conforme já apontamos, têm cada vez mais impactado negativamente nas possibilidades de organização política, o que também reflete junto à mobilização dos assistentes sociais, situação que ganha renovada força pelo histórico conservador da região, que impactou historicamente na construção e mobilização da classe trabalhadora de Presidente Prudente e região.

A ação sindical, via de regra, é a maneira mais expressiva de realizar as propostas da direção social hegemônica da profissão na atualidade, dentre elas a necessidade de articulação da categoria com as lutas mais gerais da classe trabalhadora. Ressalta-se que qualquer ação sindical é política em essência, e uma ação política implica a defesa e a disputa de projetos o que pressupõe em investimento pessoal de diversas ordens.

Deste modo, fica cristalino que a participação em sindicatos implica se fazer presente nas diversas ações que a entidade apresenta e desenvolve e, apesar de não termos entendido que seria necessário detalhamento da parte dos profissionais nessa resposta, a partir da análise do conteúdo da respostas, consideramos que o desinteresse pode se relacionar com outras atividades que os

⁵³ Indicamos sobre o assunto: Boschetti (2018) e Demier e Melo (2018).

profissionais desenvolvem, tanto particular, familiar, social quanto profissionalmente e que incidem no apontamento da não participação.

Conforme asseverado por Abramides (2016), a organização dos assistentes sociais está mesclada de forma viva com a história da construção e crise do novo sindicalismo brasileiro. Esse sindicalismo, que, de forma suscinta, significou para a categoria o entendimento de que, por sua singularidade naquele momento histórico da proposição do novo sindicalismo, deveria se vincular aos sindicatos dos ramos onde atuam, inclusive colaborando para, no estado de São Paulo, a extinção da ANAS.

Parece-nos que, especificamente com relação à crise desse sindicalismo, especialmente na conjuntura política após os anos 80, e agora aproximada à região oeste do estado de São Paulo, significou um afastamento exponencial da categoria dessas instâncias de organização da classe trabalhadora, o que inclusive a análise dos dados nos possibilita concluir. O cenário histórico e contraditório da realidade sociopolítica da região, notadamente uma das mais conservadoras do estado de São Paulo, no sentido ideológico, torna-se desmobilizador do processo de inserção e permanência sindical dos trabalhadores e dos assistentes sociais.

Porém, e entendendo que a participação política pode se expressar de outras formas, solicitamos informação acerca da participação dos profissionais em Partidos Políticos. Mais uma vez, fica expressa a baixa participação dos pesquisados em ações políticas, agora sob o cunho de participação partidária, que demonstrou, em comparação com a participação sindical, um decréscimo também significativo, o que também se verificou com relação à participação em Movimentos Sociais. Diante dos dados gerais de participação política dos profissionais e das respostas que nos foram enviadas, podemos entender que a participação, a inserção e a ação com perspectiva política – nas ações do Conselho, em Sindicatos, em Partidos Políticos ou em Movimentos Sociais⁵⁴ – são de número

⁵⁴ O MST, especialmente no Pontal do Paranapanema, detém, atualmente, a maior incidência de assentados, assim como ainda de trabalhadores sem-terra, na Macrorregião de Presidente Prudente. Como Gestor de Estágio, no período de 2009 a 2018, pudemos verificar, por meio dos contratos de estágio e contatos pessoais com os profissionais da região, que a inserção profissional se dá majoritariamente nas Prefeituras e não tivemos ciência, nem como Supervisor de Estágio, como Gestor de Estágio ou ainda como membro da direção da Seccional, da inserção tanto profissional quanto a política de assistentes sociais junto a esse movimento social em específico, nem nos seus tempos de grande exposição midiática na região (anos 1990 e anos 2000).

extremamente reduzido.

Logo, concluímos que, na região de Presidente Prudente, a mobilização e a participação política nos diversos e possíveis âmbitos dessa realização são consideravelmente baixas, o que implica entender que esse elemento – enquanto possibilidade de Educação Permanente e enquanto possibilidade mediadora do trabalho e do exercício profissional junto à realidade social regional – não é expressiva junto ao quantitativo dos pesquisados e, por consequência, tem impacto negativo na inserção política profissional nessa região.

Para a reflexão acerca de como é expressa a construção da unidade teórico-prática presente no exercício profissional dos assistentes sociais, os elementos até aqui apontados são fundamentais por trazerem a realidade concreta e histórica desse exercício na região de Presidente Prudente.

O assalariamento e as constrictões que essa condição impõe à autonomia profissional estão efetivamente apontadas na realidade regional. A ação técnica, o direcionamento e a requisição a que os profissionais respondem estão majoritariamente ligados às demandas dos usuários, ora mediadas pela requisição institucional ora a apresentada diretamente pelos próprios usuários.

As condições objetivas do trabalho profissional cotidiano que foram apontados pelos profissionais suscitam algumas reflexões sobre como é construída e expressa pelos assistentes sociais a unidade teórico-prática.

A referência da unidade teórico-prática a um aporte teórico-crítico, implica utilização e mediação de diversas instâncias tanto do conhecimento quanto da realidade cotidiana disposta ao profissional para que se expresse e aconteça no cotidiano do exercício profissional.

Com relação à organização e à participação política dos profissionais, a informação predominantemente apontada – de não participação de ações do Conselho Profissional, de Sindicatos, de Partidos Políticos ou de Movimentos Sociais, que são as instâncias atuais nas quais a realidade do exercício profissional pode ser mediada a partir dos componentes políticos da realidade social – encontra-se prejudicada pela baixa adesão dos profissionais a essas instâncias de organização e de participação política. Tal realidade nos leva a refletir se e como o

profissional aciona elementos políticos tanto relacionados à micropolítica⁵⁵ quanto, como possibilidade, à macropolítica⁵⁶⁵⁷, haja vista a informação dada de que esse profissional não se insere em espaços possibilitadores dessa reflexão. Inferimos que essa realidade possibilita o recurso a um conhecimento mais imediato e pouco reflexivo acerca da ação política social e profissional o que, a nosso ver, tensiona negativamente a mediação da política no exercício profissional cotidiano e desta como conhecimento na unidade teórico-prática.

Solicitamos, em prosseguimento, informação aos profissionais acerca da participação em Grupos de Estudo e Grupos de Trabalho. Apenas 19,4% dos sujeitos responderam a questão e destes respondentes, 15% afirmaram participar de Grupos de Estudo em seus espaços de trabalho, com temáticas vinculadas ao seu exercício profissional.

É nesse sentido que a ABESS aponta como central a Educação Permanente

[...]na direção do projeto profissional de formação aqui reiterado, se afirma como potencial instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que a formação e a produção de conhecimentos se apresentam como um dos elementos estruturantes de materialização desse Projeto Ético-Político (PEP), juntamente com as dimensões jurídico normativa e político-organizativa. (NETTO, 2006). Além disso, a profissão “é um processo, ou seja, ela se modifica ao transformarem-se as condições e as relações nas quais ela se inscreve” (ABESS/CEDEPSS, 1996:152). Desta forma, é necessário que o profissional dê continuidade ao processo de apropriação do movimento do real, partindo da premissa de que “as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social que é o âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1996: 160), o que significa a necessidade constante de atualizações de demandas e estratégias de intervenção profissional (CFESS, 2012b, p. 29-30).

Com relação à participação em Grupos de Trabalho, obtivemos 21 respostas. Destas, 5 profissionais informaram não participar desse tipo de Grupos e

⁵⁵ Consideramos que a micropolítica é basicamente uma ou um grupo de pessoas que realizam um movimento cultural sem visar a lucros, e/ou benefícios, a não ser difundir o seu projeto a fim de que mais pessoas conheçam sua arte, projeto ou o que quer que seja representado por essa pessoa ou grupo.

⁵⁶ Consideramos como macropolítica um determinado movimento, podendo ser de um grupo de pessoas ou de organizações, de forma mais ampla, que estabelecem proposituras visando a lucro em suas ações, como exemplo um empresário ou empresa, uma emissora de mídia, etc.

⁵⁷ Indicamos as colocações do artigo de: Chaves (2014). É possível através da exposição da autora se aproximar conceituação das definições de macropolítica e micropolítica.

os demais informaram participar de grupos que estão vinculados à capacitação dos profissionais com os seguintes destaques: desenvolvimento de sua condição de sujeitos políticos; grupos vinculados à área de atuação; grupos vinculados à realização de pesquisas; estudos afetos aos seus espaços sócio-ocupacionais, população usuária dos serviços e das especificidades das políticas públicas e sociais nas quais estão inseridos.

Nosso entendimento é de que sempre se faz necessária a construção contínua e histórica de conhecimento do Serviço Social nos campos ocupacionais em que o assistente social se insere, assim como da área de atuação profissional, da população usuária, tal como é expresso pelas respostas dos profissionais que participam de grupos de estudo e de trabalho com essas temáticas.

Por outro lado, os números também apontam que 75% dos sujeitos não participam de grupos de estudos. Tal dado significa, a nosso ver, que o estudo e a reflexão, como parte significativa da dimensão investigativa da profissão e do exercício profissional, são pouco acionados de forma coletiva pelos respondentes, ou seja, estes não construíram ainda espaços nos seus campos ocupacionais em que tal ação possa se configurar de forma efetiva e articulada entre os pares.

O exercício profissional é desenvolvido no cotidiano, e neste, as condições de trabalho, isto é, de sua realização são de importância fundamental para a construção da unidade teórico-prática. Por se tratar de exercício na realidade, este não se põe de forma ideal ou idealizada, mas contraditório, processual e histórico. Assim, sua construção dar-se-á a partir das condições de sua realização, que na pesquisa, demonstraram a particularidade da região de Presidente Prudente.

Inferimos que a realização do exercício profissional bem como as possibilidades que possam ser descortinadas na ação profissional são apropriadas do próprio cotidiano. E, será nele que, em consonância com Guerra (2013b, p. 49) se encontrará um espaço peculiar para a sua racionalização e que implica a “necessidade de interpretá-lo à luz de uma teoria que seja capaz de revelar como se constitui este espaço”, que implica também a seleção da intervenção a ser realizada e nela implicada a(s) dimensão(ões) acionadas para responder ao que se coloca ao profissional.

Conforme Heller (2000, p. 20): “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico; é a verdadeira ‘essência’ da substância social. [...] A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre,

simultaneamente, ser particular e ser genérico.”

Logo, o cotidiano, por suas características, é espaço fundamental, além de categoria crucial para o estabelecimento da unidade teórico-prática. É a vida cotidiana, segundo Heller (2000), que é a vida de todo homem, porque a existência fora dela é impossível e porque nesta se colocam em funcionamento todos os sentidos humanos, as capacidades intelectuais e manipulativas, os sentimentos e paixões, as ideias e as ideologias. Também, fundamentando-se em Heller (2000), Guerra (2013b) expõe que no cotidiano se expressa a fundamental mediação entre o singular e o universal, porém as características do cotidiano se interpõem na possibilidade humana de se concentrar nessas atividades realizadas, sendo elas: a heterogeneidade; a espontaneidade; a imediaticidade; e a superficialidade extensiva.

Para Guerra (2013c), a heterogeneidade é expressa no exercício profissional por meio das demandas com as quais os assistentes sociais trabalham e que entre si são diversas e antagônicas, tais como as demandas da profissão, do usuário, da insituição, dentre outras.

No exercício profissional cotidiano, as demandas postas nos seus espaços de trabalho são tomadas de maneira imediata podendo ser restringidas ao cumprimento de rotinas e insitucionais, às metas de produtividade externas, ao exercício e à realidade social em que este se desenvolve e que também se aliam ao imediatismo enquanto possibilidade de intervenção profissional, fundadas numa resolutividade e utilidade que atinjam os objetivos da reprodução social e prioritariamente da sociabilidade burguesa. É nesse sentido que também comparece a característica da superficialidade extensiva que impede a realização de mediações.

Também o cotidiano acontece no nível do senso comum, nível este que essencialmente opõe a atividade prática à teoria, conforme veremos no capítulo 4. Sob esse prisma, é considerada desnecessária, obstaculiza e compromete a possível urgência com que as demandas se apresentam no cotidiano.

O cotidiano, então, não facilita a realização e a expressão do exercício profissional conforme é entendido de forma hegemônica na categoria, colocando-se contraditoriamente como espaço de realização do exercício profissional e que, por suas características, se interpõe para que este se desenvolva para além das suas características inerentes. Nas palavras de Guerra (2013a, p. 52): “[...] o cotidiano profissional é pleno de requisições de cumprimento de normas,

regulamentos, orientações ou decisões de superiores, os quais impõem ao profissional a necessidade de respostas às mesmas.”

É impossível ao profissional se furtar a responder a tais requisições, pelas próprias características do exercício profissional enquanto trabalhador assalariado, com o reconhecimento social de sua ação profissional como interventiva e em relação com as demais características e dimensões do exercício da profissão.

É inegável que o Serviço Social é uma profissão fundamentalmente operativa. O que dá esse caráter instrumental à profissão, para além do espaço que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, é o tipo de resposta dada à sociedade: resposta que tenha necessariamente que operar uma modificação na situação, nos aspectos objetivos e/ou subjetivos (GUERRA, 2013a, p. 52).

Como se vê, a realidade do exercício profissional que se dá no cotidiano é complexa, e as possibilidades reais para a construção da unidade teórico-prática se apresentam também com alguma complexidade. Mesmo incidindo no cotidiano, o exercício profissional terá de necessariamente se elevar da imediaticidade, para que suas expressões se dêem nas perspectivas defendidas pela categoria e tendo em vista a direção social estratégica que defende.

A existência da ação profissional realizada, mesmo que esta não seja de forma mais geral registrada e por consequência sistematizada, o recurso e o acesso aos referenciais teóricos da profissão, modo geral, não implicam necessariamente a constituição e a realização da unidade teórico-prática. Entendemos que, de forma objetiva, ainda é importante outros elementos – esses mesmos que se apresentam no cotidiano – e que, no processo de mediação entre o singular e o universal, se imbricarão com os demais elementos de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como veremos a seguir.

2.3 OS CONHECIMENTOS MOBILIZADOS PELO ASSISTENTE SOCIAL NO TRABALHO COTIDIANO

Na pesquisa que originou a presente tese, propusemo-nos a uma aproximação para conhecer as formas e o processo utilizados pelos assistentes sociais para construir a unidade teórico-prática: se como uma finalidade a ser alcançada; se a partir do entendimento dessa relação como um processo em

movimento constante; ou, ainda, como uma possibilidade de acionamento de múltiplos conhecimentos que proporcionem imprimir sentido ao seu trabalho.

A análise apresentada deriva das respostas registradas pelos sujeitos tanto ao questionário como na entrevista. No questionário, a pergunta foi aberta e respondida por 90% dos respondentes. Já as entrevistas foram organizadas em quadros que serão apresentados ao longo do item.

A defesa e o entendimento nessa tese é de que a construção da relação teórico-prática é um processo e a unidade teórico-prática é síntese desse processo que se estabelece a partir de múltiplos conhecimentos que os profissionais têm sobre a realidade e que são acionados nessa construção: os conhecimentos que têm sobre a realidade; a fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social; os valores ético-políticos que, dentre outros, são acionados. O processo em Marx (2013) demanda sujeitos que, em um contexto histórico, constroem a história, não em condições ideais ou naquelas que entende que possam ser pré-existentes, mas em condições possíveis e que apresentam materialidade e condicionalidade sócio-histórica inalienável a esta sociabilidade.

Assim, nossa intenção é compreender a construção da unidade teórico-prática e suas possíveis expressões como processo determinado, junto ao exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente.

A historicidade é categoria determinante em Marx (2003, 2004a, 2010) para entender o movimento do real e é por meio da historicidade que se mostra, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si. A conexão, no entanto, depende das necessidades do modo de produção em que estão inseridas para serem estabelecidas. Além disso, é tão antiga quanto os próprios homens, assumindo sempre novas formas, que é seu movimento histórico.

Conforme asseguram Marx e Engels (2007), a história do homem é a história de como os homens se (re)constroem para suprir suas necessidades, o que, de acordo com eles, se constituirá como pressuposto da existência humana. Marx e Engels (2007) afirmam que o primeiro pressuposto da existência humana é o da criação de meios para satisfazer suas necessidades mais básicas e objetivas como viver, comer, beber, vestir e “algumas coisas mais”. Nas suas palavras:

[...] a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

É a partir da satisfação dessa necessidade que Marx e Engels (2007) apresentam o segundo pressuposto da existência humana e que demonstra a historicidade das ações do homem no mundo. Ou seja, conforme é satisfeita essa primeira necessidade, novos instrumentos são criados e utilizados e estes conduzem a novas necessidades até então não existentes que se configuram como o primeiro ato histórico. Compreendemos que aí também está a raiz do conhecimento e mobilização do conhecimento, sem a necessidade primeira deste, a razão objetiva para seu acionamento – criar instrumentos –, o conhecimento não seria necessário e não existiria.

Como terceiro pressuposto, Marx e Engels (2007) apresentam as relações sociais que – a partir da relação entre homem-mulher, pais e filhos, família, e a partir do aumento das necessidades advindas da complexificação das relações sociais e crescimento populacional – recriam como relação secundária novas relações sociais e denotam a historicidade das relações sociais. Conforme dizem:

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Assim, inserido nas relações sociais, colaborando para a reprodução social, a partir de seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social também demanda conhecimentos e, por consequência, um processo de construção de conhecimento que, a partir da sua inserção na divisão social do trabalho, demonstra suas ambiguidades e contradições no tempo presente.

Um exemplo expressivo dessa ambiguidade posta para a profissão é a requisição do Estado para atender aos seus objetivos de coerção e controle e o mandato, que os profissionais recebem deste para atender aos interesses da classe trabalhadora, captados pelo próprio Estado. Para a classe trabalhadora, no entanto,

nós atuamos para atender às suas necessidades. Para o Estado, atendemos às necessidades da classe trabalhadora, funcionais ao desenvolvimento econômico do capitalismo. Isso é ambíguo, incerto, duvidoso, impreciso.

Nesse sentido, a experiência profissional nos desafia cotidianamente, para nos reconhecermos como trabalhadores e também reconhecermos os conhecimentos como um dos determinantes do trabalho. Para tanto, é preciso buscar esse conhecimento, o que, objetivamente e pelas características das condições impostas ao exercício profissional, se explicita como um desafio cotidiano, conforme apontamos no capítulo 1.

A busca na pesquisa que originou a tese é de conhecimento, reconhecimento e de identificação. Nossa reflexão se dá pela apreensão das formas por meio das quais os profissionais entendem como esse processo da construção da unidade teórico-prática é complexo e é complicado, assim como é difícil e árduo se chegar a uma possível e provisória síntese. Isto se deve especialmente às características objetivas do exercício profissional do assistente social, tal qual afirmou uma entrevistada:

É muita coisa que você acaba assimilando que não tinha porque não tinha necessidade para o meu cotidiano. A gente só vai em busca de, se sentir a necessidade (Fala do Sujeito 07).

Assim e, como mediação para compreender os caminhos que os profissionais acionam nessa construção, procuramos conhecer os possíveis e diversos conhecimentos que os assistentes sociais levam em consideração e que entendem como determinantes quando são chamados a fazer ou planejar uma ação profissional.

Figura 3 – Distribuição dos referenciais registrados pelos assistentes sociais

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Com relação aos referenciais registrados pelos profissionais no questionário e a resposta dos sujeitos na entrevista, indicam uma gama de conhecimentos, destacando os relacionados as normativas das políticas, as normativas da profissão, a produção de conhecimento dos autores da área do Serviço Social e de áreas correlatas.

Sobre os autores da área do Serviço Social, ressalta-se a produção de livros e as publicações em periódicos da área. Destaque para as publicações de José Paulo Netto, Marilda Vilela Yamamoto, Yolanda Guerra, Maria Lucia Martinelli, entre outros, o que a nosso ver, deixa evidente que os profissionais entendem ser a qualificação e a continuidade da formação teórica necessária para o exercício profissional. Tais informações apontam e confirmam que o processo intelectual e político da formação continuada é central para os assistentes sociais.

Diante das respostas, podemos entender que a aquisição de revistas e periódicos, apesar de a ampla maioria das produções – como a Revista Serviço Social e Sociedade e os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social – estarem indexadas e disponíveis gratuitamente via *on-line*, pode se configurar como o elemento que dificulta a utilização de revistas e periódicos o fato de o profissional não ter conhecimento de tal informação, o que nos parece ser o caso.

Também podemos inferir que os profissionais, na região, desconhecem a possibilidade de acesso a tais materiais via *on-line*. Isso não implica gastos financeiros que, sob nossa ótica, é o principal elemento impeditivo para que utilizem de forma mais expressiva Revistas e Periódicos.

Sobre a possibilidade de utilização de textos indicados por outros profissionais, a mesma na nossa avaliação, é expressiva, podendo inclusive significar que, para além da indicação, também seja realizada pelo indicante o acesso ao documento citado.

Acerca da utilização das resoluções do conjunto CFESS/CRESS, obtivemos respostas majoritariamente positivas, tanto em relação ao Código de Ética Profissional, à Lei de Regulamentação Profissional, Lei nº 8662/93 quanto sobre os Marcos Legais e normativos das Políticas Públicas e Sociais, o que indica um expressivo acesso e conhecimento legal acerca da regulamentação do exercício profissional e que, no cotidiano profissional, favorece e potencializa o fortalecimento da defesa dos pressupostos e compromissos coletivamente referendados pela profissão, assim como as suas defesas mais gerais e coletivas.

Outro elemento que se configura como possibilitador essencial da construção da unidade teórico-prática está na indicação dos profissionais de que utilizam os diversos referenciais teóricos possíveis aos quais têm acesso e que, a partir destes, poderão estabelecer a mediação entre a realidade singular em que atua e a universalidade das legalidades sociais, políticas e econômicas de modo mais geral.

Nosso entendimento é de que tais universalidades legais estão expressas, atualmente, nos marcos legais das políticas públicas e sociais, e nas legislações que regulam o exercício profissional, como a Lei de Regulamentação Profissional, o Código de Ética Profissional e as Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS. E a esses elementos juntam-se tanto os referenciais teóricos da categoria expressos nos livros de autores do Serviço Social quanto em livros que refletem sobre os campos ocupacionais em que se inserem.

Na análise das respostas ao questionário, partindo do índice de incidência, e por meio da análise de conteúdo das respostas, pudemos captar que estas poderiam ser agrupadas em conhecimentos aproximadas aos seguintes elementos: sobre os conteúdos que fundamentam o trabalho profissional; sobre as normativas das políticas públicas e sociais nas quais os assistentes sociais estão inseridos nos campos ocupacionais; sobre a realidade social; sobre a direção social da profissão; sobre as normativas legais da profissão; sobre as demandas de atendimento direcionadas aos assistentes sociais adquiridas na experiência profissional; sobre as políticas públicas e sociais; sobre as dinâmicas operativas dos

campos sócio-ocupacionais; sobre o planejamento e o trabalho desenvolvido nas políticas sociais.

Na sistematização das respostas, conforme o quadro 12, os conhecimentos que fundamentam o trabalho profissional se configuram como o saber mais acionados pelos profissionais para planejar e executar suas ações. E, na análise das respostas, a pluralidade de designações apontadas possibilita nos aproximar tanto das concepções da fundamentação da profissão quanto das necessidades de acionamento do saber próprio do Serviço Social que os profissionais recorrem para instrumentalizarem sua ação cotidiana.

Quadro 12 – Relação dos conhecimentos sobre a fundamentação do trabalho considerados determinantes no exercício profissional

CONHECIMENTOS	REPOSTAS DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>CONHECIMENTO TÉORICOS E METODOLÓGICOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecimento metodológico – As dimensões teórico-metodológica; técnico-operativa; e ético-política – Conhecimento teórico – Conhecimento teórico e prático – Referencial teórico-metodológico do serviço social (teoria crítica) – Conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo – Referencial teórico (livros, textos, artigos científicos) para embasar a prática utilizando de mediações para compreender a realidade – Referências teórico-metodológicos que deverão ser utilizados como suporte para planejar e executar a ação profissional – Conhecimento teórico-técnico e operacional. Ainda, em consonância com a ética e o compromisso profissional – Os fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social 	<p>Teoria social Crítica</p> <p>Mediação para compreender a realidade social</p> <p>Suporte para planejar e executar as ações profissionais</p> <p>Expressão do compromisso profissional</p>
<p>CONHECIMENTOS DO CAMPO ÉTICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> – A dimensão ético-política – Conhecimento ético – Conhecimento ético-político – Posicionamento ético-político – Projeto ético-político profissional – Saberes éticos e políticos relacionados à formação profissional 	<p>Direção Social da Profissão</p> <p>Ética como conhecimento, saberes e posicionamento</p>
<p>CONHECIMENTOS SOBRE O TRABALHO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Escuta qualificada e visão crítica da realidade apresentada – Dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica que fundamentam o fazer profissional e que permitem habilidades e técnicas criativas e propositivas. – Instrumentais que facilitem levantamentos de dados para execução de ações (<i>técnico-operativo</i>) – Referências teórico-metodológicos que deverão ser utilizados como suporte para planejar e executar a ação profissional – Conhecimentos relativos à atuação profissional, objeto de estudo – Conhecimentos técnico-operativos e ético-políticos aliados à análise da realidade a partir de todo embasamento teórico, não perdendo de vista os limites institucionais e as possibilidades individuais/subjetivas do assistido – Os conhecimentos teóricos são determinantes ao planejar e executar qualquer ação profissional. O olhar do profissional deve ser norteado pelo senso crítico e aprendizado constante – Pesquisar referências e metodologias que atendam à demanda da ação 	<p>Relações teóricas e práticas</p> <p>Conhecimento metodológico</p> <p>Dimensões constitutivas da profissão</p> <p>Construção do exercício profissional</p> <p>Análise da realidade social</p> <p>Criticidade</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

No primeiro momento da sistematização, agrupamos os conhecimentos referenciados pelos sujeitos da pesquisa em: conhecimentos teóricos e metodológicos; conhecimentos do campo ético; e conhecimentos sobre o trabalho nas políticas públicas.

Os conhecimentos agrupados, sob o nosso ponto de vista, como teóricos e metodológicos são aqueles que se nos mostraram mais aproximados dessas referências, ou seja, aqueles que teórica e metodologicamente são acionados pelos profissionais no seu exercício profissional e advindos da sua formação graduada, assim como de processos de educação permanente e de formação continuada a que os profissionais tiveram acesso e que dão suporte para o planejamento e a execução das suas ações profissionais. Assim, estabelecem mediação para que possam compreender a realidade social e referendam o seu compromisso profissional.

A categorização de conhecimentos do campo ético são aqueles indicados pelos profissionais que instrumentalizam seu exercício a partir de referenciais éticos e políticos indicando a direção social da profissão, também apontada a ética enquanto saber, conhecimento e comprometimento com o trabalho realizado.

Os saberes advindos das políticas públicas e sociais são aqueles que os profissionais, na nossa análise, utilizam para estabelecerem relações teórico-práticas junto ao universo de sua atuação, referenciado metodologicamente seu exercício, estabelecendo possibilidades interventivas, a partir da análise crítica da realidade, vinculada à determinação da política de inserção profissional.

Nas respostas, a referência ao saber teórico e conhecimento teórico – que agrupamos junto ao campo teórico-metodológico – compareceram as seguintes designações: “saber teórico”, “referencial teórico”, “conhecimento teórico”, “arcabouço teórico”, “fundamentação teórica”, e “fundamentos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo”.

Dentre as respostas obtidas, a informação dada por profissional de acionar “a capacidade de analisar a realidade como um todo”, na sua forma não expressa necessariamente um conhecimento mas uma capacidade, que está mais aproximada do campo prático que do campo teórico. Por outro lado, na nossa análise, a partir do conteúdo expresso na resposta, a possibilidade e a capacidade de analisar a realidade como um todo está aproximada das possibilidades inerentes

ao campo da teoria crítica que busca, por meio de seus referenciais, possibilidades de analisar e interpretar a sociedade a partir das perspectivas da historicidade e contradição inerentes ao processo sócio-histórico.

Ademais, outros profissionais apontaram nas respostas os conhecimentos acionados com a seguinte nomenclatura: “autores da minha formação em Serviço Social”, “conhecimentos da época de faculdade e obtidos em estudos”, “da formação profissional”, “teoria e conhecimentos adquiridos no curso”, “adquiridos na graduação, especialização e capacitações” e “saberes ético, teórico, políticos relacionados à formação profissional” que se relacionam aos conhecimentos que adquiriram no processo formativo e que são acionados a partir dessa perspectiva e que nos possibilitam entender que esses sujeitos apresentam preocupação com o seu processo de formação, especialmente aqueles que obtiveram na sua graduação – conforme apontaram no momento de identificação dos sujeitos da pesquisa, exposto na Introdução e no item 1.1.1.

[...] num contexto que exige cotidianamente do Serviço Social a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto da ação profissional. A dinâmica social exige, portanto, constante exercício crítico de apreensão desta realidade, dada a dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social e o compromisso ético-político adotado pela profissão nas três últimas décadas (CFESS, 2012b, p.18)

A referência aos saberes do campo ético, registradas pelos profissionais, indica o acionamento especialmente referendado nos saberes que obtiveram no seu processo formativo e evidencia que os profissionais se referendam nos conhecimentos que referendam a direção social da profissão na atualidade. Direção esta que pode ser descrita, conforme Cardoso (2013, P. 203) como um amadurecimento que

[...]conduz o projeto ético-político à revisão de seu compromisso com a classe trabalhadora, no sentido de sair da militância e do messianismo, compreendendo o seu papel profissional, sua institucionalidade e a discussão do trabalho profissional [...] afirmando a defesa da emancipação humana enquanto horizonte de construção social e pautando sua atuação no âmbito de sua organização política e da intervenção profissional pela luta por

direitos e política sociais, consolidando um amplo campo democrático e progressista na profissão no que diz respeito à defesa de direitos e à participação efetiva dos assistentes sociais nessa luta.

Dentre os conhecimentos apontados, aqueles que agrupamos como conhecimentos sobre o trabalho nas políticas públicas guardam característica mais operacional em comparação com os anteriores, sendo utilizados conforme apontam os profissionais para “fundamentar o seu fazer” e “possibilitar habilidades e técnicas criativas e propositivas”, para execução e suporte para execução de ações e para o desenvolvimento, por eles apontados de criticidade e possibilitadores da análise da realidade social em que se inserem.

Entendemos que especialmente a criticidade a que se referem os profissionais e as possibilidades de análise da realidade social estão devidamente apontadas e contextualizadas na citação abaixo:

A década de 90 tornou-se o palco do enfrentamento, resistência e indignação frente ao aprofundamento das tendências da barbárie inscritas na ordem capitalista. Nessa conjuntura, estamos sendo desafiados, então a reexaminar e aprimorar nossa contribuição político-profissional face às inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial [...] Enquanto categoria politizada, assumimos o posicionamento crítico frente a esse paradigma econômico-social privatizante e perverso [...] e à necessidade de compreensão do significado de largas mudanças no mundo do trabalho, bem como definimos o apoio às lutas coletivas gerais dos trabalhadores como uma de nossas prioridades. O desdobramento dessa articulação prevista no Código de Ética expressa-se hoje na intensificação da participação nos fóruns de discussão, formulação e controle social das políticas sociais (PAIVA e SALES, 1996, p. 199).

Diante das características do Serviço Social, profissão analítica, interventiva e investigativa, o apontamento sobre o conhecimento teórico-metodológico produzido na profissão e, o modo como tem sido prioritariamente acionado, parece-nos adequado no sentido de que possibilita a construção de um ponto de vista sobre a realidade social, sobre a condição de vida dos usuários, sobre as normativas e a gestão das políticas públicas, sobre o trabalho no campo de intervenção e sobre a condição de vida da classe trabalhadora, dentre outras questões.

É a partir do conhecimento acumulado da profissão bem como dos seus fundamentos e referenciais teóricos que os assistentes sociais partem para

mediar as possibilidades analíticas, interventivas e investigativas que produzem. Essa forma de identificar e analisar o conhecimento foi reafirmada nas respostas dos profissionais:

Nessas intervenções, que acaba sendo uma rotina, porque eles vão me acionar quando eles tiverem uma dúvida ou tiverem uma necessidade de acompanhamento e de orientação, é sempre pontuada do campo profissional (Fala da Entrevistada 01)

Como é que a entrevista é conduzida? Isso que você tem que saber nessa relação teoria e prática porque isso remete a outras coisas que você vai investigar. Aí com o seu entendimento das questões diversas você vai fazer tantas outras interlocuções e trazer para o processo aquilo que você julga tecnicamente como necessário (Fala da Entrevistada 04).

A análise das respostas dos sujeitos, tanto ao questionário quanto às entrevistas, nos possibilitou entender que os profissionais se apropriam dos conhecimentos teóricos-metodológicos, buscando construir conhecimentos acerca da realidade social, da condição social dos usuários; que subsidiarão a construção analítica que sustentará a condução das ações interventivas, aqui exemplificadas no atendimento/atenção à(s) demanda(s) com as quais lidam no cotidiano.

Conforme destacamos no quadro 12, entendemos que, das respostas ao questionário, é possível destacar o recurso à Teoria Social Crítica como fundamentação do trabalho e como mediação para compreender a realidade social. Ou seja, esses conhecimentos são *utilizados pelos profissionais como mediação para compreender a realidade social* na qual atuam e, como *suporte para o planejamento e execução das suas ações profissionais* e, ainda, como expressão do seu compromisso profissional. Além disso, os profissionais indicam também na entrevista que *partem das demandas identificadas no campo ocupacional para analisar a realidade*.

Em outros termos, os profissionais indicam que *partem das demandas identificadas do campo ocupacional para analisar a realidade*, movimento que, a nosso ver, tem incidência fundamental para a construção da relação teórico-prática, haja vista que os profissionais partem da realidade em que se inserem, do seu universo interventivo para buscar conhecimentos que irão propiciar a construção do seu exercício profissional a partir de sua realidade, de seu universo de ação, ou seja, de sua singularidade para construir respostas profissionais.

Acerca das respostas ao questionário, é possível também destacar a *vinculação do conhecimento relacionado à Direção Social da Profissão, a concepção e o acionamento da Ética como conhecimento e como recurso a saberes e posicionamento diante das demandas e requisições a eles apresentadas.*

Nas respostas, junto ao conhecimento teórico-metodológico, tanto comparecem as possibilidades de recurso ao “conhecimento metodológico”; “conhecimento teórico-prático”, “conhecimento técnico-profissional”, “conhecimentos relativos à atuação profissional” quanto “pesquisar referências e metodologias que atendam à demanda da ação” que, na nossa análise, indicam que o conhecimento se constrói por aproximações. A primeira aproximação se dá no imediato, iniciando-se em alguma medida na aparência de um fenômeno, sendo arpodada, pelo profissional, na busca do reconhecimento das determinações, se aproximando daquilo que Marx (2011) desenvolve em sua obra como o concreto como síntese de múltiplas determinações.

A aproximação ao conhecimento, como leciona Marx (2011), pressupõe a utilidade deste para a sua evolução sócio-histórica, na qual o homem se situa como ser social. Não diferente, para o assistente social, o conhecimento será fundante para a construção de mediações com as políticas públicas e sociais, as demandas apresentadas pelos usuários dos serviços e, a realidade na qual se insere como trabalhador assalariado. Compreendemos que os conhecimentos alocados no campo teórico metodológico, possibilitam ao assistente social analisar a realidade social, as singularidades apresentadas no cotidiano na perspectiva de construção de mediações que qualificam e elevam o patamar das respostas profissionais.

A totalidade social, enquanto categoria histórica que propicia substância à esfera da reprodução social, só pode ser alcançada pelo profissional a partir do esforço de aproximação por meio dos conhecimentos, em especial os teórico-metodológicos que possibilitam a análise e a compreensão da condição de classe do usuário, dos serviços ofertados nas políticas públicas e sociais. Outrossim, a construção dessas mediações possibilitam também a vinculação do profissional às demandas gerais da classe trabalhadora e a identificação, no seu universo interventivo, das lutas gerais da classe trabalhadora, com as quais poderá, por meio de um processo de aproximação, se vincular estrategicamente.

Os conhecimentos éticos, em especial os da ética profissional do

assistente social, dão corpo e sentido à direção social estratégica defendida de forma geral pela categoria, bem como os valores da profissão expressos nas referências éticas em vigência. Destacamos aqui o 8º Princípio Fundamental, estabelecido no Código de Ética de 1993, que – longe de ser o mais importante dentre os 11 princípios – informa: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 2011a, p. 23).

Os conhecimentos éticos propiciam a fundamentação e o posicionamento do profissional no tenso tecido social de sua inserção profissional. Além disso, corporificam as defesas mais gerais e coletivas às quais a profissão se filia e que ganham sentido na realidade interventiva e junto aos usuários e sujeitos da ação profissional. O recurso a esses conhecimentos é fundante para o relacionamento a ser estabelecido entre indivíduos e coletivos, demarcando a perspectiva de que o profissional, assim como a profissão, se coloca na defesa e na possibilidade da construção de um trabalho sem qualquer tipo de discriminação com a população usuária, que é – sob diversas formas – a face mais pauperizada da classe trabalhadora, como previsto no 11º princípio do Código de Ética de 1993 “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (CFESS, 2011a, p. 23).

Os conhecimentos do campo profissional que corporificam o exercício profissional inserido na política a qual o profissional está vinculado pela relação de trabalho, também e contraditoriamente, possibilitam a identificação de múltiplos conhecimentos que propiciam o posicionamento da profissão no lócus de sua ação e exercício profissional.

A defesa dos direitos humanos e sociais – outro elemento ético de filiação profissional – será tensionada pelo e no campo profissional, e será a apropriação profunda dos conhecimentos desse campo que possibilitará ao assistente social criar estratégias de intervenção, de análise e de investigação.

Também será junto a esses conhecimentos que se tornará mais explícito o reconhecimento de que o universo interventivo profissional e a própria realidade social bem como a reprodução social se dão dentro de projetos em disputa na realidade sóciohistórica. Para o reconhecimento dessa realidade e do lugar a ser ocupado pelo profissional nesse universo, o acionamento do conhecimento do

campo de inserção profissional também mostra-se estratégico e fundamental.

Quadro 13 – Distribuição dos conhecimentos sobre as normativas das políticas públicas e sociais

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>Conhecimentos sobre as normativas das políticas públicas e sociais que os assistentes sociais se inserem nos campos ocupacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Tipificação, caderno de monitoramento, metodologia de planejamento, metodologia para desenvolvimento de indicadores sociais entre outros - Conhecimento da legislação (leis e decretos referentes à demanda do setor e do serviço social) - Conhecimentos sobre temas de caráter protetivo para família - Conhecimentos adquiridos com base nas especificidades necessárias à ação do CREAS, afinidade com os princípios e diretrizes da política pública de Assistência Social. - LOAS, SUAS, NOB SUAS, Estatutos do Idoso, Criança/Adolescente, Deficiente. - Legislação pertinente às seguridades social, política previdenciária e de saúde do trabalhador - As legislações regulamentadoras principalmente. Tais como Lei 8.080 (SUS), LOAS, Estatutos (do Idoso, ECA, da Pessoa com Deficiência, Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde, também portarias e regulamentações do meu campo de trabalho - Baseado na lei para pleitear atendimentos, ações, melhorias em todos os setores - Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diretrizes do SUS. Política de Humanização. Leis e Normas que irão dar direcionamento na ação - Normativas das Políticas Públicas em geral e os serviços prestados nos municípios 	<p>Normativas específicas relacionadas às políticas públicas e sociais</p> <p>Temáticas que se configuram como requisições das políticas públicas</p> <p>Domínio sobre a legislação específica da área de atuação do assistente social</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

A ação profissional do assistente social, por se desenvolver prioritariamente junto ao Estado e com suas ações e políticas para a população, também tem de ter como referência para o seu exercício cotidiano o corpo legal e normativo a que o espaço ocupacional se filia. Assim, designamos por normativas legais o corpo de leis, regulamentos, resoluções, atos normativos que, no seu conjunto, se propõem a orientar, disciplinar, coibir e até dirimir possíveis conflitos entre pessoas físicas, pessoas jurídicas e segmentos sociais. Desse modo, as Políticas Públicas e Sociais são constituídas e têm seu funcionamento regulado por normativas, ou, mais especificamente, por leis, regulamentos, resoluções e diretrizes.

De início, entendemos que as normativas, na sua constituição, guardam substanciais diferenças em relação ao conhecimento teórico, mesmo que, a depender de sua especificidade, possam se constituir como orientações acerca do desenvolvimento de ações em determinados espaços de trabalho, imprimindo assim um caráter metodológico e operativo às suas proposições.

Nas respostas ao questionário, os sujeitos elegeram as normativas específicas que estão relacionadas às políticas públicas e sociais nas quais se inserem como determinantes para o seu exercício profissional. A nosso ver, essa é a principal característica da tomada dos conhecimentos normativos como fundamentais para o exercício profissional, bem como a sua afinidade e orientação da ação cotidiana que o profissional realiza. Conforme apontaram os sujeitos, o recurso às normativas se dá em um sentido de estabelecer orientações sobre o desenvolvimento das ações, as determinadas ações e os serviços que a política requer dos profissionais, as formas de planejamento e de desenvolvimento de indicadores sociais.

Os profissionais ainda apontaram as temáticas que, a depender da política social, são centrais para o seu desenvolvimento, como caracterizadoras para o desenvolvimento do seu exercício profissional, ou seja, será o que a legislação impõe como objeto e objetivo que sedimentará o seu trabalho cotidiano: suas temáticas, público-alvo, objetivos, etc. Inclusive também informando que o domínio sobre a legislação específica da área de atuação, assim como daquelas outras áreas que, de alguma forma, tenham alguma interrelação com a em que atua.

Esses conhecimentos legais e normativos, aplicados ao contexto de inserção do profissional, denotam a necessidade operativa da realidade institucional

demandada e estabelece limites e possibilidades advindos da relação política junto aos usuários e suas necessidades que serão objeto das intervenções profissional e institucional.

Nas entrevistas, identificamos que os profissionais buscam embasamento para o exercício profissional junto a essas normativas. Conforme apontam os entrevistados:

Busco me inteirar através de leis, atos normativos (Fala do Entrevistado 8)

Eu busco referencial teórico da política na qual eu estou, faço um recorte dentro da política do serviço da qual eu vou desenvolver (Fala do Entrevistado 01)

Como eu estou dentro da política de assistência, temos vários cadernos de orientações, temos a tipificação. Eu pego as normativas, a MOB RH, a NOB SUAS. A assistência é muito boa entre aspas para trabalhar, porque com as normativas, você não faz algo aleatório, fora daquilo que já é posto. Então fica fácil trabalhar nesse sentido (Fala do Entrevistado 04)

A gente precisa entender um pouco de cada uma das políticas até porque se você não usa desse conhecimento como é que vai fazer uma interlocução se não sabe o papel do outro (Fala do Entrevistado 05).

As normativas, por si, implicam e explicitam as requisições indicadas para o trabalho do assistente social. Pode haver um entendimento de que o conhecimento normativo pode ser associado à lógica do conhecimento como aplicação, colocando-se na esteira da identificação dos resultados e impactos nas políticas públicas e sociais.

Parece-nos que aí desponta a concepção da utilidade do conhecimento a partir de sua utilidade e possibilidade de resultado que seja visível, tal qual apontou Durkheim (2001), nas “Regras do Método Sociológico”. De acordo com o autor, as respostas dos profissionais expõem a busca de uma “racionalidade objetiva” no universo interventivo de seu exercício que, para os assistentes sociais, é encontrada nas normativas que referendam o seu exercício circunscrito nas políticas em que estão inseridos.

A resposta dos sujeitos, tanto ao questionário quanto às entrevistas, aponta que os profissionais se apropriam estrategicamente das normativas com a busca de possibilidades para intervenção conforme os conteúdos discursivos

presentes nas respostas, como: a afinidade com os princípios e diretrizes da política; possibilidade de desenvolver indicadores sociais; possibilidade de aprendizagem para o exercício profissional; propiciar qualidade no atendimento ao usuário; promoção da inclusão, autonomia, e independência (do usuário); atualização profissional; atualização para planejar e executar a ação profissional; possibilidade de pleitear atendimentos, ações, melhorias (nas ações junto aos usuários).

Isto posto, os conhecimentos das normativas das políticas públicas e sociais possibilitam a qualificação do atendimento ofertado pelos profissionais, no sentido de propiciar estratégias e aprendizagem, atualização e referências para a sua intervenção, investigação e análise no campo ocupacional. Por outro lado, estas também são *per si* elementos que condicionam o exercício aos ditames políticos, institucionais e estruturais das políticas e que, como tais, necessitam ser utilizadas e avaliadas pelos profissionais inseridos nos diversos espaços sócio-ocupacionais que apresentam a regulação que elas impõem às suas atividades.

O quadro 14 demonstra que os elementos da realidade social se apresentam como centrais enquanto saber acionado pelos profissionais, na medida em que os assistentes sociais são chamados a planejar e/ou executar sua ação. Ou seja, os conhecimentos sobre a realidade social são reconhecidos pela sua centralidade, que coaduna com a afirmação de Guerra de que:

Se o conhecimento sobre a realidade não muda a realidade, a falta de conhecimento sobre a realidade, a ausência de referenciais teórico-metodológicos capazes de desvendar a sociedade burguesa [...] também impedem ou dificultam a intervenção profissional que se oriente para a ruptura com o conservadorismo da profissão (GUERRA, 2009b, p. 104).

O método de aproximação da realidade, ou seja, o recurso utilizado pelo profissional para realizar tal ação na busca de conhecimento para qualificação do trabalho é também elemento central para que a relação teoria-prática se expresse no sentido da unidade e que também apontará os limites, possibilidades e interações que a apreensão do conhecimento da realidade social propiciará ao seu exercício profissional.

Quadro 14 – Relação dos conhecimentos sobre a realidade social considerados determinantes no exercício profissional

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS DESTAQUE	EM
<p>Conhecimento sobre a realidade social</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Apreensão da realidade social – O conhecimento prévio do histórico das famílias e as demandas trazidas – Considero a realidade regional (socioeconômica e profissional) em que se desenvolverá a ação – Entender e respeitar a realidade vivenciada pelas pessoas que serão atendidas, buscando proporcionar ações voltadas às reais necessidades de tal população – Conhecimento da realidade na qual vou intervir; das demandas existentes; dos parceiros envolvidos – Indicadores regionais e municipais de trabalho emprego e renda; acessibilidade e mobilidade urbana para inclusão de pessoas com necessidades especiais; inclusão de pessoas com incapacidade no mercado de trabalho modelo biopsicossocial de avaliação da incapacidade; trabalho multidisciplinar; integralidade em atenção à saúde do trabalhador – Conhecimento da realidade-pesquisa do campo 	<p>Conhecimento acerca da realidade social</p> <p>Análise da realidade</p> <p>Identificação de necessidades e demandas</p> <p>Identificação da condição social da população atendida</p> <p>Indicadores</p>	

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Os profissionais apontam a busca dos saberes advindos da aproximação a expressão da realidade social na qual realizam o seu trabalho destacando: conhecimento da realidade social, análise da realidade social, identificação das necessidades e demandas, identificação da condição social da população atendida, estabelecimento de indicadores.

Assim, tal qual solicitado na pergunta, os profissionais apontam a utilização do conhecimento da realidade como essenciais para fundamentar a análise, o planejamento e a execução do seu exercício profissional, destacando sua incidência na ação direta junto aos usuários:

O usuário que vem para a política de assistência não tem uma demanda única e exclusiva. Às vezes é aqui que ele consegue ser acolhido. E nessa acolhida que eu tenho que ter esse insight, essa expertise para pegar. (Fala do Entrevistado 02)

Entender essa pessoa no contexto em que ela vive, com uma carência com outras necessidades muito maiores do que aquilo que levou ela a cometer aquele delito. Isso é algo que a profissão traz, que eu realizo e que procuro passar para as estagiárias também. (Fala do Entrevistado 09)

Nossa compreensão é de que a assertividade do exercício profissional pressupõe a análise e a compreensão contextual da realidade social em que o assistente social desenvolve seu exercício. Portanto, a mobilização de conhecimentos e a busca de informações sobre essa realidade são centrais nessa perspectiva.

O capitalismo é a tradução mais perene da acumulação do valor transformado em capital autonomizado e que, por meio de sua mediação social, domina a sociedade. Nele, os capitalistas, o Estado e o capitalismo que os diversos estados-nação executam são agentes subordinados à sua lógica. Dessa maneira, autonomiza-se e domina toda a sociedade organizada a partir de sua mediação social.

O valor, contagem numérica de horas de trabalho tanto concreto quanto abstrato, enquanto mercadoria, no sistema do capital, transforma tudo em mercadoria, inclusive o trabalho executado pelo assistente social.

Ao se aproximar do conhecimento da realidade social, o assistente social passa a analisar a vida dos usuários a partir de sua condição de classe, da sua condição de ser sujeito, ampliando sua forma de entender e interpretar as desigualdades, as necessidades sociais e, entendendo os fenômenos sociais como decorrentes dessas desigualdades, resgatando a concepção de questão social.

Ao tematizar o conhecimento da realidade sob essa lógica, identifica a condição social dos usuários, bem como as estratégias de resistência que utilizam para sobreviver em condições tão precárias e precarizadas.

O contexto atual de desregulamentação dos direitos sociais, de pauperização classe trabalhadora, impacta no cotidiano profissional. E, a apropriação, a análise e a contextualização desse conhecimento mostram-se fundamentais para o profissional, inclusive na perspectiva e na defesa da emancipação política da classe trabalhadora.

Por outro lado, é importante retornar a Marx no que tange à emancipação política, a qual implica no reconhecimento dos direitos da cidadania, que inclusive se colocam como valores para a profissão. Diz o autor que:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática. [...] Todavia, não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política (MARX, 2010, p. 41-42).

Não se trata aqui de estabelecer etapismo para a emancipação humana por meio da emancipação política. Consoante Marx pontua, ela tem significado fundamental de conquista de direitos democráticos e da liberdade dentro da sociedade capitalista, sendo, no entanto, a única forma de emancipação possível nessa sociabilidade. Diante da realidade que o exercício profissional do assistente social se dá nessa sociabilidade, a emancipação política coloca-se, então, dentro das possibilidades na sociedade capitalista, de conquistas a serem realizadas pela classe trabalhadora e que o profissional pode, estrategicamente, fortalecer a partir dos seus espaços de inserção profissional.

Quadro 15 – Distribuição dos conhecimentos sobre a direção social da profissão considerados determinantes no exercício profissional

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>Conhecimentos sobre a direção social da profissão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto ético-político - Posicionamento político - Compromisso ético-político - Os saberes éticos são primordiais - Ética profissional - Domínio sobre os princípios e as diretrizes que norteiam a profissão, pois, sem estes, nossa ação torna-se medíocre e empobrecida, perdendo seu peso e valorização na discussão multiprofissional - Qualidade com o serviço prestado às famílias atendidas - Estar atenta(o) ao código de ética e demais leis que regem minha profissão a fim de executar e dar a imagem a determinada ação de acordo com os princípios de minha profissão - Ter ciência de que devemos sempre lutar pela garantia dos direitos e bem-estar das famílias e dos indivíduos aos quais atendemos diariamente. - Ética 	<p>Projeto ético-político</p> <p>Relação da ética e a profissão</p> <p>Identificação dos princípios e valores a profissão</p> <p>Direção social da profissão</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

As respostas dos profissionais sobre os conhecimentos que se relacionam à direção social da profissão indicam que o Projeto Ético-Político se constitui em conhecimento que referenda sua ação e seu planejamento.

Entendemos que – apesar de ter relação fundante com os conhecimentos sobre a fundamentação do trabalho profissional, haja vista que a atual produção teórico-metodológica da categoria gravita em torno das reflexões sobre esse Projeto e sua direção social – seria adequado separar as respostas no sentido de que pudesse dar mais clareza aos expostos dos profissionais.

Embora seja uma nomenclatura usual dentro da categoria e utilizada como referência para suas ações e projeção da imagem da profissão, o chamado Projeto Ético-Político – como o projeto de profissão – indica, de forma mais geral, a direção social estratégica que os assistentes sociais apontam para seu exercício profissional assim como os valores inerentes à defesa dessa direção.

Nas respostas ao questionário, foi indicado pelos profissionais que a Ética ocupa um lugar dentre os conhecimentos acionados pelos assistentes sociais. No Serviço Social, os conhecimentos éticos ganham centralidade e se expressam na direção social da profissão, vinculada com um posicionamento e ação política que inclusive implicará outros elementos que incidirão sobre essa ética. Ou seja, é necessário pensar que a direção da profissão não se dá somente pelo contributo ético. Pensar dessa forma é destituir os outros determinantes que, em associação com a ética, conformam a direção social da profissão.

Em prosseguimento, foi apontado pelos sujeitos o compromisso / comprometimento ético como um dos conhecimentos a ser acionado no exercício da profissão. Nossa compreensão é a de que os sujeitos entendem a Ética a partir dos valores expressos no Código de Ética, que, além de propiciar um determinado conhecimento, propõe e condiciona o seu exercício profissional a partir da sua compreensão de defesas e valores captados do conhecimento ético e daqueles elementos expressos na regulamentação do exercício profissional. Isso fica claro quando os sujeitos destacam os saberes decorrentes da Ética Profissional, dos os saberes éticos, como os valores, preceitos e regulamentações que são elementos fundantes dos conhecimentos, ou seja, recurso ao qual os profissionais recorrem para executar e planejar seu exercício profissional.

Ainda nessa perspectiva, foram apontadas a qualidade dos serviços e a luta pela garantia dos direitos como finalidades apenas ao conhecimento, indicando tanto o X quanto o XI Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional quanto a perspectiva geral, na atual sociabilidade, a que ética e politicamente os profissionais são chamados a exercer vinculados ao direcionamento

social expresso pela profissão na atualidade. Sendo esses princípios os que seguem:

X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011a, p. 24)

Outra indicação nas respostas demonstra que o profissional busca o conhecimento sobre a direção social da profissão na perspectiva de executar e imprimir, no seu exercício, a imagem⁵⁸ decorrente dos princípios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional em vigência que, conforme aponta Ortiz (2010, p. 142) é a de um “profissional que defende e luta por direitos sociais e reconhece seu papel e limites na divisão social e técnica do trabalho, presente no projeto profissional hegemônico na atualidade”.

A direção social da profissão, entendida atualmente pelas instâncias representativas da categoria de forma hegemônica, expressa-se na possibilidade de construção de uma sociedade e sociabilidade diversa da atual. Também a uma determinada expressão da ação profissional e técnica, aproximada das demandas da classe trabalhadora, logo, os conhecimentos afetos a esses elementos são centrais para que a ação profissional tenha essa direção como finalidade a ser construída no exercício profissional cotidiano e nos espaços de trabalho em que o profissional se insere, assim como em outros espaços em que o assistente social realize ações éticas e profissionais.

Esses são, então, elementos que irão imprimir tanto a teleologia quanto a causalidade, o significado e os significantes das propostas que o profissional procura desenvolver junto ao campo em que atua, além de também imprimem, de forma clara, um caráter e vinculação à classe trabalhadora.

⁵⁸ Indicamos para a reflexão sobre a autoimagem profissional: ORTIZ, Fátima Grave. O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. E-papers: Rio de Janeiro, 2010.

Quadro 16 – Distribuição dos conhecimentos sobre as normativas legais da profissão identificadas como determinantes no exercício profissional

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>Conhecimentos sobre as Normativas legais da profissão</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Código de Ética Profissional do Assistente Social – O Projeto Ético-Político da Profissão – Código de Ética, regulamentação da profissão – Saberes e conhecimento profissionais do Código de Ética, resoluções, legislações – Código de Ética do AS, Lei 8662/93 – Procuro estar sempre atualizada(o) para planejar e executar uma ação profissional. Isso incluiu domínio sobre a legislação específica da profissão – É preciso ter ética profissional acima de tudo, manter o sigilo profissional em determinadas situações 	<p>Código de Ética</p> <p>Compromisso ético expresso no exercício da profissão</p> <p>Lei de regulamentação da profissão</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Os conhecimentos das normativas legais da profissão comparecem logo após os conhecimentos sobre a direção social. Ambas indicações guardam aproximações substanciais, haja vista que as normativas legais são os elementos físicos e jurídicos que garantem a existência da direção social da profissão.

O Código de Ética de 1993, é reconhecido majoritariamente como a normativa legal a que os profissionais mais recorrem. Por outro lado, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 – que, no nosso entendimento, tem peso normativo igual ao do Código de Ética – é apontada especificamente por apenas uma profissional.

Fica claro, nas respostas, o entendimento majoritário dos profissionais de que o Código de Ética Profissional é o principal documento normativo legal da profissão assim como o que mais utilizam para executar e planejar o seu exercício profissional.

Refletimos diante das respostas que o Código de Ética regula o relacionamento dos direitos e deveres do assistente social na ação direta com os usuários, com as instituições, com outros assistentes sociais e com as entidades da categoria e da sociedade civil. A Lei de Regulamentação da Profissão determina as competências e, principalmente, as atribuições privativas da profissão no exercício desta, os objetivos e as atribuições dos Conselhos – Federal e Regionais – que são os órgãos fiscalizadores do exercício profissional, bem como estabelecem o processo organizativo da categoria, expressando seu posicionamento político.

Também é esse instrumento que recentemente estabeleceu, por

meio da inclusão do inciso 5ª, pela Lei nº 12.317/10, a duração do trabalho do assistente social em 30 horas semanais. A aprovação dessa lei constituiu-se em inegável avanço nas relações trabalhistas do assistente social, que impactou positivamente no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais que, ao lidar com as mais complexas e diversas expressões da questão social, apresenta impactos na saúde do profissional, possibilitando o desenvolvimento de doenças laborais e psicológicas/psiquiátricas.

Nesse sentido, o estabelecimento das 30 horas para o Serviço Social, equiparando a outros profissionais de saúde, possibilitou que a categoria obtivesse ganhos que impactaram no seu cotidiano de trabalho.

Quadro 17 – Distribuição dos conhecimentos sobre as demandas de atendimento direcionadas ao assistente social

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>Conhecimentos sobre as demandas de atendimento direcionadas aos assistentes sociais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecimento sobre a totalidade das demandas apresentadas – Conhecimento sobre o público que irá participar da ação, para pensar se as possibilidades serão viáveis para o desenvolvimento da ação – Dados da realidade colhidos no cotidiano profissional que pode nortear as respostas profissionais – Conhecimento adquirido na troca de experiência e saberes no contato com outros profissionais e com os próprios usuários – Conhecer o conteúdo a ser abordado / Conhecer o território – Demandas apresentadas pelos usuários/segurados – Respeito pelo usuário e sua realidade; compreender o objetivo institucional do local de trabalho, que faz todo o diferencial para intervenção – Conhecimento da demanda socioinstitucional 	<p>Demandas de atendimento</p> <p>Condição social dos usuários</p> <p>Conhecimento sobre o território</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Nas respostas dos profissionais, acerca das demandas de atendimento, os sujeitos informaram buscar o conhecimento da demanda como elemento mobilizador para o planejamento e a execução de seu fazer. Compreendemos que apesar da diversidade de designações, como: “conhecer a totalidade da demanda”; “apreensão da temática que envolve a demanda”; “conhecimento para pensar possibilidades”; “dados colhidos no cotidiano para nortear respostas”; “teoria e estudos realizados sobre o tema”; “conhecer a causa – demanda para pensar e executar a ação”, estas indicam que os profissionais procuram uma apreensão mais precisa e profunda acerca das demandas que estão postas no seu cotidiano, o que pode denotar uma necessidade de aprofundamento teórico acerca da realidade em que seu exercício está inserido.

Nas respostas, compreendemos que a indicação do conhecimento das demandas está mediada com as intencionalidades que os profissionais indicam na busca desse conhecimento em específico. Apontam como qualificadoras da busca do conhecimento das demandas a “totalidade”, a “apreensão temática”, “para pensar possibilidades”, para “nortear respostas”, para “conhecer a causa para pensar ação”.

Destacamos das respostas dos sujeitos da pesquisa três elementos que se nos apresentaram: as demandas de atendimento; a condição social dos usuários; e o conhecimento sobre o território. Apreendemos que, de alguma maneira, a demanda também se configura como síntese no exercício profissional do assistente social, porque revela o caminho analítico e reflexivo construído pelo profissional. *Ao construir mediações entre as determinações sociais, as determinações dos espaços sócio-ocupacional e as normativas das políticas públicas e sociais, o profissional irá estabelecer aquilo que prioritariamente irá buscar no desenvolvimento de sua ação, que necessariamente mobilizará e expressará a construção da unidade teórico-prática.*

Avaliamos que a relação que os profissionais respondentes estabelecem com as demandas se dá de forma crítica e também colocando a centralidade do sujeito usuário na execução e no planejamento da ação, além de buscar elementos de historicidade que não se apresentam de forma imediata ao profissional. Ou seja, entendem as demandas a partir das mediações como as expressões da questão social, e assim qualificam sua ação técnica a partir das referências profissionais em vigência.

Entendemos que esses elementos inerentes às demandas profissionais. Indicam a necessidade de o assistente social mobilizar certo tipo de conhecimento a partir de sua experiência, que também – e dialeticamente – é constituída do rol de conhecimentos, ações, problematizações, erros e acertos acumulados pelo profissional ou pela categoria, de forma mais aproximada, à sua prática e com a qual possa ter acesso e, desse modo, levar em consideração na execução e no planejamento do seu exercício.

Os sujeitos da pesquisa indicam utilizar os conhecimentos advindos de sua experiência e prática profissional, mais do que um “arsenal” de técnicas que fazem uso no momento interventivo, mas como conhecimentos vividos e experienciados que irão qualificar de forma analítica, além de possibilitar aos profissionais ressignificar determinadas situações com as quais são chamados a intervir, possibilitando sínteses e novas práticas na interlocução com a realidade na qual estes são acionados. Assim, nesse exercício:

[...] o Serviço Social, como as demais profissões, na medida em que se fazem, se refazem e se reconstroem as relações na sociedade, vai se fazendo, reconstruindo e refazendo suas práticas [...]. Nesse movimento, as ações individuais dos profissionais podem assumir, ao mesmo tempo, as dimensões de síntese – resultante do processo coletivo de elaboração de conhecimentos e práticas desenvolvido pela categoria – e de criação de novas propostas e de novos conhecimentos (BAPTISTA, 2009, p. 23-24).

É na possibilidade de se configurar a partir de suas dimensões de síntese, mesmo que provisórias, sobre a realidade e como possibilidade de criação do novo que o conhecimento é acionado pelo profissional. Ele se mostra, nesse sentido, fundamental porque possibilitará a efetiva análise da ação realizada no exercício dentro do espaço sócio-ocupacional e que, como já dito, ressignificará e qualificará todo o processo interventivo profissional.

Na perspectiva dialética, o conhecimento apresenta-se como aquele elemento que, acionado pelo homem, irá tensionar a realidade confrontando sua constituição e apresentando possibilidades que, a partir do entendimento do homem que estabelece a análise ou ação, chegará a um resultado ainda não captado pela consciência. É nesse sentido que o conhecimento se estabelece como elemento analítico e fundamental para a realização da análise da realidade social e, em relação ao Serviço Social, a realidade em que se realiza seu exercício profissional.

É, então, um recurso qualificador do exercício profissional, que eleva qualitativamente o patamar das respostas profissionais, da investigação e da análise realizada pelo profissional.

Já os espaços sócio-ocupacionais não se comportam e se estruturam de maneira linear, pois estão inflexionados pelas (re)configurações do mercado de trabalho, as quais atingem o assistente social enquanto trabalhador assalariado, haja vista que:

A dinâmica societária desencadeada pela crise contemporânea [...], atinge a totalidade dos processos produtivos e também dos serviços, alterando perfis profissionais e espaços de trabalho das diferentes profissões, que, como o Serviço Social, têm na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado, e nas instituições sociais públicas e privadas seu espaço ocupacional por excelência (RAICHELIS, 2018, p. 619-620).

Esse contexto e essa realidade propiciam uma reestruturação da ação pública nas políticas sociais e nos serviços, que passam a ser influenciados por métodos típicos das empresas capitalistas, penetrando na organização social do trabalho na esfera estatal que ainda é o maior empregador dos assistentes sociais.

Uma ampla literatura nacional e internacional vem constatando o quando as tecnologias de informação e comunicação intensificam os processos de trabalho, produzem um efeito controlador sobre dinâmicas e resultados, organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam a porosidade do trabalho e os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a ampliação de mecanismos de fiscalização, controle e enquadramento do desempenho dos trabalhadores (RAICHELIS, 2018, p. 624).

Tal dinâmica e estratégias de gerenciamento incidem sobre os campos de atuação profissional, sua estrutura e organização, o que também impacta sobre o cotidiano de trabalho do profissional. Neste sentido, o assistente social tem sua autonomia relativizada pela condição de trabalhador assalariado e, majoritariamente funcionário estatal, a qual será impactada pela lógica da política governamental que reestrutura as dinâmicas operativas dos campos sócio-ocupacionais.

Sob esse escopo, depreendemos que essa estrutura – junto às políticas sociais e aos serviços sociais, nos quais os assistentes sociais se inserem –

incide sobre o seu exercício profissional. Outro ponto também é a interferência na reconfiguração das propostas de trabalho e que demanda aos profissionais conhecimentos aproximados a essa realidade.

No conjunto, essas ações expressam não necessariamente o conhecimento teórico-metodológico sobre as demandas e dinâmicas dos campos, porém mais claramente os conhecimentos técnico-operativos e conhecimentos relacionados ao gerenciamento das ações construídas a partir da análise da realidade e da intervenção profissional..

Parece-nos que, para além da ação interventiva, entendida no seu sentido estrito, os profissionais, ao indicarem esses conhecimentos como mobilizadores, apontam o que a eles é requerido e que, na nossa concepção, indicam a expansão, complexificação e a intensificação das demandas de trabalho com as quais atuam. Por esse caminho, é nítido o desafio que se impõe ao profissional: o de construir respostas e articular-se individual e coletivamente.

A depender do contexto de inserção profissional, as respostas podem tanto indicar a precarização quanto a reconfiguração do exercício profissional no campo das políticas públicas e sociais. Na nossa concepção, tanto uma quanto outra impõem a necessidade de acionar conhecimentos também políticos e organizativos ao profissional no sentido de que, para além de responder às requisições institucionais, possam desenvolver ações vinculadas às defesas da profissão.

Quadro 18 – Distribuição dos conhecimentos sobre planejamento e trabalho desenvolvido nas políticas públicas e sociais considerados determinantes no exercício profissional

OS CONHECIMENTOS	A RESPOSTA DOS SUJEITOS	ELEMENTOS EM DESTAQUE
<p>Conhecimentos sobre planejamento e o trabalho desenvolvido nas políticas públicas e sociais</p>	<p>– A capacidade de elaborar projetos, de identificar demandas através da leitura de dados obtidos, capacidade de mobilizar e organizar a comunidade em torno de seus interesses e a capacidade de identificar oportunidades para o desenvolvimento dos grupos nos quais atua.</p> <p>– Conteúdos que abordam elaboração de estudos, laudos e pareceres.</p> <p>– Conteúdo programático da disciplina (professora).</p>	<p>Capacidade técnico operativa</p> <p>Conteúdos técnico operativos</p> <p>Conteúdos programáticos</p>

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Os conhecimentos agrupados como referentes ao planejamento e ao trabalho desenvolvidos nas políticas públicas são mobilizadores de ação e de planejamento, como: capacitação de elaboração, identificação de demandas, mobilização e organização, assim como os que instrumentalizam e que qualificam o exercício específico tal qual a elaboração de estudos, laudos e pareceres, e a sistematização dos conteúdos programáticos de ensino.

De forma geral, entendemos que o conhecimento, especialmente para estabelecer uma relação entre o campo teórico e dos saberes e o campo da ação profissional e mais ainda, para que exista unidade teórico-prática, precisa fazer sentido dialógico com a realidade interventiva do profissional. E, nesse sentido:

O conhecimento verdadeiro é útil na medida em que com base nele, o homem pode transformar a realidade. O verdadeiro implica numa reprodução espiritual da realidade, reprodução que não é um reflexo inerte, mas sim um processo ativo que Marx definiu como ascenso do abstrato ao concreto em e pelo pensamento, em estreita vinculação com a prática social (VAZQUEZ, 1977, p. 213).

A possibilidade de mobilização do conhecimento, os meios, os critérios, enfim, o movimento que o profissional fará na busca terá especial relação com as necessidades advindas da realidade cotidiana e imediata na qual o profissional será chamado a atuar de forma técnica. Permite, inclusive, que este reelabore e reconheça, nas demandas, as possibilidades junto ao objeto de sua busca de conhecimento original e situação mobilizadora de sua busca.

Nesse sentido, a busca de conhecimentos dar-se-á em diferentes frentes, em diferentes níveis e complexidades, sendo inclusive elemento fundamental para demarcar a sua competência técnica. Logo, o conhecimento que o assistente social aciona não é e nem pode ser advindo de uma única fonte, ser um determinado conhecimento que, a partir da sua especificidade, denota e aponta o que o profissional irá fazer, ou seja, não é unívoco.

Situação essa que verificamos também nas respostas dos profissionais à pesquisa, já que não apontaram um único e singular conhecimento como o que mobilizam no seu trabalho cotidiano. Assim:

O conhecimento específico dos assistentes sociais não é predominantemente técnico, nem científico. O saber profissional do assistente social comporta os fortes princípios de sua ética profissional, os segredos que, durante o exercício de suas atividades vai acumulando, e a habilidade de manejar relacionamentos (KARSCH, 1987, p. 88).

Como as respostas apontaram, incide, de forma expressiva sobre como o profissional mobilizará seus conhecimentos, a necessidade imediata que tensiona a busca empreendida. Outrossim, a gradação das tipificações das respostas pareceu-nos um caminho possível para o acionamento dos diversos saberes. Essa busca possibilitaria uma interlocução de unidade na diversidade com características expressivas para o desenvolvimento da ação profissional numa perspectiva crítica. Por outro lado, tal como aponta Vasconcelos, é importante destacar que:

O conhecimento é essencial, mas não é tudo nem suficiente para intelectuais que têm como função atuar nas relações sociais, visto que, se a análise social pode fundar a apreensão crítica do movimento dos espaços sócio-ocupacionais, tornando possível ao assistente social projetar suas ações a partir da identificação de alternativas presentes na realidade, ela não garante a direção social e as consequências das ações (VASCONCELOS, 2015, p. 267).

O que as informações e o que nossa análise possibilitaram captar é que há uma pluralidade e diversidade de conhecimentos que são acionados pelos profissionais. Conhecimentos esses que dialogam com as necessidades e requisições postas pela realidade do seu exercício profissional. E, a partir do seu lugar, enquanto conhecimentos e “campo teórico”, possibilitam e instruem a realidade para estabelecer o processo de construção da unidade teórico-prática.

Por outro lado, o processo de ida à teoria não é acabado ou finalístico e pressupõe, também, um processo de volta à realidade objetiva, ao objeto de acionamento desta, agora com novos aportes, sendo que:

Como a análise concreta de situações concretas, trata-se de desobscurecer, identificar e submeter à análise teórico-crítica o que está sendo feito, como, para que, com que e em que condições, tendo em vista apreender as consequências das ações profissionais no favorecimento ou não dos trabalhadores/usuários, como indicado no projeto profissional e, nesse movimento/processo, negar (no sentido dialético) práticas que não favoreçam; fortalecer e divulgar as

que favorecem; redirecionar as ações; identificar lacunas nos estudos, nos levantamentos, no planejamento; demarcar lacunas, fraturas, contradições e falhas no acúmulo teórico e técnico-operativo do profissional/equipe que coordena a atividade e contradições frente às referências ético-políticas assumidas; indicar questões relevantes a serem investigadas em profundidade (VASCONCELOS, 2015, p. 271).

Os múltiplos conhecimentos acionados pelos assistentes sociais para que se proceda a análise concreta de situações concretas são fundamentais e acionados a depender da situação concreta com a qual o profissional se depara no seu exercício profissional. Não cabe estabelecer valoração a um conhecimento acionado em detrimento do outro, porque a incidência maior ou menor destes também é expressão da unidade teórico-prática, no sentido de que denotam o “caminho de ida” a depender da situação para a busca tanto da análise quanto da consequente ação profissional, tal como aponta uma entrevistada:

Hoje o exemplo que eu tenho dentro desse órgão gestor é de uma categoria que está mesmo que um pouco fragilizada, ainda está em busca de conhecimento. Eles vão para capacitações, eles buscam interagir com o que está acontecendo. Querem conhecer, querem isso, querem aqui (Fala do Sujeito 02)

Acreditamos que tal interlocução/acionamento do conhecimento para a análise/ação é um elemento da expressão da unidade teórico-prática que confere substância e densidades técnica, teórica e argumentativa para o exercício profissional. No entanto, mesmo entendendo que os conhecimentos são centrais, eles são acionados pelo profissional. Sua existência também não é *per se* e, por se tratar de profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social aciona os conhecimentos a partir de requisições, de demandas e a partir da sua competência profissional, inclusive com atribuições e atribuições privativas demarcadas legalmente – elementos esses que trabalharemos abaixo.

Destacamos que a atitude investigativa é elemento essencial para se pensar as possíveis mediações a serem construídas pelos assistentes sociais ao movimentar os conhecimentos. Não podendo, então, se pensar o desenvolvimento do exercício profissional apartado dessa sua característica e dimensão fundamental.

Os conhecimentos aos quais o assistente social tem acesso, no seu exercício profissional, são múltiplos. E, dentre eles, o destaque que se mostrou

expressivo nessa pesquisa está relacionado aos conhecimentos normativos – tanto das políticas quanto os da profissão – como os que mais se aproximam da realidade do trabalho do assistente social.

CAPÍTULO 3

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA

*O mais importante de tudo é aprender a estar de acordo
Muitos dizem sim, mas sem estar de acordo.
Muitos não são consultados, e muitos
Estão de acordo com o erro. Por isso
O mais importante de tudo é aprender a estar de acordo”
Aquele que diz sim, Aquele que diz não
Bertold Brecht*

Com a proposta de nos aproximarmos das características do exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente, solicitamos aos sujeitos da pesquisa que nos informassem, nos questionários e nas entrevistas, aquelas ações que, no entendimento destes, caracterizam o trabalho profissional executado cotidianamente. Nossa intenção nesse momento é a de conhecer o universo analítico, interventivo e operativo em que se desenvolvem as ações profissionais – o que nos possibilitou, então, nos aproximarmos, mais especificamente, de elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa da profissão.

Compreendemos que as demandas, requisições, competências, ações e atividades se configuram como elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa e, expressam o trabalho desenvolvido pelo assistente social. Ao longo da tese, ficou claro que a profissão vai ganhando densidade na divisão social e técnica do trabalho, a partir das interlocuções e interdependências das três dimensões: a teórico-metodológica, a ético-política e a própria técnico-operativa. A partir dessa análise, podemos afirmar que a dimensão técnico-operativa é a síntese das mediações entre as três dimensões. Ou seja, a dimensão técnico-operativa, ao mesmo tempo em que mobiliza, aciona e movimenta as dimensões supracitadas, também irá – enquanto síntese – propiciar aproximações à realidade social, pela postura investigativa do assistente social, pelos conhecimentos derivados das ações desenvolvidas pelo assistente social, pelos conhecimentos mobilizados no decorrer do trabalho, da causalidade e teleologia com que se pode expressar o assistente social nos diversos espaços de intervenção e inserção profissional.

Não será a dimensão técnico-operativa, no entanto, que irá apontar

todos os elementos constitutivos desse mesmo exercício, sendo que os conhecimentos mobilizados irão também propiciar chaves analíticas e explicações possíveis ao dimensionamento da ação profissional. Iamamoto (2007, p. 241) chama a atenção para o desafio que “[...] é a integração entre os fundamentos teórico-metodológicos com a pesquisa concreta de situações concretas, que configuram como objeto do trabalho [do assistente social]”.

Entendemos que é a partir do universo interventivo que também teremos elementos que propiciarão a análise a que nos propusemos construir para essa tese.

Também intencionamos apreender a complexidade do exercício profissional expressa nas respostas dos sujeitos, os direcionamentos a que respondem; o campo ocupacional / a política social em que está inserido o assistente social; os usuários que acionam e demandam a análise e a intervenção técnica profissional; o perfil profissional explicitado pelas instâncias reguladoras da profissão, entre outros elementos.

Ainda entendemos que as respostas nos permitam uma aproximação aos contextos implícitos nas requisições que as ações apontam, também da caracterização interventiva do exercício profissional, sob a eleição dos entrevistados, sujeitos ativos da intervenção profissional.

Com tais informações, compreendemos que teremos elementos possibilitadores para entender a processualidade e o movimento que a relação e a unidade teórico-prática realizam no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais pesquisados. Entendemos que as informações apresentadas pelos sujeitos possibilitaram perfazer e acompanhar os caminhos teórico-práticos mediatizados pelos profissionais.

3.1 AS EXPRESSÕES DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Para o tratamento dos dados obtidos, especialmente nas respostas ao questionário, procuramos captar nas respostas aquelas que, no computo geral, se sobressaem e sobrevivem, aquelas que mais comparecem nas respostas dos profissionais. E, explicitar, assim, o que mais regularmente é atendido na ação técnica desenvolvida pelos profissionais bem como traçar as aproximações à

realidade do exercício da profissão na região de Presidente Prudente.

Como dito, solicitamos aos profissionais que nos apresentassem as ações que entendem caracterizar o exercício profissional. Como um ato, a ação significa atuação, trabalho, procedimento, obra, feito, atitude e intervenção. A mesma palavra pode se expressar enquanto atitude, representação, postura, expressão ou elocução. Segundo o dicionário Michaelis, ação significa resultado de uma força física ou moral, ainda ato, feito, obra, assim como a faculdade ou possibilidade de executar alguma coisa, e também pode ser definida como um procedimento, energia e movimento (AÇÃO,1998).

Como se vê, a palavra “ação” é polissêmica, e nossa escolha teve a intenção de explicitar a amplitude das possibilidades e dos caminhos que as ações profissionais indicam. Também nos referendamos em Trindade (2013) que afirma que as ações, em sendo desenvolvidas por assistentes sociais, ou seja, ações profissionais, são:

[...] as atribuições que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais. Essas ações materializam o caráter interventivo do Serviço Social. [...] as ações só poderão ser classificadas como profissionais na medida em que forem associadas aos sujeitos sociais (individuais e coletivos), às políticas sociais, aos serviços e aos benefícios sociais, aos direitos sociais, aos movimentos sociais. Esses conteúdos estão permeados pelas concepções teóricas, pela perspectiva ético-política, as quais fundamentam e direcionam as escolhas profissionais (TRINDADE, 2013, p. 76).

Assim e conforme Trindade (2013), são as ações profissionais que dão corpo técnico e interventivo às respostas dadas pelos assistentes sociais. Caracterizam-se, além disso, por necessariamente se dirigirem aos sujeitos/usuários, ao campo sócio-ocupacional e aos objetivos postos para os assistentes sociais nos seus espaços de trabalho. Solicitamos aos profissionais que indicassem quais seriam as três principais ações profissionais que desenvolvem e que consideravam as mais importantes e caracterizadoras do seu exercício profissional. Com relação às respostas às respostas profissionais, a análise destas nos possibilitou realizar alguns apontamentos iniciais, destacando, a princípio, que todos os 113 sujeitos responderam à questão e, em sua maioria, indicaram mais atividades que o número previamente solicitado. Outro ponto que chama atenção é a

pluralidade de respostas, indicando a complexidade do trabalho desenvolvido na região.

Na sistematização dos dados e análise das respostas, organizamos em quatro três de ações que nominamos, a partir da análise: o grupo das ações direcionadas aos usuários; o grupo das ações direcionadas à gestão das políticas públicas e sociais; o grupo das ações explicitadas pelos instrumentais técnicos e operativos.

Também é importante destacar que, a partir do índice de incidência das respostas, o comparecimento gradativo do maior para o menor ocorreu da seguinte forma: ações voltadas para a gestão de políticas públicas e sociais com maior incidência; ações direcionadas aos usuários com segunda maior incidência; em seguida, as ações direcionadas aos usuários.

A escolha por sistematizar as respostas por grupamentos objetivou apresentar a multiplicidade de ações, e ao mesmo tempo, fundamentar o caráter contraditório do exercício profissional, indicando que os assistentes sociais realizam seu trabalho de forma

“[...] indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira” [...] cabe aos sujeitos profissionais elegerem suas finalidades, formas de conduzi-lo e processá-lo em consonância com o reforço de determinados interesses sociais presentes nas condições e relações de trabalho que configuram o espaço sócio-ocupacional do assistente social” (IAMAMOTO, 2007, p. 253)

Escolhemos demonstrar as ações a partir dos grandes substantivos ou verbos que as identificam, pois foi possível captar nas respostas dos profissionais qualificadoras que particularizam, a partir da política social na qual está inserido, determinadas ações.

Nas ações que caracterizamos como voltadas à gestão das políticas públicas e sociais, com relação à abordagem, compreendemos que é uma ação de aproximação do profissional junto ao usuário, contudo, se particularizada, no sentido de que há busca aproximativa, é acionada pelo profissional. Conceitualmente, Sarmiento (2013b, p. 121) entende que:

A abordagem é um contato intencional de aproximação através do qual é criado um espaço para o diálogo crítico, para a troca de informações e/ou experiências para a aquisição de conhecimento e/ou de um conjunto de particularidades necessárias à ação profissional e/ou o estabelecimento de novas relações de interesse dos usuários.

No cruzamento de dados, verificamos o uso desse tipo de ação entre os profissionais que atuam na Política de Assistência Social. A abordagem é uma ação com caracterização mais específica, pois, de acordo com o disposto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (BRASIL, 2013), a abordagem, é qualificada como “abordagem social”, ou seja, um:

[...] serviço especializado ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras (BRASIL, 2013, p. 31).

Nesse sentido, os profissionais que apontaram a Abordagem como principal ação também são profissionais que atuam junto aos usuários referenciados na política de assistência social, executando a ação com vistas à finalidade expressa na referida política, enfatizando a relação com os usuários, em suas múltiplas necessidades, desde a identificação das demandas, da condição socioeconômica, até a inserção nos serviços socioassistenciais. Sendo que, conforme Santos, Filho e Backx (2013, p. 30) “ela é vista como um canal de comunicação com a população, como um primeiro contato, no sentido de se criar uma possibilidade de ligação dentre os diferentes espaços”.

Na exposição de Sarmiento (2013b) acima citada, estão explícitos elementos mais aproximados das requisições socioprofissionais. A abordagem também se constitui em possibilidade de conhecer a realidade social *in loco* e, a partir daí, aproximar criticamente a ação profissional do vivido pelo usuário, de seu cotidiano e território, possibilitando construir estratégias profissionais, e, também, a inserção nos serviços ofertados.

É válido salientar que na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais a abordagem social é designada como serviço de média complexidade, executada

por meio da busca ativa, com o objetivo de identificar as consequências da desigualdade social, da exploração e do pauperismo que atinge os trabalhadores, além de colocá-los como aqueles que estão em situação de ameaça ou violação de direitos.

Com esse escopo, a abordagem pressupõe um determinado rol específico de conhecimentos tanto das Políticas Públicas e Sociais quanto da , própria Política de Assistência Social, dos serviços socioassistenciais e da atenção à realidade vivenciada, que podem ser ofertados ao trabalhador, em sua condição de usuário da política.

Assim, para que esses profissionais possam realizar tais ações, é preciso ter domínio claro e objetivo de leis e regulamentos, das possibilidades de atenção que o município pode ofertar e capacidade de convencimento, haja vista que a abordagem não é uma ação que se encerra em si mesma. Ela possibilitará diversos outros encaminhamentos para assegurar a proteção do usuário, finalidade expressa nos documentos da política de assistência social brasileira, a quem é demandada.

Apreendemos, desse modo, que os profissionais que elencaram a abordagem como principal ação necessitam acionar conhecimentos e técnicas de diversas ordens, assim como também precisam de um arcabouço mínimo de provimentos insitucionais, especialmente veículos do próprio serviço ou cedidos sob agendamento, para realizarem tal ação, o que, a depender das possibilidades de acionamento desses recursos, terão impactos positivos ou negativos na sua realização.

Em prosseguimento, nas respostas, os profissionais descreveram realizar **ações**, tais como **ações com os usuários**. Nesse sentido, compreendemos que os profissionais realizam, nas políticas em que estão inseridos, determinado rol de ações que tem por norte atender ao usuário a partir da sua condição social, demandando ao profissional um conjunto de conhecimentos que, em movimento, possibilite ao assistente social construir ações

[...] interventivas no sentido da garantia da criança e adolescente ou quando não for possível em família extensa ou substituta (Entrevistada 10).

Fica claro, na resposta, que aqui o usuário do trabalho do assistente

social nas políticas públicas e sociais é o sujeito e foco da proposta de ação profissional. Entendemos que, no trato dos elementos advindos desse processo interventivo, o profissional irá acionar conhecimentos sobre a condição social do usuário, nas suas necessidades básicas de subsistência, assim como irá, na inter relação dessas determinações que indicam a violação de direitos sociais, remeter à necessidade de o assistente social movimentar conhecimentos de modo a construir as respostas interventivas.

No trato interventivo com essas ações, é requerido ao profissional se apropriar de conhecimentos sobre as características dos usuários na política social em que se insere, sobre a condição social destes usuários, suas necessidades de subsistência, assim como o quanto a inter relação dessas determinações indicam a violação de direitos. Assim, é por meio da aproximação dessa realidade que remeterá ao assistente social, a necessidade de movimentar conhecimentos de modo a construir as respostas interventivas.

Ainda outra profissional informou que realiza ações para o desenvolvimento de capacidade e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania e do respeito à dignidade humana. E, em relação à resposta anterior, o profissional aqui, já aciona saberes e conhecimento, tendo visto que, em tese, já se apropria de informações dos usuários e está em momento propositivo que, requer acionamento de outros saberes, capacidades e habilidades. Importante destacar que essas ações são ofertadas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), de forma mais rotineira, também sendo ações colocadas como exigência das políticas públicas, aqui mais especificamente da política de assistência social. Em consonância com o MDS, para além dos atendimentos sob demanda, os serviços grupais com os usuários e famílias são serviços:

[...] que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004, p. 35).

É característico do trabalho profissional do assistente social o trabalho direcionado ao usuário e, para a realização de ações com essas

características, é preciso fina articulação teórico-prática, conhecimento da realidade de vida dos usuários e do território onde o profissional atua e capacidade propositiva, no sentido de que as mesmas ações, com esse escopo acima exposto, atinjam os objetivos propostos. Tal realidade também pressupõe a necessidade de o assistente social, a todo momento, mover conhecimentos.

Outra ação evidenciada pelos sujeitos, está relacionada ao acolhimento. A ação de Acolhimento foi a que recebeu maior número de indicações. Nos registros dos sujeitos, a maioria das respostas (26) identificava a ação de acolhimento sem especificações e as demais (4) informaram desenvolver acolhimento individual e familiar.

A ação ou ato de acolher é característica essencial do exercício profissional. Para que o profissional consiga compreender a realidade de vida do usuário bem como adentrá-la para conhecer e construir demandas, é de importância fundamental que desenvolva a habilidade de acolher, inclusive sob pena de não realizar a contento as demais ações que, dentro das possibilidades interventivas e das requisições do espaço de trabalho, se farão necessárias.

Por outro lado, os assistentes sociais demonstraram que a ação de acolhimento é entendida como importante e característica de seu exercício profissional. Isto nos leva a entender que o assistente social continua sendo o profissional que consegue decodificar a realidade de vida dos usuários e que se apresenta, dentre os trabalhadores de determinada instituição, como aquele que tem capacidade de entender, além de apresentar respostas e encaminhamentos para o usuário e sua demanda.

Compreendemos, de tal sorte, que os profissionais demonstraram que, nos espaços onde atuam, sua ação é aquela mais aproximada dos usuários porque o ato de acolher, dentro de espaços institucionais, possibilita decodificar tanto a demanda do usuário para a instituição quanto as possibilidades de ação institucional para o usuário. Em outras palavras, o acolhimento é fundamental para a aproximação usuário/profissional/instituição.

Nas respostas, também foi apontado o **atendimento social** como ação considerada mais importante, sendo expresso como **atendimento coletivo**, **atendimento individual**, **atendimento social** e **atendimento social domiciliar**. Esse atendimento pode ser entendido como

[...] um modelo de atendimento feito pelo Serviço Social que compreende a questão social como núcleo de formação do ser humano e como elemento de constituição das relações entre o profissional, a instituição, o cidadão e a realidade social. Esse atendimento analisa e intervêm na realidade social da pessoa interessada, e de acordo com suas necessidades, define estratégias de intervenção social para a situação problema apresentada (UFU, 2020)

Assim, para esses profissionais, o atendimento desenvolvido é específico do Serviço Social, podendo estar vinculado a serviços, políticas ou mesmo entendimento institucional. Ademais, guarda especificidades para as quais o assistente social está habilitado a desenvolver.

A ação de atender também é outra característica da profissão, haja vista o caráter eminentemente interventivo do exercício profissional, pois aquele que atende é quem **dá atenção**, quem concede audiência no sentido de receber a demanda, quem defere um determinado pedido, ou cuida de determinado interesse. Sendo assim, é inerente ao exercício profissional, especialmente em relação aos usuários. Depreendemos, ainda, que o atendimento é uma ação que está conjugada com o acolhimento, no sentido de prosseguimento interventivo. Logo, o atendimento torna-se fundamental e estratégico para o desenvolvimento de qualquer outra ação e/ou atividade interventiva.

Nas respostas, e em suas qualificadoras, os profissionais informaram desenvolver **atendimento social**, o que nos leva a entender que – para esse atendimento e na realidade interventiva dos profissionais – mobilizam conhecimentos específicos da profissão porque a qualificadora **social** remete à especificidade no atendimento vinculadas à ação do assistente social. De forma mais específica, o atendimento social se configura como um

Importante espaço de atuação profissional que envolve um conjunto de ações direcionadas ao atendimento de famílias e indivíduos, visando o acesso aos direitos sociais, políticos e civis nas diferentes políticas setoriais, como: assistência social, saúde, educação, previdência, habitação, bem como na prevenção de situações de risco (MEDEIROS, 2020)

Finalmente, os sujeitos da pesquisa informaram desenvolver atendimento social domiciliar. A peculiaridade dessa ação dá-se pelos usuários atendidos pelo profissional ou tem impedimentos para comparecer ao espaço de

trabalho profissional ou vivencia uma condição de vida cuja análise in loco propiciará ao assistente social “[...] conhecer seus locais de moradia e de organização, o que permite estabelecer vínculos com os seus movimentos e aprender suas demandas.” (BARROCO; TERRA, 2010, p. 83).

Outra resposta destacada foi o diagnóstico social. Siqueira (2016) entende que o diagnóstico social, como um instrumento de Gestão Social, trata de questões coletivas, abarcando populações de um determinado território e que compartilham experiências comuns. Por meio do diagnóstico social, o profissional se apropria-se da realidade vivida por determinada população em determinado território e constrói tanto conhecimentos quanto instrumentos para a ação junto a essa população em específico, assim como ações outras a serem realizadas a partir da informação e do conhecimento da realidade que foi “diagnosticada” pelo profissional.

Conforme apontado por Siqueira (2016), o diagnóstico ao ser utilizado como instrumento de gestão social, possibilitará ao profissional a construção de respostas, no seu espaço ocupacional, assim como de ações mais aproximadas tanto aos fins institucionais como aos profissionais. Para fins institucionais, o diagnóstico pode ser vinculado a requisição direcionada ao assistente social para planejar, realizar a gestão e execução das políticas públicas. Para fins do trabalho profissional, o diagnóstico possibilita conhecer a realidade vivenciada pelo usuário, o território no qual reside, além de obter dados, informações e história que, em momentos subsequentes, irão instrumentalizar outras possíveis ações a serem construídas.

A resposta tipificada como **identificação** apontada por dois profissionais como caracterizadoras de seu exercício é descrita como sendo: identificação de vulnerabilidades e identificação de lacunas ou acessos fragmentados aos direitos sociais pelos usuários. Ou seja, esses profissionais, na execução dos atendimentos diversos, apontam que no exercício, majoritariamente, identificam, as dificuldades vivenciadas pelos usuários e, a partir dessas informações, atuam no sentido de construir ações interventivas com resolutividade diante das demandas apresentadas. Outro elemento destacado é que a identificação é acompanhada de outras ações, ou seja, é fruto de ação anterior, atendimento social, estudo social, abordagem, orientação, encaminhamentos, etc.

Outra ação destacada foi a intervenção, ressaltando as **intervenções coletivas junto à família e ao paciente** que entendemos serem

aquelas que mais expressam a imagem social da profissão construída historicamente, isto é, do Serviço Social como profissão interventiva. A intervenção coletiva, aqui, parece remeter a estratégia utilizada pelo profissional ao atuar com grupos ou coletivos de forma mais específica. Ou seja, a depender da análise realizada pelo profissional, utiliza enquanto estratégia para o atendimento da demanda apresentada, a intervenção de forma a atingir um maior número de usuários e / ou coletivo, que se infere, tenham uma determinada similaridade nas suas necessidades, que são detectadas pelos profissionais.

Essa é, então, uma ação que tem sido realizada pelos assistentes sociais associada ao trabalho em rede e na atuação junto às instâncias de controle social, tais como os conselhos de políticas públicas e sociais e conselhos de direitos. Aqui destacamos a gama de conhecimentos que é requerida ao assistente social tanto para construir, quanto para executar essa ação. Isto porque, a nosso juízo, o profissional estabelecerá a necessidade da sua realização, após um estudo das particularidades dos usuários e da população objeto da ação.

Quanto à orientação, foram realizados vários registros: orientação quanto aos direitos sociais, orientação junto aos pacientes vítimas de violência doméstica; orientação social; orientação com as famílias atendidas e, orientação individual e familiar. E, segundo Miotto (2009, p. 499), a **orientação** assim como o **acompanhamento**, “como ações de natureza socioeducativa, que como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias”.

A orientação é um ato de imprimir ou apontar um direcionamento ou direcionalidade a um determinado contexto ou situação. Entendemos que aplicando-se às profissões que atuam com pessoas, o mesmo ato também pode ter por objetivo o cuidado ao demandatário da ação, a partir das necessidades experienciadas decorrentes da sua condição social. A orientação, quando realizada pelos profissionais, terá uma configuração técnica, requerendo do assistente social uma gama de conhecimentos, com ênfase na orientação social.

Evidencia-se aqui a importância da mobilização de saberes interventivos, teóricos, políticos no sentido de atender às demandas postas pelo usuário. A análise das respostas dos sujeitos aponta o direcionamento da orientação para os direitos sociais. Na atualidade, temos legislações que garantem direitos, ou seja, aqueles que garantem aos indivíduos condições básicas ou mínimas de vida e

de igualdade entre os cidadãos. Neste sentido, a orientação tem por finalidade informar, apresentar, contextualizar e demonstrar ao usuário as possibilidades de acesso e garantias, a partir das necessidades e demandas identificadas no decorrer dos atendimentos direcionados aos idosos e seus familiares, mulheres vítima de violência, crianças, adolescentes e famílias, entre outros.

Tomando por base a formação profissional, o assistente social está política e tecnicamente habilitado para compreender e analisar a realidade vivenciada pelos usuários, identificando os diversos problemas sociais. Tal habilitação irá requerer que a ação técnica do profissional, carregada de conhecimentos do campo teórico e direcionada pelos elementos éticos e políticos, se dirija ao enfrentamento desses problemas, implicando a atuação na busca de possibilidades de reversão dos problemas identificados. Logo, suas habilidades e conhecimentos técnico, teórico, metodológico, ético e político são mobilizados no sentido de orientar na perspectiva dos direitos, como proposto no III princípio do código de ética de 1993. “III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadora.” (CFESS, 2011a, p. 23).

Outra ação evidenciada no registro dos profissionais foi o planejamento, expresso como **planejamento e execução de cursos, oficinas, reuniões com beneficiários**, tendo então uma direcionalidade explícita em construir ações com beneficiários de suas ações. Para Baptista (1981, p. 13), o planejamento é:

Processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de problemas. Enquanto processo permanente, supõe ação continuada sobre um conjunto dinâmico de variáveis, em um determinado momento histórico. Enquanto processo metódico de abordagem racional e científica supõe uma sequência de atos decisórios, ordenados em fases definidas e baseados em conhecimentos científicos e técnicos.

É uma ação central e que imprime qualidade técnica e científica ao exercício profissional, pois é racional e pondera sob determinados condicionantes como os prazos e recursos existentes para sua realização. Ademais, é um ato político porque implica, conforme aponta Barbosa (1991, p. 49), a “tomada de decisões, na busca de caminhos, sobre o que fazer, por que é para que fazer, onde

fazer e quando fazer, quer pela área governamental, quer pela área privada.”

Nesse último sentido, enquanto tomada de decisão, está explícita na resposta dos sujeitos o caráter técnico e político do planejamento, porque, no decurso das respostas, afirmam que o planejamento e a execução da ação planejada se darão na realização de diversas ações junto aos usuários.

A docência é apresentada pelos profissionais como aquela ação por eles considerada como mais importante, expressa também na coordenação de curso, na pesquisa e na extensão.

No momento da coleta de dados do questionário (2017), tínhamos conhecimento de que apenas uma Unidade de Formação Acadêmica, na região, ofertava atividades de Pesquisa e Extensão – ação apontada na resposta. E, nesse sentido, essa profissional é a que estava à frente e coordenando as ações de pesquisa de extensão no período.

No entendimento da ABEPSS, as atividades de pesquisa e extensão são consideradas centrais para o processo de formação em Serviço Social. Essa não é uma realidade na região de Presidente Prudente, haja vista que, na referida região, as unidades de ensino são privadas e o contrato dos docentes não é por dedicação exclusiva. Desse modo, as ações docentes ficam concentradas no ensino, e, as ações de pesquisa e extensão assumidas pelos docentes com carga horária complementar e em menor número de horas. As instituições entendem que, para a oferta desse tipo de atividade, é necessário contratar o professor que coordenaria as ações de pesquisa e extensão, o que impactaria tanto em mensalidades quanto em oneração de folha de pagamento.

A análise das respostas indica a relevância das ações de pesquisa na docência. Concordamos com o exposto porque essa ação qualifica o processo formativo em Serviço Social, e contribui para a consolidação da dimensão investigativa, constitutiva da profissão. A nosso ver, e diante do quadro de falta de oferta pelos cursos de Serviço Social na região, é digno de nota, a realização dessa ação, dentro de instituição privada qualificando o exercício profissional docente e o ensino ofertado pela instituição, apesar do atual quadro regressivo de oferta de cursos na região conforme já apontamos anteriormente.

Em prosseguimento, apresentamos as atividades profissionais que, a partir de nossa análise, agrupamos como aquelas direcionadas aos usuários, conforme exposto no quadro 19.

Quadro 19 – Distribuição das atividades profissionais direcionadas aos usuários

Atividades	Respostas dos sujeitos	Elementos em destaque
Atividades profissionais	– Viabilizar direitos garantidos em lei a crianças e adolescentes;	Viabilizar direitos
	– Garantia dos mínimos sociais aos usuários;	
	– Desenvolvimento de grupos em CRAS e CREAS;	Desenvolvimento social e grupal
	– Desenvolvimento do convívio grupal, social e familiar;	
	– Grupos de Famílias;	Escuta qualificada
	– Escuta qualificada;	Fortalecimento de vínculos
	– Fortalecimento de vínculos sócio familiares;	Visita domiciliar
	– Visita domiciliar;	Supervisão de estágio
	– Supervisão de campo de estágio	

Fonte: Sistematização realizada pelo autor nos anos de 2017 e 2018.

Nesse quadro, agrupamos as respostas sob a nomeação de atividades direcionadas aos usuários. A título de esclarecimento, compreendemos que a atividade, diferente da ação, quando desenvolvida pelo assistente social, é ato ou os movimentos físico e intelectual realizados para o alcance de um objetivo, previamente estabelecidos, conexos às relações sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado segmento social.

Na análise das respostas dos profissionais, deparamo-nos com indicações que concebemos serem mais bem adequadas como atividade, não entendendo estas como qualitativamente menos importantes que as ações profissionais, mas que, para fins de análise, seriam mais bem adequadas com essa nomenclatura.

Compreendemos que, com relação à ação, as atividades têm características mais aproximadas aos instrumentos profissionais, porém não se confundindo a esses, podendo também ser entendidas como ferramentas que os profissionais lançam mão, englobando aí os procedimentos utilizados. Assim:

Os procedimentos são os conjuntos de atividades que o profissional realiza, mobilizando instrumentos. Neste sentido, os procedimentos podem ser de caráter individual, coletivo e administrativo-organizacional e não se confundem com as ações desenvolvidas pelos profissionais e nem, necessariamente com a intervenção profissional (SANTOS; SOUZA FILHO; BANCKX, 2013, p. 26).

Apreendemos que, num sentido de alcance possível, a atividade é eminentemente técnica, tendo em vista que – para seu planejamento, sua execução e sua avaliação – o profissional mobilizará conhecimentos de naturezas técnica e científica, adquiridos durante sua formação, os quais incidirão sobre situações, contextos, realidades sociais diversos, em vista de um determinado fim.

As atividades aqui apontadas pelos entrevistados, além de serem voltadas para os usuários, não guardam semelhanças entre si. Majoritariamente, são atividades realizadas por profissionais da assistência social, tipificados na Política de Assistência Social que elenca, de forma detalhada, as ações e atividades a serem desenvolvidas tanto na proteção básica quanto na especial.

A Viabilização de Direitos, registrada pelos profissionais, é atividade que – inserida no universo do exercício profissional – apontará formas, mecanismos, estratégias e táticas que serão acionados pelo assistente social, no atendimento ao usuário para a busca das garantias dos chamados mínimos sociais e demais direitos que estão tipificados em lei. Também foi registrado, nas respostas, que os sujeitos entendem que a garantia de mínimos sociais aos usuários é atividade caracterizadora de seu exercício, apesar de textualmente o registro ser tanto de garantia de direitos como de viabilizar direitos, indicando que guardam, na sua execução, semelhanças e aproximações.

Os direitos sociais assegurados no país por meio da Constituição Federal de 1988, especialmente no seu art. 6º, são: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Esses direitos refletem, legalmente, a preocupação do legislador com a integridade física do homem, e relacionam-se aos princípios de dignidade da pessoa humana – solidariedade e igualdade – que visam atingir a justiça social. Nesse sentido, os mínimos a que esses direitos apontam visam garantir as necessidades básicas da população. E, em lei, é entendido como o basilar a ser ofertado pelo Estado.

A palavra mínimo significa o menor que todos os demais, o quantitativo mais baixo dentro de um determinado conjunto. Então, aproximados aos direitos sociais, os mínimos pressupõem o entendimento legal dessa menor quantia de direitos estipulada para que as garantias a que eles apontam sejam realizadas.

A assistência social, como política social, dentre outros objetivos,

visa garantir o acesso aos direitos e provisões a ela aproximadas, o que é regulamentado e entendido como os benefícios que assegura. Essencialmente, nessa Política, hoje, esses benefícios são: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os Benefícios Eventuais regulamentados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Nas respostas dos profissionais, compareceu na descrição da atividade de desenvolvimento o **Desenvolvimento de Grupos em CRAS e CREAS** e o **Desenvolvimento dos convívios grupal, social e familiar** que, apesar de nominados de forma diferenciada, tratam da mesma ação nos espaços onde os profissionais estão inseridos. Historicamente, e desde os primórdios da profissão, o desenvolvimento de Grupos sempre se constituiu como requisição profissional, até tendo sido considerado como metodologia específica da categoria⁵⁹.

A partir da renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente a partir da direção denominada intenção de ruptura, tal designação – ou ainda o chamado Serviço Social de Grupos – encontra-se superada, o que não implica que, como ação e como prática, os profissionais deixaram de realizar atividades grupais diversas. Para Moreira (2013, p. 59-60), os grupos podem ser definidos como:

Instrumento de trabalho, definido a partir da presença simultânea de indivíduos em uma mesma atividade socioinstitucional coordenada por um ou mais profissionais e que apresenta período de duração, objetivo (s) e metodologia(s) definidos. [...] é um instrumento profissional de comunicação oral que envolve um coletivo de pessoas cujos objetivos costumam gravitar em torno da identificação das demandas que trazem os usuários, o elencamento de prioridades, a coleta de dados, além de propiciar um espaço de reflexão sobre o cotidiano e as formas de enfrentamento. [...] ele favorece a troca de experiências, onde seus participantes têm maiores possibilidades de vivenciar relações horizontalizadas e mais solidárias.

Conforme apontado por Moreira (2013), o recurso da utilização de grupos é fundamental para o Serviço Social e, enquanto metodologia e técnica, seu alcance quantitativo junto aos sujeitos e as finalidades possíveis da ação fazem com que a ação grupal – a realização de grupos pelo assistente social – seja estratégia sempre a ser considerada, nos diversos campos e espaços sócio-ocupacionais, guardadas as singularidades da prática exercida.

⁵⁹ Sobre o Serviço Social de Grupos, indicamos a leitura de: Bartlett (1976), Konopka (1977) e Vieira (1970).

Parece-nos, que, diante das respostas, os profissionais que apontaram realizar “grupo com famílias” são majoritariamente trabalhadores da Política de Assistência Social, podendo desenvolver ações realizadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) / Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ou no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ademais, o desenvolvimento de Grupos com Famílias, principalmente pelos trabalhadores que atuam junto aos CRAS e CREAS, é recurso e estratégia central para a realização das ações com esses usuários.

Com relação à eleição da escuta qualificada como atividade caracterizadora do exercício dos profissionais respondentes – assim apontada por 17 entrevistados –, destacamos que não é uma ação privativa ou que é exclusivamente exercida pelo assistente social. A escuta qualificada é parte das atividades de outras profissões de caráter interventivo. Assim, escutar é um ato de ouvir com atenção, perceber um determinado discurso exercendo ou, então, ampliando o sentido da audição.

Conforme expressam Lewgoy e Silveira (2007, p. 8), “ouvir é uma capacidade biológica que não exige esforço do nosso cérebro, enquanto escutar decreta trabalho intelectual, pois após ouvir há que se interpretar, avaliar, analisar e ter uma atitude ativa”.

A escuta pode pressupor silêncio da parte do ouvinte mas entendemos que o adjetivo “qualificada” atribuiu tanto um interesse quanto, da parte do profissional, uma racionalização diferenciada dessa escuta que poderia ser desenvolvida em outros momentos, ou circunstâncias nas quais não seria requerida enquanto atividade sob o viés técnico.

Na reflexão acerca da resposta, inferimos que os profissionais, na execução dessa atividade, demonstram lidar, no seu cotidiano, com usuários que apresentam, de forma mais reiterada, tanto sofrimentos de ordens diversas quanto demandas e necessidades que os sujeitos não compreendem ou têm dificuldade para resolver. Assim, os profissionais desenvolvem a escuta qualificada como uma atitude inicial de acolhimento, encaminhamento e resolutividade das demandas de usuários com as quais lidam no seu cotidiano profissional.

As atividades de “fortalecimento de vínculos sócio-familiares” também são referenciadas pelos trabalhadores da política de assistência social,

tanto na proteção básica como na proteção especial. Entendemos que, no seu espaço sócio-ocupacional, há uma demanda expressiva para o desenvolvimento de atividades voltadas ao SCFV, o que imprime sentido especial ao seu exercício.

A proposta do serviço de garantir segurança de convívio, ou seja, que os usuários do serviço nos seus territórios vividos (KOGA, 2003), no interior de suas famílias, nos diferentes espaços e lugares, acerca de suas relações sociais, tanto podem ser potencializadas quanto fragilizadas.

O MDS (BRASIL, 2013, p. 20), para orientação desse serviço, parte do entendimento de que convivência e vínculos são “um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam”. Nessa perspectiva, o fortalecimento de vínculos como requisição profissional é uma atividade que demanda diversos conhecimentos: sobre a população usuária do serviço, seu território e seu entorno; as possibilidades de proteção a que esta pode ter acesso; dentre outros para sua execução.

Outra atividade referenciada é a visita domiciliar. Afirmamos que a visita domiciliar é uma das atividades que o assistente social realiza historicamente desde a origem da profissão e, a nosso ver, não pode ser suprimida de uma intervenção mais aproximada a indivíduos ou famílias. Assim, fundando-nos em Amaro (2018), entendemos que a visita domiciliar é prática profissional, não exclusiva do Serviço Social, com características tanto investigativas quanto de atendimento ao(s) visitado(s). Além disso, realizada junto a indivíduos no seu contexto social e familiar, por um ou mais profissionais, e, enquanto prática, a visita domiciliar reúne, ao menos, três técnicas: observação, entrevista e história ou relato oral. Nas palavras de Amaro (2018, p. 12, grifo do autor):

A visita como técnica se organiza mediante o diálogo entre visitador e visitado, no geral organizado em torno de relatos do indivíduo ou grupo visitado. Esse diálogo, distinto de uma simples conversa empírica, é metodologicamente o que se conhece por “entrevista”, mas como se trata de uma entrevista profissional, guiada por uma finalidade específica, pode-se dizer que geralmente as visitas domiciliares tratam-se de **entrevistas semiestruturadas** dado que são orientadas por um planejamento ou roteiro preliminar. A observação, sempre presente, indica a acuidade atenta aos detalhes dos fatos e relatos apresentados durante a visita.

Para além de uma possível ação burocrática ou pró-forma, a visita domiciliar constitui-se em importante atividade no cotidiano do profissional. E,

conforme exposto por Amaro (2018), a utilização das Visitas Domiciliares é central, no exercício profissional, devido à riqueza de conhecimentos e de aproximação à realidade vivida pelos usuários, indicando que o profissional é chamado, pela realidade de seu cotidiano, a conhecer – de forma mais aproximada e até profunda – a realidade vivida pelos usuários.

A supervisão de campo, ou seja, a supervisão de estágio de aluno/estagiário de Serviço Social na qualidade de supervisor de campo, demonstra que essa ação é entendida como mais importante e característica de seu exercício profissional. A centralidade é no reconhecimento da supervisão como elemento formativo, essencial para a formação dos futuros assistentes sociais. As atividades desempenhadas como Supervisor de Campo, para além da centralidade que exercem no processo de ensino-aprendizagem junto aos alunos-estagiários e à unidade de formação acadêmica, também é, no cotidiano, processo ímpar tanto de apropriação quanto de socialização de conhecimento do processo formativo em Serviço Social.

Identificamos ainda atividades que podem ser explicitadas pelo instrumental técnico, entendido, consoante Martinelli e Koumrouyan (1994, p. 137), como:

Conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da prática profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica, fundamentalmente, a habilidade no uso do instrumental.

É então importante destacar, de acordo com a exposição de Martinelli e Koumrouyan (1994), que o instrumento pode ou não ser técnico. Assim, sendo técnico, significa que estará eivado de significados e conhecimentos que, no caso do Serviço Social, são adquiridos durante sua formação acadêmica.

As técnicas, por outro lado, são compostas por um determinado conjunto de regras, normas e de protocolos que possibilitarão o alcance do objetivo ou meta estabelecida para situação ou demanda imposta ao profissional. Dessa maneira, o que aqui qualificamos como **atividades explicitadas pelos instrumentos técnicos** são – por nós compreendidas – como aquelas desenvolvidas e referenciadas pelos instrumentos e técnicas que o profissional lança mão para alcançar as informações e ações vinculadas ao objetivo proposto junto ao

espaço sócio-ocupacional em que está inserido.

Nessa perspectiva, são aquelas atividades – histórica e socialmente referendadas como adequadas para a intervenção social – vinculadas ao arcabouço, composto por instrumentos que possibilitarão a execução da atividade-trabalho, de ações, social e historicamente referendadas, que favorecem a obtenção de informações acerca da realidade de vida, bem como a transformação de atitudes ou paradigmas dos demandatários, executados pela relação direta estabelecida entre o profissional e os usuários de sua ação.

As atividades apontadas pelos profissionais podem ser enumeradas como: Parecer Social; Análise da Condição Social; Laudos Periciais, Avaliação, e Estudo Social. Em consonância com o que vimos no item anterior, trabalhamos o Parecer Social, o Estudo Social e o Laudo Social e, compreendemos são atribuições privativas do assistente social⁶⁰.

Por outro lado, a respeito dessas três primeiras atividades apontadas, a **Análise da Condição Social** e **Avaliação** merecem reflexão. A chamada análise da condição social é atividade que o profissional realiza a partir de dados e informações coletados anteriormente. Também é solicitada a profissionais que tenham de informar ou dar parecer na concessão de benefícios, normalmente assistenciais ou previdenciários. Logo, ela terá como elemento condicionador os critérios estabelecidos para a concessão do referido benefício e, baseada nas informações, estabelecer, a partir da análise da condição social do usuário ou beneficiário, sua adimplência ou cumprimento dos critérios pré-estabelecidos para o benefício requerido.

A análise da condição social é atividade – quando requerida aos profissionais que atuam junto à administração de benefícios, bens e serviços – e pressupõe, para sua realização, um conhecimento apurado das normativas legais e institucionais e de conhecimentos técnicos e políticos que possibilitem, a partir das condições sociais apresentadas pelos usuários/beneficiários, estabelecer o critério avaliativo e a adimplência ou não do solicitante para a requisição.

A **avaliação** é aqui informada pelo profissional junto ao estudo social e realizada então em concomitância, pois a avaliação é elemento fundamental do estudo social e seus resultados técnicos. Por isso, constatamos que ambas as

⁶⁰ A discussão sobre esses instrumentos será realizada, logo mais adiante, junto à discussão sobre as atribuições privativas do assistente social.

atividades – a avaliação e a análise da condição social – guardam similaridades e aproximações advindas desse objetivo institucional a elas requerido.

Pode-se averiguar que o profissional que realiza a **análise da condição social** do usuário/beneficiário também é chamado, a partir dessa atividade técnica, a realizar a avaliação social como parte de sua requisição institucional e em vista de seu saber especializado que propicia ao profissional construir conclusões avaliativas. Para a PUC-Rio, a Avaliação Social é concebida como “um instrumental técnico-operativo utilizado pelo Assistente social na análise das barreiras e limitações vividas pelas pessoas com deficiência e sua relação com o contexto socioambiental em que vivem.” (O SERVIÇO..., [2019?], p. 50).

Diante do exposto, entendemos que a avaliação social guarda similaridades, segundo já havíamos asseverado, com a análise da condição social do usuário. Entendemos, ainda, que ambas podem ser englobadas pelas atribuições profissionais no que diz respeito à “realização de “estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”, conforme preconizado no inciso XI, do artigo 4^a da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93).

Quanto à avaliação para “conhecer as condições que interferem” no processo de saúde-doença, identificamos ser uma característica do trabalho junto à atenção hospitalar. As ações com essa finalidade têm como objetivo identificar a condição social do usuário bem como o quanto a situação vivida pelo usuário, as necessidades, o estado de saúde do usuário e a capacidade protetiva de sua família, interferem no processo saúde-doença. O Serviço Social é acionado, dentro do espaço hospitalar, para proceder tal ação com vistas a manutenção e garantia de direitos do usuário.

As ações de gestão de políticas públicas, indicam que a gestão é ação fundante apontada pelos profissionais. Para Souza Filho e Gurgel (2016), fundamentado em Paro (2006), a caracterização de gestão remete a duas questões fundamentais:

A primeira delas refere-se ao fato de que se administração requer racionalidade ela é uma tarefa eminentemente humana e sempre estará presente nas ações que a humanidade se propuser visando atingir um objetivo proposto racionalmente, definindo e utilizando

recursos também de forma racional. A segunda diz respeito à explicitação o que significa “utilização racional de recursos e [...] como a administração é a “utilização racional de recursos”, age-se administrativamente quando se utiliza racionalmente os elementos conceituais e materiais empregados na relação entre homem e natureza e na relação do homem com outros homens para atingir um fim definido (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 29).

Em face do exposto, interpretamos que as ações de gestão irão requerer do profissional a racionalização da utilização e o acesso aos recursos inerentes às políticas públicas e, mais especificamente, desenvolva ações gerenciais ou administrativas para atingir o fim determinado pela mesma política no espaço sócio-ocupacional em que está inserido.

Como já indicado outrora, as ações profissionais direcionadas à Gestão de Políticas Públicas e Sociais foram as que, na contagem geral de incidência, mais agruparam respostas. Essa elucidação denota que tal requisição, além de inerente àquelas postas ao Serviço Social, se configura para um grande número dos respondentes como caracterizadora de seu exercício e cotidiano profissional, reafirmando outra característica histórica do Serviço Social, a atuação junto a administração, execução e planejamento de políticas públicas e sociais.

Souza Filho e Gurgel (2016, p. 205) informa que são quatro as funções gerenciais básicas: “direção, organização, planejamento e controle.” O referido autor considera ser um equívoco entender tais funções de forma estanque, haja vista serem constitutivas e inter-relacionadas no processo de gestão, o que não elimina, entretanto, as particularidades de cada uma delas.

A busca empreendida é de captar quais dessas ações mais comparecem e, por conseguinte, possibilitam expressar o exercício profissional.

Quadro 20 – Relação das ações profissionais direcionadas à Gestão de Políticas Públicas e Sociais

Ação Profissional	Resposta dos sujeitos
Planejamento	- Monitoramento e avaliação - Planejamento estratégico - Planejamento e gestão - Capacitação da equipe de trabalho
Coordenação	- Reordenamento do serviço - Coordenação de serviço - Coordenação do Centro de Avaliação
Gerenciamento do Serviço	- Gestão da política - Gestão de pessoas - Gestão documental - Gestão orçamentária dos recursos públicos
Articulação de Rede	- Reunião de trabalho da rede local - Mobilização social

Fonte: Sistematização realizada pelo autor nos anos de 2017 e 2018.

Segundo Souza Filho e Gurgel (2016, p. 210), o **planejamento** “é a ação de determinar a finalidade e os objetivos da organização e prever as atividades, os recursos e os meios que permitirão atingi-los ao longo de um período determinado de tempo.” Portanto, dentro de organizações e instituições, modo geral, o planejamento propõe-se a projetar ações para o futuro e indicar os meios necessários para sua efetivação, durante um prazo determinado, pressupondo um esforço racional de antecipar e programar ações para atingir os objetivos definidos e que deve servir como caminho a ser trilhado pela organização.

Entendemos que qualquer ação ou atividade técnica pressupõe planejamento, no entanto, quando está vinculada à gestão de políticas públicas e sociais, não se referem ao planejamento do exercício profissional que demandaria estratégias singulares. Referem-se, pois, à execução da própria política, e para desenvolverem essas ações mobilizam conhecimentos que tem vinculação muito mais aproximada às normativas e às determinações da política, à sua execução, para atingir suas finalidades no espaço de inserção profissional. Conforme aponta Baptista (1981, p. 13):

Planejamento se refere, ao mesmo tempo, à definição das atividades necessárias para atender problemas determinados e à otimização de sua sequência e inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso – recursos, prazos e outros –; diz respeito, também, às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação.

Nas respostas, foram registradas diversas ações que implicam a possibilidade de planejamento, a saber: o estudo (de manuais e cartilhas relacionadas ao serviço); o monitoramento e avaliação (do serviço e da execução da política em que está inserido); o planejamento estratégico (para desenvolvimento de ações pertinentes), a participação em capacitações (sobre alterações legais junto às quais a OSC está submetida) que implicam apropriação de conhecimentos e atitudes para a execução da ação; a participação em grupos de estudos; na construção dos fluxos e protocolos do serviço; a elaboração do diagnóstico e política em que está inserido; a construção de projetos, estratégias e propostas de intervenção de acordo com a demanda a fim de romper ou prevenir o da problemática com a qual está lidando.

Como se vê, as ações e estratégias de planejamento informadas pelos sujeitos mostram-se multiformes, apontando para caminhos que impactam na organização da gestão da Política. Sendo assim, deduzimos que as requisições postas pelo planejamento para o profissional expressam particularmente que o assistente social tem a capacidade de planejar de forma diferenciada dos demais profissionais que compõem a equipe, ou está sob requisição institucional de projetar os fins e resultados da política no espaço ocupacional em que está inserido.

Etimologicamente, controlar é ato de dirigir qualquer serviço, fiscalizando-o e orientando-o de modo mais conveniente. Nas respostas, as ações agrupadas no quadro foram assim designadas como ações de gestão, como apontamos acima, entendendo que a gestão abarca as funções de organização, direção, planejamento e controle. Além disso, a coordenação ou controle dos serviços compareceram quantitativamente com menos indicações e compreendemos que os profissionais que elencaram as ações de gestão desempenham, também ou até preponderantemente, a função específica de gestores da política, de setores, de serviços e de equipes.

Nesse sentido, acreditamos que as ações que designamos como de coordenação se referem à função mais específica de controle da política, setor, serviço ou equipe em que o profissional se insere e são chamados a dirigir serviço/ação/setor/política, de forma que atinjam os objetivos de forma qualificada a partir dos critérios instituídos no lugar ocupado pelos profissionais.

Souza Filho e Gurgel (2016) apontam que, no exercício da função de controle dentro da gestão, o profissional é chamado a comparar os objetivos

estabelecidos assim como os recursos previstos, os resultados atingidos e os recursos que foram necessários e utilizados na ação para que, a partir dessa análise, se possa decidir e agir na possível correção ou na mudança dos rumos fixados anteriormente.

Ante essa definição, analisamos que os profissionais – ao serem chamados para realizar as gestões da política, das pessoas, dos documentos e do orçamento advindos dos recursos públicos –, conforme aclarado nas respostas ao questionário, têm à sua frente a necessidade de controlar, de modo mais eficiente possível, cada um desses elementos, inclusive requerendo do profissional robusto tanto conhecimento teórico quanto técnico-operativo bem como domínio da política social na qual exerce tal atividade.

O registro pelos pesquisados dessa ação como a que consideram mais importante e caracterizadora de seu exercício denota que exercem função de mando e comando nos espaços em que se inserem como trabalhadores assalariados. No entanto, e diante da realidade regional na nossa avaliação, a depender do espaço sócio-ocupacional em que se inserem, podem também desenvolver, concomitantemente, ações profissionais com objetivos outros, especialmente no atendimento do usuário. Ou seja, a depender do espaço sócio-ocupacional e das requisições a que o profissional está submetido, pode ocorrer uma sobrecarga de funções e ações/atividades desenvolvidas.

Depreendemos que se o profissional, no cotidiano do seu exercício, conjuga as ações de controle dentro da gestão de política social de sua inserção com as ações técnicas específicas dos assistentes sociais, fica submetido à sobrecarga de atividades e suas consequências objetivas e subjetivas porque, ao se inserir nos campos ocupacionais e trabalhar com uma estrutura e configuração reduzida em recursos financeiros, humanos e materiais. A partir do ideário neoliberal, o investimento nas políticas públicas e sociais sofre um decréscimo, que repercute sobremaneira nas respostas construídas para o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários como aquelas identificadas no próprio processo de gestão. O que se observa é que esse descompasso entre as necessidades de investimentos e a sua redução, interfere e se sobrepõe às capacidades física, técnica e operacional profissional. Isso se expressa, não raras vezes, um ambiente de trabalho ruim bem como a falta de recursos e fatores negativos de diversas ordens que se interpõem a um desempenho saudável/salutar

da profissão.

Queremos, portanto, afirmar que as condições objetivas de trabalho, podem impactar de forma negativa nas perspectivas visualizadas e alcançadas pelo profissional para o seu exercício, incidindo, fortemente, inclusive nas possibilidades da construção da unidade teórico-prática, haja vista que, como esforços intelectual e físico, tal ação/reflexão pressupõe condições –se não ideais – ao menos propiciadoras de sua realização.

Para a coordenação da gestão das políticas públicas e sociais, os profissionais articulam o conhecimento e a ação/intervenção de forma clara e em busca dos resultados de controle, na gestão, para os quais foram designados e, nesse sentido, há uma clara necessidade de articulação teórico-prática para que tais políticas encontrem realização no espaço de inserção do profissional. Para que as ações de gestão se realizem, é indispensável uma apropriação teórico-metodológica não apenas da teórico-prática mas também dos conhecimentos e referenciais teóricos aos quais têm acesso, especificamente relacionados ao campo ocupacional em que se insere e que, a depender das possibilidades de realização objetiva propiciadas pela instituição de inserção profissional, essas características se constituem em elementos tanto potencializadores quanto dificultadores da construção da unidade teórico-prática.

As requisições postas, a realidade vivida enquanto trabalhador assalariado, as demandas bem como as dificuldades experienciadas pelos usuários e apresentadas cotidianamente aos profissionais são elementos que Vicente (2018) aponta. Além disso contribuem para o adoecimento profissional do assistente social. Os processos de gestão, mais especificamente a função de controle dentro desses processos, podem se configurar como estratégicos para o enfrentamento e a resolutividade positiva dessas situações, porque o profissional terá uma autonomia e poder de resolução estrategicamente mais específico para, junto à administração pública, construir respostas e ações que incidam positivamente nessa realidade.

O ato de **organizar**, segundo preceitua a etimologia, significa dispor de algo para que funcione e, dentro de um ambiente institucional, a organização constitui-se, conforme aponta Souza Filho e Gurgel (2016, p. 209), em “ação de agrupar pessoas e recursos, definir atribuições, responsabilidades e normas, de modo a atingir a finalidade e os objetivos previstos.” Nesse sentido, para os assistentes sociais, que têm nas políticas públicas e sociais espaço para sua

inserção profissional, a requisição organizacional é estabelecida a partir do seu saber específico ou da necessidade de sistematização das ações profissionais a serem desenvolvidas no seu campo de atuação com vistas à sua otimização nesses espaços.

Tomamos, aqui, o termo organizar no sentido de estruturar, compor para atingir o determinado objetivo que está relacionado à administração da política em que o profissional se insere. Assim, a análise da avaliação social, será realizada para encaminhar a demanda referenciada pela avaliação social, e entendemos que está afeto ao processo de **gerenciamento** junto à gestão da política social.

Como o assistente social é profissional que se dedica a planejar, operacionalizar e viabilizar serviços sociais para a população, a avaliação profissional aqui referida pelo profissional faz parte do processo instituído e também mostra similiares com a avaliação apontada por outro profissional como “avaliação de benefícios”, ou seja, da avaliação da requisição a que determinado usuário possa estar adimplente ou não a partir do critério de elegibilidade da própria política a que se pretende acessar. E, por ser um profissional que atua diretamente com a população, entendemos que esses processos avaliativos expostos são tanto resultado de sua intervenção quanto também requisições solicitadas pela política de inserção para a realização das propostas a que ela se destina.

Também verificamos que a **avaliação e análise dos planos de acompanhamento determinados judicialmente**, como requisições postas pela administração da política social específica, aqui mais especificamente, referida aos direitos de crianças e adolescentes, são desenvolvidas para educação e/ou abrigo de crianças e adolescentes em situação de riscos social e pessoal. Possibilita, ainda, que, tal como as demais avaliações, o profissional gerencie as ações da política específica na qual está inserido assim como também construa e encaminhe outras ações que atendam aos objetivos propostos.

A articulação de políticas, é organizada e executada, a partir do seu espaço sócio-ocupacional, da ligação e da aproximação das políticas que estejam mais vinculadas ao fim instituído e requerido ao espaço ocupacional em que se insere. Entendemos que, como ato de gestão e, tendo sido eleita como característica do exercício profissional pelo entrevistado, acarreta que se disponha de conhecimentos diversos como os políticos, teórico-metodológicos e relacionais de modo mais geral que propiciam realizar, de forma tão expressiva, essa articulação.

Ações de campanhas, mobilização social e ativismo, mobilização social, participação e controle social, organização para associação, conforme detalhamento nas respostas ao questionário, podem se tornar ações estratégicas para a realização da mobilização popular, mesmo que, a partir do direcionamento organizacional no processo de gestão de políticas públicas, estas respondam mais aos interesses da Política em que os profissionais estão inseridos em detrimento dos possíveis interesses dos usuários.

Assim, essas ações, no nosso entendimento, tanto singularmente quanto em conjunto, propõem-se a acionar, otimizar ou adensar estratégias de participação dos usuários junto à política de inserção profissional, razão pela qual entendemos que se configuram como ações de organização da gestão da política social que são desenvolvidas pelos pesquisados.

Parece-nos que a ação informada pelo profissional como de “orientação e encaminhamento para previdência” é uma realização a que este se propõe tendo em vista as singularidades da população com a qual atua. Assim, na sua realização, o profissional, na gestão da política, está apontando que atende às pessoas com necessidades que não são da alçada em que atua, e que pelo seu conhecimento técnico realiza as ações de orientação e encaminhamento.

A ação de reordenamento do serviço é uma ação característica do trabalho no âmbito do serviço de convivência sociofamiliar (SCFV), no sentido de potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações ali requeridas bem como facilitar a execução do SCFV. Nesse serviço, o profissional desenvolve não uma única mas uma série de ações com a finalidade de atender à execução da função de organização na gestão da política de assistência social como um serviço destinado a crianças e adolescentes e/ou pessoas idosas em situação de acolhimento.

A lógica do reordenamento desse serviço resulta em planejamento e execução de acordo com a realidade local, com a demanda dos usuários, e a realização do planejamento e essa execução implica responsabilidade do assistente social com tais ações.

Na análise das respostas, quando os profissionais informam realizar reunião de equipe e reunião de trabalho da rede local, sinalizamos que, a partir do espaço em que estão inseridos e representando a instituição e a política de ação, respondem pela organização das diversas ações necessárias para o

desenvolvimento dos serviços em que atuam e juntos aos demais profissionais que atuam – ou na própria equipe de sua inserção ou em outras instituições que desempenham ações correlatas e aproximadas às executadas pelo serviço em que ele está inserido.

No processo de gestão, **a direção ou coordenação** implica determinado tipo de liderança, e aquele que dirige irá, a partir de determinadas capacidades, executar ações junto às outras pessoas que estão sob sua responsabilidade. Assim, a pessoa que dirige irá buscar solucionar problemas bem como viabilizar soluções, controlar conflitos e proceder orientações para as pessoas e serviços que estejam sob sua supervisão. As ações de gerenciamento entendidas como ações de direção são definidas como:

[...] do ponto de vista prático, refere-se à busca de três objetivos: equilibrar as quantidades e recursos de acordo com as necessidades; garantir a articulação dos cronogramas e a satisfação do coletivo de trabalho e harmonizar as diferenças entre as pessoas e órgãos, em função do objetivo definido (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 206).

A partir dessa determinação para as ações de direção, verificamos que os profissionais, realizam uma série de ações que imprimem direcionamento à gestão da Política em que se inserem, tais como: capacitação da equipe; coordenação do serviço; desenvolvimento da equipe; ações junto a fluxos e procedimentos do serviço socioassistencial; subsídio do mapeamento de área de atuação no serviço; supervisão da equipe.

Compreendemos que para desenvolver essas ações, para além da competência técnica, esses profissionais também demonstram, de forma mais explícita, terem conhecimentos executivos, competências e habilidades no trato com pessoas que subsidiam e garantem esse direcionamento da gestão e a execução das ações profissionais.

A articulação de rede é ação que, especialmente junto à rede socioassistencial, consiste em um relacionamento técnico e administrativo, realizado entre os diversos serviços inseridos na Política de Assistência Social e órgãos cujos serviços constam dentre os ofertados junto a organizações não governamentais (ONG). Conforme apontado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013 p. 7), a rede “indica a conexão de cada serviço com outros serviços,

programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais.”

De acordo com o que afirmam Gonçalves e Guará (2009, p. 1), “articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum.” Ainda segundo Gonçalves e Guará (2010, p. 6), “as redes se organizam em processos horizontais, ou seja, não pressupõem uma hierarquização.”

A articulação da rede socioassistencial é uma das ações utilizadas para viabilizar a garantia de direitos e a proteção social por meio do acesso às diversas políticas públicas, permitindo aos profissionais superar os limites impostos pelas instituições e tendo como objetivo atender ao usuário a partir de suas necessidades. Os profissionais apresentam essas necessidades e – aqui também enquanto ação de gestão – que se mostram estratégicas, possibilidade de conhecer o trabalho da rede, assim como a articulação da rede, entendida como realização do processo de gestão. As visitas institucionais, conforme o apontamento, indicam a necessidade da instituição de que as diversas ações de rede se expressem.

A eleição desses elementos, em conjunto, como caracterizadores da ação profissional, leva-nos a entender que tais profissionais entendem que sua ação prática apresenta características valorativas agregadas ao seu cotidiano. E, como tais, são expressivos do seu exercício profissional.

Em síntese, com relação às reflexões aqui apontadas, as ações indicam o tipo de conhecimento mais acionado pelos profissionais, mais especificamente descritas pelos profissionais relativos a: ação e atividades diretamente relacionadas aos usuários; atividades explicitadas pelos instrumentais técnicos utilizados pelos profissionais; ações de gestão de políticas públicas e sociais; ações que explicitam os elementos caracterizadores do modo de expressão do exercício profissional pelos entrevistados.

Nas respostas obtidas, a maior incidência está nas ações voltadas à gestão de políticas públicas e sociais e, a priori, são os conhecimentos correlatos a essas ações os mais acionados. Isso não significa que são únicos ou que os profissionais não utilizem o recurso a conhecimentos de ordem teórica, filosófica ou teórico-metodológica mais especificamente.

Por outro lado, não negando essa realidade que incide sobre os

profissionais, analisando as respostas ao questionário e que agrupamos como ações de gestão, entendemos que estas transitam no fio da navalha no sentido da expressão da construção da unidade teórico-prática, pois, consoante Torres (2017, p. 15), tais respostas mais incidentes também demonstram a dificuldade dos profissionais “em construir ações profissionais para além das requisições de gestão.”

A gestão requer, por suas características, um conhecimento profundo da política pública e social na qual o profissional está inserido. Tal conhecimento configura-se como possibilidade de entender as determinações e contradições da própria política. Outro elemento de destaque é o reconhecimento das vias de resistência exercidas pelo usuários, que é, expressão das demandas da classe trabalhadora, porém construídas de forma a não se oporem aos interesses da classe dominante. Logo, se a unidade teórico-prática a que o profissional recorre não levar em consideração esses elementos inalienáveis, será interposta a possibilidade de dialetizar e, por consequência, buscar possibilidades de superação da realidade vivida propiciando uma apreensão imediatista e pragmática da relação teórico-prática.

Assim, articulado com o volume de ações ao qual o profissional é chamado a exercer, o número de técnicos que, a depender do espaço onde o profissional atua, pode ser reduzido. Dessa forma, essas ações podem se tornar tanto rotineiras quanto burocráticas ou, ainda, se configurarem como as únicas ações profissionais desenvolvidas e que, pelas características inerentes às políticas sociais, são reguladoras da atual sociabilidade. Além de apontarem os conhecimentos requeridos pelo profissional para mediar sua prática, são muito mais de ordem legal institucional do que da ordem dos conhecimentos teórico-metodológicos. Tal contexto leva a uma apreensão da relação teórico-prática estritamente fundada nas normativas e legislações das políticas públicas e sociais, diversas da unidade teórico-prática, o que corrobora com o que já mencionamos anteriormente.

O volume das respostas e a diversidade de ações elencadas pelos profissionais como caracterizadoras de seu exercício profissional – e que para além de serem caracterizadoras, não são exclusivas – requerem ao assistente social redobrado esforço para realizar a “suspensão do cotidiano” e articular os conhecimentos da realidade de sua inserção, da requisição da política em que se insere, dos pressupostos teórico-metodológicos e das características técnico-

operativas de sua ação.

Mesmo sob a solicitação de que os profissionais expressassem as três ações que consideravam mais importantes e que caracterizavam o exercício profissional, as respostas – em razão da característica da pergunta – tiveram um número expressivo e diverso de ações. Os profissionais também desenvolvem outras e diversas ações – que denotam a ampla gama de inserção socioprofissional dos assistentes sociais – constituídas na região e de possibilidades tanto interventivas quanto investigativas para o exercício profissional que estão postas para os assistentes sociais.

Diante das respostas, avaliamos fundamental o exposto por Trindade de que: “[...] também se torna necessário recuperar as variadas possibilidades de respostas profissionais que têm sido elaboradas [...] Trata-se de perceber que não há homogeneidade no campo profissional.” (TRINDADE, 2002, p. 7).

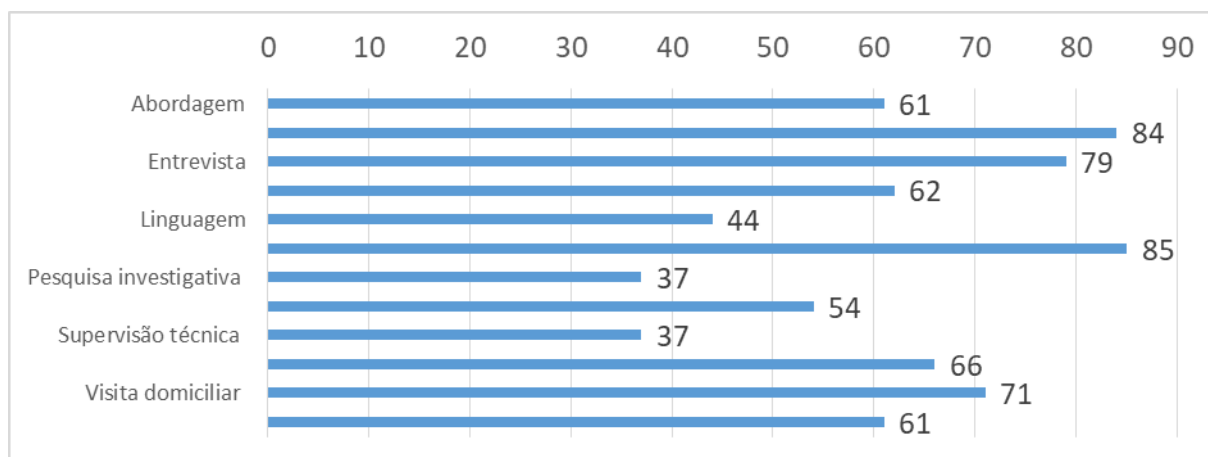
As respostas continuam expressando elemento e dado histórico da profissão acerca da sua inserção na gestão de políticas, que também implica requisições de monta e complexidade que, ainda e de forma mais explicitada, sejam elevadas à reflexão teórica, haja vista que o Serviço Social se constitui socialmente com essa finalidade, à gestão de políticas públicas e sociais junto ao Estado, cujo objeto é as expressões da questão social. Para tanto, é ainda necessário refinado processo de apropriação de conhecimento e, com este “municar”, a realidade interventiva / de investigação para qualificar o exercício profissional e lidar com a complexidade da realidade interventiva. Em outro momento, expressou Trindade, 2002, p. 21) que:

Na esfera pública estatal os assistentes sociais continuam requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas, porém, as condições de efetivação desses serviços – notadamente a tensão universalização/seletividade – recolocam essa conhecida demanda.

Também ficou evidente, nas respostas, a inalienável vinculação profissional com Políticas Públicas e Sociais, e um expressivo rol de ações e atividades diversas que, a depender do contexto em que são realizadas, dificultam tanto a construção quanto a expressão das construções das diversas unidades teórico-práticas, inclusive pela própria configuração do Estado, das Políticas e das

Instituições fundadas na perspectiva da elaboração formal abstrata (GUERRA, 2009a). Logo, leva-nos a considerar o movimento para tal construção que os profissionais buscam efetivar – objeto de reflexão a seguir.

Figura 4 – Relação dos instrumentais técnicos utilizados no cotidiano profissional.



Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Com relação aos instrumentos técnicos e conforme a Figura 4 foram destacados pelos profissionais como principais instrumentais técnicos utilizados no seu cotidiano profissional seguindo a ordem de maior comparecimento nas respostas: a observação; a avaliação; a entrevista; a visita domiciliar; trabalhos em grupos ou coletivos; o estudo social; a abordagem; a visita institucional; o relacionamento; a linguagem; a pesquisa investigativa e; a supervisão técnica.

A intencionalidade aqui é de captar, por meio do apontamento indicado pelos assistentes sociais, os possíveis caminhos interventivos que os profissionais realizam no seu cotidiano, não como uma técnica acionada pelo profissional como um fim em si mesmo ou meio acrítico de ação acionada no cotidiano interventivo dos assistentes sociais.

Há uma informação que consideramos ser necessária trazermos, pois algumas atividades apontadas aqui pelos profissionais também foram indicadas como aquelas que mais caracterizam sua prática e que serão objeto de reflexão logo adiante. Portanto, optamos por não analisar os seguintes instrumentais aqui expostos: estudo social⁶¹, visita domiciliar⁶² e o trabalho em grupos ou coletivos⁶³ que já foram trabalhados no início deste capítulo.

⁶¹ Que será refletido junto às atribuições privativas do assistente social, a seguir.

⁶² Fundamentados em Amaro 2018, conforme descrito nas páginas 213 e 214.

⁶³ Conforme exposto nas páginas 203 e 204.

De forma mais geral, a ampla maioria dos instrumentos elencados pelos profissionais apontam que a ação técnica que realizam se volta para a atenção das demandas postas pelos usuários das políticas públicas e sociais e serviços do campo ocupacional em que estão inseridos – ressalva feita à Supervisão Técnica, porquanto, na nossa avaliação, se trata de ação profissional realizada por profissionais submetidos ao mesmo contrato de trabalho.

A indicação dos profissionais da utilização do instrumento de Supervisão Técnica apresentou-se como um diferencial dentre os apontados. A supervisão técnica não se relaciona ao atendimento direto com os usuários, e também não pode ser indicada como um instrumento mais afeto à gestão do serviço ou da política. No entanto, é instrumental de gerenciamento no sentido de possibilitar a organização da equipe. Para Guerra e Braga (2009, p. 539-540), a supervisão técnica:

[...] constitui-se em uma atividade programada que se realiza segundo uma sistematização programática, muitas das vezes, por meio de controle, acompanhamento, avaliação e replanejamento. Pauta-se em decisões em termos de diretrizes ou procedimentos operacionais previamente estabelecidos, normas e metas a serem cumpridas. A autoridade é resultante da própria atividade e é de natureza formal, institucional e hierárquica.

A utilização desses instrumentais, de forma cotidiana, aponta para a complexidade da atuação profissional assim como para a necessidade posta pelos espaços sócio-ocupacionais de ações e intervenções junto aos usuários.

Importante destacar que tal instrumental técnico é relatado – tanto segundo Guerra e Braga (2009) quanto por Matos (2009) – como em desuso pelo Serviço Social na atualidade. Assim, é acionada pela categoria, de forma mais geral, a assessoria.

Segundo Vieira (1981), a diferença entre as duas ações é de que a assessoria tem um caráter mais temporal em relação à supervisão e a de que o assessorado procura a assessoria. A autoridade do assessor advém das ideias por ele propostas ou de sua competência; já o supervisor técnico pode exercer o poder de mando em relação aos supervisionados.

Logo, o assessor realiza propostas e ideias que podem ou não serem seguidas pelo assessorado, ao passo que na supervisão técnica as sínteses

propostas estão mais afetas à cotidianidade de ambos (supervisionado e supervisor), podendo se configurar como propostas que serão realizadas com mais incidência do que as advindas de um processo de assessoria. De tal modo, implica maior envolvimento desses atores. Sob esses termos, parece-nos válido que esse quantitativo de profissionais tenham e acionem conhecimentos que possibilitem a utilização desse instrumental e que, por meio deste, mobilizem, de forma contínua, os demais profissionais com os quais atua.

A observação, aqui apontada pelos profissionais, enquanto instrumental técnico, é entendida por Sarmiento (2013b, p. 121) como:

[...] um instrumento importante no levantamento de dados qualitativos e que possibilita a participação conjunta dos usuários e do assistente social. Para tanto requer do profissional clareza (acerca dos elementos teóricos com que está operando seu conhecimento) e segurança (quanto aos objetivos pretendidos) na direção que dá ao conhecimento compreensivo e explicativo que vai desenvolvendo no processo de observação. Um esforço conjunto entre assistente social e usuários, para refletir criticamente os mecanismos de produção e reprodução social das relações nas quais estão inseridos, reconstruindo as mediações, em uma perspectiva de totalidade e historicidade.

Tendo em vista as realidades interventivas profissionais, conforme os dados que os profissionais apontaram nessa pesquisa, a identificação da observação como instrumento utilizado por número tão expressivo de profissionais indica que esses profissionais compreendem que a ação técnica e a utilização de tal instrumental como propiciadores de uma interlocução crítica com os usuários e sua realidade de vida.

Também é por meio da observação que os profissionais podem estabelecer mediações entre eles e os usuários e a partir daí recriar, repensar e restabelecer os objetivos e ações, reconstruir outras aproximações que possam ser acionados com relação à demanda posta pelo usuário.

A Avaliação, na nossa compreensão, é – além de instrumento profissional – processo recorrente a que os assistentes sociais são chamados a exercer, nos seus mais diversos espaços de inserção. Para Magalhes (2006, p. 39), então:

O ato de avaliar profissionalmente, seja qual for a área do saber, pressupõe não só os objetivos para os quais uma avaliação é proposta, como também as escolhas quando ao direcionamento teórico-metodológico do agir profissional – que está alicerçado nos valores pessoais e sociais do avaliador. [...] uma avaliação formal traz consigo o estabelecimento de critérios (que) servem de ponto de referência à leitura que o profissional vai fazer do objeto avaliado e relacionam-se diretamente aos objetivos mais imediatos do processo avaliativo, que são determinados pelas características do contexto institucional onde vai se processar a interação profissional-usuário.

Concordando com Magalhães, aferimos que os profissionais fazem uso de diversos conhecimentos para proceder à avaliação a partir dos critérios profissional e tecnicamente estabelecidos de forma prévia e a partir dos requisitos institucionais.

É um instrumento que, ao lidar com os critérios avaliativos, irá mediar os conhecimentos com a realidade, objeto de avaliação. Em si, é um instrumento de poder que o profissional, ao utilizar e a partir de uma perspectiva crítica, ou ainda na possibilidade de garantia de direitos do usuário, precisará acionar os valores ético-políticos profissionais tendo em vista as defesas que a profissão, na maior parte das vezes, se propõe a realizar.

A Entrevista é um instrumento clássico do Serviço Social e das profissões de caráter interventivo, o que faz com que sempre conste no repertório de ações profissionais no trato interventivo e junto à população usuária. Sarmento (2013b p. 122) informa que a entrevista:

Se constitui como um instrumento utilizado intencionalmente e que sendo estabelecida entre indivíduos diferenciados em seus papéis vai expressar e manifestar contradições nesta relação. [...] é o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida em que vamos desvelando o real, o concreto e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados e do próprio assistente social.

Mais do que um momento de coleta de dados de forma quantitativa e burocrática para preenchimento de papéis, a entrevista é um processo por meio do qual o profissional descortina a realidade do usuário de forma aprofundada e a partir da interação com o usuário.

Para tanto, é necessário que o profissional também tenha conhecimentos de ordem operativa, assim como estratégias para proceder à coleta

de informações a que se propõe buscar. A indicação dos profissionais de sua utilização com números expressivos indica, ainda, a centralidade da utilização desse instrumento no exercício profissional na região.

A indicação da Visita Institucional é um instrumento profissional e procedimento para busca de informações, em outros espaços institucionais, relacionados às demandas e ao objeto de intervenção técnica do assistente social no seu espaço interventivo.

É também uma estratégia para compor o conhecimento da rede de serviços disponíveis no território, com vistas a implementar e qualificar suas possibilidades interventivas. Assim, reconhecemos que esta tem uma característica estratégica para a realização do trabalho profissional que, a nosso ver, explica sua utilização reiteradamente pelos profissionais que a indicaram.

Com relação ao relacionamento, Sarmiento (2016, p. 55) preceitua que:

[...] é forma concreta de manifestação das relações sociais e permite, se for esta a direção intencionada, a mediação de relações sociais com vistas a sua transformação. Quando o assistente social entra em contato com um sujeito ele estabelece uma dada relação, a qual é sempre consequência das relações sociais de produção. O relacionamento é esta ação profissional intencional na relação, isto é, processo de mediação de relações sociais.

Diante do exposto pelo autor, o relacionamento tem características mais processuais e procedimentais do que técnicas, no sentido mais enrijecido do termo.

A indicação da linguagem como instrumento técnico demonstra as especificidades dos procedimentos interventivos do assistente social – profissional conhecido por ter a possibilidade de se aproximar de forma efetiva dos usuários e conseguir traduzir as suas necessidades em linguagem técnica, além de traduzir políticas, regulamentos e regramentos sociais de modo geral. Acreditamos ser esse o sentido quando Magalhães (2006, p. 30) afirma que a linguagem é:

Instrumento número um de todos os profissionais que atuam nas áreas de ciências humanas e sociais [...] reflete as contradições inerentes às relações da sociedade. Por meio dela, o profissional pode reforçar antagonismos ou possibilitar caminhos para a liberdade e a autonomia.

Quando os profissionais indicam a utilização deste instrumental, faz-nos entender que esta é a intencionalidade posta na utilização de aproximações e deciframentos de parte a parte, do usuário em relação aos regramentos institucionais e da possibilidade da ação – tanto técnica quanto à instituição – para que se aproxime e possa ser acessada pela população requerente.

A indicação da pesquisa investigativa pelos profissionais como um instrumento cotidiano, tal qual a supervisão técnica, não é uma ação diretamente relacionada ao usuário e às suas demandas ou que proceda a alguma resposta de seu caráter interventivo. Conforme afirmam Moroz e Gianfaldoni (2006, p. 13), toda pesquisa: “[...] tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas num determinado sistema explicativo vigente num momento histórico quanto colocar em xeque dado sistema.”

As necessidades de busca de explicação inerentes à pesquisa, assim como o caráter investigativo que o profissional põe a ela, configuram como instrumento profissional indicando a necessidade cotidiana dos entrevistados de obterem mais informações e conhecimentos não acessados em momentos anteriores e que instrumentalizam e qualificam sua prática.

Segundo Guerra (2009c), a pesquisa é uma mediação privilegiada na relação entre conhecimentos e realidade, ou seja, também na relação entre teoria e prática, resultando então, em outros novos conhecimentos que sempre serão privosórios, parciais e históricos. Logo, e ainda conforme Guerra (2009c), para que o assistente social desenvolva o perfil profissional faz-se necessário, dentre outras exigências

[...] a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional. (GUERRA, 2009, p. 702)

Ou seja, e em outras palavras, o exercício profissional irá se plasmar na relação dialética e interpenetrada das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Para que o profissional cumpra as suas competências postas na Lei 8.662/93, a pesquisa coloca-se como pré-condição e como elemento constitutivo de grande parte das competências quanto das

atribuições profissionais⁶⁴, quanto das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, os objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem as diversas ações realizadas pelo assistente social.

É com essa finalidade que o profissional tem requerida sua postura investigativa, isto é, ele entende e aciona seus conhecimentos, por meio de determinado referencial teórico-metodológico que fundamenta sua ação e, utilizando os seus recursos técnico-operativos, (re)constrói a realidade social em que é chamado a intervir.

Como já dito, a realização da pesquisa – e sua processualidade – requer rigor e, para uma profissão interventiva e investigativa como o Serviço Social, pressupõe a sistematização de dados que, conforme Netto (1989, p. 141), se “constitui um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica”, ou seja, é tanto procedimento de registro quanto de avaliação do trabalho, que, na nossa avaliação, se torna, para que tanto a relação, quanto a unidade teórico-prática ganhem sentido e efetiva realização na realidade em que o profissional é chamado a atuar.

Logo e conforme Netto, a sistematização de dados:

[...] é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais transmissíveis via formação institucional e, fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o ‘recorte’ de um ‘objeto’ em função do qual a elaboração teórica desenvolveria seu movimento de constituição de um saber específico (NETTO, 1989, p. 150).

É com esse escopo, que a sistematização de dados não gerará apenas dados e informações, mas se constituirá como um processo que envolve a produção, organização e análise desses dados e informações que o profissional colhe no seu cotidiano interventivo e investigativo, a partir de uma postura crítico-investigativa.

Ela coloca-se como um esforço problematizador, sobre as diferentes dimensões da atividade profissional, em relação dialética com a realidade social e suas expressões cotidianas, medida pelas políticas públicas e, colocando em marcha os diversos conhecimentos acionados pelo profissional. Assim ela revitaliza

⁶⁴ Discussão que iremos aprofundar no item 3.2.1.

e atualiza o estatuto teórico do profissional, “condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão” (ALMEIDA, 2008, p. 403)

Como tal, a sistematização de dados favorece uma reflexão contínua, mobilizando conhecimentos e acionando a unidade teórico-prática do exercício profissional do assistente social, a partir da sua inserção na trama institucional, possibilitando a construção – sempre histórica, contraditória e em movimento – de alternativas profissionais. E, a pesquisa praticamente denota, enquanto instrumento profissional, o estabelecimento pelo assistente social da unidade teórico-prática como constitutiva do seu exercício.

Com relação ao registro das ações técnicas, solicitamos aos profissionais a indicação de que realizavam tal procedimento. Nas respostas, 105 profissionais indicaram realizá-lo e 7 profissionais afirmaram que não o realizavam.

Para além de se constituir documento que valida a realização das ações, o registro possibilita análise posterior à ação técnica, investigação e pesquisa sobre o campo sócio-ocupacional, exercício profissional, demandas postas ao profissional e da própria política executada, e qualidade dos serviços. Entendendo que, conforme Lima, Mioto e Dal Prá (2007, p. 93), a documentação:

[...] é fundamental no processo de obtenção e análise de dados, pois permite a sistematização da intervenção desenvolvida pelos Assistentes Sociais e estudantes tanto nos processos investigativos sobre a realidade social, os sujeitos e o processo de intervenção profissional, quanto de marcos orientadores para as suas ações quando articuladas em diferentes processos de intervenção.

Nesse sentido, colabora também para a produção de conhecimento no Serviço Social, fato que se constitui em ação estratégica profissional. Tendo também isso em vista, solicitamos aos profissionais que nos apontassem quais os instrumentos usados, e nos foi informado que utilizam prioritariamente relatórios qualitativos., a saber: registro no prontuário, registro de reuniões semanais, prontuários e banco de dados, prontuário eletrônico, portal acadêmico – profissional que exerce atividade de docência e Plataforma SIATER (Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural).

O registro das ações realizado pelo assistente social, para além de uma verificação numérica ou de aferição de resultados, possibilita a descrição tanto

quantitativa quanto qualitativa do que é realizado pelo profissional e, a partir deste, refletir criticamente sobre os resultados obtidos bem como a possibilidade de apontar elementos para o planejamento de futuras ações, cujos objetivos são postos institucional e profissionalmente.

Nesse sentido primordial, reconhecemos que a utilização de procedimentos de registro são estratégicos e fundamentais para organização, sistematização, apreensão, reflexão e construção de conhecimento sobre a ação profissional.

Em que pesem as particularidades e as possibilidades interventivas construídas pelos profissionais, a não utilização de procedimentos de registro das ações impacta mais fortemente sobre a possibilidade de produção de conhecimento, sobre a reflexão teórico-metodológica em princípio, mas também técnico-operativa e ético-política sobre o que, como, para que e por que o profissional desenvolve seu trabalho.

Inferimos que a maior incidência dos relatórios quantitativos e qualitativos em relação à sistematização dos dados, pode ter relação com as necessidades institucionais de informações relativas a atendimentos, população e serviços prestados assim como forma e objetivos atendidos por eles.

O diário de campo é um instrumento e dispositivo de registros e interlocuções com a ação profissional, com os procedimentos utilizados e com os resultados parciais obtidos. É instrumento de registro histórico do movimento da ação técnica, do perfil da população atendida, das características das expressões da questão social com a qual o profissional tem por objeto de sua atuação técnica.

Esquadrinhamos que a análise de dados, naturalmente advinda da sistematização destes enquanto procedimento, é essencial, porquanto é instrumento de análise do exercício profissional, dos objetivos postos para esse exercício. Como explana Almeida (2008, p. 403), é:

[...] um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa.

A análise de dados requisita mediações teórico-metodológicas, e é momento ímpar e fundante para a reflexão acerca do trabalho profissional. Ademais,

Netto (2009) elucida, conforme já apontamos, que a sistematização de dados é anterior e necessária enquanto passo preliminar e compulsório à reflexão crítica, e assim o sendo, para além de um instrumento também é ação.

Compreendemos que o processo de registro do exercício profissional é essencial para que se possa construir a unidade teórico-prática, pois sem ela a possível construção, se houver, ficará submetida ao relato verbal e à lembrança da situação/contexto que poderá ser objeto da reflexão.

O registro de dados ainda não é momento de abstração, porém a abstração da realidade e a articulação com os referenciais teóricos, enquanto processo técnico e científico, se dá a partir da leitura da realidade que, em relação ao exercício profissional, se constitui a partir da sua sistematização.

Enquanto movimento, a construção da unidade teórico-prática não pode acontecer na imediaticidade. Portanto, demanda esforço reflexivo acerca do que, no contexto prático e cotidiano, se apresenta para o exercício profissional.

Nosso entendimento é que, para refletir, é preciso ter dados. E, se não são registrados, o processo ficará desfalcado e não colaborará tanto para que a reflexão se aproxime da própria realidade quanto para que as possíveis respostas e propostas deixem o plano da ideação e inconcretude.

3.1.1 As Requisições, Demandas e Competências Requeridas aos Assistente Sociais

Os resultados que aqui serão apresentados se referem ao entrecruzamento dos dados registrados no questionário e nas entrevistas realizadas com os assistentes sociais, sujeitos da pesquisa. No questionário, realizamos três perguntas abertas: sobre as requisições solicitadas no local de trabalho (com 104 respostas); sobre as demandas a que o profissional é chamado a atender no local de trabalho, com maior prevalência no cotidiano (com 106 respostas); sobre as atribuições privativas do assistente social para as quais é chamado a dar respostas no cotidiano profissional (com 98 respostas). As respostas foram analisadas e apresentas no presente item.

O exercício profissional do assistente social é necessariamente mediado pelas requisições e demandas postas aos profissionais, tensionando as formas com que irá se expressar nos diversos campos de sua inserção, as

possibilidades, as estratégias e táticas (Paula, 2016), assim como os instrumentais e as mediações com a realidade cotidiana que compõem a instrumentalidade da profissão.

Logo, a existência e a necessidade social da profissão estão mediadas tanto pelo que é requerido quanto pelo que é demandado pela instituição, pelos usuários e pela própria profissão. Essa necessidade responderá às diversas formas de gestão do trabalho desenvolvido no seu espaço de trabalho, as quais entendemos que se mostram como mobilizadores da incidência da ação técnica profissional na realidade social e primeiros elementos que implicarão a resposta profissional a ser construída porque, conforme aponta Torres (2017), expressa os diversos interesses dos atores.

O mercado de trabalho requer desse profissional, de forma especial, a resposta – configurada nas suas habilidades, nos seus conhecimentos e valores – que operacionalizará os serviços sociais e a política social afetos, a maneira da inserção profissional, assim como o perfil esperado do profissional que também acarreta os, já mencionados, conhecimentos, as habilidades, as estratégias, as táticas e os valores a serem acionados na sua ação.

Como nas palavras de Guerra *et al.* (2016), as demandas e requisições, juntamente às atribuições, são indicadores da natureza assim como do lugar ocupado pela profissão na divisão social e técnica do trabalho e respondem funcionalmente ao Estado bem como suas estratégias para responder às crises capitalistas.

Etimologicamente, requisição é o ato ou efeito de requisitar. É um pedido ou uma reclamação ou, ainda, uma exigência legal, significando, então, a ação que será necessariamente desenvolvida pelo requisitado. Pode, também, se configurar como um sinônimo de determinado pedido.

A requisição é uma palavra utilizada no sentido de expressar uma exigência legal tal qual requerer um material ou reclamar sobre algo. Nestes termos, é um componente primordial para o desenvolvimento de um determinado trabalho, expressando a racionalidade socialmente instituída para a tipificação das profissões ou a própria divisão técnica do trabalho. Com relação ao Serviço Social, Guerra elucida que as requisições profissionais:

São aquelas atividades que, na sua elaboração e principalmente na sua execução incidirão sobre as necessidades sociais que possam estar vinculadas à realidade vivida pelos demandantes dos serviços e da atenção ao qual o assistente social esteja vinculado, enquanto trabalhador pressupondo assim a vinculação à uma determinada instituição e política social referente, se constituindo como objeto da intervenção técnica do profissional (GUERRA, 2009a, p. 199)

Por seu lado, as demandas guardam explícita vinculação com as requisições, sendo elas aquilo que se deseja realizado, o pedido ou exigência feita a alguém, uma determinada solicitação. Assim, as demandas profissionais são aquelas necessidades ou reivindicações que serão apresentadas aos profissionais no seu espaço de trabalho e cotidiano de exercício profissional pelos próprios usuários, ou as necessidades dos usuários, mediadas pelas exigências das instituições empregadoras.

No sentido estrito, a busca empreendida na pesquisa é a de se conhecer tanto as requisições quanto as demandas que estão postas para o exercício profissional na região de Presidente Prudente no tempo presente.

Se deslindamos que a unidade teórico-prática deriva de uma construção, ela não acontecerá, no exercício profissional, apenas pela necessidade de o profissional acionar seu conhecimento sem uma requisição anterior, ou seja, ela não acontece por "*motu proprio*" do profissional. Logo, a construção dessa relação dar-se-á sob requisição e/ou sob demanda, isto é, acontecerá se e quando o profissional necessitar construir conhecimento, explicações, ações ou novas ações junto àquilo que se apresenta no seu cotidiano, quase sempre sendo demandado ou requerido por outrem.

Assim, de acordo com Guerra *et al.* (2016), tanto as requisições e as demandas quanto as atribuições profissionais serão os elementos acionadores e mobilizadores do exercício profissional – e, nele, a construção da unidade teórico-prática – e elementos fundamentais para as diversas expressões dessa construção em que o assistente social encontra o seu lugar como trabalhador assalariado no trabalho nas políticas públicas e sociais.

Elas também indicam as tendências postas à realidade interventiva profissional, não sendo assim conservadoras em si mesmas, porque expressam, conforme preceitua Santos (2010), as condições históricas, socioeconômicas e políticas com as quais o profissional irá se deparar na execução de seu exercício

profissional. A afirmação de uma perspectiva política das demandas e requisições necessita de mediações de outra ordem para além da sua apresentação real, que também demanda outros aportes, ou seja, necessita do conhecimento para a reflexão e apontamento dessa perspectiva.

Acerca das questões atinentes às requisições solicitadas ao profissional no local de trabalho, foram registradas 104 respostas.

Partimos da compreensão de que a requisição apontada pelo profissional se voltaria a responder aos interesses desses sujeitos solicitantes, com mais propriedade e especificidade, sendo que assim se estabelecerão as finalidades, inclusive dentro da sociabilidade burguesa, para a ação profissional, conforme aponta Torres (2017, p. 8) , ao afirmar que:

A atuação do assistente social é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários. [...] O Estado absorve as demandas da classe trabalhadora, desde que não se oponham às apresentadas pela classe dominante. Neste sentido, ao atuar nas políticas sociais, será requerido aos assistentes sociais atender as necessidades sociais, fundamentalmente aquelas funcionais ao capital e favorecedoras da reprodução da classe trabalhadora.

No processo de análise das respostas, atribuímos três grupos, tanto como requerentes quanto demandantes do exercício profissional: o campo ocupacional, o usuário e a profissão. A partir desses sujeitos, distribuimos as respostas por aproximação para esses requerentes/demandantes, ficando, desta forma, a distribuição das requisições – descrita no quadro 21 – e a distribuição das demandas – descritas no quadro 22 –, designadas como: as mais aproximadas às necessidades institucionais, da gestão das políticas ou serviços; as mais aproximadas às necessidades expressas pelos usuários; e as mais aproximadas à autoimagem da profissão que tem o Projeto Ético Político Profissional como balizador que, nos quadros, denominamos como socioprofissionais.

O quantitativo das respostas ao questionário revelou que tanto as requisições quanto as demandas profissionais aproximadas à Gestão das Políticas Públicas e Sociais, devido à própria configuração destas, se mostraram quantitativamente de forma mais expressiva, assim como as ações realizadas pelos profissionais, conforme veremos em item desse capítulo adiante.

Tanto as requisições quanto as demandas da gestão de políticas públicas e sociais suscitam a realização de diversas ações, com funções específicas e necessárias junto às instituições e postas ao assistente social que, como profissional assalariado, conforme Torres (2017, p. 15), “tem sido reconhecido como aquele que representa a gestão das organizações, uma vez que se dedica aos estudos das relações estabelecidas com vistas a entendê-las e interpretá-las aos usuários.”

Quadro 21 – Distribuição das requisições profissionais direcionadas à gestão de Políticas Públicas e Sociais ou do serviço

Requisições profissionais	Respostas dos sujeitos
Planejamento	Ações de monitoramento Ações de avaliação Plano de trabalho
Coordenação	Da equipe técnica Das unidades de referência Da unidade de ensino Dos serviços
Gerenciamento de serviços	Dos serviços prestados Do estabelecimento de metas Supervisão técnica Acompanhamento do trabalho dos profissionais
Articulação de rede	Reunião de rede Articulação de rede Visitas institucionais Conhecimento do trabalho da rede

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre o meses de junho e julho de 2018.

Tal afirmativa parece-nos a chave de análise para entender o quantitativo de respostas indicando tanto as requisições quanto as demandas que foram indicadas na pesquisa, que remete a consideração de que há uma indissociável relação entre investigação, ação e pesquisa no exercício profissional. Esta incide na compreensão de que o profissional, dentre os trabalhadores das e nas políticas públicas e sociais, seja chamado a desempenhar ações que respondam a essas necessidades de gestão.

Para a análise das respostas, optaremos por inserir o quadro sobre as demandas da gestão das políticas públicas e sociais abaixo, por apreendermos que elas apresentam e guardam muitas similaridades com as requisições e que, na nossa avaliação, facilitará a análise de ambas.

Na análise das demandas, dentro do processo de gestão das políticas públicas e sociais, o planejamento – por ter essência organizativa assim como indicativa dos meios de realização/efetivação da ação técnica – pode ser

entendido como ação cotidiana necessária. Para Souza Filho e Gurgel (2017, p. 270), é uma função gerencial básica, porque se destina a “projetar a organização para o futuro e indicar os meios necessários para sua efetivação, durante um prazo determinado”.

As ações de planejamento, enquanto ações de gestão, convergem inclusive com as ações de controle, ou seja, ambas implicam graus de sistematização da proposta de ação, sendo que o planejamento irá projetar o que se poderá realizar e o controle irá averiguar, a depender dos cronogramas estabelecidos e da forma de controle, o alcance e realização da ação-objeto.

No quadro e, por meio da análise das respostas, agrupamos as requisições de planejamento como: ações de monitoramento; ações de avaliação; Planos de trabalho; ações de planejamento.

Por outro lado, com relação às demandas, não ocorreram indicações que poderiam ser classificadas como ações de planejamento. Inclusive, no comparativo das respostas, compreendemos que aos profissionais são demandadas ações que cotidianamente estão mais aproximadas à realidade interventiva com os usuários que se conjugam ao processo de gestão das políticas públicas e sociais, o que difere das requisições que, nesse sentido, ganham uma amplitude aproximada à organização de serviços, instituição e política na qual o profissional se insere.

Nas respostas relativas às requisições, são apresentadas ações de planejamento vinculadas àquelas a serem desenvolvidas junto aos usuários, como a elaboração de planos e projetos, do Plano de Atendimento Individual (PIA) Familiar, bem como os fluxos e protocolos de atendimento.

As requisições em comento, tanto individual quanto em conjunto, demandam um conhecimento afinado do profissional da realidade interventiva de sua inserção, inclusive confluindo com a atuação técnica junto aos usuários. Assim, mesmo sendo necessárias institucionalmente, também implicam organização do próprio trabalho técnico profissional que, então, converge com as necessidades e requisições postas pela instituição.

Na análise das respostas, as relativas ao planejamento da gestão especificam-se tanto pelo monitoramento das atividades quanto pela avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos com vistas ao padrão de desempenho definidos pelas normativas da gestão. Essa definição imprime característica política e administrativa, e responde a interesses não necessariamente do usuário com o

qual o profissional atua. Essas ações são criadas e estruturadas por outras pessoas e em outras instâncias de poder, colocando-se no cotidiano como requisição a ser cumprida sem, necessariamente, uma reflexão teórico-metodológica ou ético-política da parte do profissional.

As ações aproximadas ao planejamento, notadas nas respostas, são essenciais para o acompanhamento do processo de desenvolvimento da política, comparando a execução com o planejamento e possibilitando garantir que as atividades cotidianas atendam aos requisitos de qualidade previamente definidos, e, dessa forma, garantindo a execução das ações de forma sistemática.

Assim, por se constituírem como ações de controle da informação das ações desenvolvidas pelo assistente social, estas compõem um arsenal de informações que qualificam o trabalho. Nesse sentido, a sistematização e a construção de conhecimentos, saberes e de procedimentos – que documentam a ação profissional – constituem-se em instrumento de importância fundamental tanto profissional quanto institucionalmente, não podendo ser relegadas ou subsumidas.

Também para a construção da unidade teórico-prática, a utilização dos documentos produzidos pelas ações de planejamento constitui-se em elemento catalizador. Esses documentos apresentam elementos sistematizados, quantitativa e qualitativamente, sobre o trabalho desenvolvido e que serão fundamentais na interlocução e na mediação com os conhecimentos que o profissional acionará e para a construção de outras e novas ações.

Nas respostas relativas ao gerenciamento dos serviços, tanto as requisições quanto as demandas apontadas indicam a imposição institucional direcionada ao assistente social. De forma mais expressiva, as respostas apontam a ação direta com os usuários e suas necessidades, necessariamente mediadas pelo que a própria instituição espera que o profissional desenvolva. Enfim, de forma geral, são ações individuais, grupais, familiares e comunitárias, ações de orientações diversas, encaminhamentos diversos e atendimento/atenção que se expressam quantitativamente como mais requeridas e demandadas.

A expressividade dessas indicações, no entanto, não evidencia que seu atendimento tem a possibilidade de alcançar as reais necessidades dos usuários, que, para tanto, necessitam de outros aportes e outras mediações que são acionadas para que a ação profissional seja desenvolvida.

A ação desenvolvida pelo profissional também transita por entre

conflitos de diversas ordens, articulações políticas e econômicas, interesses que não estão necessariamente expressos nas requisições e demandas. Essa realidade para o profissional demandará um conhecimento da dinâmica institucional que, inclusive como já dito, é algo que invariavelmente se coloca para os assistente sociais haja vista o estudo e o conhecimento que os profissionais demonstram saber sobre essa realidade.

Nesse sentido, a partir dessas requisições e dessas demandas, o assistente social desenvolverá as respostas que – a depender de sua orientação ético-política, teórico-metodológica e do conhecimento da vida social – possam, com o direcionamento do profissional, se articular com as necessidades da classe trabalhadora.

As requisições que são expressas e executadas via coordenação do serviço apontam que os profissionais desempenham função além ou diferenciada da função de assistente social. No exercício da coordenação de serviços, necessitam acionar saberes e conhecimentos específicos, relacionados às necessidades que precisam responder tecnicamente.

As respostas registradas pelos sujeitos da pesquisa relacionadas à coordenação na gestão das políticas públicas e sociais indicam que o profissional é requisitado a coordenar tecnicamente as ações, as equipes e os serviços. Outras requisições que, além de acompanhar a ação técnica dos demais profissionais, merecem destaque estão relacionadas ao planejamento, ao monitoramento e à avaliação do trabalho desenvolvido.

A priori, tais requisições apontam potencialidades tanto quanto dificuldades, a depender das condições objetivas de trabalho, do investimento financeiro, material nos serviços, nos encaminhamentos, análise e organização que o profissional estabelecerá para a execução das ações requeridas. A partir desses condicionantes, o assistente social começa a traçar possibilidades interventivas no exercício da função de direção e com a equipe na qual está inserido.

É elemento a se apontar que – apesar do conhecimento técnico especializado e de ser um dos profissionais que mais apresenta condições de lidar cotidianamente com as demandas inerentes às Políticas Públicas e Sociais nas quais está inserido – as requisições de direção não são apontadas por um grande número de profissionais. Todavia, percebemos que o desempenho de cargos de coordenador, chefia ou a própria gestão da Política e a inserção nesses postos

também implica, no jogo institucional, que o profissional tenha determinada articulação política junto aos mandatários, assim como junto à própria equipe, porém, e também incidindo sobre essa possibilidade as condições de contrato do respondente.

Por outro lado, é importante frisar que o profissional aciona as ações de gestão mesmo não desempenhando o cargo de gestor. Entende-se que as ações de gestão são inerentes ao exercício e ao cotidiano profissional, uma vez que o assistente social é chamado a gerenciar, planejar e coordenar no desempenho da sua ação técnica específica.

Na organização das respostas profissionais, a partir do qualificador de gerenciamento de serviços na gestão de políticas públicas e sociais, as requisições e as demandas apresentaram um maior quantitativo de respostas.

De forma geral, as respostas indicam que as solicitações encaminhadas aos profissionais sob a forma de requisições referem-se a: atenção e ao atendimento aos sujeitos/usuários para buscar resolutividade às necessidades de subsistência; a elaboração de avaliação acerca da vulnerabilidade socioeconômica; palestras; estudo social, laudos e pareceres para decisão judicial; atendimentos familiar, individual e grupal; ação para acesso aos serviços na política de saúde e educação; ações de prevenção à saúde; mediação de conflitos familiares; acompanhamento dos usuários e suas respectivas famílias e; orientação, sendo que as requisições se mostram também como demandas cotidianas dos profissionais.

As requisições postas aos profissionais e expressa nas respostas reafirmam clássica definição do Serviço Social como profissão interventiva e, aqui, ainda expressando que os profissionais, além da intervenção, também são chamados a organizar a ação junto à gestão da política, ou seja, a ação/atenção ao usuário em si demanda outras ações profissionais para as quais o assistente social é chamado a apresentar respostas. Vale ressaltar que o atendimento realizado reverbera em outras ações, atendimentos, encaminhamentos, dentre outros.

Ainda junto à atenção aos usuários, compareceram o desenvolvimento de ações grupais, tais como: a organização social da comunidade; o trabalho em equipe multidisciplinar; a organização de projetos com usuários, a coordenação de oficinas; o desenvolvimento de palestras; e, por fim, a atuação junto à equipe de trabalho da política de saúde mental no núcleo de apoio à saúde familiar, reafirmando a diversidade e a complexidade das requisições postas aos

profissionais, que novamente reiteram a diversidade de ações requeridas aos assistentes sociais.

Também são requeridas aos profissionais ações que podem ter um cunho administrativo, burocrático, a depender do modo como são desenvolvidas cotidianamente. As requisições são: as ações burocráticas; a representação do campo em eventos; a regularização das certidões da instituição; o conhecimento burocrático/legal; e o desenvolvimento de funções administrativas. Da mesma forma, as requisições se apresentam como comparecem as demandas que podem apresentar a mesma característica como o acompanhamento da ação institucional com o usuário, a busca de acesso ao transporte para o paciente.

Conforme atesta Souza Filho e Gurgel (2016), as ações de organização, que na nossa consideração se adequam às ações aqui designadas como de gerenciamento de serviços, dentro dos processos de gestão de políticas, se configuram em um rol de ações e atividades diversas entre si, basicamente expressando a divisão do trabalho no espaço ocupacional.

Essas ações de organização envolvem a estrutura hierárquica do espaço ocupacional, a organização e a divisão do poder dentro da instituição, o relacionamento estabelecido entre instâncias ou departamentos que compõem a instituição, os recursos humanos e os materiais disponíveis, e principalmente o detalhamento do serviço prestado, as regras de acesso estabelecidas, os critérios de elegibilidade, o tipo e o padrão de cobertura e a qualidade do próprio serviço.

Diante das respostas, as ações profissionais, tanto as requeridas quanto as demandadas, transitam entre esses elementos da organização, com especial foco no detalhamento do serviço em que os profissionais estão inseridos. Novamente se apresentam as características operativa e interventiva do assistente social como elemento tipificador.

As respostas apontam que os profissionais são chamados a realizar, organizar, estabelecer os critérios do acesso ao serviço, decodificar o serviço ao usuário, realizar uma série de ações para atendimento destes de forma particularizada, demonstrando que, na operacionalização da gestão das políticas sociais, sua ação é operacional/operativa, porém carregada de elementos analíticos. E essa operacionalidade, na nossa avaliação, constitui-se em elemento crucial para o funcionamento, andamento e resultado a que a política se propõe assim como elemento explicador do exercício profissional nos espaços e campos ocupacionais

em que se inserem. Ou seja, as respostas reafirmam a conclusão de Trindade (2013, p. 105) quando expõe que: “O assistente social é o agente institucional que viabiliza o acesso da população usuária a boa parte dos serviços sociais, sendo muito comum que a entrada e a saída do usuário da instituição passem pelo crivo do profissional de Serviço Social.”

Com relação à articulação em rede, enquanto requisição insitucional, denota-se que todo o processo de articulação de rede – aproximação, conhecimento da realidade interventiva de demais instituições, estabelecimentos dos fluxos de rede, acompanhamento interinstitucional – se coloca na perspectiva de ser institucionalmente realizada pelo profissional respondente.

No quadro 22, inserimos as respostas profissionais que, na nossa análise, se aproximam das necessidades dos usuários dos serviços que solicitam o atendimento profissional.

Nessa análise, entendemos que as requisições prevalentes encaminhadas aos profissionais se aproximam das necessidades imediatas vivenciadas pelos usuários que se apresentam no campo de inserção socioprofissional, inclusive se colocando como as primeiras ações a serem realizadas pelos profissionais no atendimento destes. As requisições que apontam a necessidade de realizar atendimento, acompanhamento, esclarecimentos, orientações e informações os usuários estão expressando as necessidades imediatas/urgentes dos usuários ao procurar o acesso ao serviço ou à política.

Quadro 22 – Relação das requisições prevalentes apresentadas e relacionadas aos usuários

Requisições dos usuários	Respostas dos sujeitos
Requisições identificadas	<ul style="list-style-type: none"> –Atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduo –Esclarecimento aos usuários –Orientação social –Informação do usuário

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Se, por um lado, essas requisições põem-se no nível da atenção imediata, por outro lado, também denotam – especialmente o esclarecimento, a orientação e a informação descritos nas respostas – que o atendimento dos usuários e de suas requisições ou não estão completamente contemplados nos serviços disponíveis no campo. Isso decorre da diminuição de investimento financeiros,

materiais e de recursos humanos por parte do Estado, que reflete na qualidade dos serviços prestados a população usuária.

A realidade das necessidades vivenciadas pelos usuários também, na nossa análise, está expressa nas demandas quais sejam: acesso a medicamentos, consultas médicas especializadas e exames – que, a depender da complexidade e urgência no campo da saúde, resultará no acionamento da ação profissional para que a solicitação tenha mais celeridade. Por outro lado, essas requisições e demandas aproximam-se das prerrogativas das políticas, indicando, consoante assegura Guerra *et al.* (2016, p. 10), que os profissionais são chamados pela sua “capacidade de resolver situações pontuais e focalizados nas ‘problemáticas individuais’ dos usuários”.

Importante também destacar que há e se expressam no cotidiano profissional necessidades que, diante da sua urgência, precisam ser resolvidas pontualmente e, nesse sentido, a capacidade analítica demonstrada pelo assistente social tem contribuído para a resolutividade de questões vinculadas às necessidades de subsistência da população usuária.

Logo, ao dar respostas a essas questões, o profissional apresenta e tensiona junto aos gestores dos serviços a importância de reconhecer as necessidades dos usuários e da população, modo geral, em movimento, no tempo histórico, propiciando inclusive que essas necessidades apresentadas movimentem alterações na própria gestão das políticas.

Quadro 23 – Distribuição das demandas prevalentes dos usuários solicitadas no local de trabalho

Demandas dos usuários	Respostas dos sujeitos
	<ul style="list-style-type: none"> – Acesso a medicamentos, consultas especializadas, exames – Vulnerabilidade socioeconômica – Renda insuficiente – Demandas imediatas dos usuários

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

As respostas sugerem que as ações profissionais incidem sobre a pronta necessidade do usuário, daquilo que pode se apresentar como emergente⁶⁵

⁶⁵ Situação configurada de perigo imprevisto que demanda pronta resposta técnica/profissional.

ou urgente⁶⁶ bem como uma resposta imediata da profissional.

Como os assistentes sociais lidam com a classe trabalhadora – e, a depender do campo de atuação, com os excluídos do trabalho com mais frequência – a demanda de atenção às situações de vulnerabilidade socioeconômica e renda insuficiente ocuparão com prevalência os atendimentos profissionais, conforme apontado nas respostas.

Nosso entendimento é de que o acesso a benefícios sociais, a serviços sociais de forma mais geral, e as condicionalidades para acesso à atenção de determinada política – como a habitação – tornam as demandas acima expressas como recorrentes no cotidiano do exercício profissional desses respondentes.

Parece-nos, aqui, que o componente educativo do exercício profissional é o mais acionado na atenção das requisições e demandas dos usuários acima apontadas, que, conforme Souza (2020, p. 2), é entendido como:

O seu perfil educativo revela-se quando, em sua prática, transforma a linguagem em seu estratagema para operar nos modos particulares de vida dos sujeitos; e age a partir de princípios educativos que buscam “aprofundar e ampliar a ‘intelectualidade’ de cada indivíduo.” (GRAMSCI, 2004, p. 19). A intelectualidade compreendida como possibilidade do indivíduo desenvolver-se e intervir nos campos social, político, econômico e cultural tendo a clareza da sua condição de sujeito partícipe da construção e reestruturação da história da sociedade.

Na nossa avaliação, tal componente educativo também requer do profissional, além de competência técnica, um conhecimento aprofundado da realidade institucional bem como possibilidades que esse espaço dispõe para a atenção à requisição e para a demanda do usuário. Também se faz necessário o conhecimento da realidade cotidiana dos usuários para decodificar, atender e encaminhar suas solicitações.

Segundo ensina Guerra *et al.* (2016, p. 40):

⁶⁶ Situação, especialmente afeta ao campo da Saúde, que não pode ser adiada, devendo ser rapidamente resolvida, podendo, a depender da rapidez da resposta, incorrer em situação que leve à morte.

Se considerarmos a efetiva inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, vemos que a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas, especialmente aquelas que tensionam e ameaçam o ordenamento social.

Independentemente do espaço institucional em que o profissional se insere, este será demandado a essas respostas de caráter imediato. Se a solicitação apresenta caráter de imediaticidade, a resposta profissional, no entanto, precisa ter um escopo e fundamento qualificado e de outra ordem para além do imediato/cotidiano a fim de alcançar a necessidade do usuário/trabalhador que não é e está efetivamente expresso na demanda imediata.

Na análise das respostas expressas pelos profissionais, foram identificados elementos apontados como requisições postas para o exercício da profissão que, no processo de sistematização, mais bem se adequam como requisições socioprofissionais, ou seja, são necessidades, ações e respostas que aos profissionais são solicitadas. Outrossim, têm maior aproximação com a imagem profissional atualmente defendida pelas instâncias representativas da profissão como elementos, ações, atitudes, valores e princípios que apontam o encaminhamento ético e político pelo qual a profissão se coloca a seguir.

Quadro 24 – Distribuição das requisições socioprofissionais

Requisições socioprofissionais	Respostas dos sujeitos
	<ul style="list-style-type: none"> – Comprometimento com o trabalho / ética / competência – Capacidade de articular e organizar as demandas que chegam em forma de litígio no judiciário – Compreensão e análise da realidade – Posicionamento ético-político – Formação continuada – Compromisso ético-político com a população usuária / leitura da realidade – Qualidade de atendimento – Garantia e defesa de direitos – Pesquisa contínua – Conhecimento sobre formação profissional

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

Avaliamos, na análise das respostas, que tanto as requisições quanto as demandas pressupõem o atendimento de necessidades e de solicitações mais gerais postas ao exercício profissional – o que também nos apresentou as demandas e requisições mais aproximadas às políticas públicas e sociais e suas

normativas com mais incidência . Ainda entendemos que a inscrição profissional na divisão do trabalho pressupõe que ela irá responder às requisições e às demandas que estão vinculadas, social e historicamente, nesse campo de forma mais imediata.

Na indicação de requisição ao profissional, há uma tríade de comprometimentos – com o trabalho, a ética e a competência –, das quais, podemos inferir que se referem ao campo de atuação, serviço ou política em que desenvolve seu exercício profissional, comprometendo-se com as requisições desse espaço.

Assim, de forma mais geral, entendemos que tal resposta aponta que o profissional se identifica, se envolve, se engaja e se empenha nas ações realizadas no seu campo de atuação.

Em prosseguimento, também comparece o comprometimento com a ética como requisição profissional. Nosso entendimento é de que os profissionais são aí chamados à execução, por meio de conjunto de regras e preceitos de ordens valorativa e moral que tenham interface com a realidade na qual está inserido. Dito de outra forma, a resposta remete ao entendimento mais geral da ética e, como não ocorreu o apontamento como ética profissional, pode se tratar da ética individual, da sociedade de modo geral ou da instituição onde está inserido.

Ainda comparece como requisição conjugada o “comprometimento com o trabalho e a ética”, o comprometimento com a competência, o que pode significar que o profissional seja chamado a ter e dominar um rol de conhecimentos técnicos e operativos fundados em valores morais e éticos mais gerais.

A conjugação de comprometimento com o trabalho/ética/competência poderia indicar que o profissional esteja falando dos compromissos mais gerais expostos no Projeto de Profissão. Porém não é possível afirmar explicitamente, de forma conclusiva, porque os compromissos a que se referem o projeto profissional não foram nominados.

Na análise da resposta, entende-se de tratar de requisição a qual se insere na dinâmica da construção de estudos sociais/periciais requeridos aos profissionais que atuam junto ao sistema de justiça, indicando a a necessidade de realizar um relatório na forma do estudo social para a informação de instâncias superiores, isto é, indica, no exercício singular do profissional, uma especificidade que também se configura em uma requisição.

A informação de ser requisitado a ter posicionamento ético-político vinculado à leitura da realidade, leva-nos a entender que esses respondentes se

sentem requeridos a utilizarem os referenciais postos pelo atual projeto profissional e que – por estarem também envolvidos nos valores e princípios ético-políticos explicitados nesse projeto – se colocam como requisições profissionais entendidas como importantes no seu exercício profissional a partir da assimilação e da adesão dos princípios, valores e referências políticas propostas no referido projeto.

Na nossa análise, também verificamos requisições socioprofissionais apontadas pelos entrevistados que demonstraram uma vinculação mais explícita com os princípios fundamentais do código de ética profissional, quando informam serem requeridos a terem/realizarem formação continuada, a primar pela qualidade dos atendimentos e pesquisa continuada. Os profissionais indicam esses elementos apontados nos princípios a serem exercidos pelo profissional na perspectiva da competência profissional, ou seja, como elementos qualificadores do exercício profissional competente do assistente social.

A indicação da solicitação de ter conhecimento sobre formação profissional como requisição para seu exercício nos leva à conclusão de que, os profissionais entendem a formação como possibilidade de construção das relações teórico-práticas, assim como de construção possibilidades de leitura analítica da realidade, de aproximação investigativa aos fenômenos sociais, a partir da lógica da totalidade e, também, de reconhecimento das expressões da questão social.

Em prosseguimento, é apresentada a leitura da realidade como demanda profissional que, no nosso entendimento, demonstra uma percepção da ação profissional afinada com o que se preceitua para o perfil profissional, tal como aponta Iamamoto (2009, p. 245), ou seja, um profissional que seja:

[...] propositivo e capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo em que “tudo que é sólido, desmancha no ar. Profissional que também seja um pesquisador, que invista em sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico-conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho – ali presentes como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais.

Um perfil profissional que também seja indicado nas Diretrizes Curriculares – no sentido de que para que o exercício seja realidade de forma crítica – é uma necessidade *sine qua non* à realização de uma leitura da realidade sob a lógica da totalidade. Os princípios apontados nas Diretrizes Curriculares são claros,

no sentido de, apontar o perfil profissional e de que forma é possível alcançar tal objetivação, como segue:

Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 2017, p. 8)

Nas Diretrizes, implica que o próprio exercício profissional seja desenvolvido a partir de um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade e da própria profissão.

A resposta indicando a ética e o sigilo como demanda mais prevalente, para os profissionais, leva-nos a acreditar que o assistente social utiliza ou se vê chamado a utilizar tanto valores éticos e vinculando a eles o sigilo profissional, como mobilizadores de sua prática junto ao campo em que está inserido.

Como estabelecido no Código de Ética/ 1993, artigo 5º, “c-democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as”. Assim, o o profissional é demandado a realizar a defesa dos usuários, o que também indica um comprometimento com as demandas da classe trabalhadora que se realiza de forma mais particularizada e explicitada a partir de sua ação vinculada às políticas públicas e sociais.

Como já dito, um dos objetivos da pesquisa foi conhecer as requisições e demandas que estariam postas para os profissionais no tempo presente – informação que obtivemos. A partir desse conhecimento, foi possível estabelecer, pela análise de conteúdo das respostas, as aproximações aos possíveis requisitantes/demandantes do trabalho profissional, sendo as originárias

das Instituições as de maior incidência.

As respostas indicaram que, de forma mais geral, as requisições e demandas apontadas pelos profissionais estão vinculadas às necessidades institucionais, o que significa que a mobilização da ação técnica, do exercício profissional, é acionada, de forma mais explícita, por esse condicionante. A nossa percepção, tendo em vista a fundamentação crítica da profissão bem como a possibilidade e a necessidade de proceder análise nessa perspectiva, pressupõe um esforço intelectual, analítico e investigativo do profissional, o qual, inclusive, pode ser interditado por essa mesma vultuosidade de ações aproximadas às necessidades institucionais.

Não consideramos que a apropriação teórico-crítica alterará as relações estabelecidas ou as particularidades das requisições e demandas que serão apresentadas ao profissional. No entanto, a análise das relações a partir da perspectiva crítica pode propiciar ao assistente social que repense, reflita e (re) elabore seu exercício profissional bem como construa possibilidades de alterar a direção do trabalho que realiza.

É uma condição fundamental para a realização do exercício profissional a inserção da profissão em campos ocupacionais vinculados às políticas públicas e sociais. As ações indicadas, o público a ser atendido e as formas com que o atendimento será executado, apontam condições e caminhos para o exercício profissional, caminhos estes, necessariamente mediados pela condição de trabalhadores assalariados, cuja demanda fundamental ganha densidade à medida em que o profissional apresenta, responde e constrói respostas no seu cotidiano profissional.

Aqui, como supramencionado, não buscamos avaliar as necessárias articulações políticas e econômicas que incidem sobre as requisições e sobre as demandas postas aos profissionais, embora entendemos que sua realização pode indicar que as respostas esperadas aos profissionais possam não ser necessariamente aquelas que irão oferecer, a depender de como os assistentes sociais compreendem e articulam seu conhecimento profissional para a construção do seu exercício cotidiano junto à população usuária.

Mas, para os fins desta pesquisa, neste momento, as informações obtidas ofereceram-nos as expressões da realidade cotidiana com as quais os profissionais tanto são demandados quanto requeridos para atuarem. A diversidade

de requisições e demandas que comparecem no exercício profissional denotam que o assistente social desempenha múltiplos papéis, tais como:

[...] o papel de intermediador entre os interesses da classe trabalhadora e as determinações da gestão das políticas sociais; o papel articulador decorrente do trabalho de mobilização e organização da classe trabalhadora; o papel gestor e administrador do serviços, programas e projetos apensos as políticas sociais, por meio dos quais o Estado “devolve” aos trabalhadores suas reivindicações em forma de benefícios e serviços sociais (TORRES, 2017, p. 8).

Além desses papéis, também verificamos que, nas respostas, os profissionais desempenham papéis mobilizadores e agregadores junto a usuários, equipes e instituições com os quais atuam, o que implica a mobilização de conhecimentos diversos para o alcance dessas possibilidades. E, grosso modo, incidirão na configuração e expressão da unidade teórico-prática já que estão postos pela realidade como escopo de sua ação técnica.

É a partir da realidade que as mediações profissionais são acionadas. Antes delas, a construção da unidade teórico-prática, ou seja e em outras palavras, a realidade singular na qual os profissionais são chamados a atuar estão expostas por meio dessas requisições e demandas, sobre as quais irão agir e mobilizar conhecimentos para mediar seu exercício, conforme desenvolvemos anteriormente.

As competências e habilidades profissionais encontram, nas expressões da questão social a serem respondidas pelo profissional no seu espaço de trabalho, assim como nas diferentes políticas sociais que acionam a ação profissional, os elementos condicionadores e delimitadores da sua execução e, Ssgundo Pereira (2009, p. 171), a Política Social, como toda e qualquer política, em qualquer momento histórico e contexto sociocultural, existe para satisfazer necessidades sociais, atendendo também “objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio das elites que estão no poder, no período de vigência desta”.

Logo, a forma com que as políticas sociais são construídas, planejadas e executadas, a partir das prerrogativas do Estado, propicia, para o exercício profissional do assistente social, assim como para os demais trabalhadores que atuam nas referidas políticas, uma pulverização de suas ações, impostas pela

normatização dos serviços vinculados aos níveis estabelecidos na política – sem a participação dos trabalhadores da política e/ou dos usuários, pelo tipo de serviço a ser prestado, pela administração e pelo planejamento que são determinados nos espaços ocupacionais disponíveis para o exercício profissional.

Nesses elementos, estão configuradas fronteiras que tanto limitam quanto delimitam as competências profissionais nos diferentes espaços que se configuram o mercado de trabalho do assistente social.

O exercício profissional expressa-se com efetividade na execução das respostas que o assistente social dará tanto às requisições quanto às demandas postas nos espaços sócio-ocupacionais e – como trabalhador assalariado – não podendo se eximir da construção dessas respostas, tanto de caráter interventivo quanto de produção de conhecimento resultante do acionamento das características interventivas da profissão.

Esse mesmo processo de assalariamento e inserção profissional no planejamento e execução de políticas públicas e sociais e na esfera dos serviços propicia uma tensão entre aquilo que a instituição atribui ao profissional para realização do seu trabalho e aquilo que a própria categoria considera como atribuição privativa.

As atribuições institucionais partem de um escopo advindo da própria inserção política, social e econômica institucional, das possíveis resolutividades a que se propõe a responder num determinado tempo histórico. Sendo assim, estão vinculadas a interesses que se encontram em vigência e que, como tal, na sociedade capitalista, estão em oposição aos interesses da classe trabalhadora.

Por outro lado, tanto as competências quanto as atribuições privativas – que legalmente a profissão construiu e que são partes constitutivas da lei que regulamenta a profissão (atualmente a Lei 8662/93) – partem de uma concepção do exercício profissional com fundamentações política, ética e sócio histórica diversas da presente nesses espaços sócio-ocupacionais.

No entanto, a dimensão que tomará essa tensão será estabelecida a partir da apropriação e da defesa técnica realizadas pelo profissional do seu lugar no espaço institucional e ainda da sua capacidade de realizar a interlocução daquilo que está posto em lei e as necessidades/requisições, competências e atribuições impostas institucionalmente. Ou seja, o profissional não pode negar

aprioristicamente o que lhe é atribuído sem ter clareza do que lhe compete como atribuição privativa prevista em Lei, pois assim agindo estará simplesmente se negando a executar determinada ação sem fundamentação para sua decisão.

Para tanto, além da leitura da realidade, é preciso ter conhecimento do que é regulamentado como condizente, possível e legalmente instituído pela profissão para o seu exercício profissional. Com relação a esse último elemento, conforme vimos nas informações relacionadas ao perfil profissional, os pesquisados informaram-nos que, na sua ampla maioria, têm conhecimento e acesso às determinações previstas na Lei 8662/93, especialmente nos artigos 4º e 5º que tratam das competências e atribuições privativas do assistente social.

Diante dessa realidade, e como elemento para problematizar as possibilidades e expressões da construção da unidade teórico-prática do exercício profissional, solicitamos aos profissionais informações sobre quais seriam as atribuições privativas do assistente social para as quais são chamados a dar respostas no cotidiano profissional.

A possibilidade que buscamos é a de captar a forma com que os elementos legais e reguladores do exercício profissional – em especial os artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação Profissional – estão presentes no cotidiano profissional, sendo captados, percebidos e acionados tanto institucionalmente quanto a partir da necessidade profissional para a construção de suas respostas técnicas.

Quadro 25 – Distribuição comparativa das atribuições privativas da profissão para as quais os profissionais são chamados a responder no cotidiano com os incisos do art. 5º da Lei 8662/93

Atribuições Privativas	As Respostas dos Sujeitos
I coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;	– Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e projetos na área do Serviço Social. – Planejar, executar e avaliar estudos, pesquisas e projetos na área de Serviço Social.
II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;	– Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social. – Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas. – Administrar programas.
III - assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;	– Elaborar relatório com matéria do Serviço Social.
IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social	– Levantamento de perfil social e econômico. – Relatórios, laudos sociais e parecer social nos estudos sociais realizados para o Poder Judiciário – Realizar perícias, laudos periciais, vistorias e pareceres sobre a matéria de Serviço Social. – Elaboração de Estudo Social. – Consultoria e relatórios técnicos.
V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;	– Docência na graduação em Serviço Social. – Realização de estudos e pesquisas com vistas ao aprimoramento do fazer profissional.
VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;	– Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.
VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação.	– Dirigir unidade de Ensino e curso de serviço social de graduação e Pós-Graduação.
IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.	– Elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos de seleção para Assistentes Sociais
X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.	– Coordenar e ministrar palestras, conferências, fórum, encontros dentre outros relacionados com o serviço social.
XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.	– Fiscalizar o exercício profissional em acordo com as determinações do Conselho Federal de Serviço Social e órgãos Regionais de Serviço Social.
XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.	– Ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos representativos da categoria profissional.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho 2018.

Conforme clarifica Iamamoto (2012), para se delimitar o caráter privativo a alguma atividade exercida pelo assistente social, é necessária a qualificação dessa atividade. Para tanto, as qualificadoras serão a matéria, a área e

a unidade de Serviço Social – elementos que constam, de forma mais explicitada, nos incisos I, II e III do artigo 5º da Lei 8662/93.

Por outro lado, o texto legal não informa o que é e qual o significado de cada um desses elementos, cabendo então à própria categoria esclarecer, a partir de sua formação teórica, técnica e ético-política, tal significado.

De forma sintética, Yamamoto (2001) instrui que matéria do Serviço Social é a substância, o objeto ou o assunto sobre os quais o agente exerce sua força. A área do Serviço Social – o campo delimitado ou o âmbito de atuação do profissional. A unidade do Serviço Social pode ser interpretada como um conjunto de profissionais em uma unidade de trabalho.

Assim, as ações afetas a um ou mais desses elementos que as atribuições dos profissionais qualificarão como privativas só podem ser exercidas pelo assistente social, devidamente inscrito no Conselho de sua região.

Na construção da pergunta, não solicitamos que os profissionais apontassem as competências, mas apenas as atribuições privativas para os quais são chamados a responder no cotidiano do exercício profissional. A intencionalidade deu-se porque, como um dos objetivos da pesquisa, intencionávamos conhecer as atribuições privativas desenvolvidas pelos profissionais. De posse dessa informação, também intencionávamos estabelecer uma relação entre a requisição institucional e aquilo que o assistente social realiza privativamente. Também receávamos que os profissionais pudessem confundir ou sobrepor as informações referentes às atribuições privativas e às competências profissionais.

Na análise dos dados, em que obtivemos 121 respostas, foi possível verificar que a identificação de competências como atribuições privativas aconteceu. Tal situação, entretanto, não impactou negativamente. Ademais, permitiu apurar quais competências são requeridas ao profissional.

Detectamos uma grande incidência nas respostas da atribuição privativa, expressa no inciso IV, que versa sobre a construção de vistorias, perícias, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.

Destacamos que nas respostas registradas pelos sujeitos também comparece a indicação do estudo social como atribuição privativa. Segundo o Parecer Jurídico nº 27/98, de autoria de Sylvia Terra para o CFESS, que analisa sob o prisma do direito as competências e atribuições privativas da profissão, o estudo social – ou como lá é designado estudo socioeconômico – é competência do

assistente social, ou seja, pode ser também realizado por outros profissionais. Nas palavras da advogada:

A referida atividade, de natureza eminentemente técnica, foi prevista, tão somente, na disposição que prevê as competências genéricas do assistente social. Não está prevista, nem implicitamente, nas normas consubstanciadas no artigo 5º da lei 8662/93, motivo pelo qual prevalece como competência e, conseqüentemente, a luz do texto legal, qualquer pessoa poderá desempenhá-la (TERRA, 1998, p. 11).

Ressalva feita se este for utilizado como instrumento intermediário para elaboração de laudo, parecer, manifestação ou informação sobre matéria do Serviço Social. Sendo assim, então informa que

Não obstante, se considerarmos a realização de estudo sócio-econômico como instrumento técnico intermediário a possibilitar a elaboração de laudo, parecer, manifestação, informação sobre a matéria de serviço social, poderíamos, neste contexto, entendê-lo como privativo do assistente social. É evidente que o estudo sócio-econômico realizado para fins de benefício e serviços sociais terá como escopo a verificação das condições respectivas para decisão sobre matéria de Serviço Social. A decisão de outra sorte, estará consubstanciada a partir de manifestação técnica, atividade esta privativa do assistente social como previsto pelo inciso IV do art. 5º da lei 8662/93. Neste contexto entendemos que como técnica utilizada com o objetivo da realização das atividades previstas no inciso IV do art. 5º da lei em questão, tal atividade passa a ser exclusiva do assistente social (TERRA, 1998, p. 11).

Tanto Mioto (2001, 2009) quanto Fávero (2009, 2014) trouxeram definições acerca do Estudo Social e sua utilização pelo Serviço Social. E, para os nossos fins, entendemos o Estudo Social, conforme exposto por Favéro (2014, p. 53), como:

[...] um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.

O estudo social é, então, o principal documento com o qual o assistente social irá expressar, de forma escrita, as informações de que dispõe sobre determinada situação, sua análise e encaminhamentos que, do seu ponto de vista,

podem ser dados junto ao objeto de investigação e reflexão.

Tal como apontado no parecer jurídico acima citado, o estudo social pode não ter necessariamente a finalidade de tratar sobre a matéria específica do Serviço Social, que o faria não ser atribuição privativa do assistente social, o que não é, todavia, a situação aqui em análise.

Ele é o instrumento que o profissional utilizará prioritariamente para construir vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres técnicos. Segundo aponta Miotto (2009, p. 487), os estudos sociais “são estruturados a partir dos sujeitos para os quais a ação está dirigida, formas de abordagem desses sujeitos, bem como pela utilização dos instrumentos técnico-operativos e pela produção de documentos”.

Desta maneira, para a construção dos estudos sociais, os profissionais lançam mão de outros instrumentais, como visita, análise de documentação, entrevistas, estudos documentais, etc. Como um produto do estudo social, está o laudo social que, de acordo com Fávero:

É o registro que documenta as informações significativas, recolhidas por meio do estudo social, permeado ou finalizado com interpretação e análise. Em sua parte final, via de regra, registra-se o parecer conclusivo, do ponto de vista do Serviço Social. Conclusivo no sentido de que deve esclarecer que, naquele momento e com base no estudo científico realizado, chegou-se à determinada conclusão (FÁVERO, 2009, p. 631).

Esse instrumento é utilizado por excelência nas áreas que compõem o campo sociojurídico, sendo tanto utilizado quanto requisitado aos profissionais como parte fundamental da instrução social que os profissionais darão ao poder judiciário. Inclusive, o pedido de elaboração de laudos sociais tem sido uma demanda predominante requerida pelo poder judiciário para os profissionais do sistema penitenciário que construirão, por meio desse documento, a construção de informações referentes à área do saber e a matéria do Serviço Social a ser juntada

aos Exames Criminológicos⁶⁷.

Essa peculiaridade que torna o profissional de Serviço Social em um perito, acionado junto ao poder judiciário. E, como tal, as informações colhidas, analisadas e avaliadas no Estudo Social são o objetivo da ação pericial a que o profissional é chamado a desenvolver. A própria Perícia Social é, na análise de Mito (2001, p. 146):

[...] um processo através do qual um especialista, no caso assistente social, realiza o exame de situações sociais com a finalidade de emitir um parecer sobre a mesma. Em outros termos, o parecer nada mais é que a opinião técnica sobre uma determinada situação social emitida por um assistente social ou por uma equipe de assistentes sociais.

Ainda e dentro do universo relativo ao Estudo Social, também é predominantemente requerido ao profissional, como parte constitutiva e final do documento Laudo Social, fruto de sua ação pericial, que apresente o Parecer Social, o qual, nas palavras de Mito (2001, p. 153):

[...] refere-se a opinião fundamentada que o assistente social emite sobre a situação estudada. Tal opinião estará baseada na análise realizada e desta deverá conter os aspectos mais pertinentes, pois são eles que darão sustentação ao parecer. A sua elaboração terá como eixo organizador o teor da solicitação efetuada.

A solicitação da opinião técnica emitida pelo assistente social por meio do Parecer Social é objeto de reflexões e de tensões dentro do campo sociojurídico, haja vista que, via de regra, pela imposição da lei, esses fazem parte de uma série de documentos aos quais o juiz irá recorrer para elaborar sentença.

⁶⁷ Tornou-se quase pacífico afirmar ser “Exame Criminológico” os Estudos Sociais para instrução judicial para a concessão de benefícios às pessoas presas. Nossa compreensão é de que eles guardam diferenças cruciais entre si. Os Estudos Sociais, especialmente solicitados aos assistentes sociais, que, no Estado de São Paulo, ocupam junto à Secretaria de Administração Penitenciária o cargo de Agente Técnico de Atenção à Saúde compõem com os Laudos Psicológicos, os relatórios do setor de produção, de Educação, da Segurança e Disciplina, juntados na CTC (Comissão Técnica de Classificação) para, em conjunto, comporem o Exame propriamente dito. Por outro lado, o Exame Criminológico, previsto no art. 6º da LEP (Lei de Execução Penal – Lei 7.240/84), na sua real acepção é relato do acompanhamento da pena imposta, desde o ingresso da pessoa no sistema penitenciário, sendo necessária que sua construção se inicie já na determinação da sentença/sanção e encaminhamento para a instituição onde ocorrerá a execução. Para tanto, seria necessário nos CDP’s (Centros de Detenção Provisória) as COC (Comissão de Orientação e Classificação), algo que não existe no sistema penitenciário paulista. Sobre as CTC, sugerimos leitura da Nota Técnica publicada pelo CFESS em Pereira (2019).

A depender da situação, contexto e solicitação, os profissionais podem ser tensionados a, no Parecer Social, também procederem a um “julgamento” a partir do seu saber. Tal situação e possibilidade requerem que os profissionais e seus produtos, a partir do direcionamento do seu exercício, possam se configurar como significativos no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais assim como instrumento de enfrentamento das expressões da questão social. Para tanto, a qualificação de seu exercício profissional e o seu próprio fortalecimento ético, político e organizativo são cruciais e estratégicos para se posicionar de forma clara e fundamentada contra possíveis requisições que possam, inclusive, infringir os preceitos éticos defendidos pela categoria. Neste sentido, Barroco afirma:

Entendidas como parte constitutiva das demandas postas ao Serviço Social em uma conjuntura de barbarização da vida, essas manifestações não podem ser simplesmente negadas; seu enfrentamento profissional requer um conhecimento teórico, uma preparação técnica e um investimento político junto aos usuários, no sentido de difusão de uma cultura de valorização dos direitos humanos e de resgate da cidadania (BARROCO; TERRA, 2012, p. 88).

Dito de outra forma, entendemos que, ao ser requerido a proceder a um “julgamento”, é necessária a mobilização de uma série de conhecimentos para que, não necessariamente se negando a proceder à ação, o profissional possa, estrategicamente, reverter o quadro em vista de seus propósitos e posicionamentos políticos.

Já a realização de vistorias pode ser entendida como um ato, de caráter jurídico, na qual os peritos, aqui especificamente os assistentes sociais, na presença do juiz, procedem à inspeção de coisas ou locais que interessam para a solução de um determinado litígio. Identificamos essa requisição entre os profissionais que atuam no sistema sóciojurídico, na realização de vistorias junto às instituições que compõem o Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, como, por exemplo, no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes com destituição do poder familiar ou vítimas de violência / maus tratos.

O laudo social foi identificado nas respostas conjugado com outras ações e documentos, como o estudo social que é instrumento meio para alcançar ou executar outra ação técnica.

O Parecer Técnico é a atribuição privativa que mais os profissionais são chamados a responderem. É o saber profissional acerca da realidade dos possíveis objetos de estudo e avaliação, e ainda sua opinião técnica traduzida na forma do parecer, de uma opinião profissional.

As ações constantes dos incisos I e II do artigo 5º da lei 8662/93, configuraram-se juntamente as que apresentam a segunda maior incidência entre as respostas registradas pelos sujeitos. O primeiro inciso informa, textualmente, que é atribuição privativa do assistente social “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisa, planos, programas e projetos na área de Serviço Social”. Nas respostas, os profissionais registram que realizam as ações constantes no inciso. Nesse sentido, há uma diversidade tanto de ações quanto de instrumentais utilizados pelos profissionais, o que tanto denota a diversidade dos espaços sócio-ocupacionais quanto as requisições específicas com relação aos planos, programas e projetos para os quais os profissionais são chamados a dar respostas técnicas.

A execução é realizada por todos os respondentes, estando conjugada com a elaboração, a coordenação, a avaliação, a supervisão, a elaboração de projetos, os planos e programas e, ainda, o estudo e a pesquisa.

Como se vê, dentre as requisições a que os profissionais são chamados a executar, comparece de forma mais explícita o caráter interventivo e direto junto aos usuários. O Projeto tem um caráter de construção e estabelecimento de ação determinada dentro de uma determinada instituição. O Programa é um pouco mais amplo por delinear objetivos mais setoriais dentro da instituição com o estabelecimento de diretrizes, metas e medidas instrumentais para a realização dos seus objetivos propostos. Já os Planos estruturam, de forma mais abrangente, as ações, políticas, estratégias, diretrizes e responsabilidades no espaço ocupacional no qual o profissional está inserido.

As respostas registradas também demonstram que, dentre as ações realizadas pelos profissionais, o estudo e a pesquisa são realizados respectivamente por 50 e 40% destes. Desse modo, reitera-se que a reflexão e a produção de conhecimento acerca do espaço ocupacional e do exercício profissional são acionadas pelos profissionais. O que remete à possibilidade de construção de conhecimentos acerca da realidade vivenciada pelos usuários, à avaliação dos serviços ofertados nas políticas públicas e sociais, e à identificação de fenômenos

sociais, dentre outras questões que são passíveis de serem realizadas a partir da sistematização da prática, a que o estudo e pesquisa são imbrincados.

O inciso II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; que aponta para a realização de funções de caráter administrativos realizadas em espaços onde está inserida equipe composta por mais de um assistente social. As ações foram registradas, pelos profissionais, como planejamento, organização, administração e execução de programas, direção, nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam.

Com relação à atribuição de Supervisores de Estágio em Serviço Social, prevista no inciso VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social. Também denotando aí a importância e centralidade da supervisão de estágio na formação dos futuros assistentes sociais, processo que, para o Serviço Social, implica a relação fundamental entre os três atores – supervisor de campo, supervisor acadêmico e aluno/estagiário.

O registro dos sujeitos ressalta a importância da docência no trato formativo, destacando “a formação competente nas dimensões ética, política e profissional com a socialização da informação, materialização de estudos e pesquisas e o aprimoramento do fazer profissional” (sujeito respondente ao questionário 58).

Os incisos V e VII tratam da docência e coordenação de cursos de Serviço Social, de disciplinas e funções que exigem conhecimentos específicos do Serviço Social, como a supervisão acadêmica de estágio, respectivamente. O registro dos sujeitos ressaltam a importância da docência no trato formativo, destacando “a formação competente nas dimensões ética, política e profissional com a socialização da informação, materialização de estudos e pesquisas e o aprimoramento do fazer profissional”.

Compreendemos que a construção da unidade teórico-prática parte da realidade objetiva e, em relação ao Serviço Social, essa realidade é o seu exercício profissional. Como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, há ações que são requeridas para o profissional e, dentre estas, se colocam como centrais aquelas que são tipificadas como privativas. Serão estas que irão demonstrar as particularidades da profissão nos seus diversos espaços sócio-ocupacionais. Essa delimitação é importante para a construção da unidade teórico-prática no exercício profissional porque delimita e dá direção ao que o profissional,

tanto na dimensão interventiva quanto na investigativa do exercício, irá se debruçar para análise e construção de novo conhecimento e de outras ações.

As competências solicitadas aos assistentes sociais não foi objeto de estudos dessa tese. Porém, o registro das respostas à pergunta sobre as atribuições privativas, desencadeou a necessidade de pensar e analisar as competências. A primeira aproximação será apresentada no quadro 26 e, sendo analisadas as competências destacadas pelos sujeitos da pesquisa.

Quadro 26 – Relação das competências profissionais para as quais os profissionais são chamados a das respostas no cotidiano comparadas com os incisos do art. 4º da Lei 8662/93

Competências	Respostas dos Sujeitos
I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.	– Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta.
II elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.	– Avaliação e monitoramento dos projetos e serviços. – As reuniões de equipe; reuniões com a rede socioassistencial; elaboração de planos, programas e projetos; execução de projeto e acompanhamento de recursos.
III – encaminhar providências e, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população.	– Elaboração de planos e projetos para solicitação de recursos. – Contribuir para viabilizar aos atendidos da Instituição acesso e direito a assistência social como por exemplo o direito de receber um benefício. – Orientar, informar, esclarecer os usuários sobre atendimentos do serviço social disponível na instituição.
V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.	– Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.	– Avaliação de benefícios
X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social	– Acionar e mediar os sistemas de garantias de direitos dos usuários; articular com outras instituições (rede de atendimento) que viabilize os direitos do usuário(a), discutir casos com equipe multiprofissional para conduta. – Elaborar, executar e avaliar projetos
XI – realizar estudo sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.	– Estudo social de caso – Elaborar relatórios sociais – Construção de relatórios, encaminhamentos para outros serviços e etc.

Fonte: Dados sistematizados pelo autor entre os meses de junho e julho de 2018.

É importante destacar que competência guarda uma diferença particular de atribuição privativa. E, conforme aponta Iamamoto (2012, p. 37), é a “capacidade de apreciar, de decidir e de realizar alguma ação, enquanto que a atribuição é um privilégio, direito ou poder específico para a realização de algo”.

Nestes termos, a competência é algo que o assistente social pode realizar mas que não é necessária e exclusivamente ação sua, ou sua atribuição.

Consoante preceitua Matos (2015, p. 691), a competência: “[...] não é mérito individual, e sim resultado de um projeto que se constrói coletivamente nos serviços, que se retroalimenta da produção intelectual da profissão e da sua organização político-profissional.”

Já a atribuição privativa – e referente ao exercício profissional – é aquela ação que apenas o profissional de Serviço Social poderá realizar, que irá expressar aquilo que é de sua responsabilidade, direito e dever executar.

A particularidade da Lei 8662/93, diante de outras regulamentações profissionais, é de que nesta também são estabelecidas as competências profissionais, ou seja, aquilo que o assistente social pode executar mas também qualquer outro profissional pode realizar.

No senso comum, competência e atribuição apresentam sinomia. Nesse sentido, pode ser a motivação ou o entendimento dos profissionais quando apontaram competências como atribuições privativas, o que não é situação nova, haja vista que o CFES – ao editar em 2002 e reeditar em 2012 o livro “Atribuições Privativas do/a assistente social em questão” (CFESS, 2012a) – trata sobre o tema da confusão de entendimento entre competências e atribuições privativas, também explicitado, de forma mais clara, no próprio Parecer Jurídico n.º 27/98 do CFESS.

Nele é apontado que os incisos II, III e VII do artigo 4º da Lei 8662/93 apresentam elementos que nos fazem serem respectivamente contemplados nos incisos I, XII e III, pela ordem, do artigo 5º da mesma lei, com o CFESS realizando a seguinte análise sobre a situação:

Parece-nos que uma das questões é sobre a ambiguidade ou repetição de alguns incisos do art. 4º, que estabelece as competências profissionais, e os do art. 5º, das atribuições privativas do(a) assistente social. Não será impossível encontrar as saídas, se tomarmos como referência o parecer jurídico retro citado, que nos esclarece: "se existe repetição da mesma atividade em competência, prevalece na modalidade atribuição privativa, uma vez que a norma

específica, que regula o exercício profissional do assistente social, deve ser superior à norma genérica, que estabelece competências". (CFESS, 2012, p. 31)

Tomando por base a incidência das respostas, o inciso V – o qual trata sobre a ação de orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos, além de apontar para tomar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e famílias – apresentou maior indicação como atribuição privativa desenvolvida pelos profissionais.

Não se pode negar que a orientação social aos usuários faz parte do cotidiano profissional e que, sua realização é parte essencial do trabalho desenvolvido diretamente com os usuários. Porém, tal condição não implica que a orientação social é nossa atribuição, a não ser que, no seu desenvolvimento, façamos uso de conhecimento específico do Serviço Social, haja vista que, conforme apontado no Parecer Jurídico nº 27/98 do CFESS, “a atribuição é faculdade inerente a profissão, e por isso mesmo o exercício daquelas atividades especificadas pelo art. 5º da lei 8662/93 são prerrogativas do assistente social, e, conseqüentemente, somente ele poderá executá-las” (Terra, 1998, p. 3).

A orientação, em harmonia com o apontado no Parecer Jurídico 27/98, é uma imposição de dever ético na execução da atividade profissional, prevista no inciso “c” do art. 5º, inciso “c” do art. 6º e inciso “a” do art. 8º do Código de Ética Profissional, constituindo-se em obrigatoriedade ética para o exercício profissional. Por outro lado, na dimensão técnica-operativa da profissão, a orientação é um recurso cotidiano utilizado junto à população usuária e que, para tanto, acarreta o acionamento de diversos conhecimentos que possam, estrategicamente, qualificar a sua execução.

Com relação ao inciso X do art. 4º – que trata sobre o planejamento, organização e administração de serviços sociais em unidade de Serviço Social, os profissionais indicam, a partir de seu campo de atuação, como atribuições, ações realizadas para consecução dos serviços, sendo aí apontadas: o acionamento do sistema de garantia de direitos dos usuários; articulação de rede; discussão em equipe para construção de conduta junto à demanda; ações de reabilitação; compras e licitações de órteses; disposição de tecnologias assistivas; acionamento de recursos educacionais e de formação profissional para os usuários; projetos

sociais e para captação de recursos para articulação de rede.

Na análise das respostas e tendo em vista a dinâmica dos espaços onde os profissionais desenvolvem seu exercício profissional, não é possível negar que a realização de tais ações são centrais porque são mobilizadas a partir das necessidades da própria política na qual o assistente social se insere como trabalhador. Isto posto, na nossa avaliação, as respostas profissionais seriam mais bem adequadas como requisições ou como demandas institucionais.

Aqui chama atenção que essas respostas remetem também a requisições e demandas institucionais, ambas como parte expressiva do trabalho do assistente social. Assim, e como tal, essas ações não podem ser relegadas no cotidiano do exercício e necessitam de respostas que podem ser mediatas, imediatas ou urgentes a depender da situação desencadeadora. Por outro lado, essas ações não são necessariamente atribuições profissionais e, para atender a essas requisições apontadas, é necessário ao assistente social, acionar conhecimentos que não é específico do Serviço Social.

Nas respostas que se aproximam do enunciado do inciso XI – o qual versa sobre a realização de estudos socioeconômicos para a concessão de benefícios e serviços sociais para os usuários –, como já dito e fundamentado no Parecer Jurídico nº 27/98, a diferenciação entre essa competência aposta nesse inciso e a informada no inciso IV do art. 5º da Lei de Regulamentação Profissional está, basicamente, na finalidade e nos instrumentos utilizados pelo profissional na construção do estudo em tela.

Assim, avaliamos que as respostas profissionais indicam que a ação realizada é configurada como competência e o detalhamento dos profissionais aponta para concessão do benefício ou garantia de direitos que se constitua como finalidade na ação realizada, utilizando, para tanto, os seguintes instrumentos: estudo de caso; relatórios sociais e construção de relatórios para encaminhamento para outros serviços.

No registro dos dados que foram apresentados pelos profissionais em suas respostas sobre as requisições e as demandas postas no seu exercício profissional, sobre as ações que entendem como caracterizadoras do exercício profissional e acerca dos conhecimentos mobilizados, pudemos verificar que existem algumas convergências, tanto explícitas quanto implícitas.

Nestes termos, entendemos, o que é proposto como elemento de

mediação entre conhecimento e exercício cotidiano, entre teoria e prática, a partir do Projeto de Formação Profissional que aponta, como não poderia deixar de ser a realidade e a imediaticidade objetiva como elemento inicial e fulcral para o estabelecimento de mediações possíveis a partir do cotidiano objetivo em que a ação profissional se desenvolve.

Assim, a construção da unidade teórico-prática, dando-se a partir de uma percepção do exercício profissional cotidiano se constitui uma possível chave analítica para construir reflexões acerca das próprias expressões dessa construção, que então acionará os diversos conhecimentos que o profissional pode acionar e fundamentados em determinados elementos e perspectivas de análise teórico-metodológica, a qual entendemos que pressupõe a crítica, dialética, histórica, processual e contraditória.

Essa, com certeza, é uma questão que aponta para a formação profissional e a forma com que o profissional aprendeu, apreendeu e executa essa formação no seu cotidiano. Ou seja, também é um problema de formação continuada e de educação permanente do profissional.

Na região, no quadro geral do Serviço Social, com o fechamento das instituições de ensino, a adesão da profissão às ações do CRESS, grupos de estudo e grupos de trabalho, em movimentos sociais, em partidos políticos e sindicatos se torna a possibilidade, efetiva e mais passível de realização, de educação permanente nas perspectivas atualmente defendidas pela profissão e, como possibilidade de mediar, de forma crítica, no exercício profissional do assistente social, a construção de estratégias e táticas⁶⁸ para que esse exercício se coloque mais explicitamente vinculado às demandas da classe trabalhadora.

Nesse escopo, não há, realmente, não existe de fato, a alegação de que a teoria na prática é outra. Pode existir a utilização de outros preceitos teórico-metodológicos, outra compreensão das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do exercício profissional que não se vincula à tradição marxista. Ou seja, aí há, no exercício profissional, uma contradição, que a nosso ver, retoma o modo com que a formação se processou e foi apreendida, além de também demonstrar que podem existir tensões entre as relações estabelecidas

⁶⁸ O livro de Luciana de Paula (2016), *Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social*, além de proceder resgate histórico de como a profissão constrói esse seu arsenal técnico também constitui, a nosso ver, reflexão necessária para o Serviço Social na região de Presidente Prudente que, compreendemos, diante da realidade hoje posta, necessitará se reinventar.

com as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do exercício e para o profissional na execução da sua ação interventiva-investigativa.

Nas lendas mitológicas acerca do *Doppelgänger*, o enfrentamento do duplo é momento de angústia, aflição, insegurança, medo, raiva, negação e disputa tanto para a persona quanto para o duplo: uma tensão que agride e mata a ambos.

No Serviço Social, sob a perspectiva da influência conservadora e pragmática, a ação prática não “soluciona” o problema por mais que se tenha essa possibilidade como escopo, também não historiciza e expõe a contradição inerente a essa sociabilidade, até porque o exercício profissional per si está inscrito em condicionantes que impossibilitam tal finalidade.

Ou, ainda conforme ensina Netto (2011, p. 146), “o radical antagonismo entre marxismo e pensamento conservador, reafirma que este (o conservadorismo – destaque nosso) é um produto típico do período da decadência ideológica do mundo burguês, na interação com a reação romântica.” Ou seja, há um sentido idealizado nas propostas conservadoras que não encontram correspondente na realidade social com a qual os assistentes sociais são chamados a atuar. Ademais, de forma objetiva, como é possível construir algo radicalmente novo nos nossos campos ocupacionais e apenas a partir de nossa ação. Seria prepotente e messiânico (IAMAMOTO, 2008) afirmar essa possibilidade.

O recurso à teoria social crítica e ao método nela inscrito também é processo que exige esforço intelectual. Embora ele seja esquematicamente simples, sua execução se dará de forma única, particular e ainda perene à realidade sobre a qual ele irá incidir, além de não mais poder ser reeditado porque as condições já não serão as mesmas.

Com relação às atribuições privativas, compreender as ações realizadas, as requisições e as demandas institucionais, por mais que sejam cotidianas e reiteradamente solicitadas ao profissional como sendo da alçada exclusiva da profissão, apontam para uma apropriação do que é privativo da profissão, estabelecido na Lei 8662/93, em especial no seu artigo 5º, ainda sendo por vezes entendido como competência, e vice-versa, conforme a argumentação de Terra (1998).

Se, diante dos dados do perfil profissional, podemos informar que os assistentes sociais, na região, têm dificuldade de diversas ordens para se

organizarem, anterior a isso e como pertencentes à classe trabalhadora, nos é interdita a possibilidade de vivenciar ou, ainda, de se inserir nos espaços formais de trabalho, que são elementos de ordem social e política inalienáveis para a construção e o fortalecimento de determinado perfil profissional.

Essas são necessidades anteriores, humanas e sociais, que impactam na necessidade profissional e, ainda, em como esse profissional irá desenvolver seu exercício e, mais especificamente, sob que aspectos, com que fundamentos e para que finalidade o profissional desenvolverá seu trabalho e, por consequência, construirá a unidade teórico-prática dentro desse exercício.

Realidade que também incide nas requisições que chegam ao profissional, nas demandas atendidas e nas ações realizadas. Na pesquisa não procuramos apreender essa realidade. Nosso objeto é de ordem teórico-metodológica e técnico-operativa, porém a contextualização sócio-histórica e o espaço político ocupado pelo profissional – enquanto classe trabalhadora – condicionam e tensionam o exercício e as possibilidades profissionais de construir bem como expressarem a construção da unidade teórico-prática.

3.2 AS EXPRESSÕES DA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE TEÓRICO-PRÁTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

“Parecia-me ter direito a várias faces em cada pessoa”
Uma temporada no Inferno – Jean Arthur Rimbaud.

A partir deste item do capítulo, procederemos, como forma de aproximação à unidade teórico-prática e suas expressões presentes no exercício profissional dos assistentes sociais, a reflexões a partir das respostas registradas nos questionários pelos sujeitos da pesquisa, acerca das compreensões e mobilizações que procedem com relação aos conhecimentos acionados quando são requeridos e chamados a realizarem ações ou planejamento de ações nos seus campos sócio-ocupacionais, assim como sobre as competências e as atribuições privativas profissionais, exercidas nos seus espaços de trabalho.

O contato com os assistentes sociais por meio da entrevista, no qual mais aproximadamente pudemos obter informações e dados atinentes às expressões da unidade teórico-prática existente no exercício profissional dos

assistente sociais na região de Presidente Prudente bem como tecer as derradeiras, para os fins da tese, aproximações às expressões da unidade teórico-prática no exercício desses profissionais.

Nesse momento, conforme já expomos, realizamos entrevistas com 10 assistentes sociais. Destes, 5 atuam na política de assistência social, 3 profissionais atuam no campo sociojurídico e 2, atuam na política de saúde. Esses três campos são os que, na atualidade, se apresentam com maior inserção de profissionais na região.

No momento em que responderam à entrevista, os profissionais que atuam na assistência social desempenham atividades e funções diversas, a saber: 2 profissionais atuam na proteção básica; 1, na gestão de serviço; 1, na gestão de equipe (ambas na proteção especial); e 1, na gestão da política no âmbito municipal.

Também, conforme já dissemos anteriormente, procuramos realizar uma divisão equânime entre os 10 profissionais entrevistados, entre profissionais que atuam ou atuaram na docência e profissionais que não tiveram essa mesma experiência.

A justificativa de termos efetuado a divisão entre 5 profissionais que tiveram experiência na docência e outras 5 que não tiveram a mesma experiência foi no sentido de identificar diferenças na concepção e no acionamento da relação e da unidade teórico-prática. No transcorrer das entrevistas ficou perceptível que essa diversidade não ocorreu, indicando uma indistinção e aproximação dentre todos os entrevistados, com relação a esses elementos.

A aproximação a essas respostas e, conseqüentemente, da compreensão desses elementos possibilitará entender o que do campo teórico é acionado pelos profissionais nas suas particulares construções da unidade teórico-prática e também a compreensão demonstrada pelos sujeitos da pesquisa sobre o lugar e a requisição técnica que lhes é imposta socialmente apontando, inclusive, as compreensões da profissão a partir daquilo que ela pode e daquilo que é lhe exclusivo para desenvolver.

Nossa compreensão é de que as expressões da relação e da unidade teórico-prática podem ser tanto inúmeras quanto diversas entre si porque irão demonstrar a tipologia dos conhecimentos acionados, tanto prioritária quanto subsidiariamente, pelos profissionais para dar sentido ao exercício da profissão.

Entendemos também que esse exercício apresenta dimensões que

estão em relação dialética entre si, bem como teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Será a articulação, tanto no pensamento quanto na ação profissional dessas dimensões que possibilita ao profissional reconhecer determinado rol de conhecimentos como centrais ou caracterizadores do seu exercício e no processo de buscar respostas e sentido para a sua ação profissional.

O que queremos afirmar é que há uma complexidade no acionamento de conhecimentos para estabelecer interlocução com a ação e o objetivo posto e proposto para o assistente social que não pode ser avaliado ou analisado aprioristicamente.

O nosso processo de aproximação às expressões da unidade teórico-prática partem do necessário exercício profissional, ou seja, da relação fulcral do profissional na condição de trabalhador assalariado que irá, a partir do local e da relação de trabalho, lidar com as expressões da questão social. Ainda, e para adensar a aproximação, buscamos entender como se deu o processo de formação do profissional, conforme expusemos no Capítulo 2.

Isso posto, para que fosse possível verificar que a expressão da unidade teórico-prática no exercício profissional se dá a partir desses elementos condicionantes, ou melhor, de como é e se constitui, profissionalmente, esse assistente social assim como também das possíveis formas que o profissional colocará à prova o seu conhecimento técnico, teórico, metodológico, ético, político e estabelecerá as interlocuções entre os campos da teoria e da prática, entendidos tanto como os conhecimentos do exercício profissional quanto os da prática social, no seu cotidiano profissional.

Ainda entendemos que a unidade teórico-prática e a sua expressão pelo assistente social é elemento fundamental da dimensão técnico-operativa, aqui inserida a necessária dimensão investigativa em articulação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política do exercício profissional porque é ela que irá apontar a configuração da instrumentalidade que o profissional possui e aciona e, por consequência, o rol de possibilidades que o exercício pode realizar.

A partir desse prisma, e na pesquisa, entendemos e detectamos três possíveis relações/unidades teórico-práticas, a partir da análise de conteúdo das respostas profissionais ao questionário e às entrevistas, que iremos desenvolver: a) a relação a partir de pressupostos e do ponto de vista pragmático; b) a relação a partir das normativas legais das políticas públicas e sociais; e c) a unidade teórico-

prática enquanto expressão de movimento e contradição. Também consideramos que essas duas possíveis relações, especialmente nas respostas com relações estabelecidas a partir de pressupostos pragmáticos e a partir das normativas legais das políticas públicas e sociais se encontram conjugadas.

Não foi possível – porque não era intenção da pesquisa – afirmar que um determinado profissional se filia teórica e metodológica, ética e politicamente a uma ou a outra fundamentação, sobretudo dentre aquelas que trouxemos anteriormente. Nos discursos, principalmente nas entrevistas, foi possível captar expressões de duas das relações que se nos mostraram mais explicitamente e até da unidade teórico-prática pelos profissionais, sendo estas, como já dito, sobre as que iremos nos debruçar.

Com essa realidade expressa, é possível afirmar que há apropriações e aproximação do profissional a determinado rol de conhecimentos, a saber: sobre as normativas da políticas públicas e sociais; sobre as condições de vida dos usuários; sobre a profissão cujo destaque, nas respostas, apontou o Código de Ética Profissional; sobre o cotidiano de trabalho que assim conferem sentido na relação que estabelece entre estes e a sua intervenção profissional.

3.2.1 A Unidade Teórico-Prática: movimento e contradição

“Ser radical é entender as coisas pela raiz”
Karl Marx.

O conhecimento teórico estabelece-se como fundamento da profissão e pauta as competências e demandas que estão postas para o exercício profissional. Nesse sentido, o conhecimento será acionado dentro de uma processualidade sócio-histórica estabelecida entre o trabalho profissional e a realidade social, que possibilita a construção de mediações, da lógica da totalidade e do estabelecimento de sínteses. É uma realidade sempre aproximativa e, por isso, histórica porque cria e recria o exercício profissional.

Nas entrevistas, ao apresentarem as aproximações a unidade teoria e prática, conforme expusemos anteriormente, dentre as possibilidades de interlocução, entre essas instâncias da teoria e da prática, os profissionais informaram buscar na intencionalidade de conhecer para agir, de encontrar referências para construir as suas respostas profissionais. Esse recurso poderia se

configurar na chamada Teoria de Resultados, conforme citado por Guerra (2013a), que possibilitaria determinado tipo de interpretação das atividades e dos instrumentos técnico-operativos aos quais os profissionais recorrem no seu cotidiano profissional. No entanto, a profissão, eminentemente interventiva, necessita, ao proceder sua ação, acionar conhecimentos, de diversas ordens que irão imprimir a qualidade técnica-operativa, teórico-metodológica e ético-política à sua ação realizada.

Para o trabalho profissional, no cotidiano, a rotina é elemento crucial para que o assistente social possa acionar e mobilizar conhecimentos na interlocução com a sua realidade interventiva, haja vista que é nela que se estabelecem as grandezas, similaridades e particularidades advindas das requisições postas no universo interventivo e da realidade social para que desempenhe sua ação profissional.

“É um processo que a gente precisa pensar mesmo, né? Porque na universidade quando nos aproximamos da teoria, como colocar em prática? O que vou exigir de conhecimento agora que vai agregar o conhecimento acadêmico com a prática e como que eu vou transferir isso?”. (Fala do Sujeito 02)

Conforme expos o sujeito 02 é preciso ter clareza diante e durante a intervenção profissional, um processo de busca de conhecimento que possibilita se aproximar da profissão, nos espaços de sua intervenção. Conforme aponta lamamoto (2014, p. 622-623)

[...] é impossível decifrar a profissão independente do diálogo crítico com o acervo intelectual, que vem alimentando, historicamente, a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade.

Nestes termos, para o assistente social é importante levar em conta a imediaticidade porém não se pode parar aí, porque, como consequência, se cristaliza e endurece a ação profissional, tornando a rotina o próprio trabalho, inclusive tornando possível se fundar no pragmatismo que:

[...] como modo de ser da imediaticidade do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, opera com tamanha sutileza que temos dificuldades de perceber que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real. A atitude pragmática e o pensamento cotidiano [...] ratificam na profissão um tipo de realismo, ele próprio ingênuo, que se contrapõe ao realismo crítico (GUERRA, 2013b, p. 44).

O cotidiano, no qual se realiza a rotina da prática profissional, é então elemento fundamental mas que não pode ser tomado em si e per si, tendo em vista os riscos que, conforme Guerra (2013b), se apreender a realidade de forma ingênua e não possibilitando trazer para a reflexão demais elementos que municiam o exercício profissional. É preciso mediá-lo com outros conhecimentos, considerando que o movimento estabelecido entre a teoria e a prática não impõe a necessidade de que um determinado tipo de conhecimento, especialmente o conhecimento das matrizes teóricas, seja aquele que tenha de ser primeiramente acionado ou, ainda, primeiramente trazido para a elaboração e a reflexão sobre a atividade desenvolvida, quando se busca entender o movimento estabelecido entre a teoria e a prática.

Conforme instrui Heller (1994, p. 25), “a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução social dos homens particulares, os quais, por sua vez, creem na possibilidade da reprodução social” o que, também segundo Heller, condiciona o cotidiano, confina e condiciona os homens para desenvolverem apenas respostas instrumentais. Logo, o cotidiano, é constitutivo do exercício profissional e, é fundamental para que esse mesmo exercício se expresse. Porém, o cotidiano, não pode ser o único condicionante da ação prática que o profissional desenvolve. Nele e com ele é necessário mobilizar uma série de outros conhecimentos, especialmente para o Serviço Social aqueles que determinam a sua particularidade enquanto profissão que apresenta, também, uma requisição clara nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

“Se eu não tiver o conhecimento, aquela propriedade para tratar desse assunto de imediato vou buscar conhecimento onde possa encontrar” (sujeito 03)

Por outro lado, a efetividade momentânea, fática e rápida não garante o alcance dos objetivos mais gerais e de ordem política e/ ou organizativa,

objetivos mais ontológicos para o usuário, para o profissional ou até para o campo de inserção profissional.

Sempre tentando desenvolver o trabalho da forma mais rápida e prática para que não prejudique o usuário/paciente. Todo o suporte teórico adquirido durante a formação acadêmica nos norteia para, transformando em ações práticas, atuarmos no dia a dia para desenvolvimento do trabalho com eficiência e alcançar o resultado esperado (Fala do Sujeito 08).

A recusa ao pragmatismo implica não apenas em ter e acionar determinados conhecimentos, métodos, instrumentais e metodologias. É especialmente a clareza de proceder e entender a processualidade crítica, histórica e dialética da ação profissional no tenso tecido social sobre o qual o profissional é chamado a atuar. Conforme aponta o sujeito 08, é “desenvolver o trabalho com eficiência e alcançar o resultado esperado”. Logo, e na nossa compreensão, esta finalidade é ineliminável do exercício profissional do assistente social, porque pressupõe lidar com o cotidiano, especialmente dentro da perspectiva crítica, de mobilização de conhecimento para buscar alternativas possíveis.

A atitude pragmática quanto ao pensamento no cotidiano, próprios do modo burguês, e sua representação ideal são naturalizados pela racionalidade burguesa porque com ela é possível para o profissional, na sua inserção, na realidade, ratificar um realismo ingênuo contraposto ao realismo crítico. Conforme aponta VAZQUEZ (1977) e, dentro desse escopo, o pensamento terá por pressuposição e é caracterizado pela sua utilidade e eficácia junto à prática, estabelecendo a relação de que se a teoria não se aplicar à prática não apresenta validade.

A busca do conhecimento, no entanto, é essencialmente mediada pela realidade interventiva, pelas demandas apresentadas, pelas formas com que a questão social e suas expressões se mostram ao profissional. E, desse modo, o assistente social, é mobilizado a acionar o seu arsenal de possibilidades reflexivas, analíticas, interventivas e investigativas.

Eu acho que a questão do referencial é o referencial que você traz na busca daquilo que você quer apresentar. Quando vou fazer uma escolha, mesmo de uma atividade rotineira, ela tem que ser acionado por uma intencionalidade que tenha um referencial. Porque senão é só uma tarefa. (Fala do Sujeito 6).

Ou seja, o profissional aciona conhecimentos de diversas ordens para lidar com aquilo que se apresenta como requisição e demanda para o seu trabalho, acionando a atitude investigativa na busca de respostas e soluções para aquelas situações que, então serão ressignificadas e aprofundadas em seus elementos constitutivos. A atitude investigativa implica, conforme Battini (2009), em procedimento analítico intelectual para a reconstrução do objeto de intervenção profissional e, a prática constituída com a mesma propicia a mudança que contribui para que o objeto profissional seja trabalhado também como objeto científico, daí que:

[...] a prática cotidiana no serviço social converte-se em questão teórico-metodológica e ético-política, o que permite ao assistente social apreender o modo de ser e de se reproduzir do ser social historicamente dado e propor modalidades de intervenção com vistas a respostas às demandas socioprofissionais (BATTINI, 2009, p. 54).

O assistente social que sabe e que busca o que referenciar no trabalho desenvolvido e efetivamente usa essa referência, confere qualidade interventiva, investigativa e reflexiva ao seu exercício profissional. Não se entendendo que aí há uma receita, ou caminho ideal a ser construído. Há uma realidade interventiva, que tensiona a necessidade de respostas profissionais e que, pelas constrações do trabalho, assim como para que o seu exercício profissional seja efetivado, irá requerer a qualidade da ação profissional. Nesse sentido, essa realidade também

Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender no movimento da realidade e na aproximação as formas vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presente passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Ou seja, a prática investigativa propicia elementos que mostram a realidade social captada no cotidiano do exercício profissional que, em articulação com os referenciais teórico-metodológicos, estabelecerão caminhos para a construção do concreto pensado (KOSIK, 1976), oferecendo, ainda, subsídios para as decisões, estratégias e táticas que o profissional irá acionar, também possibilitando a construção de um exercício profissional e desenvolvimento das ações profissionais de forma crítica. Ou seja, e conforme BATTINI (2009, p. 55), se

chega a um “produto da elaboração da intuição e da representação do real, expressa em conceitos”. Logo, a atitude investigativa é central para o exercício profissional qualificado, para que as respostas profissionais e suas ações técnicas ganhem renovada centralidade no universo interventivo em que se insere, e:

Portanto, coloca-se como exigência da própria intervenção do assistente social a atitude investigativa, pois ela aguça o espírito da descoberta, tornando-se condição para a ultrapassagem do aparente, evidenciando a essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões (BATTINI, 2009, p. 55).

É para a ultrapassagem do aparente, buscando evidenciar conexões e nexos, que se coloca a sistematização de dados, enquanto elemento acionado dentro da atitude investigada e, como possibilidade estratégica para que a construção da unidade teórico-prática ganhe sentido no exercício profissional, haja vista que esta é:

[...] sem dúvida, um passo preliminar e necessário, um momento do processo do conhecimento. Os procedimentos de sistematização que se realizam sobre o material empírico são da maior relevância para a construção teórica (para o momento de síntese que se dá como reprodução do movimento da realidade no pensamento do sujeito) (GUERRA, 2009c, p. 708).

Será por meio desse processo de sistematização dos dados , que como momento pré-teórico (Netto, 1989), o assistente social identifica e problematiza as condições em que seu exercício profissional se realiza. Ademais, seleciona e identifica os fenômenos sociais que incidem no momento em que atua profissionalmente, as dificuldades e lacunas apresentadas e postas no cotidiano e, principalmente, se apropria das necessidades de aprofundamento teórico que levarão a uma melhor compreensão desses fenômenos da realidade em que se insere.

Entretanto, o cotidiano, não está dado e se submete tranquilamente à elaboração do profissional. A rotina profissional, tensionada pelo volume das demandas e pela burocracia institucional, constringe a realização das mediações acima expostas.

“Acontece porque, de forma coletiva, a gente acaba se distanciando do que é teórico-metodológico do Serviço Social. O que é teórico-metodológico fala com a realidade, o que acontece é que eu faço a leitura de que o cotidiano nos distancia do referencial teórico-metodológico, operativo do Serviço Social por uma imposição institucional. Da resposta que a instituição espera da gente. (Fala do Sujeito 02).

Fato é que, segundo explica Faleiros (2014), o cotidiano apresenta fios e desafios para o exercício profissional, haja vista que tanto a redução de investimentos e da presença do Estado quanto o fortalecimento do mercado próprios da dinâmica capitalista neoliberal entram em conflito com as “demandas de atuação profissional com grande diversidade de expressões, de defesas e implementação de direitos e de limitações urocráticas, de poder e de recursos.” (FALEIROS, 2014, p. 707).

Em consonância com Faleiros (2014), a relação que o assistente social estabelece com aqueles que demandam seus serviços pode se configurar de forma a confrontar tanto a alienação imposta pelo capital, assim como a própria vivência dessa alienação na história pessoal, tanto do profissional quanto do usuário de seus serviços. Para tanto, pressupõe-se a perspectiva de emancipação do trabalho e do consumo alienado, próprio do cotidiano sob a égide do capital, enquanto perspectiva de apropriação de si mesmo e da própria história nos termos marxistas. Ainda aponta o autor que:

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência (FALEIROS, 2014, p. 710).

A construção de um projeto de sociedade tal qual aquele ao qual a profissão, de forma hegemônica, se filia, é um processo multidimensional no qual estão envolvidas diversas, complexas e particulares relações políticas e organizativas. Soma-se a esse contexto a relação estabelecida entre o profissional que, modo geral, apresenta maior poder de conhecimento, e até de salário, com os usuários de seus serviços. Essa construção é, então, um processo crítico-prático só possível ao priorizar as demandas e ações coletivas no território de ação,

articulando a estas a cultura e os conflitos que estão apensos a essa realidade, e que, inclusive, se mostram no cotidiano interventivo. Assim, a construção de respostas no cotidiano profissional pressupõe compreendê-lo numa totalidade que é a sociedade capitalista e que tanto possibilita quanto interdita a construção de respostas profissionais.

Não compreendemos que não há “erro” nesse processo que também é aproximativo e contraditório, e, ainda, tratando-se de aproximação às ações cotidianas desenvolvidas haja vista que é assim que a ação do assistente social, o seu exercício e o seu trabalho profissional ganharão forma. Podem existir, conforme expõe Guerra (2018), equívocos, aque como tais, também são circunstanciais, historicamente situados e, absolutamente, contraditórios, que inclusive não é uma exclusividade do assistente social.

Disso decorre que a questão a ser refletida não é o que o profissional realiza, como realiza. Não é a ação profissional mas a reflexão possível, a possível interlocução e mediação dos conhecimentos diversos com a realidade interventiva, com o cotidiano do exercício profissional que coloca em jogo, especialmente o estabelecimento da unidade teórico-prática. Em outras palavras, queremos dizer que não é a ação, com características que a princípio possam se mostrar imediatistas que é fundante, mas, é a reflexão, a constituição de conhecimentos, ações, elementos analíticos, diagnósticos possíveis e aproximativos que se constituem em elementos chaves para a unidade teórico prática.

Isso não implica em elevar a dimensão técnico-operativa ou o instrumento técnico-operativo como fundante, pois como o trabalho é instrumental e pressupõe a existência de elementos instrumentais para o homem, ele é parte e elemento indispensável para a aproximação reflexiva sobre o trabalho, aí entendido o exercício profissional do assistente social.

A resposta que eu teria que dar, justamente por isso acho que o planejamento das ações e a forma e a execução das ações, dos atendimentos, das demandas institucionais e profissionais. Eu sei que eu ainda não faço essa conexão real e prática, do movimento não do real, do real com o exercício profissional de forma tão aprofundada (Fala do Sujeito 06).

Para o Serviço Social é preciso buscar sua particularidade enquanto uma especialização do trabalho na esfera pública, inclusive com maior incidência na

política de Assistência Social – maior empregador como vimos dentre os profissionais na pesquisa.

Conforme instrui Battini (2016), é por meio da perspectiva ontológica do ser social, que os profissionais acessarão os elementos teóricos e políticos que irão conferir instrumentalização ao seu exercício profissional. Para a profissão é preciso se aprofundar no que é ser a profissão no tempo presente, com as defesas que ela se coloca e “é preciso apreender o Serviço Social como ser singular; com seu modo próprio de ser e de se constituir e como ser genérico.” (BATTINI, 2016, p. 169)

Logo, é processo, especialmente na busca da unidade teórico-prática e, como tal se faz necessário também criticar as racionalidades que dão sustentação ideo-políticas à sociabilidade atual. Caso contrário, o profissional sucumbe à racionalidade vigente, tal como:

Acaba que você se dedica pelo cotidiano, pela pressão do cotidiano, não por uma intenção como se entendesse que é mais importante, você acaba construindo o plano de trabalho e a intervenção socioprofissional, a visão, o recorte socioprofissional. Acho que fica meio solto por estar consumida pelo que a política exige de você (Fala do Sujeito 01).

Se levarmos em conta as políticas de seguridade social, as requisições institucionais a elas vinculadas conclamam por respostas padronizadas, e nesse sentido é impossível não se lembrar de como a partir do SUAS a Política de Assistência Social no Brasil caminhou por essa seara. O recurso às respostas padronizadas confere, essencialmente, uma intervenção por procedimentos, racionalizando e moldando o atendimento profissional dentro da perspectiva formal-abstrata.

A prática profissional, se reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas (SIMIONATO, 2009, p. 101).

Claro que a padronização facilita o estabelecimento de metas e a execução das diversas atividades apenas ao escopo do desenvolvimento da

política. Por outro lado, tal perspectiva operativa não propicia o desenvolvimento de senso crítico, por consequência, a unidade teórico-prática e, assim, o estabelecimento do exercício profissional a partir da compreensão hegemônica da profissão na atualidade.

Ao se submeter acriticamente a essa realidade, são ignoradas outras e fecundas dimensões da profissão, essencialmente a ética-política com as atribuições de controle e monitoramento tomando à frente da intervenção cotidiana. E, com esse desenvolvimento do exercício profissional, recuperam-se velhas, e inauguram-se novas formas de controle social da população, alvo das políticas.

Para tanto, se chegar a esse outro lugar, ou seja, à fundamentação dialética, a possibilidade da expressão na cotidianidade da unidade teórico-prática municiando o exercício profissional, que não é efetivamente um movimento fácil de ser captado sem se debruçar teoricamente sobre ele, para além de se negar aprioristicamente o pragmatismo, a razão abstrata, o empiricismo, faz-se necessário investimento individual e coletivo em formação, educação continuada e formação permanente.

A recusa da atitude pragmatista e do cotidiano como possibilidade síntese encontra-se ancorada nos princípios que orientam a profissão constantes no seus marcos regulatórios – Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão, Diretrizes Curriculares, resoluções do conjunto CFESS-CRESS – que apresentam uma base clara e contundente de recusa tanto da atitude pragmática quanto do senso comum que a acompanha.

Entendemos que captar um momento ou uma possibilidade de expressão da unidade teórico-prática no exercício profissional que se aproxime de paradigma diverso do hegemônico na atualidade, não implica que esse exercício assim se constitui de forma mais geral. Isso implicaria em negar a dialética e a historicidade do exercício profissional, que incidem, impactam e são elementos constitutivos de sua expressão.

O assistente social, na sua inserção nas diversas instituições e suas ambiências, depara-se com variadas demandas sociais. A questão que trazemos à reflexão é que essa inserção, nesses espaços ocupacionais, também se dá na própria reprodução a que estes se vinculam, sustentando-se ideológica e metodologicamente no pragmatismo, inclusive entranhando o pensamento empirista nas políticas sociais.

Em si não deveria se configurar como um problema para o profissional tal realidade, porém essa perspectiva institucional também estabelece o direcionamento da práxis do espaço institucional, ou seja, o resultado da relação teórico-prática a que a instituição se propõe como central, inclusive submetendo os trabalhadores à sua burocracia. É essa uma situação e contexto que não permite a construção de alternativas críticas que, ademais se constituir em realidade no cotidiano de inserção profissional, precisa ser superada criticamente no nível da elaboração teórica e no nível da atuação profissional.

Na nossa pesquisa, especialmente nas respostas dos sujeitos às entrevistas, o recurso às políticas públicas e sociais despontou como um grande elemento que congrega as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos assistentes sociais, delimitando e estabelecendo nortes de orientação que os profissionais afirmaram como caracterizadores de sua atuação.

Acho que a gente tem que ver que a política que tem de atendimento a esse segmento porque na política você tem algum parâmetro. É esse tipo de conhecimento que temos que buscar, da política, dos instrumentais (Fala do Sujeito 09).

Tive que me aprofundar para ver de onde veio aquele fundamento, de onde veio, para eu poder então articular com o conhecimento acumulado, o que é que o governo quer de resposta e como é que eu vou ter que trabalhar isso e junto com isso minha fundamentação (Fala do Sujeito 02).

Procuró sempre me pautar nas normas, diretrizes, na tipificação. Eu procuró sempre focar a prática, o dia a dia nessa parte teórica também, procuró me basear no que ela propõe, na minha rotina procuró sempre ligar com essa teoria, normatizações. (Fala do Sujeito 06).

Parece-nos que, enquanto recurso de fundamentação na relação teórico-prática, o acionamento das políticas públicas e sociais com as quais os profissionais são chamados a atuar, pela sua condição de trabalhador, retoma a necessidade de responder a demandas e requisições que estão postas na imediaticidade. Desse modo, as políticas sociais, surgem como elementos mobilizadores do conhecimento, para a elaboração das respostas profissionais.

A particularidade do conhecimento normativo, ou das normativas das políticas públicas e sociais, é de que estes apresentam mais especificidade porque dizem respeito ao corpo legal, assim como também irão apontar e prescrever regras,

padrões e preceitos. Nesse sentido, é fundamental o apontamento de Guerra ao afirmar que:

[...] a compreensão da mediação realizada pelas políticas sociais, expressas nas elaborações teóricas do Serviço Social, encontra-se influenciada por uma racionalidade analítico-formal, derivada da racionalização posta no/pelo processo de organização das relações sociais, capitalistas e redundam em análises reducionistas, sobre as questões sociais e suas resultantes; políticas sociais e funções estatais. Essas elaborações, por sua vez, tanto vinculam-se a diferentes projetos de sociedade, concepções de política social, de Estado e das funções que a ele competem, como delas são decorrência necessária (GUERRA, 2009, p. 141).

Ainda é válida a reflexão de que as normativas, pelas suas configurações, irão responder e expressar o projeto da política, que é o projeto do Estado e, por consequência, o projeto da sociedade em vigência, que se coloca em posição diametralmente oposta ao projeto da profissão.

Não se pode negar que o conhecimento das, e propiciado pelas, políticas públicas e sociais são centrais para o desenvolvimento do trabalho profissional, pois elas possibilitam a expressão desse trabalho nas demandas, requisições e atribuições postas nos espaços de trabalho em que o profissional se insere, ou seja, delimitam a dimensão técnico-operativo do exercício profissional.

Não se pode conceber a elaboração, planejamento, execução e avaliação da ação, do exercício ou do trabalho profissional numa política ou numa instituição vinculada à determinada política sem a incidência e o recurso à política pública e social afeta a esse determinado espaço.

Fui estudar, fui ler qual era a metodologia qual era a formatação, aonde ele estava respaldado. Tive que aprofundar para ver de onde veio, para eu poder então articular com o conhecimento acumulado, o que é que o governo quer de resposta, e como é que eu vou ter que trabalhar isso e junto com isso minha fundamentação. (Fala do Sujeito 03).

Por outro lado, compreender, conforme os profissionais trouxeram nas respostas ao questionário, essas políticas como caracterizadoras do seu exercício profissional, pressupõe a possibilidade de entendimento de que o desenvolvimento do trabalho profissional se dá sob os ditames, as regulamentações, as regulações e o ordenamento impostos pelas políticas e pelo Estado que as cria

sem questioná-las e os projetos políticos que estas trazem em seu bojo como elementos fundamentais para que a profissão atue.

Considero que trabalho na área da saúde, sempre tendo de me pautar em leis e, assim acompanho o processo até atingir o objetivo, ou seja, garantindo que o direito do paciente/usuário foi assegurado (Fala do Sujeito 08).

Apreendemos também que o exercício profissional fundamentado, única, prioritária ou exclusivamente, nas políticas públicas é incapaz de realizar aquilo a que a profissão se propõe, afinal é proposta da profissão e não do Estado ou Instituição na qual o profissional atua e que opera em campos ideológicos e teóricos diversos do proposto pelo Serviço Social. Ou seja, há projetos políticos em discordância na caracterização e expressão desse exercício.

Entendendo aqui projeto político conforme Gutierrez (2019, p. 46) expõe, fundamentada em Dagnino *et. al.* (2006), ao afirmar que a noção destes:

[...] privilegia o componente de intencionalidade da ação política ao designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.

O projeto político das políticas públicas e sociais, é o projeto da sociedade em vigência, o projeto burguês, que está em franca oposição ao projeto ético político do Serviço Social, o qual vislumbra a construção de outra sociabilidade e se filia as demandas e lutas da classe trabalhadora.

Consideramos assim que, diante das respostas profissionais que apontam os conhecimentos advindos dos direcionamentos das políticas públicas e sociais como centrais e caracterizadores do exercício profissional como sendo dificultadores do estabelecimento da unidade teórico-prática com vistas aos objetivos profissionais, as suas defesas e possibilidades de construções teórico-metodológicas porque estes operam em âmbitos, fundamentações teórico-filosóficas diversas das da profissão.

Contudo, é impossível subsumir esse conhecimento ou ainda não considerar sua centralidade e relevância, sendo que, na nossa concepção, os profissionais entrevistados, ao expressarem a centralidade dos conhecimentos das normativas das políticas públicas e sociais, indicam ser este o conhecimento

acionado primeiramente e, em seguida, os demais conhecimentos de outras ordens com os quais tenham acesso e possibilidade de recurso.

Logo, entendemos que, mesmo que no conteúdo das respostas expressas e por nós analisadas, demonstrarem indicação de fundamentação prioritária nas normativas das políticas públicas e sociais, não significa que a mediação de conhecimento acionada pelos profissionais se dá única e exclusivamente com o recurso desse tipo de conhecimento.

No entanto, também entendemos que sempre é um desafio cotidiano para os assistentes sociais operacionalizarem políticas sociais que, na perspectiva focalista em curso, reatualizam e reintroduzem a meritocracia, sendo que esta última já aponta, como explana Pereira (2009), a desuniversalização das políticas com clara tendência à direita.

Porém, por outro lado, o desafio não é imobilizador, ou seja, não impossibilita que, até histórica e contraditoriamente, agora em termos dialéticos, o profissional possa trabalhar esses conhecimentos a partir da perspectiva crítica, afinal realizar o Serviço Social na atual sociabilidade é desafio histórico, processual e contraditório, tendo em vista que nossa inserção profissional majoritária e historicamente se dá junto a essas Políticas Públicas e Sociais.

Também e no cotidiano do exercício profissional, as consequências econômicas, políticas e culturais da – sempre presente – crise do capital reconfigura as expressões da questão social, objeto da profissão. Realidade que não pode ser subsumida para a construção de possibilidades para o e no exercício profissional. Nos nossos espaços sócio-ocupacionais, administramos as transformações a que estão sujeitas as políticas sociais que cada vez mais se configuram como programas focalizados na pobreza e extrema pobreza.

Sob esse escopo e com tal postura, o risco está na limitação da reflexão e da intervenção social, nesta inserida o trabalho do assistente social a esses fins necessários mas insuficientes numa perspectiva emancipatória da classe trabalhadora. É o que aponta Yazbek quando afirma que:

Na Política Social a luta contra a pobreza toma o lugar da luta de classes. A perspectiva é de desenvolvimento dos “ativos” dos pobres, desconsiderando os fatores estruturais da pobreza, atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres (YAZBEK, 2016, p. 10)

Ora, para o assistente social instauram-se e instalam-se alguns problemas de saída na construção da unidade teórico-prática e, conseqüentemente, relação entre teoria e práxis em se tendo as políticas públicas e sociais como elementos centrais. A busca e o recurso do conhecimento advindo das políticas públicas e sociais e suas normativas mostram-se e expressam-se numa concepção política dos usuários que, em conformidade com a presente sociabilidade, se mostram incapazes, por não ser sua finalidade, de entender o sujeito usuário de forma a elevar sua potencialidade política e enquanto sujeito político. Logo, no recurso às políticas sociais e públicas como conhecimento que incidirá no exercício profissional cotidiano é importante estabelecer a consideração de que “o enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando na sociedade civil e no Estado a condução do processo” (Behring, 2009, p. 80).

Não queremos aqui apontar que, no exercício profissional cotidiano, no atendimento dos usuários junto a determinado campo ocupacional, o assistente social irá realizar política entendida conforme o senso comum e política partidária, o que é uma compreensão superada da ação profissional.

Nossa compreensão é de que a política possível é aquela da mobilização e articulação da classe trabalhadora, o que pressupõe que, junto aos conhecimentos das políticas públicas e sociais sejam mobilizados outros conhecimentos que não estão contemplados nelas. Isto é, a articulação e a mobilização conhecimento-ação dar-se-ão, de forma criativa e nova, na criação de possibilidades que não estão postas de imediato na atenção que o profissional irá realizar diante das demandas cotidianas de seus espaços de inserção profissional.

Ou seja, no exercício profissional, a consideração da centralidade das normativas e ordenamentos das políticas sociais e públicas na elaboração da unidade teórico-prática – sem negá-las porque seria negar o próprio espaço institucional onde se realiza o trabalho profissional – são insuficientes para atingir determinados objetivos a que a profissão se põe, haja vista que, essa conformação não possibilita, a constituição dos usuários como reais sujeitos de direito.

Não podemos negar que, para os profissionais, a relação teórico-prática e a unidade teórico-prática possa ser entendida e acionada sob um prisma instrumental. Consideramos que isso pode ocorrer até porque a própria reflexão, ou ainda a suspensão, enquanto momento de mediação, pode não ter sido considerada

nas respostas dos profissionais.

Ainda pode ser considerado que a unidade teórico-prática, enquanto elemento constitutivo do exercício profissional, nos espaços de inserção técnica, seja acionada dentro de determinado prisma de presteza e agilidade nesse movimento. E tanto esse movimento quanto o percurso estabelecido pela unidade teórico-prática que será executada e refletida pelo profissional só serão objetos de reflexão se e quando venha a ser requerido pelo profissional, pela profissão, pela instituição ou pela política.

O que procuramos aqui afirmar que é a unidade teórico-prática não é necessariamente objeto de reflexão racional, podendo inclusive ser acionada no cotidiano de formas mais rápidas e ágeis, o que não significa que são irrefletidas. Ou seja, não existe e não pode existir esquema, padrão ou roteiro para o processo de mediação que o profissional realizará seja executado.

No sentido do estabelecimento da unidade teórico-prática, como elemento instrumentalizador e componente da instrumentalidade profissional, o acionamento do conhecimento é insuprimível, seja ele qual for e seja qual for o movimento com ele realizado pelo profissional.

A bibliográfica crítica da profissão tem problematizado a atual configuração das políticas sociais, reduzidas a programas focalista. Nelas o trabalho do assistente social tem sido o de gerir sistemas (socioeducativo de condicionalidades, previdenciário, de saúde, de assistência social). Trata-se de sistemas criados pelos homens que já têm em si determina racionalidade dada pela intencionalidade em atender a determinadas finalidades/interesses para os quais foram criados (GUERRA, 2013a, p. 305).

O acionamento das políticas sociais irá cumprir, em este sendo realizado prioritariamente ou, conforme exposto pelos assistente sociais pesquisados como caracterizador do exercício profissional, os ditames sociais e societários da organização social em vigência., ou seja, os impostos pela burguesia. Se assim o exercício profissional se desenvolver, não é de se estranhar que o profissional não reconheça a sua profissão ou a forma com que a profissão se define e delinea na atualidade e seus fundamentos teórico-metodológicos como incapazes de instrumentalizar seu exercício, nessa inserção.

A compreensão do Serviço Social determinada pela forma fragmentada de inserção e apreensão da realidade com base em políticas sociais tipificadas em problemas sociais singulares tem a sua raiz no pensamento positivista e se encontra desde a emergência da profissão (COELHO, 2016, p. 44).

Desde que ele não estabeleça a relação crítica com esse conhecimento que, a nosso ver, só é possível a partir do recurso à unidade teórico-prática, problematizando, identificando e analisando os elementos contraditórios inerentes à Política Social e as suas incapacidades emancipatórias, e, dessa forma, obstaculizam-se as possibilidades imanentes da unidade teórico-prática, do exercício profissional. Ou seja:

Não tem como você fazer um atendimento e não perceber e não olhar para aquela pessoa, aquele usuário e entendendo que ela está dentro de um sistema que é algo maior. Porque senão eu estaria lá no conservadorismo, de olhar e de culpabilizar o usuário pela situação dele. E hoje tudo até é muito natural, fluido, acontece. Não tem como, em todos os atendimentos realizamos essa mediação e não tem como atender o usuário e não olhar ele dentro de um contexto econômico, político (Fala do Sujeito 04).

Sob esse escopo, não é difícil que o profissional “não veja a profissão” e que não exerça “o Serviço Social que aprendeu no curso” e que entenda que “a teoria na prática é outra”, ou seja, segundo aponta Coelho (2016, p. 45), sob essa perspectiva, o exercício profissional “permeado e fundamentado no pensamento burguês, não contempla a unidade entre teoria e prática”. E aí a teoria comparece e é utilizada como elemento justificador da realidade, e parece-nos que, ao tomar as políticas sociais como caracterizadoras do exercício profissional, esse é um caminho posto pelo assistente social para o desenvolvimento do seu trabalho profissional e que a reflexão sobre essa possibilidade e movimento é algo fundamental para o profissional.

Em contraposição, é necessário articular as dimensões do exercício profissional para que a análise crítica de situações concretas permita ao assistente social, enquanto sujeito profissional e como analista e investigador, questionar as implicações ético-políticas das finalidades explícitas ou implícitas nas atividades que desenvolve, o que é um desafio diante da realidade de condições de trabalho desses profissionais, assim como também é um desafio manter uma oposição segura e contundente ao conservadorismo profissional, enfrentando, de forma clara

e objetiva, as saídas pós-modernas que se fazem presentes no cotidiano e das metodologias das Políticas Sociais na atualidade. Também é importante, conforme menciona Guerra (2019) repensar a forma com que a formação em Serviço Social se aproxima e se apropria das Políticas Sociais, haja vista que:

Na formação profissional nosso investimento é muito maior em conhecer as Políticas Sociais e menos em desvelar, analisar, debater, produzir conhecimento sobre o Serviço Social, sobre o exercício profissional nas Políticas Sociais (GUERRA, 2019, p. 115).

Concordando com a autora, entendemos que é necessário problematizar as determinações das políticas sociais sobre a profissão, a relação política social e trabalho assalariado, ou seja, como o assistente social se insere junto às Políticas Sociais. A apropriação profissional das políticas sociais a partir da perspectiva de seu conhecimento, sua operacionalidade e funcionalidade das mesmas no capitalismo pode ser capturada pela lógica nelas incidente. Aceitar de forma acrítica as atribuições que estas propiciam aos profissionais enquanto trabalhadores, realizando procedimentos formais, burocráticos e padronizados e, por consequência, não construindo alternativas e, mais grave, confundindo o Serviço Social, profissão, com a política social, espaço de exercício da profissão são possibilidades que inclusive levam, conforme já desenvolvemos, à possibilidade de entendimento de que “a teoria na prática é outra”.

Eu acho que não fica impedido, fica prejudicado porque você acaba tendo um investimento da aproximação do referencial teórico da política da qual você está. E é um conhecimento que você precisa absorver. Em razão desse investimento que você faz prejudica no investimento do referencial teórico-metodológico da profissão”. (Fala do sujeito 01)

Conforme Guerra (2016), o Serviço Social apresenta uma histórica tendência ao ecletismo que insta a profissão a utilizar tanto a política social, quanto a requisição institucional como aporte teórico mais caracterizador, o que aproxima o exercício profissional ao pragmatismo e à resposta rápida, assim como leva o profissional a colocar os objetivos sociais e políticos que são circunscritos às políticas públicas e sociais como centrais no desenvolvimento do seu trabalho, não problematizando e criticando sua execução cotidiana e finalidades ali inscritas.

A intencionalidade, a firmeza de princípios ou a posse de um projeto

ético-político que está na direção contrária dessa lógica pode alterar a lógica das políticas sociais e imprimir outra direção ao exercício profissional, o que não implica no entanto, em solucionar os problemas, mas sem a construção de mediações entre a política social e o trabalho assalariado, o que o exercício profissional realiza é ilusão, messianismo, voluntarismo, fatalismo.

Para os trabalhadores, modo geral, e para os assistentes sociais, na execução de seu trabalho é possível resistir à lógica positivista, que se dá a partir da reflexão e da ação crítica em unidade na diversidade dialética tendo em vista a situação, contexto e realidade objeto da reflexão, análise e ação. Claro que, para tanto, são necessárias, também, a educação permanente e a formação continuada do profissional, haja vista que:

O trabalho do assistente social é, pois, a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (regulamentação profissional, código de ética, diretrizes curriculares da formação profissional), projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional (RAICHELIS, 2010, p. 753).

As políticas sociais, com sua configuração finalísticas ou com fim em si mesma, elevam as práticas assistenciais como centrais, para que favoreçam o consumo de bens e serviços como finalidade última. Também ratificam a perspectiva da sociedade ter como centro de sua organização a mercadoria e a recusa da propriedade coletiva dos meios essenciais de produção e trabalho, o que se encontra em franco desacordo e desalinhamento com o projeto da profissão na atualidade. Todavia o Projeto Profissional não é obrigação. É escolha consciente do profissional. Com ele é possível captar o capitalismo, a partir de sua lógica e leis fundamentais, com vistas à sua superação, o que requer e pressupõe a possibilidade do desenvolvimento da ação transformadora, que se dará não por meio de uma categoria, mas da luta geral da classe trabalhadora.

A particularidade captada nas respostas, e aqui apresentadas, de recurso a elementos e relação teórico-prática que aparentam, na análise do conteúdo das respostas, como aproximadas de uma perspectiva pragmática, assim como aproximadas das normativas e legislações impostas nos espaços sócio-ocupacionais ao exercício profissional, demonstram um determinado tipo de

acionamento do conhecimento por parte dos assistentes sociais.

No entanto, afirmar que essa aproximação configura o exercício profissional como pragmático ou apenas vinculado às demandas impostas pelas políticas públicas e sociais é incompleto, inconcluso, impreciso e insuficiente.

Conforme já apontamos, o universo de recurso do campo teórico acionado pelo assistente social é plural e múltiplo, multifacetado, e, se na exposição do profissional, e na análise que ele faz do seu cotidiano profissional, há determinandos acionamentos que se destacam, muito se deve à necessidade e à premência da resposta que o profissional se impõe e da sua análise particular de como o seu exercício profissional se desenvolve, ou seja, às mediações necessárias que realiza.

O concreto pensado orienta a prática por mediações, que são expressões históricas das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou, sendo [...] indicadores seguros e fecundos, do ponto de vista histórico-social, porque efetivamente constituem-se na expressão concreta do evoluir no processo de enriquecimento humano, na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações, na sua saga de buscar mediações cada vez menos “degradadas e bárbaras” e cada vez mais humano-igualitárias, tanto no plano do ser social quanto no plano do controle da natureza (PONTES, 1995, p. 78).

A unidade teórico-prática, então, para os profissionais, dá-se na perspectiva de processualidade interinstância – teoria e prática –, sendo necessariamente desenvolvida como movimento e associada com a historicidade. Em outras palavras, não pode ser entendida fora do contexto histórico em que se dá, com todas as suas possibilidades e desafios postos para os profissionais, o que implica a perspectiva da contradição dialética também entre o conhecimento (teoria) e a ação profissional (prática).

Eu penso que sem o conhecimento teórico não existe a prática, então essa relação eu penso que ela tem que existir. Não adianta você pensar que ‘na prática é outra coisa’. Você tem que estar sempre tentando caminhar junto (Sujeito 05).

Não tem como, os atendimentos a gente faz essa mediação e não tem como atender o usuário e não olhar ele dentro de um contexto econômico, político. Porque sem a teoria não teria como você fazer os atendimentos até porque você não teria embasamento teórico. Na

prática profissional você acaba colocando a teoria dentro dessa prática profissional. Não tem como. É algo inerente (Sujeito 03).

Mas eu entendo que não dá para fazer, dicotomizar, separar essa questão do referencial teórico-metodológico da intervenção profissional no campo que eu trabalho (Sujeito 02).

Não existe uma composição teoria e prática. É intrínseco. Não há como a gente atuar sem a unidade. É uma unidade de pensar. De pensar! É uma coisa que ela é automática. Digo 'automática' quando você estuda, se debruça sobre o que a prática te apresenta. Ela é indissociável (Sujeito 04).

A unidade teórico-prática é percebida também como processo de igualdade valorativa entre o saber advindo da realidade interventiva e os conhecimentos acionados pelo profissional. Estabelece-se uma processualidade de compreensão e exploração investigativa da realidade interventiva/investigativa e de produção de conhecimento na qual o profissional se insere.

A palavra unidade responde isso então elas caminham juntas porque a gente vai num primeiro momento de investigação de uma dada realidade, você levanta elementos daquela realidade. Eu tenho que entender a realidade, ainda que sob um viés do que a pessoa está me trazendo, é o primeiro momento que eu vou explorar aquilo, as informações (Sujeito 08).

Também foi informado nas entrevistas que os profissionais percebem a unidade teórico-prática como processo de elaboração, de construção de saber em que, dialética e historicamente, a relação de unidade na diversidade estabelecida propicia a construção do novo, da percepção mais aproximada do objeto de intervenção/investigação.

Porque o que está escrito lá, no referencial teórico, não é exatamente aquilo que se apresenta, mas eu tenho como fazer uma elaboração a partir daquilo que eu reuni e trazer concretamente (Sujeito 09).

Tal como exposto na fala da entrevistada, o processo entre a teoria, o campo teórico, os conhecimentos e o campo da ação e da prática pressupõem mediação, elaboração, movimento e contradição. É um processo essencialmente dialético, nos termos marxistas.

Os conhecimentos – e mais especificamente os referenciais teóricos com os quais a profissão dialoga e que subsidiam o seu exercício profissional – só

são acionados a partir da apropriação que o assistente social apresenta e dos quais dispõe. Assim, será a realidade interventiva, para o assistente social, que se constituirá como tese e que propiciará o acionamento do conhecimento, que – como antítese – possibilitará, a partir do movimento de mediação que o profissional realizará, chegar a determinada síntese, a qual se coloca como o objetivo/a necessidade de que a realidade interventiva coloca para o trabalho do assistente social. Tal movimento é sempre aproximativo, inconcluso e histórico porque essa mesma síntese se constituirá, em prosseguimento, em nova tese dentro do movimento dialético.

É sob esses termos que a unidade teórico-prática se dá em uma processualidade, com um movimento alimentador e retroalimentador entre essas duas instâncias, sempre chegando a sínteses provisórias que levarão a outras sínteses. Essa unidade também está vinculada à perspectiva de historicidade, nunca podendo se afirmar como acabada, sempre em construção e dinamicidade, em movimento e contradição.

A historicidade, como exposto no dicionário Michaelis, é um conceito que possibilita estabelecer o significado da dinâmica humana, assim como a apreensão e a transformação de valores, crenças, costumes, instituições ocorridas durante a história humana. Nessa perspectiva, qualquer compreensão do mundo real pelo homem não se origina de sua mente, é imutável ou incapaz de se desenvolver. Nesse escopo, os sentidos que uma pessoa atribui às relações que estabelece consigo mesma, com a natureza, com os outros seres e com a sociedade estarão sempre sujeitos à mudança.

Logo, toda a historicidade tem seu regime que, nas palavras de Hartog (1996, p. 2), é:

[...] uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma nêutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de vivenciar nosso próprio tempo.

No que tange ao Serviço Social, o seu exercício profissional, além das constrictões próprias do estatuto assalariado, é impactado assim como responde às condicionalidades impostas pelos caminharos histórico e social da sociedade – no

nosso caso, brasileira – em que se desenvolve. As experiências sociais, políticas, culturais, econômicas e estruturais pelas quais o país, o estado, a região e o município em que o profissional atua também impactam sobre as possibilidades de desenvolvimento de seu exercício profissional cotidiano.

Para tanto, também se faz essencial trazer para a reflexão a perspectiva de totalidade, que propicia uma aproximação ao conhecimento de forma crítica e como possibilidade de serem construídas sínteses. Assim, conforme Lukács (1967, p. 240):

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Um fato é um todo composto de partes, leis e relações que estão em relação entre si e em constante movimento. Como resultado, há a fragmentação e a desarticulação do todo que elimina a possibilidade de se aproximar por meio do conhecimento do fato como um todo. O conhecimento de uma parte ou de uma região do todo não é o conhecimento do todo. Aproximadamente, o conhecimento do assistente social das características dos sujeitos da sua ação profissional não significa que o profissional conheça os demais sujeitos da mesma região, do mesmo estado e do mesmo país.

Numa totalidade, o conhecimento das partes e do todo, além de aproximativo, promove mediações e outras aproximações tanto à parte quanto ao todo. Será nesse movimento dialético e contraditório, realizado pelo conhecimento, que possibilitará ao investigador se aproximar tanto do todo quanto das partes que formam o todo, ou seja, suas determinações.

Não se pode, destarte, ter um conhecimento do todo ou de partes dele apartado da totalidade, isolado dos seus elementos constitutivos e de suas determinações ontológicas. E essas determinações só serão alcançadas e apreendidas se a análise percorrer a transversalidade essencial do todo em questão. Dessa forma, não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados os seus elementos entre si e em relação à totalidade e desconhecidas suas leis, não é possível captar a amplitude de

determinações ontológicas das partes e da totalidade – determinações que só podem ser apreendidas, conforme já dito, se a análise percorrer a transversalidade essencial do todo.

A totalidade é constituída de categorias e relações simples, e dentre essas, algumas fundamentais que, ao serem conhecidas, possibilitam a reconstrução abstrata do todo. O todo é estruturado e hierarquizado e é preciso alcançar, pelo pensamento, essa sua constituição para se estabelecer uma aproximação à sua essência.

Sendo assim, e como desenvolvemos ao longo da tese, a unidade teórico-prática é elemento constitutivo da instrumentalidade e do exercício profissional bem como necessidade decorrente da constituição da profissão, do seu caráter teórico-prático, não excusando na relação dialética entre a teoria e a prática os diversos, plurais e, às vezes, inconciliáveis conhecimentos com os quais o profissional lida no seu cotidiano.

Eu não me vejo neutra: faço porque eu aprendi a fazer isso! Não. Eu faço conduzido pelo compromisso. Esse compromisso tem um respaldo teórico. É um compromisso que me movimenta a agir (Sujeito 02).

Assim, reafirmamos a centralidade do atual Projeto Ético e Político da Profissão para o exercício profissional e sua realização de forma crítica. Também entendendo essa forma crítica como a mais elevada, nos termos de Guerra (2018), de estabelecer a relação entre teoria e prática. E, por conseguinte, para que o assistente social que recorra a perspectiva crítica, possa estabelecer análises mais profundas, além de compreender a realidade social que incide sua ação profissional e na qual também desenvolve seu trabalho de forma que tenha clareza teórico-metodológica tanto das possibilidades quanto dos limites do exercício da profissão, e possa desempenhá-lo com competência.

Com essa compreensão, também entendemos pertinentes os apontamentos de Netto (2018) relativos ao Projeto Profissional que, sendo crítico, pressupõe o recurso à unidade teórico-prática como elemento fundante do exercício profissional, quando diz que:

Não tive provas, nos últimos anos, de nenhum questionamento direto significativo a esse projeto; o que tenho constatado é que a forma de pô-lo em causa não tem consistido em enfrentá-lo abertamente: consiste em proclamá-lo e em invocá-lo como se fora um projeto cujo pluralismo não tem fronteiras e que portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórico e prática (NETTO, 2018, p. 65).

Conforme Netto, ao apontar que o Projeto Profissional tem fronteiras, especialmente relacionadas ao pluralismo, tomamos a assertiva especialmente relacionada à forma e ao conteúdo utilizados pelos assistentes sociais para estabelecer a interlocução teoria e prática, especialmente afirmando que é problemático o acionamento caracterizador do exercício profissional no que tange à relação teoria e prática e à unidade teórico-prática de pressupostos – como verificamos na pesquisa – aproximadas ao pragmatismo e às normativas das Políticas Públicas e Sociais. Assimilamos, ademais, que não será com essas fundamentações e acionamentos que, tomados de forma estanque, o Projeto possa vir a ser posto à prova, ou que tenha questionamentos significativos, como nas palavras de Netto.

O recurso à unidade teórico-prática, conforme compreendemos e defendemos, é especialmente fundamental para uma profissão analítica/interventiva/investigativa como o Serviço Social. As possibilidades de qualificar o exercício profissional a partir do recurso à teoria e, por consequência, ao método dialético são muito mais expressivas e contundentes, mesmo que, por atuar especialmente no cotidiano da classe trabalhadora, as possibilidades de “respostas” não estejam imediatamente dadas no acionamento desse recurso.

Isso porque, na visão marxista, conhecer é extrair da realidade seus elementos constitutivos; é reproduzir mentalmente o movimento do real, com o objetivo de transformar essa realidade, ou melhor, conhecer para atingir algo. Logo, pressupõe tempo, análise, reflexão, claros objetivos e finalidades. Assim, e conforme Marx e Engels (2007), a teoria entendida no seu sentido amplo é a reprodução ideal do objeto a ser conhecido. E, entre esse ideal e o objeto, estabelecem-se pelo sujeito infinitas mediações. Portanto:

A teoria quer conhecer, pelo pensamento, o que está produzido, ou seja, conhecer a prática social para poder modificar essa produção (material, social, espiritual). A teoria oferece, assim, a interpretação do real. Transformar esse real está no âmbito da prática social e requer outras mediações. Conhecer o real, interpretá-lo, é condição para transformá-lo, mas somente conhecer não basta, apesar de imprescindível (SANTOS, 2010, p. 267).

Não há relação imediata possível, especialmente para o Serviço Social e para a construção das respostas profissionais, em se esperando da teoria ou do campo teórico possíveis respostas instrumentais. Constatamos que as respostas, sob esse viés, estão dadas em outras fundamentações e que, dessa maneira, não possibilitam, por outro lado, municiar a complexidade da realidade social e das possibilidades para o exercício profissional do assistente social.

A unidade teórico-prática é complexa, e para referendar o exercício profissional necessita de mediações, que transformam tanto o campo teórico quanto o prático, porquanto é relação de movimento e contradição, sempre novo, processual e histórico. Assim:

Da prática à teoria, o vaivém é constante, e ele não poderia excluir os desvios ou as mediações que são próprias do processo do conhecimento. [...] A concepção tradicional da teoria e da prática se acham profundamente remexida neste sentido. A segunda não está mais reduzida ao fazer elementar do empírico, do cotidiano, do contingente em que se rebaixaria a primeira, ela é produção material pelos homens de sua existência, portanto igualmente de seu pensamento: ela é história real (LABICA, 1990, p. 143-143).

Na concepção marxiana, então, a relação teoria e prática não está dada na imediatez, tanto na temporalidade quanto nas mediações possíveis a serem realizadas e interpostas entre elas. É uma relação, consoante valida Marx, *post festum*, porque segue um caminho científico oposto ao desenvolvimento real.

Quando você fala de prática, de colocar em exercício a sua mão de obra, o seu trabalho é porque existe uma análise, uma avaliação, um movimento prévio para aquele movimento posterior (Sujeito 09).

Como sendo posterior, *post festum*, a possibilidade de alguma teoria revelar enigmas, situações e possibilidades da realidade – mesmo que numa leitura imediata possa parecer de relação paradoxal – será de natureza histórica e social, cujo desenvolvimento possa ser captado pela consciência. Assim, “a teoria penetra o

objeto, dissolve sua aparência, busca suas relações, sua lógica constitutiva, suas mediações (particularidade histórica).” (GUERRA, 2018, p. 7).

A teoria é, pois, uma forma de apropriação do mundo. E o conhecimento dado pelo espírito prático (senso comum) é conhecimento que vem da experiência e que permite a manipulação do mundo. À vista disso, ambos são modos de a consciência se apropriar do mundo, porém são conhecimentos de naturezas, significados e estatutos diferentes. Para o assistente social, parece-nos que essa é uma compreensão fundante para o recurso à teoria e à prática em complementariedade, em unidade na diversidade. E, se na expressão dessa unidade, apresentam-se formas diversas, parece-nos que está constituído um problema da compreensão destes, que é problema de formação/educação profissional a ser enfrentado.

Tanto no exercício quanto na formação profissional, a passagem da teoria para a prática e da prática para a teoria não é direta. É um processo que necessita das definições dos fins, que envolve um plano ético e político bem como a escolha dos meios, o que abrange, também, um processo de valoração e um encaminhamento técnico-operativo que ocasiona uma determinada complexidade na construção da unidade teórico-prática.

Você pensar que está trabalhando com pessoas que necessitam de respostas e você precisa ter um sobressalto de qualidade, ter e responder à demanda profissional é complicado. Talvez seria mais fácil fazer um relatório que responda à demanda institucional, ver, avaliar e ponto (Sujeito 07).

Eu vejo muitas pessoas falando que o marxismo ou a teoria social crítica não dá respostas que a profissional precisa. E não dá mesmo. Na verdade, qualquer teoria não vai dar. Porque cabe ao sujeito construir esse movimento do real (Sujeito 08).

Requerem-se, aí, a finalidade e as condições de sua efetivação, condições objetivas e subjetivas em articulação permanente. Igualmente, fazem-se necessárias a busca, a criação ou a modificação de meios para se alcançar determinada objetividade posta, isto é, as alternativas que estão presentes na realidade e que precisam ser apropriadas.

Para tanto, o exercício profissional requer, além disso, diferentes tipos de conhecimentos, quais sejam: teóricos, filosóficos, artísticos, procedimentais, assim como de condições – teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-

operativas – que estão circunscritas nas dimensões da profissão. A apropriação, o conhecimento, o acionamento, a reflexão acerca desses complexos elementos são dados e não são imediatamente adquiridos no processo formativo, porém não podem ser relegados nesse processo. Na verdade, faz e fará parte tanto da educação permanente quanto das possibilidades de formação continuada. Isto posto, percebemos que, para tanto, não só o profissional mas como também a categoria e suas representações constituídas necessitam redobrar esforço para esse fim.

Não se pode negar que o assistente social – especialmente o profissional que esteja distanciado das reflexões teóricas mais afetas ao universo acadêmico –, no seu exercício profissional cotidiano, possa procurar conhecimentos vinculados ao senso comum. Nessa busca, irá estabelecer relação com o, pelo e no cotidiano obtendo respostas que possam, num primeiro momento, se mostrar mais apropriadas às suas necessidades de relação teórico-prática.

Porque o que está escrito lá, no referencial teórico, não é exatamente aquilo que se apresenta mas eu tenho como fazer uma elaboração a partir daquilo que eu reuni e trazer concretamente (Sujeito 08).

No campo teórico-metodológico, é necessário que a ação sobre a realidade seja consciente, entendendo seu significado social, conhecendo os traços determinantes da instituição, compreendendo as dimensões universais e particulares das expressões da questão social que constituem as situações singulares dos sujeitos que chegam ao Serviço Social. O assistente social tem, pois, uma competência teórica que implica apreender o movimento da realidade, identificando os limites e as possibilidades da e para a ação profissional nessa sociedade capitalista, conhecendo novas expressões da questão social, e nelas intervindo, avançando e recuando.

Para mim a relação teórico-prática é como eu coloco o meu fazer profissional e como eu dou sentido a ele, como eu respondo a ele, não trazendo sofrimento para mim, não passando pelo crivo do que eu penso, do que eu acho. A minha relação deve ser pautada naquilo que realmente eu acredito. Como eu construo o meu projeto de vida? O meu projeto profissional? Qual a linha que eu entendo? Que eu defendo? Porque tenho que construir e tenho que manter uma relação com o outro de uma forma que eu entenda que não interfira de forma negativa, mas que venha dar respostas minimamente satisfatórias, alternativas (Sujeito 09).

No campo técnico-operativo, somos desafiados para efetivar as finalidades ideais, apreendendo as mediações necessárias à passagem dos conhecimentos teóricos e políticos à intervenção profissional, criando estratégias, táticas e políticas para propor e defender, junto à instituição, projetos de ação afinados com as competências e atribuições da profissão, garantindo nossa autonomia técnica. Ademais, no sentido de reforçar a socialização de informações e dos direitos sociais; extrapolar abordagens individuais e individualizantes; fortalecer canais de articulação com entidades e movimentos sociais; construir alianças com os usuários; buscar a desburocratização das relações com a população; investir nos trabalhos de educação e mobilização popular; e sempre desenvolver postura investigativa no cotidiano profissional.

Compreendemos que, no quadro histórico vivenciado pelos assistentes sociais na região de Presidente Prudente – mas não só para estes –, tais possibilidades e encaminhamentos não são facilmente realizados ou estão dados para acionamento imediato. Requerem a articulação da categoria como um todo, assim como dos profissionais nas suas singularidades. A realidade posta é complexa, e de difícil resolução, haja vista as particularidades regionais. Todavia, não nos parece ser possível nos furtarmos do seu enfrentamento.

O que a realidade interventiva e a aproximação aos sujeitos nos deixou claro é que há várias possibilidades e formas aproximativas de (re)construção da realidade, de acionamento dos conhecimentos. Além disso, que todos os profissionais, de suas formas particulares, tomam o constructo teórico como determinantes do seu exercício profissional.

O fato é que a atuação do assistente social se dá junto a trabalhadores que, na atualidade, se encontram explorados de forma mais adensada do que foi descrito por Marx em seu tempo. São, sim, em sua ampla maioria, o lumpemproletariado super explorado pelo capital nas suas características na contemporaneidade e que dispõe, nos seus espaços de intervenção, de políticas públicas e sociais que – além de apresentarem debilidade para a possibilidade de manutenção de direitos da classe trabalhadora – são, conforme já pontuamos, no Brasil, cada vez mais reduzidas. Por outro lado, e:

Apesar desses limites que devem ser reconhecidos, cumpre ressaltar que ainda assim a leitura que o profissional faz dos elementos constitutivos do seu exercício profissional é fundamental para o alargamento das possibilidades de atenção de necessidades do cidadão em questão: apreender o usuário dentro de suas condições materiais e perceber as refrações da “questão social” é a única forma de superar preconceitos e a psicologização da “questão social”, possibilitando recobrar a perspectiva de totalidade da questão em tela, procedendo os encaminhamentos e intervenções mais adequadas; perceber o Estado e as políticas sociais no âmbito da luta de classes enquanto se domina a burocracia e a técnica são fundamentais para gerar respostas criativas (LACERDA, 2014, p. 27).

Como se vê, põe-se, de maneira mais densa, a contradição intrínseca ao exercício profissional – de atuar junto ao Estado e buscar a atenção aos direitos da classe trabalhadora – e repõem-se as condicionalidades que estabelecem tanto limites quanto possibilidades para o assistente social. Em contrapartida, é na possibilidade de atuar e lidar com esses elementos, apreendê-los por meio do acionamento dos conhecimentos diversos, que assegura uma determinada teleologia para o assistente social vinculada a um também determinado projeto de profissão, com clara referência crítica.

É, a partir da perspectiva crítica, que o assistente social pode estabelecer sínteses aproximativas da realidade em que atua. A mediação – não apenas como categoria analítica mas, essencialmente, como elemento fundante da instrumentalidade profissional – apresenta-se como o elemento que propiciará o sentido e a direcionalidade da unidade teórico-prática possibilitando que as respostas profissionais atendam a necessidades e finalidades diversas postas no trabalho desenvolvido pelo assistente social.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A unidade teórico-prática é um ato crítico pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária e a teoria realista e racional. [...] a realidade é rica das mais bizarras combinações e é o teórico que nesta bizarraria, deve rastrear a comprovação de sua teoria, ‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato”.
Cadernos do Cárcere, v. 3 – GRAMSCI

As sucessivas aproximações construídas em direção ao objeto desta tese, assim como o caminho percorrido entre a investigação e a exposição, permitiram compreender o exercício profissional como síntese dos processos estabelecidos e das mediações realizadas pelos assistentes sociais da região de Presidente Prudente – SP entre os conhecimentos teóricos acessados a partir de sua formação profissional. E, no decorrer de sua atuação, a realidade vivida e as demandas apresentadas pelos usuários e direcionadas aos profissionais nos seus espaços de inserção.

Nessa mediação, o estatuto de profissional assalariado mostrou-se como característica ineliminável para o estabelecimento das aproximações a esse objeto e que, conjugado com os elementos anteriores, dão substância à natureza contraditória do exercício profissional dos assistentes sociais.

Ao buscar **analisar as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos assistentes sociais**, evidenciou-se que, enquanto processo, a relação e o recurso aproximativos entre os campos da teoria e o da prática estabelecidos pelos profissionais bem como o recurso à unidade teórico-prática são impactados pelas condições de trabalho às quais os profissionais estão submetidos.

Desse modo, o objeto desta pesquisa – **o exercício profissional dos assistentes sociais** – apresentou-se e apresenta-se tensionado pela disputa entre projetos societários assim como pelo seu acionado para executar, planejar e administrar as políticas públicas e sociais construídas pelo Estado para o atendimento das demandas da classe trabalhadora, e também, contraditoriamente, respondem às necessidades da classe dominante.

Com o intento de abeirar e conhecer essa temática, foi preciso empreender um processo de análise em direção à compreensão da processualidade

da expressão da unidade teórico-prática presente no exercício profissional, o qual se deu:

- a) Na sua compreensão enquanto fenômeno;
- b) Na identificação das dimensões maiores nas quais esse fenômeno se insere;
- c) Na explicação do fenômeno em função dos determinantes externos a ele, que, porém, o influenciam e condicionam, compreendendo estes enquanto totalidades parciais.

Posteriormente, foi necessário realizar uma viagem inversa, haja vista que a realidade social como “uma rica totalidade de determinações e relações” (MARX; ENGELS, 1989, p. 229) estabelece os mecanismos e possibilidades para que a unidade teórico-prática – enquanto acionamento de recursos profissionais e processo para a expressão do exercício profissional e construções individual e coletiva do assistente social – propicie que a ação profissional se apresente na consecução dos diversos objetivos que se põem para o Serviço Social no tempo presente.

O exercício profissional foi aqui pensado a partir das características que apresenta na contemporaneidade. Dito de outra forma, sua realização é tensionada pela condição do assalariamento, com a profissão ocupando particular espaço na divisão social e técnica do trabalho advinda da requisição de atuar com as expressões da questão social que se dá por meio de execução, organização, planejamento e avaliação de políticas públicas e sociais.

Esse exercício profissional – cuja existência procura atender às necessidades humanas não atingidas pelo mercado na sociedade capitalista – obriga o assistente social a lidar com componentes heterogêneos nos diversos espaços de sua inserção, mobilizando, para tanto, formas particulares de acionamento de seu saber/fazer nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política da profissão – que implica o acionamento da unidade teórico-prática.

Para que realize tal ação, a formação profissional em Serviço Social ganha relevância e prioridade para que o exercício se expresse e se constitua a partir de fundamentos determinados, até mesmo por se tratar, na divisão social e técnica do trabalho, de profissão com especializado saber. No Brasil, para o exercício da profissão, é necessária formação graduada para que se desenvolvam

determinados conhecimentos, saberes, técnicas e ações esperados para o profissional, inclusive com a necessidade de que a formação, conforme é hegemonicamente entendida na profissão, forme um profissional crítico, competente e propositivo.

Entretanto, esse exercício, fundamental para que se processe a unidade teórico-prática, trará imposição das características com que o trabalho profissional será desenvolvido, suas condições de trabalho que irão impor limites e possibilidades, as requisições e demandas, as atribuições e competências do profissional que impactarão na construção da unidade teórico-prática. Somam-se a essa situação e esse contexto os conhecimentos que o profissional mobilizará, configurando sua instrumentalidade e o agir numa possível e determinada práxis profissional.

Desse modo, e tendo em vista esses elementos, algumas sínteses provisórias foram construídas na busca de apreender o objeto de pesquisa, colocando em questão as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos assistentes sociais.

O exercício profissional é expressão da dimensão técnico-operativa da profissão por demonstrar o que é e como é o Serviço Social. Logo, o que fundamenta e dimensiona esse exercício – teórica, metodológica, ética e politicamente – só ganha forma e visibilidade nesse processo de execução.

Esse exercício, no tempo presente, sempre será tensionado a responder às requisições impostas pelo contrato de trabalho a que o assistente social irá se submeter. Isso remete que o profissional terá sua ação condicionada a dar respostas aos demandantes/ contratantes de sua força de trabalho por meio das imposições do seu contrato de trabalho assalariado e que estabelece, assim, a relatividade da autonomia do profissional no desenvolvimento das ações técnicas.

Nesse sentido, os fenômenos vinculados ao exercício do Serviço Social enquanto profissão não gravitam e se efetivam da mesma forma nos diversos espaços de inserção profissional, assim como a expressão desse exercício se apresentará numa pluralidade de possibilidades e realizações interventivas, demonstrando, na caminhada que percorremos, que exercer a profissão é algo complexo, tenso, denso e eivado de historicidade contraditória e movente.

Como achado da pesquisa, junto à revisão de literatura, no debate profissional, captamos a reflexão sobre a unidade teórico-prática a partir dos

fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social que, nos artigos acessados, entendem que a dicotomia entre teoria e prática expressa por alguns segmentos da profissão é um dilema de ordem teórico-metodológica, implicando, assim, compreensão e apreensão consciente sobre a relação e a unidade teórico-prática para o exercício da profissão.

Acerca de um segundo achado da pesquisa bibliográfica, com relação ao exercício profissional e também associado à formação em Serviço Social, estão a análise do estágio supervisionado e a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, enquanto lócus da formação e construção da unidade teórico-prática. Momento crucial no processo formativo em que o aluno-estagiário irá estabelecer as mediações entre o conhecimento teórico em construção e as possibilidades interventivas que serão acessadas e acionadas no seu processo de formação.

E essa é uma realidade contextual porque a relação estabelecida entre os atores desse processo irá imprimir a possibilidade tanto de entendimento quanto de acionamento da unidade teórico-prática do futuro profissional, além de demonstrar como tal unidade é pensada, construída e trabalhada entre estagiário/supervisor de campo/supervisor acadêmico. É momento estratégico e de construção de mediações entre o campo teórico e o campo prático, estabelecendo-se o perfil técnico do profissional e ensejando as possibilidades de entendimento de como está sendo e será construída a unidade teórico-prática no Serviço Social na contemporaneidade.

Como terceiro achado no debate, verificamos a reflexão sobre as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional do assistente social, tendo em vista o seu dimensionamento no trabalho cotidiano, nas características do perfil e do exercício profissional.

Desse modo, no discurso apresenta-se recorrente, em segmentos dos profissionais acerca de um determinado descompasso entre as proposituras profissionais, que estão explicitadas hegemonicamente, por meio das instâncias representativas da profissão, para o desenvolvimento do trabalho e o que é determinado pela organização contratante para o desenvolvimento do trabalho.

Por outro lado, mesmo que se tome como existente tal possibilidade, em determinados espaços de trabalho, não significa dizer que não há possibilidade de construções teórico-práticas, que retoma a importância da atitude investigativa no e para o exercício profissional, assim como da sistematização de dados, entendida,

conforme aponta Netto (1989), enquanto situação “pré-teórica” e, que em conjunto e na articulação com os diversos conhecimentos acionados, possibilitará a construção de particulares mediações que, enquanto momentos aproximativos, se tornam centrais para traçar a unidade teórico-prática e, por consequência, fundamentais para a construção do conhecimento sobre a profissão.

O Serviço Social tem, historicamente, e desde de sua origem, tanto mundialmente quanto no Brasil, uma ineliminável relação com as políticas públicas e sociais, que são ações realizadas pelo Estado junto à classe trabalhadora. Assim, o Estado convoca, referendando a existência da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social de forma específica – mas não somente essa profissão – para exercer atividades com o proletariado e, mais especificamente com o lumpemproletariado.

Tal realidade coloca-se tanto como requisição quanto constrição ineliminável da profissão que, chamada pelo Estado, trabalhando em diversos e plurais campos sócio-ocupacionais, irá lidar diretamente com a execução dessas políticas, assim como também no planejamento, na gestão e na avaliação de programas, projetos e, serviços que tenham como alvo os usuários pertencentes a esses segmentos sociais.

Para tanto, o assistente social, recorre a conhecimentos, como mediação, tanto para compreender a realidade social na qual é chamado a atuar, quanto como suporte para a gestão dessas mesmas políticas, o que torna o universo interventivo central para a construção dos saberes que o profissional irá criar, destacando, dentre esses conhecimentos, os vinculados à direção social da profissão, o acionamento da Ética como conhecimento e aqueles advindos dos saberes e posicionamentos anteriormente executados diante das demandas e requisições a ele postas.

É, então, nesse processo, que o profissional estabelece prioridades no desenvolvimento de sua ação, expressando, desse modo, a sua forma particular de construção da unidade teórico-prática, mediando entre as determinações sociais gerais afetas ao seu universo interventivo, as determinações colocadas pelos espaços sócio-ocupacionais em que se insere bem como as determinações das políticas públicas e sociais que referendam sua atuação profissional.

Assim, ao responder de forma crítica às demandas postas, estabelecendo no processo de execução, de planejamento e de avaliação de suas

ações a centralidade nos sujeitos e, buscando na historicidade elementos outros que não estão dados na imediaticidade, ou seja, estabelecendo diversas mediações, o profissional procede a qualificação da sua ação técnica, a partir das referências profissionais em vigência.

Coloca-se, destarte, como característica do trabalho profissional do assistente social, a sua direcionalidade para o usuário, sendo necessário, para tanto, conhecimento da realidade de vida do usuário, do território, isto é, uma capacidade recorrente de mover conhecimentos, assim como capacidade e articulação propositiva para que suas propostas profissionais encontrem possibilidades de execução.

Assim, na perspectiva dialética, o conhecimento apresenta-se como aquele elemento que, acionado pelo homem, irá tensionar a realidade confrontando sua constituição e apresentando possibilidades que, pelo entendimento do homem ao analisar e agir, chegará a um resultado ainda não captado pela consciência. Desta forma, o conhecimento é elemento imprescindível para a análise da realidade e realização qualificada do exercício profissional do assistente social.

Tais elementos constituem-se, então, nos achados que captamos no debate profissional mais atual, que, inclusive, conjugam com os demais elementos advindos tanto das respostas ao questionário quanto as da entrevista.

Inserido numa totalidade que é a realidade social, o Serviço Social será desenvolvido pelos profissionais, na perspectiva da contradição dialética a partir dos pressupostos marxistas, atendendo a diversas demandas e demandatários. Sendo assim, os profissionais tem de responder aos seus contratantes, prioritária e majoritariamente ao Estado e às suas instituições, assim como à população usuária de seus serviços, a qual – a partir dos pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos, técnico-operativos – terá as suas necessidades atendidas, na relação estabelecida entre as classes sociais como prioritárias, na ação técnica desenvolvida.

A possibilidade de que as demandas da classe trabalhadora, no sentido político e ético, que gravitam como cerne das demandas socioprofissionais sejam alcançadas não podem ser creditadas com exclusividade a uma categoria profissional. E, o Serviço Social entende que, como profissão, pode colaborar por meio da sua ação profissional para que se alcance, pela classe trabalhadora, tal intento – o que é uma das características da direção social estratégica defendida

pela profissão.

O cotidiano, com suas características de heterogeneidade, espontaneidade, imediaticidade e superficialidade extensiva (HELLER, 2000), adquire, conforme Guerra (2013b), particularidades no exercício profissional dos assistentes sociais, e constitui-se como elemento-chave para a construção das respostas do profissional. É nele que se estabelecem as demandas e requisições particulares, bem como onde se constroem as ações e são tensionadas as competências e atribuições da profissão.

Nesse sentido, se as ações desenvolvidas, os conhecimentos acionados e as requisições solicitadas no local de trabalho respondem – prioritária, grande ou exclusivamente – a demandas apresentadas no cotidiano, perfaz-se um caminho problemático da unidade teórico-prática, pois, segundo Netto (2009), a centralidade, desta forma, unicamente estaria direcionada para o desfecho da ação em si em detrimento da reprodução do processo.

O cotidiano e a forma com que o profissional constrói conhecimento sobre o seu cotidiano é elemento fundamental para se entender sobre que perspectivas a relação entre teoria e prática é estabelecida pelos profissionais. De tal sorte, qualidade, intensidade, quantidade de requisições e demandas a que o assistente social é chamado a intervir impactam na possibilidade de refletir e, como encaminhamento, planejar a sua ação no seu espaço de inserção profissional. Na pesquisa, ficou evidenciado que aos profissionais são requeridas respostas de diversas ordens, as quais incidem negativamente nessa possibilidade organizativa do profissional.

Verificamos nas respostas, tanto no questionário quanto nas entrevistas, que o *Doppelgänger* não se estabelece enquanto fenômeno da expressão da relação teoria e prática. Quando o profissional elege como mais importantes e caracterizadoras do seu exercício profissional ações que respondem prioritariamente aos interesses – que não se configuram como aqueles expressos pela categoria –, como os que se mostram aproximados ao pragmatismo ou ao ordenamento das políticas públicas e sociais, este não está, a priori, sendo ou estabelecendo uma relação teórico-prática paradoxal.

Esses conhecimentos que se aproximam da perspectiva pragmática estão conjugados com outros conhecimentos e saberes profissionais considerados determinantes para o exercício da profissão, que se configuram como

conhecimentos da política de inserção profissional, das normativas legais das políticas sociais, das legislações sociais e do campo de inserção.

A questão que se põe é que as normativas legais das políticas públicas e sociais estão construídas numa perspectiva teórico-filosófica incompatível com os pressupostos da profissão, assim como não se configuram como conhecimento teórico. Portanto, sem o processo de mediação, ou antes disso, da compreensão de que esses conhecimentos enquanto constitutivos do campo do conhecimento não são capazes de dar força argumentativa e capacidade de construção de respostas no campo da ação profissional. Ademais, obstaculiza-se a construção da unidade teórico-prática, expressando muito mais uma relação entre o campo normativo e o campo da prática profissional, inclusive a resposta profissional atingida será parcial e fragmentada, tendo em vista os interesses da classe trabalhadora.

Sendo assim, a relação estabelecida entre teoria e prática – especialmente a teoria entendida como aquela expressa nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social e que se filia à teoria social crítica marxista e marxiana – fica obstaculizada, não se estabelece. Não se estabelecendo, também, tal construção na perspectiva de unidade na diversidade entre teoria e prática.

A partir das respostas à entrevista, os profissionais elucidaram como se estabelece a relação entre teoria e prática no seu exercício profissional. Assim, estes não verbalizaram, compreenderam e acreditaram que os pressupostos teóricos aos quais a profissão se filia sejam incompatíveis com a sua realidade interventiva e com as ações desenvolvidas pelos profissionais. No detalhamento de suas respostas, na explicitação de como constroem seus processos de relação entre o campo teórico e o campo prático, foi possível detectar também que, na compreensão dos profissionais e no processo que estabelecem, há situações que, na análise de sua expressão, se configuram como contradição dialética.

Nestes termos, o exercício profissional cotidiano, a ação desenvolvida, está, como qualquer atividade ou ação prática, em um momento aproximativo à teoria que, numa determinada totalidade e historicidade, se dá por aproximações interinstâncias – teoria e prática.

Os profissionais informaram que a base teórica – os fundamentos do seu exercício – está aproximada da perspectiva crítica. Dessa maneira, e em outros termos, não dispõem de fundamentação teórica e a acionam de outros pressupostos

com os quais realizam o movimento teórico-prático.

Conforme já afirmamos anteriormente, o estabelecimento desse paradoxo dá-se pela propositura de resolver uma determinada situação apelando pela experiência, daí podendo se extrair uma regra geral, também estabelecendo a existência ou não do livre-arbítrio.

Por outro lado, é importante destacar que, no cotidiano, tal movimento não é de fácil percepção para uma possível exposição verbal a ser realizada tanto nos momentos do questionário quanto nos da entrevista, mesmo que os profissionais tivessem sido previamente informados do objetivo da pesquisa. Tal situação verificou-se mormente quando os profissionais expressam realizar ações profissionais e acionamento de conhecimentos aproximativos de uma perspectiva pragmática e/ou, ainda, entendendo que as normativas legais e das políticas públicas e sociais são o principal e mais premente critério para análise e assertividade da ação técnica desenvolvida.

No entanto, se o estabelecimento do *Doppelgänger* – enquanto duplo ou imagem – não foi detectado na pesquisa aqui empreendida, ainda não é possível afirmar que sua possibilidade de existência seja irreal, impossível ou inexistente para outros profissionais.

A possibilidade de que o *Doppelgänger* possa se estabelecer também não permite afirmar que, como expressão da unidade teórico-prática do exercício profissional, ele é a forma com que se expressa majoritariamente a categoria. Ou, que esse estabelecimento implica ou significa que sua incidência é ou será permanente ou, ainda, que o duplo é a principal ou única forma de expressão da relação e da unidade teórico-prática que os profissionais acionam.

A dinamicidade processual da unidade teórico-prática é percebida quando a aproximação dos profissionais à teoria para ação/investigação expressa realizar aproximações singulares no seu universo interventivo e também quando expõe que realiza o movimento processual indicado na matriz crítica junto ao seu exercício e à reflexão deste. Por outro lado, pareceu-nos evidente, nas respostas à entrevista, que o recurso à unidade teórico-prática, e esta inserida na processualidade informada na Teoria Social Crítica e seu método, é uma questão de apropriação do profissional. Desta forma, o embasamento teórico e a teoria utilizada pelos profissionais pressupõem o movimento dialético, contraditório, processual e histórico que funda a matriz crítica baseada em Marx.

O que se nos apresentou evidente é que temos um elemento problemático e sobre o qual a categoria, na nossa compreensão, precisa se fortalecer teórica e metodologicamente, levando-se em consideração a baixa incidência das discussões sobre como a unidade teórico-prática comparece no debate e na produção de conhecimento da categoria, especialmente tendo em vista que esta se dará de forma particular e histórica nos diversos espaços de inserção do assistente social.

Além disso, apreendemos que, conjugado a este argumento, outro elemento problemático é o horizonte em que a ação profissional desenvolve e constrói suas respostas, conjugado com os mecanismos de acesso ao conhecimento, principalmente o dos fundamentos da profissão, de seu corpo legal, que são acionados e mediatizam o exercício, e também em articulação com a baixa participação, captada no questionário e nas entrevistas, dos profissionais em espaços de discussão promovidos pela Seccional do CRESS de Presidente Prudente, momentos e eventos propiciadores de reflexão e organização da e sobre a profissão.

Ainda, entendemos que incidem sobre essa realidade as requisições impostas nos campos sócio-ocupacionais de que o profissional apresente respostas. Essas respostas institucionais, a necessidade de apresentar determinada resolutividade às requisições e às demandas impostas é parte constituinte da complexa relação estabelecida pelo profissional enquanto trabalhador assalariado. Esta realidade requisitiva apresentará elementos impositivos em qualquer análise das possibilidades e intencionalidades do exercício profissional.

Os dados e informações que se nos apresentaram na pesquisa, na nossa concepção, chamam a categoria profissional e os profissionais singulares para o seu enfrentamento que, mais do que nunca, é um enfrentamento ético-político, técnico-operativo, teórico-metodológico, de formação profissional, educação permanente e capacitação continuada.

Verificamos que a categoria, na região de Presidente Prudente – SP, e, especialmente, os profissionais sujeitos da pesquisa, precisam se reapropriar do método. Não no sentido de que não o saibam/conheçam, mas para que eles ganhem densidade analítica e interventiva no cotidiano dos profissionais, modo geral. E, nesse sentido, o processo de formação continuada e de educação permanente despontam como principal estratégia a ser utilizada de forma

contundente para manter viva a capacidade analítica dos assistentes sociais.

O método, enquanto possibilidade de aproximação analítica da realidade, que propicia o conhecimento teórico, parte da aparência e visa alcançar a essência do objeto. O duplo e sua possível expressão não são característica fundamental ou fundante da relação entre a teoria e a prática. Nessa seara, se ele se estabelece, a depender de como o assistente social constrói relações teórico-práticas no seu exercício profissional, não demonstra permanência na mediação dos conhecimentos com a realidade analítica/interventiva/investigativa do profissional e como expressão será apenas e unicamente uma das possíveis imagens que o profissional pode demonstrar, que entendemos ser histórica, não permanente, processual e contraditória.

Ainda e mais importante, tendo por base que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94), o duplo não é e não pode se constituir como uma característica finalística da relação e da unidade teórico-prática.

Isto posto, a construção de relações entre teoria e prática também figura a construção da unidade teórico-prática, enquanto característica constitutiva do exercício profissional por acontecer numa processualidade e se constituir numa determinada realidade e historicidade.

O exercício do Serviço Social, suas características enquanto trabalho na sociedade atual, as possibilidades de seu desenvolvimento e suas expressões nos espaços sócio-ocupacionais necessitam de centralidade maior tanto no processo formativo quanto no da educação continuada do assistente social, não como elemento discursivo para, corretamente, afirmar e confirmar a filiação e as características ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que a profissão expressa.

Para tanto, são necessários planejamento e estratégia da categoria, das instâncias organizativas, das instituições de ensino, também e principalmente, dos profissionais para a sua educação permanente e capacitação continuada, para a sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, enfim, para a sua filiação de forma mais expressiva às demandas da classe trabalhadora.

De tal modo, os conhecimentos do campo teórico-metodológico da profissão, para além do acionamento, precisam ser problematizados, discutidos e refletidos, na sua interrelação com os conhecimentos das diversas normativas das

políticas públicas e sociais nas quais os profissionais estão inseridos, com os conhecimentos sobre a realidade social na qual o profissional se insere, com os conhecimentos sobre as demandas de atendimento que são direcionadas ao assistente social e com os conhecimentos sobre o planejamento e o trabalho desenvolvidos nas políticas públicas e sociais.

Nossa compreensão é de que a profissão ainda tem uma produção incipiente que possibilite essa elaboração. Se, conforme Netto (2018), é preciso construir uma nova história do Serviço Social, consideramos que esses elementos da construção de conhecimento precisam assumir a “ordem do dia” nesse processo. Não apenas para reiterar um posicionamento político que possibilite a construção de novas e outras relações entre os conhecimentos acionados pelos profissionais, mas para que expressem vigoroso e robusto entendimento e expressão da unidade teórico-prática a partir da filiação crítica a que a profissional se propõe.

Assim, os esforços são necessariamente coletivos mas também e prioritariamente individuais, o que pressupõe entendimento do profissional de que tal esforço é necessário, o que, a nosso ver, repõe a construção de estratégias político-organizativas para esse alcance.

Por esse ângulo, as sínteses elaboradas por essa viagem de volta, provisórias e historicamente situadas, permitem dar expressão à construção da relação e da unidade teórico-prática presentes no exercício profissional, particularmente dos profissionais da região de Presidente Prudente – SP.

Conforme dizem os poetas Fernando Brant e Milton Nascimento, “Se muito vale o já feito, mais vale o que será”. E, é em vista do que será que nos mobilizamos para outras e futuras viagens.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes curriculares da ABEPSS**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 15 maio 2017.
- ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Projeto ABEPSS itinerante 2014**: Estágio supervisionado em serviço social: desfazendo os nós e construindo alternativas. 2014. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041620107714300.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.
- ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 15 maio 2017.
- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ABESS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL; CEDEPS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143–71, abr. 1996.
- ABESS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL; CEDEPS - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO E PESQUISA EM SAÚDE. **Formação profissional**: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1996. (Caderno ABESS n. 7).
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 458-477, set./dez. 2016.
- AÇÃO. *In*: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos. 1998.
- AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia**: das origens a Araxá. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALENCAR, Ney Luiz Teixeira; ALMEIDA, Monica Maria Torres de. **Serviço social**: trabalho e políticas públicas. São Paulo: Sariva, 2011.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço social e saúde**

formação e trabalho profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2008. p. 399-408.

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. Curitiba: Nova Práxis Editorial. 2018.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de; ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 203-211, 2012.

AZEVEDO, Isabela Sarmet de. A relação teoria/método/instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 325-333, 2013.

BAPTISTA, Miriam Veras. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no serviço social. *In*: ABESS. **A produção do conhecimento e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. (Cadernos ABESS, n. 5). p. 84-95.

BAPTISTA, Miriam Veras. **Planejamento**: introdução à metodologia do planejamento social. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

BAPTISTA, Myrian Veras. A prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. *In*: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009. v. I. Cap. 2.

BARBOSA, Mario da Costa. **Planejamento e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARTLETT, Harriett M. **A base do Serviço Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

BATTINI, Odária. Apontamentos sobre a história do serviço social no Brasil – 80 anos. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 155-170, 2016.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 15, n. 45, p. 142-146, ago. 1994.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e, perda de direitos**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; Behring, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 2.

BEHRING, Elaine Rosseti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS:ABEPSS, 2009. p. 70-86.

BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos (org.). **Metodologia y Servicio Social: hoy em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do estado social e dos direitos no capitalismo contemporâneo. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 3.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2012.

BRASIL, Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, n. 225. 15 dez. 2016.

BRASIL. Coordenação da Comissão de Especialistas de Ensino. **Diretrizes Curriculares**: Curso Serviço Social. Brasília: MEC-SESU, fev. 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/l9601.htm>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 130, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, n. 220, 13 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998**. Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS:** Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Brasília: MDS, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos.** Brasília: MDS, 2007. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepc_ao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 20, mar. 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n. 492/2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial da União:** Seção 1e, Brasília, p. 50, 9 jul. 2001.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, n. 225, 25 nov. 2009.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do serviço social e seus elementos constitutivos. **CFESS Revista Inscrita**, Brasília, ano VII, n. X, nov. 2007.

BRECHT, Bertold. Aquele que diz sim e aquele que diz não: óperas escolares. *In:* BRECHT, Bertold. **Teatro Completo 3.** 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. Disponível em: <https://bit.ly/2WKJaKx>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológico do pensamento econômico brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO (org.) **Congresso da Virada 1979 – 2009**. CFESS: Brasília, DF, 2009.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília/DF: CFESS, 2005.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília: CFESS, 2012a.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: CFESS, 2011a.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011b.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS**. Brasília: CFESS, 2012b.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS n.º 273, de 13 março 1993**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS n.º 290, de 06 fev. 1994**. Altera e complementa a redação dos arts. 25 e alínea "a" do art. 20 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS n.º 273/1993. Brasília: CFESS, 1994.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS n.º 493, de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS n.º 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de estágio no Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2008.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. Brasília: CFESS, 2014. v. 2.

CHAGAS, Carlos. **A Ditadura Militar e os Golpes dentro do Golpe**: 1964-1969. Rio de Janeiro: Record, 2014

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008

CHAUÍ, Marilena. Sobre a correspondência de Espinosa e Tschirnhaus. **Discurso**, São Paulo, n. 31, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38034>. Acesso em: 12 fev. 2013.

CHAVES, Simone Edi. Os movimentos macropolíticos e micropolíticos: no ensino de graduação em enfermagem. **Interface**, Botucatu, v. 18, n. 49, p. 325-336, abr./jun. 2014.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, p. 33, 9 abr. 2002.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COELHO, Marilene. Imediaticidade na prática profissional do Assistente Social. *In*: FORTI, Valéria; Guerra, Yolanda(org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

COMPETÊNCIA. *In*: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *In*: ABEPSS. **Ensino em Serviço social: pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1991. (Cadernos ABESS, n. 4, maio). p. 5-17.

GRESS - CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do Assistente Social e “serviço social clínico”**. Rio de Janeiro: GRESS 7ª Região, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Adão. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. *In*: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Adão (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. 2006. p.13-91.

DEMIER, Felipe; MELO, Demian. Onda conservadora, crise orgânica e cesarismo de toga no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 11.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret. 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 706-702. out. dez. 2014.

FÁVERO, Eunice T. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v. 1, p. 609-636.

FÁVERO, Eunice T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área Judiciária. *In*: CFESS (org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social**. Brasília: CFESS, 2014. v. 1, p. 15-64.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; SIMÕES, Renata Garcia. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 23, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em:

https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf. Acesso em 2 fev. 2019.

FORTI, Valeria, COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. *In*: FORTI, Valeira Lucila; GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio (org.). **Projeto ético-político do serviço social**: contribuição à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 15-38.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? *In*: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (org.). **Serviço social**: temas, textos e contextos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 9-30.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1999

GOIS, Juliana Carla da Silva. O serviço social e o debate sobre a categoria trabalho: mediações para análise do assistente social como trabalhador assalariado. *In*: TRINDADE, Rosa Lúcia Predes; LINS, Maria Alcina Terto. (org.). **Assistente social**: trabalhador/a assalariado/a: fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 57-85.

GONÇALVES, Antônio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede. *In*: GUARÁ, Isa Maria F. R. (coord.). **Redes de proteção social**. São Paulo: NECA, 2010. Cap. 1.

GRACIANO, Maria Inês Gândara. **Estudo socioeconômico**: um instrumento técnico-operativo. São Paulo: Veras, 2013.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2013a. p. 40-67.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009a.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/guerra-yolonda-a-instrumentalidade-no-trabalho-do-assistente-social/view>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GUERRA, Yolanda. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? *In*: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave (org.). **Temas contemporâneos em Serviço Social**: uma análise de seus fundamentos. Campinas: Papel Social, 2019. p. 107-128.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013b.

GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que "na prática a teoria é outra? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2004, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5psf5T389obx1M5sq112.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. *In*: BAPTISTA, Mirian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009b. p. 79-106.

GUERRA, Yolanda. Racionalidades e Serviço Social. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013c. p. 183-204.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. *In*. CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v. 1, p. 531-552.

GUERRA, Yolanda; REPETTI, Gustavo Javier; ANDRADE FILHO, Antonio; SILVA, Platini Boniek Sardou da; ALCANTARA, Elton Luiz da Costa. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 15., 2016, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>. Acesso em 2 fev. 2019.

GUTIERRES, Kellen Alves. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

HARTOG, François. **Regime de historicidade: time, history and the writing of history**. [KVHAA Konferenser, 37., 1996, Stockholm. p. 95-113]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em 15. jan. 2020.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Traducción de José Francisco UYvarz y Enric Pérez Nadal. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. CFESS: Brasília, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out. dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Cidades**: Presidente Prudente. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 5 jul. 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior Notas estatísticas 2017**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

KAMEYAMA, Nobuco. Concepção de teoria e metodologia: a metodologia em Serviço Social. *In*: ABESS. **A metodologia do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989. (Caderno Abess, n. 3). p. 96-116.

KARSCH, Ursula M. Simon. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 1987.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KONOPKA, Gisele. **Serviço Social de Grupo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LABICA, Georges. **As “teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LACERDA, Lélis Elis P. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. A entrevista nos processos de trabalho do Assistente Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 233-251, jul./dez. 2007.

LOPES, Josefa Batista. O método histórico em Gramsci: a unificação de teoria e prática. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. esp., p. 437-453, 2018.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MACIEL, Maria; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. *In*: ABESS. **A metodologia do Serviço Social**. Cortez: São Paulo: Cortez, 1989. (Cadernos n. 3). p. 99-188.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2006.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. E. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLI, Maria Lúcia. KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XV, n. 45, ago. 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XIV, n. 43, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético-político em serviço social. *In*: BAPTISTA, Mirian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009. v. 1, p. 149-159.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 2ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 185-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2004b.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004a.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro 1.

MARX, Karl. **Sobre a questão Judaica**: inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos Anais Franco-Alemães. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, Maurilio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 513-532.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p.678-698, 2015.

MEDEIROS, Juliana. **A instrumentalidade na prática do Assistente Social**. Brasília: GESUAS, nov. 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/a-instrumentalidade/>. Acesso em: 23 fev. 2020.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIOTO, Regina Célia T. Estudos socioeconômicos. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

MIOTO, Regina Célia T. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

MIOTO, Regina Célia T. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 67, n. esp., 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, n. esp., p. 587-607, set. 2016.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social**: a dinâmica de grupos como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2013.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa**: iniciação. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde formação e trabalho profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008a. p. 143-160.

NETTO, José Paulo. A propósito da disciplina de Metodologia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 14, p. 5-15, 1988.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. **CFESS Revista Inscrita**, Brasília, Ano VII, n. X, nov. 2007b.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *In*: ABESS. **A metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1989. (Cadernos ABESS, n. 3). p. 141-161.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964 - 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. Teoria, método e história na formação profissional. *In*: ABESS. **A metodologia do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986. (Caderno ABESS, n.1). p. 43-61.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-32, abr. 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editora Estampa. 1987.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Os serviços e o serviço social: explicação e implicações. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 11, n. 3, p. 160-164, set. 1990.

O SERVIÇO social e a avaliação social no BPC. Rio de Janeiro: PUC, [2019?]. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/35249/35249_4.PDF. Acesso em: 19 fev. 2019.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Estratégias e táticas**: reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria?** São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1882.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Tania Maria Dahmer. **Nota técnica**: problematizando a função da Comissão Técnica de Classificação no contexto do Estado Penal. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NotaTecnica-TanhiaDahmer-ComissaoClassificacao.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**; um estudo preliminar sobre a categoria teoria e sua apropriação pelo serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PORTES, Melissa Ferreira. A natureza pedagógica da supervisão de estágio em Serviço Social: o que significa e como se expressa no cotidiano. *In*: AMARO, Sarita; VOLPATO, Adriele. *Vade Mécum*: ensino e formação profissional em serviço social. Curitiba: Nova Práxis, 2018. p. 180-200.

PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. “Na prática a teoria é outra” ou separa é armadilha do capitalismo? **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 161-171, 2017.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 705-772, 2010.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 25-65.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set./out. 1998.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 – 1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso. 2013.

SANT'ANNA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social? **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 25 p. 181-203, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Unidade teoria/prática. *In*: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (org.). **Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2019. v. 1, p. 13-208.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 15-39.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, Ano 2, n. 3, 2013a.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013b. v. 1.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, Ano 2, n. 3, 2013c.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O instrumental técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. *In*: LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. v. 1, p. 29-58.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Informativo trimestral**: RA de Presidente Prudente. São Paulo: SEADE, 2019. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/2019/06/ra-de-presidente-prudente/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

SORIANO, Raul Rojas. **Manual da pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e serviço social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 7).

SOUZA, Iris de Lima. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/img/noticias/Dimens%C3%A3o%20Educativa%20do%20A.%20S.%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Escolar.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

TINTI, Éliidi Cristina. Dilemas entre teoria e prática a partir da formação profissional e das condições objetivas do trabalho cotidiano. *In*: TINTI, Éliidi Cristina. **Capitalismo, trabalho e formação profissional**: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 97-132.

TONET, Ivo. Pluralismo metodológico: falso caminho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 48, 1995. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 2020-227, jul./dez. 2009.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício profissional do assistente social: analisando a dimensão técnico-operativa e as atividades desenvolvidas. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 1,; COLÓQUIO NACIONAL SOBRE O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL. 4., 2017, Alagoas. **Anais [...]**. Alagoas: UFAL, 2017.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 69-102.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 4, p. 26-27, 2002.

UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Atendimento individual**: serviço social. Disponível em: <http://www.progep.ufu.br/procedimento/atendimento-individual-servico-social>. Acesso em: 25 jan. 2020.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/O assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Balbina Ottoni. Modelo “assessoria” em Serviço Social. *In*: VIEIRA, Balbina Ottoni. **Modelos de supervisão em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social**: processos e técnicas. 2a. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1970.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WELLEN, Henrique. Marxismo e Serviço Social: mediações e contradições entre teoria e prática. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 2, p. 122-134, 2012.

WELLEN, Henrique; CARLI, Henrique. A falsa dicotomia entre teoria e prática. **Temporalis**, Brasília, Ano 10, n. 20, p. 113-135, 2010.

XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Reflexões sobre a prática profissional do assistente social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 12, p. 355-365, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. *In*: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. O desafio da defesa das políticas públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6-13, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 14, 1984.

APÊNDICES

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE****1 – Dados de identificação e de formação profissional**

1 - Ano de nascimento _____

2 - Sexo () feminino () masculino

3 - Identidade de gênero (auto declaratório): _____

4 - Estado Civil

() solteiro (a) () casada (o)/ em união estável () separada(o) () divorciada (o)

() viúva (o)

() outros (especificar por extenso): _____

5 – Religião (auto declaratório): _____

6 – Pertença étnico-racial (auto declaratório): _____

7 – Município de moradia: _____

(Escrever por extenso o município de moradia. Unidade da Federação por sigla)

8 – Nome da Faculdade / Centro Universitário onde realizou o curso de Serviço Social (REGISTRAR O NOME POR EXTENSO):

8.1 - Instituição mantida pela iniciativa:

() Particular () Pública

8.2 - Graduação realizada na modalidade:

() Presencial () Semipresencial () Ensino à Distância

9 - Ano de Formação: _____

(Registrar o ano de conclusão do curso de Serviço Social com quatro dígitos)

10 - FORMAÇÃO CONTINUADA:

Especialização () concluído () em andamento

() Presencial () Semipresencial () Ensino à Distância

Local:
_____Ano da Titulação:
_____(REGISTRAR NOME POR EXTENSO)

Mestrado () concluído () em andamento

() Presencial () Semipresencial () Ensino à Distância

Local:
_____Ano da Titulação:

(registrar por extenso o nome da universidade, faculdade ou escola onde realizou o curso e o ano de formação)

Doutorado () concluído () em andamento
 () Presencial () Semipresencial () Ensino à Distância
 Local:

Ano da Titulação:

(registrar por extenso o nome da universidade, faculdade ou escola onde realizou o curso e o ano de formação)

Pós-Doutorado () concluído () em andamento
 Local:

Ano da Titulação:

(registrar por extenso o nome da universidade, faculdade ou escola onde realizou o curso e o ano de formação)

Quais atividades realizadas para se manter atualizada (o) que não tenham relação com cursos de formação continuada

() Participação em reunião de supervisores de campo () Grupos de Estudos
 () Atividades promovidas pelo CRESS e Seccionais () Cursos patrocinados pelo local de trabalho () Semana / Atividade do Dia do Assistente Social () Conferências
 () Grupos de Pesquisa () Outra.
 Qual? _____

II - DADOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL. Se estiver desempregada (o) ir para a questão relativa a quanto tempo está desempregada (o), de número

1 – Município onde trabalha: _____
 (Registrar por extenso o nome do município)

2 – Área de atuação profissional:
 () Assistência Social () Docência () Educação () Empresas () Habitação ()
 Previdência Social () Saúde () Sóciojurídico
 () Outras: Especificar: _____

3 - Natureza do espaço ocupacional:
 () Pública Federal () Pública Estadual () Pública Municipal () Empresa Privada ()
 Entidade Social () ONG – OSCIP () Outra.
 Especificar: _____

Se estiver trabalhando em mais de um local, registrar todos.

Se trabalhar em mais de um campo ocupacional, qual destes considera o mais importante: _____

Para considerar esse campo como o mais importante nos cinco itens abaixo estabeleça um valor de 1 a 6.

Entende-se que o valor 1 é o mais importante e o valor 6 é o menos importante dentre os abaixo apontados: Qual o critério para considerar este campo o mais importante?

A remuneração: _____

O número de horas trabalhadas: _____

O tempo de trabalho no campo: _____

A afinidade com as ações desenvolvidas: _____

As possibilidades interventivas: _____

A autonomia para o desempenho do exercício profissional: _____

Outras. Especificar: _____

4 – Tempo de atuação como assistente social:

menos de um ano um ano menos de dois anos dois anos

três anos quatro anos cinco anos seis anos sete anos

oito anos nove anos dez anos onze a quinze anos dezesseis a vinte anos vinte e um a trinta anos mais de trinta anos Outros (especificar)

5 – Regime de trabalho:

estatutário (a) CLT autônoma (o) cooperativado (a)

prestador de serviços

outros (especificar por extenso) : _____

6 – Cargo / função exercida:

Assessor (a) Assistente Social Assistente Técnico (a) Avaliador (a) de BPC Cadastrador (a) de Programas Habitacionais Coordenador (a) de Equipes Coordenador (a) de Projetos Coordenador (a) de Serviços

Educador(a) Social Gestor(a) Perito(a) Professor(a)

Outros. Especificar: _____

7 – Forma como foi contratada (o) em seu atual emprego:

Processo seletivo Indicação de conhecidos Concurso Público

Prestação de serviços Pregão eletrônico

Outros (especifique por extenso): _____

8 – Tempo de permanência no atual emprego:

menos de um ano um ano menos de dois anos dois anos

três anos quatro anos cinco anos seis anos sete anos

oito anos nove anos dez anos onze a quinze anos dezesseis a vinte anos vinte e um a trinta anos mais de trinta anos

Outros (especificar) _____

9 - Carga horária de trabalho semanal:

10 horas

20 horas

- 30 horas
- 40 horas
- 50 horas
- 60 horas

10 – Se trabalha mais horas que o contratado, como essas horas são registradas:

- Banco de horas
- Horas Extra
- Não são computadas
- Outros: Especificar: _____

11 - Informar a quanto tempo está desempregada (o):

- menos de um ano um ano menos de dois anos dois anos três anos
- quatro anos cinco anos seis anos sete anos oito anos nove anos dez anos nunca trabalhou como assistente social
- Outros (especificar por extenso): _____

12 – Informar o tempo de permanência no último emprego:

- menos de um ano um ano dois anos três anos quatro anos cinco anos seis anos sete anos oito anos nove anos dez anos onze anos a quinze anos mais de quinze anos

13 – Motivo de saída do último emprego:

- aposentadoria demissão sem justa causa demissão por justa causa a pedido término do contrato
- Outros (especificar por extenso): _____

Se você está desempregado não precisará responder as questões de

III – Condições Objetivas de Trabalho – Responda com base na CFESS Nº 493/2006 sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional

14 – Espaço físico:

Sala própria: adequado adequado parcialmente não adequado

Sala compartilhada com equipe composta por assistentes sociais:

adequado adequado parcialmente não adequado

Sala compartilhada com equipe composta com outros profissionais:

adequado adequado parcialmente não adequado.

15 – Condições técnicas:

- Sala para atendimento individual:

adequado adequado parcialmente não adequado

- Sala para atendimento grupal:

adequado adequado parcialmente não adequado

- Mesa e cadeiras compatíveis (conforto e ergonomia):

adequado adequado parcialmente não adequado

- Computador/ Impressora (com provedor de internet, banco de dados e outros equipamentos apropriados as necessidades vivenciadas no campo ocupacional):

adequado adequado parcialmente não adequado

- Automóvel (se necessário para a ação técnica):
 - disponível (veículo próprio do campo ocupacional)
 - disponível com restrição (agendamento prévio, de acordo com a disponibilidade do campo ocupacional, compartilhado com outros setores)
 - indisponível no local
- Iluminação adequada para trabalho diurno:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Iluminação adequada para trabalho noturno:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Ventilação: adequado adequado parcialmente não adequado.

15-1 - Condições éticas:

- Como é feito o registro do material sigiloso:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Arquivo (físico ou em programa de computador) possibilita a guarda do sigilo e confidencialidade das informações:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Sala de atendimento individual possibilita privacidade e sigilo das informações:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Local de atendimento grupal possibilita privacidade e sigilo das informações:
 - adequado adequado parcialmente não adequado
- Uso e acesso restrito ao assistente social do material sigiloso:
 - adequado adequado parcialmente não adequado

15-2 - Risco no trabalho:

- Periculosidade
 - Produtos inflamáveis líquidos ou gasosos. sim não
 - Substâncias Radioativas sim não
 - Explosivos sim não
 - Segurança Pessoal sim não
 - Exposição à perigo de roubo/ furto sim não

Insalubridade

- Frio contínuo sim não
- Calor contínuo sim não
- Ruído contínuo sim não
- Radiação sim não
- Poeiras minerais sim não
- Agentes químicos sim não
- Agentes biológicos sim não

16 - Público com o qual você trabalha (pode marca mais de uma opção):

- Famílias sim não
- Criança e adolescentes sim não
- Idosos sim não
- Alunos/estudantes sim não
- Apenados sim não
- Egressos do sistema penitenciário sim não
- Criança e adolescentes, mulheres e famílias vítimas de violência sim não
- PCD sim não

Pacientes hospitalares () sim () não
 Pacientes com transtornos mentais () sim () não

17 – Faixa Salarial – considere como referência o salário mínimo nacional
 () 1 SM () 2 SM a 3 SM () 4 SM a 5 SM () 6 SM a 10 SM () 10 a 15 SM
 () mais de 15 SM

18 – Dentre as suas ações e/ou atividades, quais são as que realiza cotidianamente?

Acolhimento ()
 Análise da condição social das família ()
 Análise da condição social do usuário ()
 Atendimento social ()
 Atendimento social domiciliar ()
 Coordenação de curso ()
 Coordenação de equipe ()
 Coordenação de serviço ()
 Elaboração de planos, programas e projetos ()
 Encaminhamento para assistentes sociais que atuam em outra área ()
 Encaminhamento para outros profissionais ()
 Encaminhamento para outros serviços ()
 Escuta qualificada ()
 Lecionar ()
 Orientação social ()
 Palestras ()
 Parecer técnico ()
 Planos de aula ()
 Registro técnico quantitativo ()
 Registro técnico qualitativo ()
 Reuniões com usuários ()
 Reuniões de equipe ()
 Reuniões de rede ()
 Seminários ()
 Supervisão acadêmica de estágio ()
 Supervisão de campo de estágio ()
 Outras (especificar): _____

17 - Quais instrumentos técnicos utiliza com mais frequência:

Visita domiciliar ()
 Visita institucional ()
 Entrevista ()
 Estudo social ()
 Abordagem ()
 Relacionamento ()
 Trabalhos em grupos ou coletivos ()
 Pesquisa investigativa ()
 Observação ()
 Linguagem ()
 Avaliação ()
 Supervisão técnica ()

Outro. Qual? _____

19 – Você utiliza algum procedimento para o registro das informações relativas ao seu exercício profissional.

sim não

Se sim, quais:

relatório quantitativo relatório qualitativo diário de campo

sistematização de dados

Outro. Qual? _____

Dados relativos à participação em ações políticas

20 - Participação das ações do CRESS: sim não

Se participa, em quais ações?

reunião ampliada da direção

reunião da COFI; SubCOFI;

Assembleias Ordinárias ou Extraordinárias

Palestras

Nucleação

Reuniões de deliberações (diversas)

Participação em Sindicato:

De qual: _____

Tipo de participação:

Associado e participa das Assembleias e reuniões;

Associado e NÃO participa das Assembleias e reuniões.

Direção Base Ampliada (direção estratégica; núcleos do sindicato)

não. Por qual razão? Especificar:

Participa ou tem filiação a Partido Político? sim não

Se participa, informe o nome do Partido. _____

Participa de Movimentos Sociais? sim não

Se participa, informe o nome do Partido. _____

Grupo de Estudo:

(Registrar por extenso a temática sobre a qual você está estudando no momento em que estiver respondendo o questionário)

Grupo de Trabalho: _____

(Registrar o nome do grupo e a área temática)

21 – Indique dentre as ações profissionais que você desenvolve as três que considera mais importantes e que caracterizam o seu exercício profissional.

22 – Quando você é chamada a planejar e/ou executar uma ação profissional, quais os conhecimentos, os saberes que você leva em consideração e são determinantes para o seu fazer profissional.

23 – Quais são as requisições solicitadas a você no seu local de trabalho.

24 - Quando você é chamada a atender as demandas do local onde você trabalha, quais são as que tem maior prevalência no seu cotidiano.

25 – Quais são as atribuições privativas do (a) assistente social para as quais você é chamado a dar respostas no seu cotidiano profissional?

26 – Utiliza referências teóricas para subsidiar o seu trabalho?

sim não.

Livros de autores do Serviço Social: sim não

Livros relacionados a área de atuação: sim não

Revistas/ Periódicos: sim não

Textos indicados por outros profissionais: sim não

Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS: sim não

Código de Ética Profissional: sim não

Lei de Regulamentação da Profissão: sim não

Marcos legais/ normativos das políticas públicas e sociais: sim não

Caso tenha interesse em continuar participando desta pesquisa, registre aqui como deverei entrar em contato para estabelecer outros contatos.

e-mail: _____

telefone: _____

endereço para correspondência:

APENDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE AS APROXIMAÇÕES A UNIDADE TEÓRICO PRÁTICA

1. Para que você planeje e execute ações profissionais, no seu cotidiano, que conhecimentos você mobiliza a partir da sua realidade interventiva?
2. Para que você avalie o processo de execução das suas ações, assim como o produto esperado / alcançado, que conhecimentos você mobiliza a partir de sua realidade interventiva?
3. Você identifica alguma dificuldade no planejamento, execução, avaliação e na realização desse processo? Como elas se expressam?
4. Você identifica elementos facilitadores desse processo (no planejamento, execução e avaliação do exercício profissional)?
5. Diante das possíveis ações executadas de forma rotineira no cotidiano profissional como você reflete e estabelece interlocuções teórico práticas diante dessa realidade?
6. Diante das ações que possam ser consideradas novas ou fora da rotina, como realiza o mesmo processo acima?
7. Como você reflete ou avalia que nós, assistente sociais, articulamos as nossas propostas profissionais, nossos referenciais e conhecimento quando realizamos uma ação na realidade em que atuamos?
8. Para você o que é a relação teórico prática? Como ela se realiza no seu cotidiano?
9. Qual é a sua compreensão da expressão da unidade teórico prática no exercício profissional do assistente social?
10. Você entende que, no exercício profissional do assistente social, a relação entre teoria e prática é de unidade?

APÊNDICE C
FICHA CATÁLOGO SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS CENTRAIS
PARA O DESENVOLVIMENTO DA TESE

A Falsa Dicotomia Entre Teoria e Prática Henrique Wellen e Ranieri Carli	
Temporalis, ano 10, n.20, p.113-135, jul./dez. 2010.	
Base Empírica	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
Objeto	<p>A intenção deste artigo é problematizar a relação entre teoria e prática, especificando a correlação de tais categorias na atuação do assistente social.</p> <p>[...]Analisa as teses do marxismo e do positivismo, assim como as suas posições diante de questões como a neutralidade, a prática política, a cientificidade do pensamento, e outros aspectos do problema.</p>
Discussão da Unidade teoria-prática	<p>Gramsci é extremamente bem-sucedido ao definir o marxismo como filosofia da práxis. Isso porque, mediante esse termo, o autor italiano consegue transmitir uma condição inalienável da tradição teórica, metodológica e política inaugurada por Marx: a indissociabilidade da teoria com a prática, ou da ciência com a política.</p> <p>A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a 'teoria torna-se força material desde que se apodere das massas'. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto (LUKÁCS, 2003, p. 64- 65).</p> <p>E, afastando de uma vez por todas qualquer sombra de dicotomias, Lukács (2003) deixa claro que a intenção do marxismo é a de desenvolver na teoria o seu caráter prático, ou, como ele disse literalmente, “[...] de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto” (LUKÁCS, 2003, p.64-65).</p> <p>Lukács (2003, p.97) continua o argumento: “[...] a unidade da teoria e da práxis é, portanto, apenas a outra face da situação social e histórica do proletariado”.</p> <p>[...] ao afirmar que as categorias são formas do ser, condições da existência (MARX, 2001), Marx consegue elevar a um nível mais amplo a conexão entre prática e teoria: tudo o que a teoria reflete está enraizado nas práticas sociais; a teoria é, de fato, o reflexo das práxis humanae, em seus diversos momentos. É por isso que Marx</p>

	argumentava em duas das <i>Teses sobre Feuerbach</i> que a prática é o critério da verdade teórica, e que todos os mistérios da vida social são resolvidos na prática (MARX; ENGELS, 2006). Qualquer discussão sobre a veracidade de determinada categoria é puramente escolástica, se não se leva em conta a prática. Marx poderia afirmar a pertinência da categoria da totalidade, mas, caso a totalidade não fosse uma forma do ser social, as afirmações marxianas se perderiam no vazio; teriam um caráter de simples escolástica, carente de conteúdo.
Concepção da Unidade Teórico-Prática	Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto (LUKÁCS, 2003, p. 64- 65). E, afastando de uma vez por todas qualquer sombra de dicotomias, Lukács (2003) deixa claro que a intenção do marxismo é a de desenvolver na teoria o seu caráter prático, ou, como ele disse literalmente, “[...] de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto” (LUKÁCS, 2003, p.64-65).
Autores de Referência	Platão (2006); Concerdet (1988) – sobre positivismo Marx (1990) Manifesto do Partido Comunista – (2006) A Ideologia Alemã - Gramsci (1998) – A concepção dialética da história; Lukács (2003) – História e consciência de classe

A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção Rivânia Lúcia Moura de Assis e Iana Vasconcelos Moreira Rosado Revista Katálýsis, v. 15, n. 2, p. 203-211, jul./dez. 2012	
Base Empírica	Resultado de pesquisas, estudos teóricos e documentais e das observações e reflexões concretizadas a partir das nossas experiências, tanto na coordenação de estágio como também na supervisão acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).
Objeto	Apresenta reflexões sobre a unidade teoria-prática no âmbito do Serviço Social, apontando os principais dilemas que a perpassam, tendo como base o estágio supervisionado. Busca particularizar o estágio como o momento potencializador dos grandes questionamentos sobre o sentido atribuído à relação entre a teoria e a prática e as formas como se expressa essa relação no cotidiano profissional. Discorre sobre o papel fundamental que a supervisão de estágio assume como processo didático-pedagógico, capaz de articular as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais compõem a formação e o exercício profissional.
Discussão da Unidade teoria-prática	Alguns equívocos sobre essa relação entendem a prática como exclusiva da intervenção profissional e a teoria como algo específico do âmbito acadêmico. Para desfazer esse equívoco,

	<p>reafirmamos, a necessidade de pensar teoria e prática como unidade, embora com características diferenciadas, mas que só se realizam em interação mútua, ou seja, como totalidade. A teoria é o movimento do pensamento, do ato cognitivo para compreender determinado fenômeno que se expressa na realidade; não pode ser confundida com um receituário a ser aplicado.</p> <p>[...] a teoria não é uma fôrma que se encaixa na prática, tendo em vista que as determinações do concreto são mais dinâmicas do que sua compreensão teórica.</p> <p>O objeto real concreto resulta de múltiplas determinações históricas.</p> <p>O concreto, que se mostra primeiramente na sua aparência, é construído pelas práticas sociais dos sujeitos históricos e se apresenta como conhecimento na medida em que o pensamento apropria-se desse concreto. A realidade, construída por meio da vida prática, é anterior ao movimento do conhecimento, é o seu ponto de partida e de chegada.</p> <p>Entre a teoria – possibilidade que se encontra em nível de conhecimento da realidade – e a prática – construção efetiva do real a partir das condições históricas estabelecidas – existe um campo de mediações que condiciona limites tanto a uma quanto a outra. Logo, a teoria não é um receituário de indicações a ser aplicado na prática.</p> <p>A compreensão do lugar que a profissão ocupa no conjunto das relações sociais capitalistas e da sua inserção socioinstitucional, mediada por uma autonomia relativa, permitiu a adoção da teoria crítica como referencial para explicação da sociedade e do exercício profissional. A teoria crítica arregimentou a base da construção do projeto ético-político profissional que visa orientar a formação e o exercício profissional.</p> <p>Assim, o equívoco de considerar que, por estarmos inseridos em um contexto extremamente adverso, ficaríamos impossibilitados de conhecer criticamente a realidade e de apontar alternativas de intervenção, equiparando isso a uma desconexão entre teoria e prática, pode gerar uma série de implicações para a materialidade do projeto profissional. Para o enfrentamento das adversidades que tensionam a concretização da atuação profissional no horizonte da emancipação humana, é preciso que tenhamos muita clareza do lugar que ocupamos como profissionais e dos limites postos a essa condição e, portanto, da necessidade constante de atualização teórica, capacitação técnica e compromisso ético para enfrentá-los.</p>
<p>Concepção da Unidade Teórico- Prática</p>	<p>Como afirma Santos (2010, p. 5), [...] teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade.</p>

	O concreto, que se mostra primeiramente na sua aparência, é construído pelas práticas sociais dos sujeitos históricos e se apresenta como conhecimento na medida em que o pensamento apropria-se desse concreto. A realidade, construída por meio da vida prática, é anterior ao movimento do conhecimento, é o seu ponto de partida e de chegada.
Autores de Referência	Santos (2010); Marx (2011) O 18 de Brumário...

Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social Moíza Siberia Silva de Medeiros	
Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-360, out./dez. 2016	
Base Empírica	É fruto de reflexões teóricas e das experiências acumuladas no processo de supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. Apresenta os desafios enfrentados no processo de supervisão de estágio na contemporaneidade.
Objeto	[...] discute os aspectos teórico-metodológicos da relação entre teoria e prática na formação profissional e no processo de estágio em Serviço Social, destacando duas concepções antagônicas: a pragmática e a marxiana.
Discussão da Unidade teoria-prática	Corroborando com Guerra (2000; 2011; 2013), Santos (2012) e Forti e Guerra (2013) – que muito contribuem para o adensamento do debate acerca da relação teoria e prática na profissão, construindo saberes acerca da dimensão técnico-operativa da profissão como forma de ser e aparecer, e de construir sua imagem social –, discutiremos neste artigo a relação teoria e prática na formação profissional em Serviço Social a partir de dois marcos: a concepção de teoria e prática na sociedade burguesa, os elementos teórico-metodológicos desta e sua influência na formação profissional em Serviço Social e no processo de supervisão de estágio; o legado da teoria marxiana para a compreensão da unidade dialética entre teoria e prática e suas contribuições para um processo de formação profissional e de supervisão de estágio crítico, reflexivo e propositivo.
Concepção da Unidade Teórico-Prática	Na perspectiva marxista, a teoria é um modo de ler a realidade e interpretá-la a fim de apreender suas determinações e contradições, seu movimento e sua direção, se coloca, portanto, como fundamento da ação, contribuindo para que se identifique os obstáculos que se colocam à prática. É, pois, uma forma de antecipação ideal de resultados para a ação. A prática, por conseguinte, é “uma ação direcionada a um objeto com a finalidade de transformá-lo em algo inicialmente previsto [...], ou seja, já se tem um resultado ideal ou finalidade, porém, o resultado final é um produto efetivo, real [...]. Assim, a prática implica, necessariamente, objetivação” (SANTOS, 2012, p. 31). É a partir desta concepção de teoria e prática que é possível a profissão romper com o pragmatismo e com o discurso de que “na prática a teoria é outra”, posto que, conforme (SANTOS, 2012, p. 27-28):

	<p><i>[...] na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela.</i></p> <p>Uma vez entendendo que a prática se coloca como objeto do conhecimento e é nela que está o critério de verdade – tal critério, porém, não se coloca de forma imediata como querem os pragmáticos ao defenderem a utilidade do conhecimento –, esta se coloca como prática transformadora somente a partir da reflexão teórica, que consiste na reprodução a nível do intelecto das determinações da prática. Neste sentido, a teoria só existe em relação à prática e esta por sua vez é o fundamento da teoria. É somente a partir desta concepção de teoria e de prática que a profissão de Serviço Social poderá intervir na realidade a partir de um fundamento teórico que aponte para escolhas metodológicas éticas, direcionadas por uma postura política crítica e consciente, articuladas a partir de seu arsenal técnico-operativo.</p>
Autores de Referência	Guerra (2000, 2011, 2013); Santos (2012); Forti e Guerra (2013)

<p>A Relação Teoria/Método/Instrumentais: uma leitura a partir da concepção de profissão Isabela Sarmet de Azevedo</p>	
<p>Revista Texto & Contextos, v. 12, n. 2, 2013</p>	
Base Empírica	<p>Um resultado parcial da pesquisa intitulada “Desvendando instrumentos e técnicas no Serviço Social: a adoção de uma política de trabalho e a garantia de um serviço público de qualidade”, em desenvolvimento na Universidade Federal Fluminense</p>
Objeto	<p>Interpretação da relação teoria/método/instrumentais a partir de textos acessados em livros, artigos, anais de eventos, dissertações de mestrado e teses de doutorado entre os anos 1990 e presente data, cujo objeto de estudo seja os instrumentos e as técnicas de intervenção profissional do assistente social.</p>
Discussão da Unidade teoria-prática	<p>Toda teoria tem um método, um caminho de aproximação do real. Conforme Houaiss (2009), o vocábulo “método (do grego métodos, ‘pesquisa, busca, por extensão, estudo metódico de um tema’, de metá ‘atrás, em seguida, através’ e hodós ‘caminho’”) significa busca, caminho e indica, portanto, que sua função é instrumental. Método, então, é ligação entre dois polos: um polo de origem ou ponto de partida (estado de ignorância) e outro de destinação ou ponto de chegada (estado de conhecimento). Entenda-se que o processo detido de reflexão, o processo de manipulação aprimorada de conhecimentos, o processo de construção do saber, consistem nisto: no abandono do estado da ignorância e na aproximação ao conhecimento. Nesse ínterim, percorre-se um espaço, a que se convencionou chamar caminho e,</p>

	<p>para a ciência, essa mediação entre os dois polos é feita com base no método. Essa aproximação do ponto de chegada pode ser aferida pelo gradativo aumento, exploração do objeto desconhecido, à medida que se analisam os elementos e os componentes relevantes de uma situação, ato, fenômeno, acontecimento, coisa, discurso, lei, decisão, etc., de respostas plausíveis a respeito do que se quer conhecer e/ou intervir. Nesse sentido, o método tem a ver com ordem, organização de conhecimentos desorientados e fragmentados. O conhecimento está sempre mudando, de modo que o saber está sempre por ser construído. É inacabado, por assim dizer. A importância do método está na instrumentalidade de que se reveste, pois sua utilidade decorre de sua aplicação prática. O método é o melhor critério crítico para distanciar a profissão do subjetivismo (do ponto de vista pessoal e rigorosamente individual) para a tomada de decisões. O mais das vezes, as opiniões pessoais são marcadas por um profundo sectarismo, espelham opções ideológicas unilaterais, retratam paixões subjetivas ou se fazem memoráveis por serem tendenciosas. A escolha do método vai depender de alguns critérios, tais como acessibilidade, economia de recursos, precisão, relevância e qualificação do profissional. Acessibilidade é o acesso que se tem à pessoa ou aos documentos. Economia de recursos tem a ver com a condição de trabalho, para a realização da ação que se pretende (tem como ir ao usuário, ou ele vem ao profissional, por exemplo). Precisão quer dizer confiabilidade e validade dos dados. Relevância é escolher as informações mais importantes para o desvendamento da problemática e sua possível “solução” ou encaminhamento, visto que muitas vezes colhemos informações sem utilidade nenhuma.</p>
Concepção da Unidade Teórico-Prática	
Autores de Referência	Guerra (2008); Marx (1988); Sarmiento (1994); Trindade (2001)

Reflexões Sobre a Prática Profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana Arnaldo Xavier e Regina Célia Tamasso Mioto	
Revista Textos e Contextos, v. 13, n. 2, p. 335-365 - 2014	
Base Empírica	Estudo exploratório de cunho bibliográfico acerca da prática profissional do assistente social – processo de mestrado do Programa de Pós – Graduação UFSC
Objeto	[...] este ensaio propõe algumas reflexões em torno da prática profissional, destacando suas potencialidades a partir de um recorte específico, expressos aqui pela discussão em torno de três questões: sua historicidade; a relação teoria/prática; sua materialização no cotidiano, as três ancoradas, sobretudo, em autores como: Heller (1992), em relação ao cotidiano; Yamamoto

	(2007), sobre a historicidade; e Santos (2006) no debate em torno da relação teoria-prática.
Discussão da Unidade teoria-prática	<p>[...] a relação teoria/prática entendida aqui como unidade. Desenvolve a discussão a partir dos 3 elementos apontados por Santos (2006) acerca da compreensão equivocada da relação teoria/ prática;</p> <p>1ª – teoria de ruptura igual à prática de ruptura;</p> <p>2ª – a ação prática geral de imediato uma teoria por meio de sua sistematização;</p> <p>3ª – a teoria de Marx não instrumentaliza para a ação. [...]</p> <p>Santos (2006) demonstra a partir dessas três concepções a maneira equivocada que a relação teoria/prática é apropriada no Serviço Social, causando uma confusão no entendimento de sua unicidade, que acaba por resultar em uma compreensão deficitária concernente à prática profissional. É importante registrar que a problematização em torno da interação teoria/prática não é exclusiva da teoria crítica; outros paradigmas teóricos da modernidade – POSITIVISMO, PRAGMATISMO, MARXISMO, SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE WEBER dentre outros - se apropriam também dessa discussão.</p> <p>[...]</p> <p>A dificuldade em se compreender a prioridade que a prática possui em relação à consciência repousa na própria realidade, por ser esta composta pela união da essência e da aparência. A realidade, como resultado desta síntese, não se manifesta em sua totalidade de modo imediato, por isso para compreendê-la faz-se necessário um esforço de apreensão de ambas as características: essência e aparência conjuntamente.</p> <p>O conhecimento não pode se esgotar na apreensão da aparência, no imediato, pois ela se configura apenas como o ponto de partida. Portanto, o caminhar para o conhecimento deve prosseguir até a apreensão da essência. [...] Não obstante, se o objetivo que pretendemos é a apreensão do objeto e sua compreensão, ele não é apenas o ponto de partida, mas também o ponto de chegada. Em posse dessa compreensão é que nos voltamos para o objeto, agora não mais apenas em sua aparência, mas como um concreto pensado, compreendido em sua unicidade entre aparência e essência.</p> <p>Acreditamos que as reflexões sobre relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana, necessitam de maior aprofundamento, levando em conta que há uma interligação entre esses elementos, compondo e, de certa forma, condicionando nossa prática. – consideração dos autores.</p> <p>Para Baptista (2009), por exemplo, a prática resulta da especialização do trabalho no âmbito da relações sociais concretas com uma dimensão historicamente determinada. Ressaltando assim a importância do conhecimento sobre as relações sociais nas suas particularidades históricas, conectadas com o tempo no qual se</p>

	<p>materializam.</p> <p>[...] nos apoiamos também em lamamoto quando aponta algumas competências postas ao assistente social. Para ela, a intervenção profissional precisa ir para “além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades” (IAMAMOTO, 2005, p. 21). Para tanto, é necessária, além de uma apurada compreensão sobre os componentes teóricos, a articulação dialética desses com a prática; ambas ensinam sobre as possibilidades e estratégias ao fazer profissional. Da mesma forma, é fundamental perceber as barreiras que a própria rotina institucional, ou seja, o cotidiano na instituição impõe para a intervenção profissional, para que a partir dele se construam estratégias coletivas de superação desses mesmos limites.</p> <p>[...] conforme Netto (1999), a composição das categorias profissionais não se faz de forma isolada, mas num espaço de disputas coletivas, o que imprime junto à construção de nossa prática a possibilidade de um debate plural que vise à construção de saídas ao ordenamento social presente.</p>
Concepção da Unidade Teórico-Prática	Assim, para Santos (2006), Marx diferencia a teoria da prática, porém assegura sua unicidade, ao mesmo tempo em que o prático toma destaque. Nesse sentido, “apropriar-se do concreto pelo pensamento é um ato teórico, enquanto o concreto, em si, é um ato prático que está vinculado às necessidades e ações práticas dos homens, portanto existe fora do pensamento” (SANTOS, 2006, p. 119).
Autores de Referência	Claudia Monica Santos / Marilda lamamoto / Marx / Miriam Veras Baptista.

<p>“Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo? Jane Cruz Prates e Gissele Carraro Argumentum, v.9, n. 2, 2017 2012</p>	
Base Empírica	
Objeto	Buscamos identificar e ref letir sobre os aspectos que conduzem a falsas interpretações e aparente ideia de separação entre teoria e prática e as possibilidades de superação, indicando a necessidade de apropriação do materialismo histórico e dialético e de suas principais categorias constitutivas para tal apreensão.
Discussão da Unidade teoria-prática	<p>E ainda, nos Grundrisse, ressalta o autor “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, p. 78). Nessa direção, os conceitos estruturam-se a partir da produção da vida material dos indivíduos em sociedade, logo, são pontos de partida para a compreensão do real.</p> <p>As categorias dialéticas, portanto, são analítico-interventivas, são da ordem do real e do pensamento, são, portanto, teórico-práticas.</p>

	<p>Reconstituímos histórias de segmentos sociais, índios, negros, mulheres, juventudes, reconstituímos histórias de sujeitos, de famílias, de políticas, de sociedades, de contextos, de territórios para conhecer esses espaços, grupos, processos e alternativas, como parte de nosso processo interventivo. Não podemos intervir naquilo que desconhecemos. A atitude investigativa é, portanto, uma competência necessária, um requisito essencial para a superação do pragmatismo. Logo, a pesquisa é parte fundamental do nosso instrumental. É ela que propicia analisar, interpretar e explicar os fenômenos e processos sociais, de modo a aprendê-los nas suas múltiplas relações e determinações – em seus processos de constituição e de transformação, plenos de contradições e mediações – para fundamentar a intervenção, atribuindo-lhe significado, conferindo-lhe finalidades e uma direção social.</p>
<p>Concepção da Unidade Teórico-Prática</p>	<p>Marx, na Ideologia Alemã (MARX; ENGELS, 2007), particularmente nas teses sobre Feuerbach, acentua a centralidade da prática para o materialismo dialético e histórico, das onze (11) teses em sete³(07) ressalta a relevância da prática, mas não de qualquer prática, mas na prática iluminada pela teoria, ou seja, uma prática com clareza de finalidade ou uma práxis-palavra grega que significa ação em busca de uma determinada finalidade, que tem uma intencionalidade. É teoria em movimento, é transformação de conhecimentos em ação, com objetivos determinados, através de mediações (MARTINELLI, 1993).</p>
<p>Autores de Referência</p>	<p>Marx e Engels (2007); Martinelli (1993); Iamamoto (2007)</p>

<p>Marxismo e Serviço Social: mediações e contradições entre teoria e prática Henrique Wellen</p>	
<p>Argumentum, v. 10 n. 2 (2018): 135 anos sem Marx: desafios para a esquerda mundial</p>	
<p>Base Empírica</p>	<p>Pesquisa bibliográfica</p>
<p>Objeto</p>	<p>Buscou-se indicar a determinação imanente à reprodução do capital com base na relação de compra e uso da força de trabalho e que pressupõe uma imposição contraditória entre igualdade e desigualdade.</p>
<p>Discussão da Unidade teoria-prática</p>	<p>A conexão entre teoria e prática, centralmente na referência à prática profissional, recebeu novas mediações analíticas que, além de permitir uma apreensão mais complexa da profissão, também se deslindou na análise entre aparência e essência ou, em outros termos, entre a expressão fenomênica e a realidade concreta. Conforme indica Iamamoto (2004), constatou-se que tanto “[...] a prática profissional não se revela na sua imediatividade[...].” (IAMAMOTO, 2004, p. 117), como que a relação entre aparência e essência opera carregada de mediações, “[...] tornando-se necessário desvendar as próprias formas fenomênicas, como</p>

	formas de expressão necessárias, gestadas na própria sociedade capitalista, para se apreender o núcleo da prática social” (IAMAMOTO, 2004, p. 117, grifos do autor).
Concepção da Unidade Teórico-Prática	
Autores de Referência	Marx (1996, 1962); Marx e Engels (2010); Guerra (2005); lamamoto (2005).

O Método Histórico em Gramsci: a unificação de teoria e prática Josefa Batista Lopes	
Revista de Políticas Públicas, v22 (2018)	
Base Empírica	Resulta de levantamento de conteúdo, em leitura interna dos Cadernos do Cárcere
Objeto	Artigo sobre o método histórico no pensamento de Gramsci, referenciado no método dialético, conforme pensado por Marx, e defendido por Gramsci. Objetiva: expor e demonstrar a concepção de Gramsci sobre o método histórico, com ênfase na uni< cação de teoria e prática.
Discussão da Unidade teoria-prática	<p>“Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente).” (GRAMSCI, 1999, p. 101). Assim, para Gramsci (1999, p. 116), por “[...] seu caráter tendencial de filosofia de massa, a filosofia da práxis só pode ser concebida em forma polêmica, de luta perpétua. Todavia o ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais se trata de tornar ideologicamente homogêneas”. A</p> <p>[...] o crisol da unificação de teoria e prática como processo histórico real; e compreende-se, assim como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo ‘laborista’ já que – se se trata de dirigir organicamente ‘toda a massa economicamente ativa’ – deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (GRAMSCI, 1999, p. 105, grifo nosso)</p>
Concepção da Unidade Teórico-Prática	<p>a unificação de teoria e prática, entendendo que este é um dos aspectos mais relevantes da contribuição de Gramsci no aprofundamento do “[...] conceito da filosofia da práxis como ‘metodologia histórica’ e esta como ‘filosofia’, como a única filosofia concreta.” (GRAMSCI, 1999, p. 120)</p> <p>[...] o crisol da unificação de teoria e prática como processo</p>

	histórico real; e compreende-se, assim como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo 'laborista' já que – se se trata de dirigir organicamente 'toda a massa economicamente ativa' – deve-se dirigi-la não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (GRAMSCI, 1999, p. 105, grifo nosso)
Autores de Referência	Gramsci (1999, 2000a, 2000b), Heller (1978).

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: DOPPELGÄNGUER: A unidade teórico prática no exercício profissional dos assistentes sociais da região de Presidente Prudente

Nome do (a) Pesquisador (a): Eduardo Luis Couto

Nome do (a) Orientador (a): Mabel Mascarenhas Torres

1. **Natureza da pesquisa:** o Sr. (Sra.) está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade analisar as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos Assistentes Sociais. O presente estudo está sendo realizado junto à Universidade Estadual de Londrina, com a finalidade de obtenção do título de Doutor, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais
2. **Participantes da pesquisa:** 450 Assistentes Sociais, com inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social, Seccional de Presidente Prudente, no ano base de 2017.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo o Sr. (Sra.) permitirá que o (a) pesquisador (a) faça perguntas sobre a caracterização de seu exercício profissional, através de perguntas sobre sua formação; especialização stricto e lato sensu; área de atuação, carga horária semanal, tempo de atuação, cargo/função exercido; condições ética e técnicas de trabalho conforme o disposto na Resolução CFESS nº 493/2006; dados sobre participação política e sobre formação continuada.
4. **Sobre as entrevistas:** Ocorrerão posteriormente ao envio do questionário através da plataforma Google Docs, onde será solicitado aos respondentes a participação em Grupos Focais a serem realizados com estes anuentes. Nestas, os profissionais presentes irão refletir acerca da expressão do exercício profissional cotidiano em seus campos sócio ocupacionais.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas haja vista que os métodos e técnicas empregados não incorrerão em nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais dos indivíduos que participam no estudo, que não serão identificados e nem terão sua intimidade invadida. Os procedimentos adotados

nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o(a) pesquisador(a) e seu(sua) orientador(a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o Sr.(Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as expressões do exercício profissional do assistente social na região de Presidente Prudente /SP, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar no processo de educação continuada e formação permanente dos profissionais na região, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** o Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

O Sr. (Sra.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sr.(Sra.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome e assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Assinatura do Pesquisador

Nome e Assinatura do Orientador

Pesquisador: Eduardo Luis Couto - tel. (18) 99139-5320

Orientador: Mabel Mascarenhas Torres – tel. (43) 8821-6668

**Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa: Prof. Dr. José Artur Teixeira
Gonçalves**

Telefone do Comitê: (18) 3901-4004

E-mail cep@toledoprudente.edu.br

ANEXO B**Termo de Aprovação do Comitê de Ética****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: DOPPELGÄNGER: A unidade teórico prática no exercício profissional dos assistentes sociais da região de Presidente Prudente. **Pesquisador:** Eduardo Luis Couto **Área Temática:**
Versão: 1

CAAE: 83112717.6.0000.8132

Instituição Proponente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL TOLEDO

Patrocinador Principal: Universidade Estadual de Londrina - UEL

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.653.649

Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa acerca das expressões do exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente/SP que buscará analisar as expressões da unidade teórico prática deste mesmo exercício, assim como conhecer as ações, atribuições, requisições e demandas que são postas aos mesmos no tempo presente, assim como os conhecimentos mobilizados pelos assistentes sociais para mediar a unidade teórico prática no exercício profissional. Para tanto, procederemos envio de questionário para os profissionais e em consequência, realizaremos grupos focais com o escopo de captar as expressões do exercício profissional. Tal pesquisa tem por intencionalidade revelar a realidade cotidiana do trabalho e dos processos de trabalho do Serviço Social nesta região e contribuir para a construção de conhecimento sobre o exercício profissional dos assistentes sociais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as expressões da unidade teórico-prática no exercício profissional dos assistentes sociais.

Objetivo Secundário:

CONTINUAÇÃO DO PARECER: 2.653.649

Analisar o exercício profissional desenvolvido pelos assistentes sociais na região de Presidente Prudente/SP.

Conhecer as ações, atribuições, requisições e demandas que estão postas para estes profissionais, no tempo presente.

Mapear os conhecimentos mobilizados pelo assistente social para mediar a unidade teórico prática no exercício profissional.

Apreender a compreensão dos assistentes sociais acerca da constituição das expressões da unidade prática do exercício profissional, na região de Presidente Prudente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas haja vista que os métodos e técnicas empregados não incorrerão em nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas ou sociais dos indivíduos que participam no estudo, que não serão identificados e nem terão sua intimidade invadida. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com

Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Benefícios:

Os benefícios são indiretos para os participantes da pesquisa com a produção de conhecimento acerca do exercício profissional dos assistentes sociais e, em específico, deste exercício na região de Presidente Prudente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo, que se propõe a interpretar a prática dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente. Propõe como desfecho primário Captar as expressões da unidade teórico prática no exercício profissional dos assistentes sociais na região de Presidente Prudente/SP, em uma amostra de 100 profissionais. Para o procedimento de análise dos dados, propõe-se a análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (1977), por meio da aplicação de questionários e entrevistas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os termos obrigatórios. Não há solicitação de dispensa do TCLE, que foi apresentando, evidenciando o respeito à autonomia dos participantes.

CONTINUAÇÃO DO PARECER: 2.653.649**Recomendações:**

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação, sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1024786.pdf	05/12/2017 08:04:03		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.docx	05/12/2017 08:00:54	Eduardo Luis Couto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_tese_texto.docx	05/12/2017 07:58:57	Eduardo Luis Couto	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Toledo.pdf	05/12/2017 07:57:49	Eduardo Luis Couto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Doppelganger.doc	01/11/2017 12:38:15	Eduardo Luis Couto	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado**Necessita Apreciação da CONEP:** Não

PRESIDENTE PRUDENTE, 14 de Maio de 2018

Assinado por:
José Artur Teixeira Gonçalves
(Coordenador)